



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

MARLENE DOS SANTOS COSTA

**VIVÊNCIAS TUPÍ NA CHAPADA DO ARARIPE: ENTRE O RITUALISMO E O
COTIDIANO**

LARANJEIRAS – SE
2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**VIVÊNCIAS TUPÍ NA CHAPADA DO ARARIPE: ENTRE O RITUALISMO E O
COTIDIANO**

MARLENE DOS SANTOS COSTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Arqueologia da Universidade Federal de
Sergipe como requisito parcial para o título de
doutorado em Arqueologia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Daniela Magalhães
Klokler.

Agência financiadora: CAPES

LARANJEIRAS – SE
2025.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CAMPUS DE
LARANJEIRAS UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Costa, Marlene dos Santos
C837v Vivências Tupi na Chapada do Araripe: entre o ritualismo
e o cotidiano / Marlene dos Santos Costa; orientadora Daniela
Magalhães Klokler. - Laranjeiras, 2025.
327 f., il.

Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2025.

1. Arqueologia - Araripe, Chapada do. 2. Arqueologia da
paisagem. 3. Indígenas da América do Sul - Brasil. 4.
Arqueologia e história. 5. Sítios arqueológicos. I. Klokler,
Daniela Magalhães, orient. II. Título.

CDU 902.2(812/813)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Às 14:30 horas do dia 26 (vinte e seis) do mês de fevereiro de 2025, reuniram-se por videoconferência, os membros da Comissão Examinadora, formada pelos Professores Doutores Daniela Magalhães Klokler (Presidente – PROARQ), Jéssica Rafaella de Oliveira (1ª Examinador Externo à Instituição - UNEB), Mauro Alexandre Farias Fontes (2º Examinador Externo a Instituição – UFAPE), e Rodrigo Lessa Costa (3º Examinador Externo à Instituição – UNIVASF) e Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia (4º Examinador Interno – PROARQ) para a realização da Defesa de Tese de Doutorado intitulada **“VIVÊNCIAS TUPÍ NA CHAPADA DO ARARIPE: ENTRE O RITUALISMO E O COTIDIANO”**, da doutoranda **Marlene dos Santos Costa**. Após a apresentação da candidata e a arguição dos membros da Comissão, a candidata foi considerada Aprovada com conceito A. Não havendo mais nada a tratar, eu, Daniela Magalhães Klokler, presidente da banca, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e por todos que participaram desta banca. Campus de Laranjeiras, 26 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente



DANIELA MAGALHAES KLOKLER

Data: 07/03/2025 10:54:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Daniela Magalhães Klokler
Presidente – PROARQ

Documento assinado digitalmente



JESSICA RAFAELLA DE OLIVEIRA

Data: 10/03/2025 12:39:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jéssica Rafaella de Oliveira
1ª Examinador Externo à Instituição - UNEB

Documento assinado digitalmente



MAURO ALEXANDRE FARIAS FONTES

Data: 13/03/2025 21:21:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mauro Alexandre Farias Fontes
2º Examinador Externo à Instituição – UFAPE

Documento assinado digitalmente



RODRIGO LESSA COSTA

Data: 12/03/2025 11:56:46-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Lessa Costa
3º Examinador Externo à Instituição – UNIVASF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Documento assinado digitalmente



LORENA LUANA WANESSA GOMES GARCIA

Data: 10/03/2025 09:14:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia

4º Examinador Interno – PROARQ

Documento assinado digitalmente



MARLENE DOS SANTOS COSTA

Data: 13/03/2025 17:13:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marlene dos Santos Costa

Candidata

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos desta tese são um reconhecimento às pessoas que foram e são importantes em minha vida durante o processo de doutoramento. Afinal, um doutorado não acontece separado da vida, e a vida é para além do Lattes. Por isso, não se surpreenda se não se sentir contemplado ou contemplada nos meus agradecimentos, estamos apenas chegando ao fechamento de um ciclo, como disse Fernanda Torres (2025) “A vida presta e muito”, continuaremos a nossa caminhada.

A importância de cada um durante essa caminhada se manifesta de diversas formas - nas conversas, no apoio, no simples gesto de "segurar a mão sem tocá-la" - seja com palavras de encorajamento, como: “O processo é difícil, estudar não dá dinheiro, mas estou contigo se precisar”; “Estou feliz com a sua aprovação” “escreva e pare de pensar besteira; “Seja firme na sua caminhada”. Espero que, de alguma forma, você se reconheça aqui, mesmo sem ser nomeado diretamente.

Antes de tudo, peço licença a todas as forças do universo que conspiraram para a continuidade da minha caminhada. Não me direcionar a um princípio cósmico, ou uma construção simbólica específica é uma escolha consciente, pois, se o universo tem essa imensidão, separa-lo em caixinhas limitaria sua fluidez para alcançar aqueles que estão abertos a recebê-lo. Acredito que nossa existência não é apenas física, e estamos sempre flutuando em direção ao que nos mantém em equilíbrio.

Agradeço à minha família, onde estão minhas raízes -raízes que não apenas me sustentam, mas me permitem crescer e evoluir, tanto profissionalmente quanto pessoalmente.

Aos colegas da "Tretas da Pós-UFS", que foram uma rede de apoio essencial, especialmente durante o período da pandemia, que nos proporcionava buscar soluções burocráticas junto ao programa sem a necessidade de deslocamento físico. Os canais on-line tem sido, sem dúvidas, a maior ferramenta de acolhimento dos últimos tempos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFS (PROARQ), que compartilharam conhecimento e abriram caminhos. Em especial à minha orientadora, Professora Dr^a Daniela Klökler, por todo o suporte e direcionamento ao longo dessa jornada.

Aos estagiários do Laboratório de Arqueologia Pré-histórica da UNIVASF por terem contribuído para o registro e auxiliado na seleção das amostras, e à técnica de laboratório Adriana Mayra, sempre prestativa e acolhedora.

Minha gratidão também aos colegas que estiveram comigo em campo desde 2015, quando tudo começou. Um agradecimento especial a Sarah Tayran Guerra de Araújo, Lucimar Santana, Rômulo Timóteo, Marlos Lopes, Aldemir Rodrigues e tantos outros que compartilharam

comigo essa vivência intensa e próxima. Cada momento ao lado de vocês fez parte dessa caminhada.

Ao Professor Dr. Fernando Cruvinel, do curso de Química da UNIVASF, e à técnica de laboratório Paloma, pelo apoio na testagem de protocolos em arqueopalinologia. Mesmo que os resultados não tenham sido os esperados neste momento, cada tentativa foi um aprendizado valioso.

Ao Professor Dr. Mauro Farias, que iniciou essa jornada como professor de Arqueologia na UNIVASF e hoje trilha novos caminhos na UFAP. Além de endossar o material de pesquisa em SRN, esteve sempre acessível para resolver questões burocráticas essenciais à continuidade do meu trabalho. Mais do que isso, tem me acompanhado desde a graduação, e não posso deixar de reconhecer que, sem seu apoio e incentivo, talvez eu não tivesse chegado até aqui. Minha gratidão é imensa.

A Eloina, mestranda do Programa de Pós-Graduação da UNIVASF, pela parceria e pelo auxílio na preparação das amostras para os testes em Arqueopalinologia, além de acolher alguns dos meus questionamentos para o aprimoramento dos protocolos, foi assim que constatamos que a arqueopalinologia ficaria para uma outra oportunidade.

Agradeço à banca composta pelas professoras Dras. Lorena Garcia, Jéssica Rafaella e Daniela, e pelos professores Drs. Mauro Farias e Rodrigo Lessa cada um(a) especialmente responsável por essa caminhada.

E, claro, à minha irmã de coração, Márcia Sousa, por me receber com tanto carinho em São Cristóvão-SE. Por me acolher nos momentos da qualificação, em que a ansiedade e a imersão nas leituras me afastavam do mundo, por entender meu silêncio sem julgamentos e, ainda assim, estar sempre por perto. Por transformar São Cristóvão em um lar, e ter adotado o tom (meu filhote de gato).

Agradeço também a Melba Godoi pelas parcerias nas aulas e nas conversas pós-aula, que, curiosamente, eram nossos momentos de descontração discutindo “teoria” – quais teorias, fica a questão. Rs. E, claro, a todos os colegas que me acolheram em suas aulas, mesmo eu estando apenas como agregada por estar fora do meu período letivo.

Agradeço especialmente a duas pessoas do Norte (Pará) que foram fundamentais no início e ao longo dessa jornada. Ana Bárbara Silva, por ter conferido o resultado da minha aprovação quando me faltou coragem para fazê-lo, e Tatiane Agra, por me aturar durante toda a trajetória e sustentar minha convicção de que conseguiria defender dentro do prazo.

E por último e não menos importante à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida.

EPIGRAFE

*A terra não nos pertence, nós pertencemos a ela, por isso estamos sempre em
constante transformação como as paisagens.*

Adaptado de (Ditado indígena).

RESUMO

A tese partiu da hipótese de que a materialidade das populações Tupí, em conjunto com o estudo da paisagem, dados etnográficos, etnohistóricos e a história indígena de longa duração, fornecem informações valiosas sobre as vivências desses povos em ambientes semiáridos. Tradicionalmente, as famílias do tronco linguístico Tupí têm sido estudadas em termos de suas origens e rotas de expansão desde as áreas amazônicas até as regiões litorâneas e tropicais. Neste contexto, o objetivo da pesquisa foi mapear as vivências dos povos indígenas antes da plena incursão europeia na região da Chapada do Araripe, com foco nas práticas cotidianas e ritualísticas compartilhadas ao longo da história dessas comunidades, especialmente no Nordeste. Para atingir esse objetivo, a pesquisa se baseou na identificação de “padrões recorrentes”, alinhados a atributos tecnológicos e morfológicos, em associação com as marcas de uso, da materialidade resgatada, conforme a perspectiva de Skibo (2015), correlacionando-os com os perfis topográficos das áreas de andanças intra-sítios de oito sítios arqueológicos selecionados. Estes sítios estão localizados no município de Caldeirão Grande do Piauí, na divisa entre os estados do Ceará e Pernambuco, mais precisamente no topo da Chapada, em áreas com altitudes superiores a 700 metros em relação ao nível do mar. A metodologia adotada incluiu o mapeamento das áreas entre os sítios arqueológicos utilizando coordenadas de GPS, imagens aéreas, programas de SIG, além da reinterpretação dos lugares com uso da IA possibilitando análises espaciais intra e intersítios. Essa abordagem visou compreender a paisagem, os lugares e a temporalidade em que os sítios estão inseridos. Além disso, foram levantadas referências bibliográficas, imagens e contextos sobre a chapada que nos levaram a utilizar a perspectiva de artefato arqueológico, a presença ou ausência de áreas fluviais que possam ter servido como fluxos para atividades humanas e não humanas, conforme as perspectivas da Arqueologia da Paisagem e os conceitos de lugar de Thomas (2001), em colaboração com as ideias de Ingold (1993), Tilley (2014) e Bender (2002). A análise da materialidade recuperada por meio de estudos tecnológicos e morfológicos, possibilitou inferências sobre a organização e correlação dessas vivências nos aspectos da paisagem e lugar, com o desígnio de compreender a diversidade das experiências humanas e não humanas. Como resultado, foram elaborados mapas potenciais das possíveis vivências na paisagem.

Palavras -chave: Materialidade, Arqueologia da Paisagem; Populações Tupí, História Indígena de longa duração, Ambientes semiáridos.

ABSTRACTS

The thesis was based on the hypothesis that the materiality of the Tupí populations, together with the study of the landscape, ethnographic and ethnohistorical data, and long-term indigenous history, provide valuable information about the experiences of these peoples in semi-arid environments. Traditionally, the families of the Tupí linguistic trunk have been studied in terms of their origins and expansion routes from the Amazonian areas to the coastal and tropical regions. In this context, the objective of the research was to map the experiences of indigenous peoples before the full European incursion into the Chapada do Araripe region, focusing on the daily and ritual practices shared throughout the history of these communities, especially in the Northeast. To achieve this objective, the research was based on the identification of “recurring patterns”, aligned with technological and morphological attributes, in association with the marks of use, of the recovered materiality, according to the perspective of Skibo (2015), correlating them with the topographic profiles of the areas of intra-site wanderings of eight selected archaeological sites. These sites are located in the municipality of Caldeirão Grande do Piauí, on the border with the states of Ceará and Pernambuco, more precisely at the top of Chapada, in areas with altitudes higher than 700 meters in relation to sea level. The methodology adopted included the mapping of the areas between the archaeological sites using GPS coordinates, aerial images, GIS programs, in addition to the reinterpretation of the places using AI, enabling intra- and inter-site spatial analyses. This approach aimed to understand the landscape, the places and the temporality in which the sites are inserted. In addition, bibliographical references, images and contexts about the plateau were collected, which led us to use the perspective of archaeological artifacts, the presence or absence of river areas that may have served as flows for human and non-human activities, according to the perspectives of Landscape Archaeology and the concepts of place of Thomas (2001), in collaboration with the ideas of Ingold (1993), Tilley (2014) and Bender (2002). The analysis of the materiality recovered through technological and morphological studies allowed inferences about the organization and correlation of these experiences in the aspects of the landscape and place, with the aim of understanding the diversity of human and non-human experiences. As a result, potential maps of possible experiences in the landscape were created.

Keywords: Materiality, Landscape Archaeology; Tupí Populations, Long-term Indigenous History, Semi-arid Environments.

RESUMEN

La tesis se basó en la hipótesis de que la materialidad de las poblaciones Tupí, junto con el estudio del paisaje, datos etnográficos y etnohistóricos y la historia indígena de largo plazo, proporcionan información valiosa sobre las vivencias de estos pueblos en ambientes semiáridos. Tradicionalmente, las familias del tronco lingüístico tupí han sido estudiadas en términos de sus orígenes y rutas de expansión desde las áreas amazónicas hacia las regiones costeras y tropicales. En este contexto, el objetivo de la investigación fue mapear las experiencias de los pueblos indígenas antes de la plena incursión europea en la región de la Chapada do Araripe, centrándose en las prácticas cotidianas y rituales compartidas a lo largo de la historia de estas comunidades, especialmente en el Nordeste. Para alcanzar este objetivo, la investigación se basó en la identificación de “patrones recurrentes”, alineados a atributos tecnológicos y morfológicos, en asociación a las marcas de uso, de la materialidad rescatada, según la perspectiva de Skibo (2015), correlacionándolos con los perfiles topográficos de las áreas de caminata intra-sitio de ocho sitios arqueológicos seleccionados. Estos sitios están ubicados en el municipio de Caldeirão Grande do Piauí, en el límite con los estados de Ceará y Pernambuco, más precisamente en la cima de la Chapada, en áreas con altitudes superiores a los 700 metros con relación al nivel del mar. La metodología adoptada incluyó el mapeo de las áreas entre sitios arqueológicos utilizando coordenadas GPS, imágenes aéreas, programas SIG, así como la reinterpretación de los lugares utilizando IA, permitiendo análisis espaciales intra e inter-sitio. Este enfoque tuvo como objetivo comprender el paisaje, los lugares y la temporalidad en la que se insertan los sitios. Además, se levantaron referencias bibliográficas, imágenes y contextos sobre la meseta, lo que nos llevó a utilizar la perspectiva del artefacto arqueológico, la presencia o ausencia de áreas fluviales que pudieron haber servido como flujos para actividades humanas y no humanas, de acuerdo a las perspectivas de la Arqueología del Paisaje y los conceptos de lugar de Thomas (2001), en colaboración con las ideas de Ingold (1993), Tilley (2014) y Bender (2002). El análisis de la materialidad recuperada a través de estudios tecnológicos y morfológicos permitió inferencias sobre la organización y correlación de estas experiencias en los aspectos del paisaje y del lugar, con el objetivo de comprender la diversidad de experiencias humanas y no humanas. Como resultado se crearon mapas potenciales de posibles experiencias en el paisaje.

Palabras clave: Materialidad, Arqueología del Paisaje; Poblaciones tupí, historia indígena de largo plazo, ambientes semiáridos.

LISTAS DE IMAGENS

Imagem 1 - Dendograma 1 - Tronco linguístico Tupí e suas ramificações.....	46
Imagem 2 - Vista aérea em relação a linha do horizonte da Chapada do Araripe	112
Imagem 3 - Vista da porção Piauiense da Chapada do Araripe	114
Imagem 4 - Vista da porção Cearense da Chapada do Araripe	114
Imagem 5 - Vista da porção pernambucana da Chapada do Araripe.....	115
Imagem 6 - Organograma 1	116
Imagem 7 - Caminhamento sistemático.....	126
Imagem 8 - Levantamento topográfico	127
Imagem 9 - Coleta sistemática da materialidade.....	128
Imagem 10 - UESA e Sondagem com evidencia de material arqueológico.....	129
Imagem 11 - Registro do Sítio na etapa de diagnóstico e coleta do material	130
Imagem 12 - Intervenções de Subsuperfície - UESAs.....	133
Imagem 13 - Sondagens 1x1 metro quadrado	134
Imagem 14 - Observar detalhe da vegetação	135
Imagem 15 - UESA 1 com evidencia de material arqueológico.....	138
Imagem 16 - UESA 2 com evidência de material cerâmico.....	139
Imagem 17 - Área de coleta do sítio – pouca visibilidade do solo.....	138
Imagem 18 - UESA com detalhe de perfil em solo argilo-arenoso.....	142
Imagem 19 - Setor A e B – área do SAVA	144
Imagem 20 - UESA com pt central de 1 metro de profundidade	146
Imagem 21 - Setor A e B área do SACB-II.....	148
Imagem 22 - Registro de material in-situ	149
Imagem 23 - Croqui da área limite do sítio com identificação das intervenções de subsuperfície	150
Imagem 24 - Montículos a margem do SACH-I.....	153
Imagem 25 - Fragmentos cerâmicos in-situ – SACH-I.....	154
Imagem 26 - Quantificação do material com base nos quadrantes	155
Imagem 27 - UESA 2, com evidência de material arqueológico	155

Imagem 28 - Area limite do SABRT-I	158
Imagem 29 - Malha topográfica e coleta de material	159
Imagem 30 - UESAS com expansões	160
Imagem 31 - Supressão vegetal e terraplanagem na área do SABRT-II.....	162
Imagem 32 - Coleta de Superfície.....	163
Imagem 33 - Sondagem 1 com evidência de material arqueológico	164
Imagem 34 - Fragmentos de técnica acordelada	166
Imagem 35 - Fragmento cerâmico de quebra irregular.....	166
Imagem 36- Decoração plástica	168
Imagem 37 - Decoração pintada.....	168
Imagem 38 - Estilos decorativos dispostos conforme a morfologia das vasilhas.....	169
Imagem 39 - Alguns tipos de objetos identificados no acervo	170
Imagem 40 - Tipos de queima.....	171
Imagem 41 - Antiplásticos com zoom de 50 a 1600 x	173
Imagem 42 - Analise de componentes das manchas de fuligem na morfologia da borda.....	176
Imagem 43 - Analise de componentes das manchas de fuligem na morfologia do bojo.....	177
Imagem 44 - Analise da ausência de das manchas de fuligem na morfologia da base.....	177
Imagem 45 - Reconstituição hipotética em 3D utilizando o software AutoCAD	178
Imagem 46 - Prancha de visualização dos atributos tecnológicos e multifatoriais na materialidade consistente.....	202
Imagem 47 - Morfologia com analise dos detalhes da fuligem	203
Imagem 48- Reconstituição hipotética forma 1.....	205
Imagem 49 - Reconstituição hipotética forma 2.....	206
Imagem 50 - Reconstituição hipotética forma 3.....	206
Imagem 51 - Fragmento de Borda com parede com resquícios de fuligem externa.....	210
Imagem 52 - Fragmento de borda com fuligem externa	211
Imagem 53 - Fragmento de borda com bojo e fuligem externa.....	212
Imagem 54 - Reconstituição hipotética forma 4.....	213
Imagem 55 - Borda com decoração plástica escovada e marcas de fuligem.....	216

Imagem 56 - Reconstituição hipotética forma 3.....	218
Imagem 57 - Reconstituição hipotética forma 5	218
Imagem 58 - Fragmento de bojo com marca de fuligem.....	222
Imagem 59 - Reconstituição hipotética forma 2.....	223
Imagem 60 - Fragmento de borda com bojo com mancha de fuligem interna.....	227
Imagem 61 - Reconstituição hipotética – forma 6.....	228
Imagem 62 - Perfil completo com marca de fuligem externa.....	230
Imagem 63 - Borda com bojo cambado com marcas de fuligem externa.....	231
Imagem 64 - Base com ausência de fuligem externa.....	231
Imagem 65 - Reconstituição hipotética forma 7	233
Imagem 66 - Reconstituição hipotética forma 2	233
Imagem 67 - Borda com bojo, exibindo fuligem no tse e pintura no tsi.....	236
Imagem 68 - Borda com bojo T.S.E, apresentando decoração plástica corrugada e fuligem na parte externa	236
Imagem 69 - Reconstituição hipotética forma 8.....	238
Imagem 70 -Reconstituição hipotética forma 9.....	238
Imagem 71 - Borda com parede, apresentando fuligem tanto na parte externa quanto na interna.....	242
Imagem 72 - Perfil com presença de fuligem externa e craquelamento na base interna.....	242
Imagem 73 - Borda com bojo, apresentando deposito carbono na parte interna.....	243
Imagem 74 - Reconstituição hipotética forma 3.....	244
Imagem 75 - Reconstituição hipotética forma 10.....	245
Imagem 76 - Cluster dos estilos decorativos por sitio arqueológico.....	251
Imagem 77 - Reinterpretação dos lugares persistentes	259
Imagem 78 - Mulheres preparado as bebidas	264

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição das Famílias Linguísticas do tronco Tupí	44
Mapa 2 - Sub-regiões do Nordeste brasileiro	74
Mapa 3 - Região Nordeste e suas particularidades ambientais	88
Mapa 4 - Municípios do Piauí com identificação de sítios arqueológicos com filiação tupí ...	95
Mapa 5 - Chapada do Araripe: Paisagens, Lugares e Temporalidades	103
Mapa 6 - APA da Chapada do Araripe e seus municípios de abrangência, com destaque para a zona limítrofe da área de estudo.....	118
Mapa 7 - Recorte da área de estudo – dispersão dos sítios arqueológicos.....	120
Mapa 8 - Distribuição dos Sítios arqueológicos com perfil topográfico	123
Mapa 9 - Delimitação do SAJU com a materialidade preliminar de campo	132
Mapa 10 - Delimitação do SACN com a materialidade preliminar de campo	137
Mapa 11- Delimitação do SASB-II com a materialidade preliminar.....	142
Mapa 12- Delimitação do SAVA com a materialidade preliminar de campo.....	145
Mapa 13 - Delimitação do SACH-I e materialidade preliminar em campo	152
Mapa 14- Delimitação do SABRT-I com a materialidade preliminar com destaque para a área impactada em amarelo.....	157
Mapa 15 - Delimitação do SABRT-II com a materialidade preliminar	161
Mapa 16 - Mapeamento dos sítios arqueológicos com perfil topográfico.....	182
Mapa 17 – Enquadramento visual e perfil topográfico da área de abrangência do SAJU em relação aos demais Sítios arqueológicos	186
Mapa 18 - Áreas de andanças entre SAJU, SACN e SASB-II	187
Mapa 19 - Áreas de andanças entre SAJU, SASB-II e SAVA	189
Mapa 20 - Áreas de andanças entre SAJU, SAVA e SASB-II.....	190
Mapa 21 - Áreas de andanças entre SAJU, SACB-II e SACN	192
Mapa 22 - Áreas de andanças entre SAJU, SACH-I e SABRT-I	193
Mapa 23 - Áreas de andanças entre SAJU, SABRT-I e SABRT-II	195
Mapa 24 - Áreas de andanças entre SAJU, SABRT-II e SABRT-I	196

LISTA DE QUADROS/ TABELAS

Quadro 1: Algumas cronologias obtidas para o contexto tupí no nordeste do Brasil	75
Quadro 2 - Código Datação, amostra, dose anual, dose acumulada e idade obtidos por LOE.....	122
Quadro 3 - Tipos de queima	171
Quadro 4 - Morfologias x presença e ausência de decoração do SAJU.....	204/205
Quadro 5 - Variabilidade nos estilos decorativos - SAJU.....	208/209
Quadro 6 - Morfologias x presença e ausência de decoração do SACN	212/213
Quadro 7 - Variabilidade nos estilos decorativos – SACN	214/215
Quadro 8 - Morfologia x presença e ausência de decoração do SASB-II.....	217
Quadro 9 - Variabilidade nos estilos decorativos – SASB-II	219/220
Quadro 10 - Morfologia x presença e ausência de decoração do SAVA.....	222/223
Quadro 11 - Variabilidade nos estilos decorativos - SAVA.....	224/225
Quadro 12 - Morfologia x presença e ausência de decoração do SACB-II	227
Quadro 13 - Variabilidade nos estilos decorativos - SACB-II.....	228/229
Quadro 14 - Morfologia x presença e ausência de decoração do SACH-I.....	232
Quadro 15 - Variabilidade nos estilos decorativos – SACH-I	234
Quadro 16 - Morfologia x presença e ausência de decoração do SABRT-I.....	237
Quadro 17 - Variabilidade nos estilos decorativos – SABRT-I	239/ 240
Quadro 18 - Morfologia x presença e ausência de decoração do SABRT-II	244
Quadro 19 - Variabilidade nos estilos decorativos – SABRT-II	245/246
Quadro 20 - Estilo decorativo por sítio arqueológico	250
Tabela 1 - Matriz de proximidade	251
Quadro 21	261/262/263

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantificação das morfologias dos fragmentos - SAJU.....	201
Gráfico 2 - Quantificação de decoração x sem decoração (SAJU).....	201
Gráfico 3 - Quantificação das marcas de uso (SAJU).....	201
Gráfico 4 - Quantificação das morfologias dos fragmentos (SACN).....	209
Gráfico 5 - Quantificação da decoração pintada x sem decoração (SACN).....	210
Gráfico 6 - Quantificação das marcas de uso (SACN).....	210
Gráfico 7 - Quantificação das morfologias dos fragmentos (SASB-II)	215
Gráfico 8 - Quantificação da decoração pintada x sem decoração (SASB-II)	216
Gráfico 9 - Quantificação das marcas de uso (SASB-II)	216
Gráfico 10 - Quantificação das morfologias dos fragmentos (SAVA).....	221
Gráfico 11 - Quantificação da decoração pintada x sem decoração (SAVA).....	221
Gráfico 12 - Quantificação das marcas de uso (SAVA).....	221
Gráfico 13 - Quantificação das morfologias dos fragmentos (SACB-II)	226
Gráfico 14 - Quantificação da decoração pintada x sem decoração (SACB-II)	226
Gráfico 15 - Quantificação das marcas de uso (SACB-II)	226
Gráfico 16 - Quantificação das morfologias dos fragmentos cerâmicos (SACH-I)	229
Gráfico 17 - Quantificação da decoração pintada x sem decoração (SACH-I)	230
Gráfico 18 - Quantificação das marcas de uso (SACH-I)	230
Gráfico 19 - Quantificação das morfologias dos fragmentos (SABRT-I)	235
Gráfico 20 - Quantificação da decoração pintada x sem decoração (SABRT-I)	235
Gráfico 21 - Quantificação das marcas de uso (SABRT-I)	235
Gráfico 22 - Quantificação das morfologias dos fragmentos (SABRT-II)	241
Gráfico 23 - Quantificação da decoração pintada x sem decoração (SABRT-II)	241
Gráfico 24 - Quantificação das marcas de uso (SABRT-II)	241
Gráfico 25 - Porcentagem geral das morfologias dos fragmentos cerâmicos.....	247
Gráfico 26 - Porcentagem das marcas de fuligem por sítio arqueológico (fuligem)	247
Gráfico 27 - Porcentagem das marcas de fuligem de acordo com as morfologias.....	248
Gráfico 28 - Porcentagem geral do Tratamento de Superfície Externa.....	249
Gráfico 29 - Porcentagem geral do Tratamento de superfície interna.....	249

LISTA DE ABREVIATURAS

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

SRN - São Raimundo Nonato

UFAPE - Universidade Federal do Agreste Pernambucano

UFS - Universidade Federal de Sergipe

IA – Inteligência Artificial

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CNA - Centro Nacional de Arqueologia

SAJU - Sítio Arqueológico Juazeiro

SACN - Sítio Arqueológico Caminho Novo

SASB-II - Sítio Arqueológico São Basílio

SAVA - Sítio Arqueológico da Viúva

SACB-II - Sítio Arqueológico Serra dos Caboclos II

SABRT-I - Sítio Arqueológico Brite I

SABRT-II - Sítio Arqueológico Brite II

PT - Ponto central

T.S.E - Tratamento de superfície externa

T.S.I - Tratamento de superfície interna

LOE - Luminescência Ópticamente Estimulada

SIASE - Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena

SESAI - Secretaria de Saúde Indígena.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPITULO 1 - A ODISSEIA TUPÍ – UMA VIAGEM ALÉM DOS RIOS E DO MAR. 32	
1.1 Navegando aos compêndios da Linguística Histórica	38
1.2 Ancorando sobre a perspectiva da História Indígena de longa duração	47
1.2.1 Entre o existir e o (re)existir	50
CAPITULO 2 - NARRATIVAS ARQUEOLOGICAS PARA UMA ARQUEOLOGIA TUPÍ	55
2.1 Áreas habitadas: um jogo entre território e territorialidade	63
2.2 Entre o litoral e o sertão.....	69
2.3 Vestígios arqueológicos	77
CAPITULO 3 - TUPIDIALOGANDO: ENCONTRO E DESENCONTRO DE NATUREZA EPISTEMOLOGICA	83
3.1 Povos indígenas do Nordeste entre a intersecção da recessão dos Povos Tupí.....	86
3.2 Piauí área de refúgio ou de transitoriedade dos povos Tupí.....	92
CAPITULO 4 - ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM E DO LUGAR	97
4.1 Chapada do Araripe - paisagens, lugares persistentes e transformação	104
CAPITULO 5 - A CHAPADA DO ARARIPE EM TRÊS ATOS	109
5.1 Ato 1 - A percepção da paisagem, leitura, descrição e observação da Chapada do Araripe como artefato arqueológico	110
5.2 Ato 2 - Identificando fragmentos	119
5.3 Ato 3 - Plano próximo - explorando fragmentos	124
5.3.1 Estruturando mecanismos de exploração direta	124
5.3.2 Sítio Arqueológico Juazeiro – SAJU - contextualização e atividade de Campo.....	130
5.3.2.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas (UESAs).....	133
5.3.2.2 Sondagens 1x1 metro quadrado	134
5.3.3 - Sítio Arqueológico Caminho Novo - contextualização e atividades de campo.....	134
5.3.3.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas (UESAs)	138
5.3.3.2 Sondagens 1x1 metro quadrado	139
5.3.4 Sítio Arqueológico São Basílio II - SASB-II - contextualização e atividades de campo.....	140
5.3.4.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas (UESAs).....	143

5.3.4.2. Sondagens 1x1 metro quadrado	143
5.3.5 Sítio Arqueológico da Viúva – SAVA - contextualização e atividade de campo.....	144
5.3.5.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas (UESAs).....	146
5.3.5.2 Sondagens 1x1 metro quadrado	147
5.3.6 Sítio Arqueológico Caboclos II - SACB-II - contextualização e atividades de campo.....	147
5.3.6.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas (UESAs)	149
5.3.6.2 Sondagens 1x1 metro quadrado	149
5.3.7 Sítio Arqueológico Cachoeirinha I - SACH-I - contextualização e atividade de campo	151
5.3.7.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas - UESAs	155
5.3.7.2 Sondagens 1x1 metro quadrado	156
5.3.8 Sítio Arqueológico Brite I - SABRT-I – contextualização e atividades de campo.....	156
5.3.8.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas - UESAs	159
5.3.8.2 Sondagens 1x1 metro quadrado	160
5.3.9 Sítio Arqueológico Brite -II - SABRT-II - contextualização e atividade de campo.....	160
5.3.9.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas - UESAs	163
5.3.9.2 Sondagens 1x1 metro quadrado	163
5. 4 Procedimentos laboratoriais	165
CAPITULO 6 - CAMINHANDO E ACAMPANDO: VIVÊNCIAS TUPÍ NA CHAPADA DO ARARIPE UMA TRAJETORIA COTIDIANA E RITUALISTICA	180
6.1 A Chapada do Araripe como artefato arqueológico.....	180
6.2 Cenário 1 - ato 4 - lugar persistente 1 - SAJU	185
6.3 Cenário 2 - ato 5 - Lugar persistente 2 - SACN	187
6.4 Cenário 3 - Ato 6 - Lugar persistente 3 - SASB-II.....	188
6.5 Cenário 4 - Ato 7 - Lugar persistente 4 - SAVA	189
6.6 Cenário 5 - Ato 8 - Lugar persistente 5 - SACB-II	191
6.7 Cenário 6 - Ato 9 - Lugar persistente 6 - SACH-I	192
6.8 Cenário 7 - Ato 10 - Lugar persistente 7 - SABRT-I	194
6.9 Cenário 8 - Ato 11 - Lugar persistente 8 - SABRT-II	195

6.10 Retomando aos lugares persistentes: Ritualismo e cotidiano se diferem ou se complementam na materialidade consistente, uma análise comparativa sobre aspectos tecnológicos e multifatoriais sobre a cerâmica arqueológica..... 197

CAPITULO 7 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - EXPLORAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA CHAPADA DO ARARIPE: UMA ANÁLISE INTEGRADA 254

CONSIDERAÇÕES FINAIS 266

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 272

ANEXOS 295

INTRODUÇÃO

Esta tese é a culminação de minhas vivências arqueológicas, iniciadas em 2015 na região da Chapada do Araripe, onde fui fascinada pelo acervo arqueológico evidenciado entre os anos de 2012-2016, durante o Projeto do Complexo eólico¹ Caldeirão Grande do Piauí, na fronteira entre os estados do Piauí, Ceará e Pernambuco. Essa minha vivência teve início durante minha graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial na Universidade Federal do Vale do São Francisco, no campus Serra da Capivara.

Foi durante a graduação que tive meu primeiro contato com o contexto arqueológico da Chapada do Araripe. Junto com alguns colegas, realizamos nossa “primeira escavação arqueológica acadêmica²” em Arqueologia Preventiva³.

Hoje, consciente dessa trajetória arqueológica e atuando entre ambas, compreendo que é humanamente e arqueologicamente impossível desassociar uma da outra, quando se estuda a prática e a teoria arqueológica, uma vez que as nossas ações devem ser simétricas e tanto a Arqueologia acadêmica como a Preventiva são áreas de atuação e não abordagens teóricas.

Exceto pela aceleração dos processos em que a Arqueologia Preventiva é exigida sob a pressão dos empreendedores para liberar a área o mais rápido possível, permitindo que as máquinas acelerem a transformação da paisagem (Projetos de infraestrutura). Nada obstante, os métodos e metodologias adquirem novas ferramentas e provavelmente mais mão de obra, mas os resultados permanecem os mesmos: Pesquisa, Avaliação, Proteção, Preservação, Salvaguarda e Gestão do Patrimônio Arqueológico.

Enquanto que a Arqueologia Preventiva lida diretamente com as exigências dos órgãos financiadores globais para projetos de grande e médio impacto ambiental que possam destruir o patrimônio arqueológico, a Arqueologia acadêmica concentra-se nas

¹ Projeto de Diagnostico e Prospecção Arqueológica e Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Complexo eólico Caldeirão Grande do Piauí.

² Disciplina de Métodos e Técnicas arqueológicas I – Disciplina de prática de campo voltada para contexto pré-histórico.

³ A Arqueologia Preventiva tem suas origens na então denominada “Arqueologia de Salvamento” (Rescue Archaeology), tanto internacionalmente, como no Brasil (Lei 3.924/1961). Sua evolução e fortalecimento, no entanto, se deu com o movimento ambientalista, que resultou na institucionalização do instrumento da “Avaliação de Impacto Ambiental de planos, Programas e Projetos Governamentais, em especial por ter se tornado exigência dos órgãos financiadores mundiais para Projetos de Infraestrutura, em respeito às recomendações da UNESCO sobre o patrimônio arqueológico mundialmente ameaçado,, conforme o Artigo 3 da Carta para a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICOMOS/UNESCO, 1990; Caldarelli, p. 6. 2015).

universidades, museus, instituições públicas, portanto demandam verbas públicas, projetos espessos para capacitações, estudos e pesquisas acadêmicas.

Nos últimos tempos, a Arqueologia Preventiva tem sido a principal responsável pela geração de acervos arqueológicos, atuando em parceria com empreendimentos e impulsionando o desenvolvimento econômico do país. No entanto, ainda apresenta limitações no que diz respeito à descolonização, especialmente na relação com os verdadeiros detentores desses patrimônios. O engajamento ativo e a participação das comunidades envolvidas no processo arqueológico permanecem restritos, muitas vezes limitados à coleta de informações ou à execução do trabalho de campo, sem um reconhecimento pleno de seus saberes, perspectivas e interesses.

Embora alguns projetos recentes tenham buscado, ainda que de forma tímida, incluir as comunidades na tomada de decisões sobre a salvaguarda e o registro do patrimônio, esse movimento ganha força com a recomendação da Portaria Iphan nº 375/2018. Essa normativa visa garantir a participação de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais nas consultas sobre bens de domínio da União, promovendo avanços na inclusão dessas vozes nos processos de preservação.

Após a finalização da pesquisa de campo, a coleção arqueológica foi formalmente entregue à Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara em São Raimundo Nonato Piauí. Isso me proporcionou a oportunidade de continuar meu envolvimento nas atividades de laboratório, onde participei da curadoria e análise desse acervo. Em seguida, dediquei-me à elaboração do meu trabalho de conclusão de curso (TCC), explorando os diferentes tipos de sítios arqueológicos e às experiências históricas daquela área específica. Esse projeto de pesquisa foi crucial para minha formação acadêmica em Arqueologia e Preservação Patrimonial, representando um marco importante na minha jornada universitária.

Em meu trabalho de conclusão de curso (TCC), em colaboração com meu orientador, optamos por focar em um, dos oito sítios arqueológicos, que exibiam características materiais de imediato associadas aos povos Tupi, tais como cerâmicas espessas, bordas reforçadas e pintura policroma. Escolhemos concentrar nossa análise no Sítio Arqueológico Juazeiro. Utilizando métodos de caracterização espacial, tanto em campo quanto em laboratório, examinamos os artefatos coletados para compreender a organização do espaço, as formas e possíveis funções das vasilhas encontradas e investigamos a intensidade de

ocupação do sítio ao longo do tempo. Essa análise minuciosa proporcionou uma percepção valiosa sobre as vivências dadas aos coletivos que habitaram esse local no passado.

Em razão disso, dei continuidade a pesquisa no mestrado na Universidade Federal do Piauí, onde na oportunidade expandimos a pesquisa para três sítios arqueológicos: Juazeiro, Cachoeirinha I e Brite I - todos situados na mesma unidade de paisagem. Nesse período, concentramos nossos esforços em novos questionamentos, visando compreender como essas populações se estabeleceram e viveram naquela região. Para alcançar esse objetivo, adotamos a abordagem da Antropologia da Tecnologia e realizamos uma análise tecnológica detalhada do acervo cerâmico encontrado nos sítios.

Essa análise nos permitiu entender não apenas a função utilitária das cerâmicas, mas também aspectos mais profundos da vida cotidiana e das práticas culturais dessas populações. Ao combinar métodos arqueológicos e teorias antropológicas, fomos capazes de lançar luz sobre a complexa relação entre tecnologia, sociedade e ambiente na história dessas comunidades.

Ao analisar os três cenários estudados, identificamos diferentes arquétipos de vivências. Nos sítios localizados no topo da chapada em direção a nordeste do Sítio Juazeiro, como Cachoeirinha I, Brite I, observamos uma predominância de vasilhames pintados, alguns com formas retangulares e quadrangulares, alguns com reforço de borda externa e outros com bordas diretas, sem reforço.

Por outro lado, no Sítio Juazeiro, situado em direção mais próxima da encosta, notamos uma predominância de cerâmicas com tratamento de superfície alisada e tamanhos maiores, formas mais extrovertidas, muitas vezes com reforço externo e sem pintura. Embora também houvesse cerâmicas pintadas nesse sítio, estas tendiam a ser vasilhas menores em comparação com os outros dois cenários. Essas discrepâncias nos tipos e estilos de cerâmica sugerem diferentes práticas culturais e sociais, econômicas ou socio-cosmo-ontológicas entre os grupos que habitaram esses locais ao longo do tempo.

Para o doutorado, ampliamos nossa análise para abarcar oito sítios arqueológicos: Sítio Arqueológico da Viúva, Caminho Novo, Juazeiro, Caboclos II, Cachoeirinha I, Brite I, Brite II e São Basílio II. Com essa expansão, passamos a contemplar as regiões ao norte, nordeste, noroeste, sul, sudeste e sudoeste do Sítio Juazeiro, que se tornou nossa referência para refletir sobre as andanças e vivências no território.

De tal modo, o objetivo geral desta tese foi mapear as vivências das comunidades indígenas Tupi antes da plena incursão europeia na região da Chapada do Araripe, no sertão

do Piauí, especificamente no leste do município de Caldeirão Grande do Piauí, na porção oeste da Chapada. O estudo se concentra nas diversas práticas culturais, buscando compreender as atividades cotidianas e ritualísticas desses povos, considerando a longa duração histórica de suas tradições na América do Sul, com ênfase na região Nordeste do Brasil.

Para isso, os objetivos específicos incluíram: Investigar a localização dos sítios arqueológicos, compreendendo as estratégias de uso e transformação da paisagem; Analisar a cronologia relativa e absoluta dos artefatos cerâmicos, considerando a evolução temporal da paisagem; Investigar a relação entre tecnologia, sociedade e ambiente, através da análise tecnológica dos artefatos cerâmicos; Reconstruir hipoteticamente os fragmentos cerâmicos para compreender as formas e inferir sobre as vivências.

A Chapada foi explorada como uma unidade paisagística significativa e em constante transformação, tratada como um artefato arqueológico. Exploração da materialidade como um mecanismo de correlação entre aspectos sociais, cósmicos e ontológicos ao longo da história de longa duração. Como resultado, foi elaborado um mapa exploratório dos deslocamentos na paisagem, com a topografia agregada a esses movimentos.

A pesquisa fundamentou-se na identificação de “padrões recorrentes”, integrando atributos tecnológicos e morfológicos dos artefatos às marcas de uso, seguindo a perspectiva de Skibo (2015). Esses elementos foram correlacionados aos perfis topográficos das áreas de circulação intersítios nos oito sítios arqueológicos analisados. Dessa forma, a investigação buscou relacionar as características dos artefatos (como forma, função e desgaste) com o ambiente físico (relevo e localização), visando compreender as estratégias de ocupação e interação dos grupos com o espaço na Chapada do Araripe.

Nesse estudo em específico os “padrões recorrentes” servirão para: mapear vivências, identificando como as comunidades trabalhavam e interagiam com seu ambiente ao longo dos anos; compreender a diversidade das práticas e tradições dentro das populações tupi; conectar lugares e atividades, auxiliando a entender os diferentes lugares persistentes, buscando não apenas catalogar artefatos, mas também construir um mapa detalhado das interações culturais e sociais das populações Tupi em relação à sua paisagem.

A pesquisa se concentra na materialidade coletada em oito sítios arqueológicos, bem como no estudo da paisagem. Estes sítios estão localizados no município de Caldeirão Grande do Piauí, na divisa com os estados do Ceará e Pernambuco, especificamente no topo da Chapada, em áreas com altitudes superiores a 700 metros acima do nível do mar.

A análise adota a perspectiva teórica da Arqueologia da Paisagem e do Lugar, conforme proposta por Thomas (2001). Esta abordagem foca na relação entre as pessoas e seu ambiente. Em vez de apenas classificar objetos, busca-se entender como os indivíduos e as comunidades interagem com o espaço ao seu redor, como selecionavam os locais para suas atividades e como esses locais estavam conectados entre si, Julian Thomas (2001) é um dos proponentes dessa perspectiva, que enfatiza a importância de considerar o contexto espacial e social dos artefatos, e, porque não o contexto socio-cosmo- ontológico⁴.

Portanto, a paisagem não é apenas o cenário físico, mas um espaço vivido e experienciado. A paisagem inclui a geografia física, mas também os significados culturais e históricos atribuídos a diferentes lugares. Já o conceito de lugar refere-se a locais específicos que têm significados particulares para as pessoas. Um lugar pode ser um sítio de habitação, um local de cerimônia ou uma área de coleta de recursos (Thomas, 2001; Garcia, 2017).

As referências bibliográficas para o estudo das populações Tupi são amplas e complexas, abrangendo diversas famílias linguísticas. Cada uma delas possui suas próprias línguas e dialetos, que, apesar de aparentadas, constituem marcadores identitários específicos de cada povo. Essas famílias estão dispersas por diferentes regiões, cada qual com contextos ambientais e culturais distintos. Muitas dessas referências iniciaram com dados etnográficos pelos relatos dos viajantes, naturalistas, exploradores de culturas exóticas e mais tarde com dados linguísticos e, só nas décadas de 1960 e 1970 começaram a utilizar metodologias arqueológicas.

Essas pesquisas arqueológicas centraram-se principalmente no estudo dos conjuntos cerâmicos das populações Tupi. Elas discutiram diversos aspectos, incluindo: Dispersão - como e onde os artefatos cerâmicos foram encontrados em diferentes regiões (Roosevelt, 1991). Espaço/tempo- localização geográfica e o período histórico em que esses artefatos foram utilizados (Meggers, 1971). Formas - os diferentes formatos e designs das peças cerâmicas (Lathrap, 1970). Funções e funcionalidades - o uso prático desses artefatos, como recipientes de armazenamento, utensílios de cozinha, entre outros (Heckenberger, 2005). Variabilidade/variação artefactual - as diferenças e semelhanças entre os artefatos encontrados em diferentes locais e contextos (Silva, 2000). Estilo, e estilo tecnológico - as técnicas e habilidades empregadas na produção das cerâmicas (Sackett, 1977). Técnica de

⁴ Os principais métodos e técnicas estão relacionados ao método etnográfico, comparativo e a analogia etnográfica, em pequena escala a antropologia visual, (SILVA, 2023).

manufatura - os métodos específicos utilizados para criar os artefatos cerâmicos (Roosevelt, 1991).

Esses aspectos ajudam a entender os processos de “ensino e aprendizagem”, transmissões e inovações culturais, (Silva, 2000), revelando como as habilidades e técnicas foram “transmitidas entre gerações”. Além disso, mostram como os conhecimentos e práticas foram mantidos, preservados e reconfigurados ao longo do tempo, adaptando-se a novas condições e necessidades sem perder suas características essenciais. O estudo sobre a variabilidade e a variação dos conjuntos artefatuais desses grupos estão bem configurados no tempo e no espaço, conforme apresentado por Corrêa (2014).

No entanto, o mapeamento das vivências cotidianas e ritualísticas, com base no acervo arqueológico, na etnografia histórica e na história indígena de longa duração — enfocando a própria história indígena, e não apenas os processos de colonização e conquista (Kater e Lopes, 2021) —, a partir da abordagem teórica da Arqueologia da Paisagem e do Lugar, especialmente no semiárido do Nordeste do Brasil, ainda carece de aprofundamento. É nesse contexto que esta pesquisa se torna necessária.

Os achados arqueológicos representam uma fonte primária valiosa para compreender a dispersão das populações e as atividades desenvolvidas na paisagem ao longo do tempo. Esses vestígios materiais, sendo algumas das evidências mais antigas disponíveis, permitem uma análise profunda das práticas e da distribuição geográfica desses grupos humanos.

Paralelamente, a Etnografia histórica oferece uma perspectiva complementar, delineando as características dessas populações por meio de uma variedade de fontes, como diários de campo, narrativas de viajantes e observações de naturalistas. Esses registros fornecem percepções preciosas sobre a vida cotidiana, os costumes e as interações sociais dos povos indígenas em seus contextos históricos específicos, no entanto tem sido poucos esclarecedores quando se refere as vivências pelas diferentes regiões brasileira.

Concomitantemente, a abordagem da História Indígena em uma perspectiva de longa duração permite uma compreensão mais abrangente dos aspectos socioculturais desenvolvidos por esses grupos ao longo do tempo. Essa análise não se restringe apenas a eventos pontuais, mas busca traçar uma narrativa contínua que englobe desde as origens até as transformações sociais e culturais ocorridas ao longo dos séculos, auxiliando na identificação, compreensão para e com esses coletivos indígenas.

Ao considerarmos uma perspectiva de longa duração, inevitavelmente somos levados a refletir sobre as ideias de Braudel (1988), que nos instiga a analisar as continuidades,

mudanças e permanências que se estendem ao longo do tempo. Braudel nos lembra da importância de reconhecer as estruturas sólidas que persistem apesar das transformações temporais, destacando sua relevância para compreender as sociedades humanas.

No entanto, é crucial reconhecer que essas estruturas podem ser moldadas ao longo do tempo, sem perder sua essência cultural e étnica. Um exemplo eloquente dessa relação entre continuidade e permanência ao longo do espaço/tempo pode ser observada nas cerâmicas Tupi. A análise tecnológica permite traçar não apenas a evolução das técnicas de manufatura e dos estilos formais e estéticos, mas também revela a profunda relação entre a língua e a história de longa duração desses povos, evidenciada pela perpetuação de traços 'aprendidos' e transmitidos ao longo de gerações.

Essa relação entre cerâmica, língua e história oferece uma perspectiva fascinante sobre como os mecanismos de aprendizagem e as tradições culturais foram transmitidos ao longo das gerações, permanecendo arraigados na identidade e na prática cotidiana dos coletivos Tupi. Logo, ao considerarmos a interação entre os seres humanos e seu ambiente, a Arqueologia da Paisagem e do lugar nos convida a refletir não apenas sobre as transformações materiais, mas também sobre a continuidade cultural e as conexões profundas entre passado, presente e futuro. Essa abordagem oferece ferramentas valiosas para compreender a interação cultural entre seres humanos e o meio ambiente ao longo do tempo, evitando a dicotomia entre natureza e cultura e, ambos reconhecendo como sujeitos ontológicos.

Metodologicamente, as informações foram analisadas com base em métodos multifatoriais e comparativos, tanto entre os vários sítios arqueológicos quanto dentro de um mesmo sítio. Foram utilizados protocolos específicos para a identificação da materialidade, focando nas similaridades e diferenças observadas nos estilos decorativos, no ethos, na visão de mundo e na socio-cosmo-ontologia. A análise está organizada em dois eixos principais: o eixo espacial⁵ e o eixo socio-cosmo-ontológico,⁶ Silva (2023), abordados em planos longínquo, distante e próximo, que serão aprofundados nos capítulos seguintes.

⁵ O eixo espacial possui uma abordagem etnográfica, atuando o arqueólogo sobre o vetor da horizontalidade. Em outras palavras, ele enfatiza o uso de métodos e/ou técnicas para o entendimento da organização e o uso social dos espaços do assentamento, enfocando a inter-relação entre os materiais arqueológicos, através da confecção e análise de plantas de topo de grandes áreas de superfície (Silva, 2023, p.195).

⁶ Uma das características desta metodologia é a interpretação da cultura material, dos estilos estéticos, do "ethos", da visão de mundo, da sócio-cosmo-ontologia destas últimas. Os principais métodos e/ou técnicas deste eixo de compreensão estão relacionados ao método etnográfico, ao método comparativo, à analogia etnográfica em pequena escala ou ao marco reduzido, à antropologia visual e a novas metodologias para a interpretação da cultura material. O eixo de entendimento sócio-cosmo-ontológico está estreitamente

Essas abordagens foram aplicadas tanto ao acervo arqueológico quanto às áreas da paisagem e aos lugares persistentes, ou seja, na leitura e percepção de paisagem compreendida como a Chapada do Araripe e, aos sítios arqueológicos da área de estudo. Essa análise comparativa permitiu, por meio da interdisciplinaridade com os dados geosistêmicos, aprimorar e expandir os debates sobre as interações entre seres humanos e não humanos. Dentro do contexto das agências das coisas, onde objetos e elementos do ambiente têm um papel ativo nas interações sociais e culturais, as redes de relações são contínuas e interconectadas. Autores como Gell (1998), Meskell (2005) e Miller (2013) exploraram essa dinâmica, destacando a importância de considerar não apenas as ações humanas, mas também as influências e contribuições dos objetos e do ambiente físico.

Logo, ao adotar uma abordagem metodológica comparativa e interdisciplinar, ou multidisciplinar, é possível obter uma compreensão mais profunda e holística das complexas interações entre os seres humanos e seu ambiente ao longo do tempo e do espaço. Essa análise não apenas enriquece nosso entendimento das sociedades passadas, mas também lança luz sobre questões contemporâneas relacionadas à sustentabilidade, à conservação do patrimônio e à preservação da diversidade cultural.

Um dos maiores desafios para esta pesquisa foi compreender como as atividades estavam entrelaçadas, partindo da análise da materialidade, da paisagem e dos lugares (cenários/sítios arqueológicos). Como bem pontuado por Meskell (2005), as pessoas constroem a materialidade e, por sua vez, são moldadas por ela. Além disso, como destacou Thomas (1999), "nós tocamos as coisas, ao mesmo tempo em que as coisas nos tocam", refletindo uma perspectiva fenomenológica, como a de Merleau-Ponty (1996), que enfatiza a interconectividade entre consciência, corpo e mente. Nessa perspectiva, conseguimos discernir nuances que se diferenciavam tanto espacialmente, topograficamente e em termos de vivência, mas que se complementaram para a discussão do cotidiano e do ritual.

Assim, ao abordar o cotidiano e o ritual, buscamos compreender como essas atividades estão integradas e permeiam a vida diária das populações estudadas. Isso abrange tanto as estratégias de subsistência, incluindo atividades produtivas e sistemas de manejo, quanto as práticas cerimoniais e simbólicas que moldaram suas vivências ao longo do tempo.

conectado às disciplinas da antropologia social, da antropologia pós-social e da etnologia indígena (Silva, 2023, p.196).

Do ponto de vista arqueológico, embora esta tese não seja totalmente inédita para a coletividade Tupí no território brasileiro. Nada obstante ela representa um estudo pioneiro na Chapada do Araripe, com um recorte específico sobre o estado do Piauí em contexto semiárido, historicamente considerado desfavorável ao estabelecimento de populações agricultoras ceramistas, contextualizadas sob a perspectiva de uma expansão épica da Amazônia em direção ao litoral. A inquietação busca compreender essas vivências por meio de análises tecnológicas da materialidade identificada, associadas ao estudo da paisagem. O objetivo mais amplo é ampliar os diálogos sobre essas comunidades nas áreas semiáridas.

Deste modo, a tese está organizada em uma Introdução, seguida por sete capítulos e as considerações finais. O Capítulo 1, dividido em três tópicos, apresenta uma breve introdução sobre os povos Tupi no Brasil, abordada a partir de diferentes ciências e métodos, como Etnografia, Linguística Histórica e História Indígena de longa duração. O enfoque parte do processo histórico de incorporação dessas fontes, sob a perspectiva de longa duração, delineando centros de origem e rotas de expansão, situando essas populações no contexto do Nordeste brasileiro.

No Capítulo 2, estruturado em três tópicos, buscamos, por meio de narrativas arqueológicas nacionais e regionais, entender como a Arqueologia tem reconhecido os povos Tupi e suas materialidades ao longo do espaço-tempo. O objetivo é compreender as áreas ocupadas por esses povos, explorando o significado do litoral e do sertão para os coletivos indígenas Tupí, bem como os tipos de vestígios encontrados em ambos os contextos. Isso visa contextualizar uma Arqueologia Tupi, com uma abordagem teórico-metodológica baseada nas pesquisas realizadas no Brasil.

No capítulo 3, estruturado em dois tópicos, busca-se elucidar quem são os Tupí no Nordeste e no Piauí, como alternativa de desmistificar as áreas semiáridas, vistas apenas como locais de refúgio e transitoriedade dessas populações durante o período de apropriação das terras brasileiras pelos estrangeiros.

No Capítulo 4, utilizamos o conceito de Arqueologia da Paisagem e do Lugar, conforme discutido por J. Thomas (1996, 2001), Ingold (1993; 2000), Bender (2002) e Tilley (1994), para abordar paisagens, lugares e temporalidades persistentes. Exploramos a relação entre o centro de origem, o litoral e o sertão como alternativas viáveis para os agricultores ceramistas desenvolverem suas atividades. Nesse capítulo, também fazemos a análise da paisagem da Chapada do Araripe, como uma paisagem significativa e significante para a transformação ao longo da temporalidade.

O Capítulo 5 está estruturado em três atos principais, que apresentam a exploração, a percepção e a descrição metodológica da análise da paisagem em diferentes escalas: longínqua, distante e próxima. Além disso, o capítulo inclui 26 subtópicos detalhando as ações realizadas em cada sítio arqueológico. Nele, enfatizamos os sítios arqueológicos, evidenciados pela circulação entre os diferentes cenários analisados, e abordamos as atividades laboratoriais relacionadas à pesquisa.

O capítulo 6 apresenta os primeiros resultados obtidos por meio da aplicação da metodologia proposta, organizados em dez subtópicos. Em cada um deles, são detalhados os dados de cada cenário estudado, com o objetivo de compreender como essas informações se complementam para estimar-se se o ritualismo e o cotidiano se distinguem ou se complementam na materialidade identificada.

Já o capítulo 7 é dedicado à discussão desses resultados, abordando a integração dos dados coletados e destacando a viabilidade de conciliar aspectos cotidianos e ritualísticos nos contextos analisados.

Nas considerações finais, sintetiza-se todo o arcabouço teórico-metodológico desenvolvido ao longo da pesquisa, destacando as áreas semiáridas como ambientes tão propícios quanto remotos para discutir as vivências humanas e não humanas.

Essas vivências estão profundamente imbricadas na vida dos coletivos estudados, de modo que, mesmo ao analisar a materialidade, somos levados a um universo que deve ser compreendido de forma integrativa, jamais de maneira isolada.

CAPITULO 1

A ODISSEIA TUPÍ – UMA VIAGEM ALÉM DOS RIOS E DO MAR

“What we know is a drop, what we ignore is an ocean”
Isaac Newton, 1643-1727.

Este capítulo não busca esclarecer o que significa "ser ou não ser Tupi"⁷, mas sim embarca em uma odisseia pelas fontes bibliográficas, como a Etnografia Histórica, a Linguística Histórica e a História Indígena de Longa Duração.

O objetivo é compreender como esses coletivos indígenas construíram e continuam a construir suas histórias como povos autóctones, para além e antes da formação do Brasil, transcendendo os rios e o mar.

As fontes escritas sobre as populações Tupi em solo brasileiro são abundantes, referem-se a documentos, relatos e registros feitos por europeus, desde o início do contato colonial, que abordam a presença e a organização dessas comunidades. Essas fontes começaram a ser produzidas com a chegada dos europeus às Américas, mais especificamente no território que viria a ser denominado de Brasil, no final do século XV e início do século XVI.

Entendemos que essas primeiras fontes consistem em informações etnográficas, esses registros são considerados "fontes primárias" da história, mas também refletem a visão eurocêntrica e colonial, frequentemente carregada de preconceitos, distorções e simplificações sobre as culturas indígenas, seguidas de informações etnohistoricas, e linguística histórica. Somente mais tarde, na segunda metade do século XX, é que a arqueologia passa a integrar essa discussão, buscando conectar as informações dessas fontes com artefatos arqueológicos.

No entanto, nosso foco neste capítulo não é detalhar toda a literatura existente nem explorar toda a história desses povos que habitaram e ainda habitam esse território há mais de 5.000⁸ anos (Rodrigues, 1984; 1986). Em vez disso, nossa intenção é compreender nas entrelinhas dessas primeiras fontes as quais fazem referência a esses povos, as nuances de

⁷ “Tupi or not Tupi, that is the question” é uma frase do Manifesto Antropófago, de Osvaldo de Andrade, publicada em 1928.

⁸ Com base nos estudos linguísticos e suas estimativas cronológicas, a individualização do Proto-Tupi é estimada em 5000 anos AP, enquanto a formação da família linguística tupi-guarani data de aproximadamente 2500 anos AP (RODRIGUES, 1984; 2000; CORRÊA, 2014; 2017)

suas vivências. Em outras palavras, buscamos entender como essas fontes retratam e reinterpretam essas populações.

O cruzamento desses dados permitiu reafirmar um centro de origem para os povos tupí e mapear rotas de expansão através de diversos ambientes. Esse processo ajudou a entender com mais clareza a mobilidade, adaptações e os intercâmbios culturais dos tupí, além de contribuir para reconstruir a história de ocupação e interação desses povos em diferentes paisagens, abrangendo desde áreas amazônicas até o litoral e o sertão.

No transcorrer dessa pesquisa a Etnografia histórica é abordada como uma metodologia da Antropologia social e cultural, ao qual estamos buscando compreender como os dados para com as populações originárias do tronco linguístico Tupi em termo de solo brasileiro, passaram a ser registradas, em tempo, que se percebe como um método bastante explorado durante o colonialismo.

A proposta é analisar como a etnografia interpretou e descreveu os modos de vida das populações Tupí antes do contato europeu (período pré-colonial) e durante a colonização (período histórico), além de compreender como esse método tem contribuído para o estudo da dispersão dessas populações pelo território. Além disso, busca-se identificar de que forma essas vivências se manifestam nas diferentes regiões do Brasil.

Os primeiros registros etnográficos, por muito tempo foram considerados "oficiais"⁹, consistem em compêndios de informações coletadas por viajantes e naturalistas. Essas etnografias ou relatos históricos foram documentados em diários, jornais, cartas, desenhos e cartografias, refletindo a perspectiva europeia. Esses relatos emergiram no contexto das grandes explorações e invasões de territórios durante o período colonial, em que o objetivo central era a apropriação de recursos e a expansão territorial e, não necessariamente a descrição acurada ou a compreensão das culturas locais (Schwartz, 1988).

Dessa forma, os povos nativos eram frequentemente representados de forma distorcida, por vezes com preconceitos e julgamentos eurocêntricos, ou seja, uma perspectiva que via o mundo a partir da cultura e dos valores europeus, colocando-os como referência superior e desvalorizando outras formas de organização social e cultural. Muitas vezes, essas descrições eram mais voltadas a justificar a dominação colonial e a escravização dos povos

⁹ Ressaltamos que o termo escrita oficial retrata a lógica colonialista, entretanto não compartilhamos da ideia que as populações originárias em solo brasileiro não possuíam sua forma de escrita que para eles também é uma escrita oficial.

indígenas, do que a oferecer uma visão precisa e respeitosa de suas realidades, as primeiras representações dessas populações, como apontado por Clifford e George (2016), tinham como objetivo não entender as culturas indígenas em seus próprios termos, mas sim projetar nelas as percepções e os valores da sociedade colonial.

Inicialmente, havia uma percepção limitada sobre a presença e abundância dos povos originários habitando as diversas regiões. À medida que os europeus adentravam mais profundamente aos territórios e passavam a conviver e explorar essas áreas, as etnografias se tornaram mais frequentes, com descrições cada vez mais detalhadas, especialmente no que diz respeito aos aspectos étnicos e culturais (Cunha, 2009). Esses relatos muitas vezes se baseavam em ideias universalistas, como as de Franz Boas (1858-1942), que postulava que os mesmos fenômenos culturais e étnicos poderiam ser observados em diferentes povos ao redor do mundo (Boas, 1940). Contudo, essas observações não necessariamente refletiam as realidades locais, sendo estas moldadas por visões eurocêntricas e pelo propósito de justificar a dominação.

Para os colonizadores, a invasão de novas terras ia além da expansão territorial, significando também a exploração dos recursos naturais e das populações indígenas. A apropriação militar, política e econômica desses territórios fazia parte de um projeto imperial de dominação, que integrava dimensões culturais, científicas e econômicas (Pratt, 1992). A exploração não se restringia à captura de terras e riquezas, mas também envolvia o estudo dos povos e suas culturas, porém sempre sob uma ótica que reforçava a superioridade europeia e a necessidade de subjugação e controle dos "outros". Dessa forma, as ciências e a etnografia, embora ricas em informações descritivas, também serviam para legitimar a colonização e a exploração desses territórios e seus habitantes (Clifford & George, 2016).

No tocante, a imposição territorial, desenvolvimento político, econômico e produção científica, se ampararia melhor com uma fundamentação científica que estivesse de acordo com os princípios do reino, ou seja, devia-se enaltecer uma nacionalidade dos usurpadores. Entretanto, o poder político sempre se sobressaiu, pois os interesses econômicos eram prioritários, uma realidade que persiste até os dias atuais.

Assim, as vivências dos povos originários foram as menos documentadas e, quando registradas, muitas vezes de forma parcial ou tendenciosa, com a intenção de inferiorizá-los. Para os europeus, os povos recém-contatados eram vistos como estando em uma etapa primitiva de desenvolvimento, algo que a Europa já teria superado (Cunha, 2012).

Desta forma, para que o colonizador pudesse explorar com maior veemência as terras nativas, seus habitantes foram descritos e justificados como populações que viviam à margem da barbárie/ selvageria, chegando à degeneração. Logo as hipóteses sobre tais populações estavam fundamentadas nos preceitos teóricos do degeneracionismo, determinismo geográfico e racial (Noelli, 1996).

O determinismo geográfico é a própria metodologia do colonialismo, acionando uma violência geográfica e ao mesmo tempo uma série de discursos científicos que organizam uma hegemonia cultural e geopolítica de uma região sobre a outra, (Noelli & Ferreira, 2007).

Durante quase cem anos, o território brasileiro foi palco de diversas expedições estrangeiras, que resultaram em uma grande quantidade de fontes. Destacam-se, entre essas, os trabalhos de Martius (1794-1868), D'Orbigny (1839), Varnhagen (1849), Steinen (1855-1929) e Ehrenreich (1855-1914), que, embora inicialmente motivados pelo estudo da natureza, também assumiram como missão documentar os povos originários.

Esses foram os pesquisadores que mais influenciaram desde então a busca por elementos que façam essa sustentação de continuidade, mudança e permanência entre os Tupí antes da chegada do europeu e com os Tupí durante e pós contato. Através deles, hipóteses sobre centro de origem e rotas de expansão dos tupí, além dos rios e do mar, foram discutidas, mas em contexto em que dados científicos quase não foram apresentadas (Noelli, 1996). É notório reconhecer similaridade em seus trabalhos, porém não podemos esquecer as diferenças de concepções entre os autores.

As principais fundamentações baseavam-se na analogia com os Tupi vivos, considerando como centro de origem a área com maior concentração de indivíduos. Outro ponto relevante era a associação com o ambiente geográfico, partindo do pressuposto de que os melhores locais para habitação seriam próximos a cursos d'água, justificando-se pela redução de esforços necessários tanto para a produção quanto para a mobilidade.

Observa-se que, por muito tempo, as hipóteses fundamentadas em dados etnográficos e históricos não forneceram evidências suficientemente consistentes para sustentar a questão da expansão Tupi. Embora tenha sido alcançado um consenso sobre um centro de origem situado na Amazônia Continental sul-americana, não se chegou a uma definição precisa de sua localização geográfica (Noelli, 1996).

No que se refere a, etnografia ter pontuado o centro de origem tupi na Amazonia Continental¹⁰ reconhecendo-as como populações homogêneas, distante de serem desenvolvidas intelectualmente, ou incapazes de executar atividades necessárias para o progresso econômico e social da nação, logo “amansá-los” era o termo usado nas interpretações referindo-se a desenvolver uma comunicação possível para com as colônias militares, quanto mais civilizados, melhor operário seria um indígena (Ferreira, 2003, 2005). Contudo são termos que acabaram por deturpar grande parte da identidade, afinidade e autoridade dessas populações.

Nada obstante, os primeiros relatos etnográficos e históricos e mais tarde a gramática oficial como os dicionários e gramáticas publicadas, fazem interpretações diretas sempre inferiorizando os povos nativos, como exemplo temos o primeiro título de “O Selvagem” do General Couto de Magalhães (1876), na eminência de desenvolver um curso de língua Tupi para que assim pudessem tornar a comunicação possível entre indígenas e não indígenas, entretanto os primeiros são considerados iletrados e de pouca comunicação, logo as suas vivências seriam limitadas.

Para Lévi-Strauss (1989) a etnografia corresponde aos primeiros estágios da pesquisa: observação, descrição, trabalho de campo, constituindo um método consagrado pela antropologia, inicialmente criticada pela sua ausência de metodologias rígidas, a princípio era executada por diversos amadores, entretanto foi essa ausência de rigidez que levou a conquistar espaço em outras ciências, (Lévi-Strauss, 1989).

Para Mattos (2011)

Fazer etnografia implica em: 1) preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura; 2) introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais; 3) preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado. (MATTOS, 2011, p. 49).

Diante de tais colocações, há de se perceber que a etnografia realizada pelo europeu durante os primeiros contatos diante dos atores sociais, no caso as populações originárias, não tinham todo esse cuidado em ser ativa e dinâmica, era uma “etnografia de amadores” ou de “exploradores”. Logo, as fontes etnográficas sobre a expansão territorial e o centro de

¹⁰ Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Republica da Guiana, Suriname e Guiana Francesa

origem Tupí destacam esse processo um dos maiores debates sobre a história pré-colonial sul-americana.

O embasamento para essa expansão foi articulado posteriormente com dados provenientes da Linguística Histórica e da Arqueologia. No entanto, durante o processo de expedição, os viajantes naturalistas, embora tenham se dedicado mais a região discutida como centro de origem dos Tupi, também percorreram áreas diversas no território brasileiro.

Um exemplo notável é a expedição realizada no século XIX pelos naturalistas Von Spix e Von Martius no sertão piauiense. Eles documentaram informações detalhadas sobre a aldeia ou missão de São Gonçalo, descrevendo-a como um pequeno arraial composto por um quadrado de palhoças baixas ao redor de uma capela em ruínas, que servia como sede de uma colônia indígena.

Apesar de se tratar de uma região semiárida, como o estado do Piauí, os registros etnográficos e etno-históricos mais antigos datam apenas do início da segunda metade do século XIX, ou seja, cerca de um século após a extirpação dos territórios indígenas (Mott, 1985). Nesse período, o Brasil já havia passado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, incluindo a independência e a consolidação do modelo de formação da nação, ou seja, essas fontes foram produzidas sob a ótica do Estado nacional já consolidado, muitas vezes ignorando ou distorcendo a realidade indígena anterior.

Nessa perspectiva, que buscamos refletir uma História Indígena de Longa Duração, no intuito de perceber as vivências humanas e não humanas que culminaram em conjunto com a expansão territorial de populações que tem um tronco linguístico em comum, logo, partimos do centro de origem na Amazônia central com destino a região Nordeste do País¹¹, onde situa-se nossa área de pesquisa.

Inicialmente, as referências bibliográficas sobre as populações originárias do tronco linguístico Tupí no Nordeste estavam predominantemente associadas ao contexto litorâneo, justificadas pelo determinismo ecológico. As áreas do interior só passaram a ser discutidas mais tarde, sendo interpretadas como zonas de refúgio durante o período de contato com os europeus.

Enquanto que a “documentação oficial” é omissa em detalhes referentes aos aspectos culturais, as crônicas diárias de viagens são abundantes para algumas áreas do Brasil, porém muito reduzidas para o Piauí, excluindo informações sobre distribuição espacial e os traços

¹¹ Geograficamente, abordaremos o Brasil a partir de suas regiões, para discutir o contexto ambiental e cultural.

socioculturais das populações originárias que ocuparam o Piauí em tempos primórdios, uma vez que o objetivo desses escritos era classificá-las como populações inferiores (Mott, 1985).

Logo, A etnografia e a Etnohistória do Piauí, em comparação com outras regiões do Brasil, desenvolveram-se tardiamente, com registros fragmentados e predominantemente produzidos por missionários e autoridades coloniais. Isso se deve ao fato de que a ocupação efetiva do território ocorreu apenas a partir do século XVII, impulsionada pela expansão das fazendas de gado vindas da Bahia e de Pernambuco, diferentemente de outras áreas onde o contato entre indígenas e europeus se deu mais cedo, como no litoral. Os registros históricos, em grande parte produzidos por missionários para os governadores das províncias, refletem esse contexto. Ainda no século XVII, o padre Carvalho publicou um primeiro censo, no qual contabilizou as fazendas já estabelecidas no território, evidenciando a colonização do Piauí por meio da pecuária. Esse censo também registrou a presença de populações indígenas servindo aos fazendeiros, revelando como indígenas e não indígenas já estavam imersos nas estruturas socioeconômicas das fazendas (Mott, 1985; Furtado, 2022).

É importante observar que a Etnografia no Brasil desempenhou um papel crucial no conhecimento da diversidade populacional, cultural e linguística do país, ainda que de forma superficial. Essa metodologia teve suas raízes no colonialismo, inicialmente refletida nos relatos e impressões dos viajantes e naturalistas e, ao longo dos anos foi aprimorada em métodos e teorias antropológicas. Tornou-se essencial para o estudo das diversas etnias, povos e manifestações materiais e culturais, sendo fundamental para o acompanhamento e compreensão das populações Tupí.

Contudo, é importante reconhecer que a etnografia nem sempre abordou de forma profunda as vivências das populações originárias, muitas vezes limitando-se a descrições que as retratavam como comunidades pacatas ou, em outros casos, como rebeldes e decompostas. Por essa razão, é essencial ressignificar as informações etnográficas, integrando outras fontes ao processo de estudo para alcançar uma compreensão mais completa e precisa.

1.1 – Navegando aos compêndios da Linguística Histórica

Neste subtópico buscamos integrar a linguística histórica como uma fonte complementar, com o objetivo de identificar mecanismos que nos permitam compreender

algumas das vivências dos povos ligados ao tronco linguístico Tupí durante o período pré-colonial em nossa área de estudo.

Com base nos trabalhos de Aryon Rodrigues (1984;1986; 2000), que utilizou métodos de análise da glotocronologia, foi possível observar como as línguas, enquanto sistemas dinâmicos, mudam ao longo do tempo histórico. A glotocronologia, uma técnica que busca estimar o tempo de separação entre diferentes línguas a partir de sua taxa de mudança lexical, permite uma compreensão mais profunda do desenvolvimento das famílias linguísticas e suas interações ao longo dos séculos. Segundo Rodrigues (1986), essas transformações linguísticas não ocorrem de forma abrupta, mas sim de maneira gradual, permitindo que os grupos linguísticos sejam mapeados e rastreados em termos de suas origens.

Essa abordagem está em sintonia com o conceito de "tempo histórico" de Fernand Braudel (1988), que argumenta que as mudanças sociais e culturais ocorrem em diferentes ritmos e escalas temporais. Para Braudel, a maioria das transformações culturais e sociais acontece gradualmente, ao longo de gerações, dentro do que ele chama de tempo médio. Nesse sentido, mesmo pequenas mudanças linguísticas podem ter um impacto profundo e duradouro na estrutura sociocultural (Braudel, 1988). A linguagem, portanto, desempenha um papel fundamental na formação e reorganização das sociedades, pois suas transformações influenciam diretamente práticas culturais, relações sociais e identidades coletivas. Apesar das mudanças, certos elementos persistem ao longo do tempo, criando conexões entre passado e presente. Esses vínculos se inserem em uma dinâmica mais ampla, caracterizada pelo que Braudel define como longa duração, ou seja, processos estruturais profundos que moldam civilizações ao longo dos séculos.

Além disso, a análise de Rodrigues (1984; 1986; 2000) revela que as mudanças nas línguas podem ser vistas como reflexos das expansões, interações e adaptações dos povos ao longo do tempo. À medida que as comunidades se expandem, entram em contato com outras culturas e enfrentam novos desafios ambientais e sociais, suas línguas passam a incorporar novas influências, ao mesmo tempo em que perdem certos elementos que antes eram fundamentais para sua identidade. Assim, o estudo da evolução linguística, a partir de uma perspectiva glotocronológica, oferece uma chave importante para entender as transformações socioculturais profundas que moldam os grupos humanos ao longo dos milênios (Rodrigues, 1986; Cunha, 2009).

No caso dos povos Tupí, essas mudanças têm sido rastreadas no espaço-tempo através de sua materialidade, o que ressalta a importância de reconhecer que a Arqueologia e a

Etnografia têm contribuído significativamente para o processo de compreensão e análise linguística, colaborando assim na reconstrução de processos históricos temporalmente extensos e diacronicamente lentos da história cultural dos povos indígenas atrelada à perspectiva da longa duração (Corrêa, 2014, p. 93).

A Linguística Histórica, tornou-se imprescindível para a compreensão do estudo das línguas Tupi no Brasil, principalmente com base em uma classificação genética sustentada pelo método léxico-estatístico comparativo (Rodrigues, 1986), que proporcionou evidências para Aryon Rodrigues apresentar uma protolíngua para os Tupí, Karib e Macro-Jê (Freire, 2011).

No colonialismo, o estudo sobre as línguas tratava-se de um tópico relevante para o ordenamento social materializado nas decisões e práticas administrativas, o que levou a escolha de uma língua geral pelo reino, pois considerava-se a diversidade linguística como uma barreira para as trocas mercantis, o sistema de alianças, a expansão de influência política (Brice Heath, 1977), uma língua em comum servia não só como instrumento de conquista, mas como meio de manutenção e poder (Alfaro, 2003) dessa forma o Tupí ou Guaraní antigo recebeu a função de língua geral, usada por diversas etnias, numa grande extensão territorial continental, em partes da América do sul e por todo o Brasil sendo mais referenciada na Costa brasileira, além da região de origem (Montoya apud. Melia 2003:102), a produção de gramáticas, dicionários, vocabulários, catecismos foram produzidos com o intuito de homogeneizar as populações originárias, ao mesmo tempo que as inferiorizavam enquanto pessoas, grupos e sociedades incapacitando-os intelectualmente e socioculturalmente.

Estudos comprovaram que os povos do tronco linguístico Tupi, não eram as únicas línguas faladas no território brasileiro, tínhamos centenas de outras línguas, no entanto essas foram as línguas mais exploradas, pois continha uma ramificação de cerca de mais de 40 línguas aparentadas (Noelli, 1996), em seguida, estas foram as mais aprendidas e repreendidas pelos colonizadores, que perceberam essa necessidade como estratégia de controle para com as populações originárias. Para Ayrosa (1943) a língua Tupí era uma língua bibliograficamente pobre em relação a importância que teve para a história do país, logo no Brasil a trajetória das línguas gerais¹² e o contato com as demais línguas não receberam atenção como nos países da América Hispânica.

¹² Registrado na documentação do período colonial como uma nomenclatura genérica para designar aquela classe de línguas faladas na América do Sul em condições de contato entre europeus e povos indígenas.

Todavia, há de reconhecer que essa visão é de um outro contexto histórico do início do levantamento e registro de dados para o período pré-colonial e durante o processo de invasão, no contexto atual a diversidade das línguas Tupí possui uma riqueza de detalhes e um empoderamento que vem sendo retomado pelas sociedades indígenas, ainda que tímida na academia.

No tocante a esta pesquisa consideramos povos Tupí a partir do tronco linguístico, pois entende-se que a partir de então surgiram suas ramificações, entretanto não nos debruçaremos sobre as ramificações. Quanto a isso, que fique claro que, não estamos considerando como populações homogêneas, ou nos referindo a um só povo, a uma só família, ao contrário disso, buscamos perceber como a língua diversifica as estruturas sociais e culturais, pressupõe mudanças, continuidades culturais e a partir disso reconhecer as diversidades de vivências e de povos aparentados em território brasileiro, para que assim possamos inferir um continuum entre o centro de origem, a língua de origem e a nossa área de estudo.

A Linguística Histórica busca compreender as interações entre a evolução das línguas e as transformações do arcabouço social. Sua trajetória é marcada por dois períodos distintos. O primeiro, de 1786 a 1878, corresponde à formação e consolidação do método comparativo, culminando na publicação do manifesto dos neogramáticos. O segundo, que se estende de 1878 até os dias atuais, é caracterizado por uma tensão entre duas grandes correntes interpretativas. A primeira dá continuidade ao pensamento neogramático¹³, incorporando influências do estruturalismo e, posteriormente, do gerativismo, ao defender que as mudanças linguísticas ocorrem internamente, condicionadas pela própria estrutura da língua. A segunda, embora também enraizada no pensamento neogramático, baseia-se nos estudos da dialetologia e da sociolinguística, argumentando que a mudança linguística deve ser compreendida tanto a partir de fatores internos quanto em articulação com o contexto social em que os indivíduos estão inseridos. (Faraco, 2005; Navarro, 2020).

No entanto o interesse ou o início nas análises sobre as origens e evolução das línguas vem dos intelectuais europeus nos estudos sobre as civilizações antigas, como por exemplo o estudo sânscrito sobre a língua clássica dos hindus (Índia) destacando as semelhanças entre o latim e o grego (Saussure, 1970).

¹³ O pensamento neogramático surgiu no final do século XIX com um grupo de linguistas alemães conhecidos como neogramáticos que propuseram uma abordagem rigorosa e sistemática para o estudo da mudança linguística (Faraco, 2005).

Na década de 1950, ou seja, quatro séculos após a invasão europeia no Brasil, Mason (1950) pontuava que a região da América do Sul continuava com ausência de conhecimento acerca das línguas nativas e que o Brasil por conter uma parte extensa da América tinha uma responsabilidade sobre isso. É que até aquele momento não havia nenhuma língua nativa brasileira documentada satisfatoriamente, Segundo Rodrigues (1963) antes e depois de Oiticica¹⁴ inumeráveis apelos foram feitos para proceder com a documentação científica dos idiomas sul americanos (Rodrigues, 1963).

Para que haja uma documentação científica satisfatória, é necessário que se estabeleça métodos e metodologias com cunhos científicos capazes de ser testadas e confirmadas na medida em que são avaliadas. No ano de 1957 com o estabelecimento do Summer Institute of Linguistics em convênio com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, providos de investigadores estabelecia-se os primeiros métodos da moderna linguística descritiva com o intuito de estudar sistematicamente as línguas indígenas no Brasil (Rodrigues, 1963).

No entanto, ao longo da história, diversos pesquisadores se dedicaram ao estudo das línguas Tupi, mesmo que pertencessem a outros departamentos de pesquisa. Vale destacar uma iniciativa significativa: a criação de uma cadeira de Língua Tupi na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo. Esta cadeira, única até os dias atuais, foi estabelecida pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da república em 1954. Nos anos 1960, houve tentativas de instalar cadeiras semelhantes em Salvador, Rio de Janeiro e Curitiba, porém essas iniciativas não perduraram por muito tempo (Navarro, 2020).

A Tupinologia era estudo clássico, filológico, interessava aos modelos de intelectuais que dominavam os quadros acadêmicos brasileiros na primeira metade do século XX, pois a língua servia não só como instrumento de conquista, mas como meio assimétrico de poder (Alfaro, 2003).

Com o advento do estruturalismo no mundo ocidental, os estudos tupinológicos perderam espaço nas faculdades de Filosofia. As análises estruturalistas, ao privilegiarem o estudo das estruturas linguísticas de forma sistemática e abstrata, distanciaram-se do ensino e da valorização de línguas indígenas como o Tupi. Além disso, a marginalização dessas línguas também estava alinhada ao projeto colonial e nacionalista, que buscava desarticular a identidade indígena por meio da imposição do português como língua dominante. Nesse contexto, o ensino do Tupi foi gradativamente suprimido, reforçando a tentativa de apagar a

¹⁴ Percursor do método em estudo das línguas sul-americanas. Boletim do Museu Nacional Separata, vol. IX, n. 1, p. 41-81. 1933.

memória linguística e cultural dos povos originários. Contudo, embora o estruturalismo tenha contribuído para a mudança no foco dos estudos linguísticos, o desaparecimento dos estudos tupinológicos está mais relacionado ao projeto político e ideológico de imposição da língua portuguesa e de negação da diversidade linguística do Brasil, (Navarro, 2020).

Nos primeiros anos do contato europeu, a Linguística Histórica, enquanto disciplina estruturada, ainda não existia como a conhecemos hoje, mas houve esforços de missionários, cronistas e viajantes no registro das línguas indígenas. Esses registros, embora imprecisos e frequentemente distorcidos por perspectivas coloniais, que considerava os povos indígenas como vítimas de sua própria incapacidade de lidar com as consequências do colonialismo (Silva e Noelli, 2015) ainda assim foram fundamentais para os estudos posteriores sobre as línguas indígenas e suas relações genealógicas.

Do mesmo modo, a Linguística Histórica ainda desempenhou um papel fundamental no registro histórico da diversidade dos povos, por meio de debates sobre centros de origem e rotas de expansão. Esses debates foram complementados por dados arqueológicos, que revelaram aspectos do período anterior à chegada dos europeus, evidenciando uma diversidade étnica e sociocultural no território brasileiro. Esses dados apontam para uma cronologia espaço-temporal de aproximadamente 5.000 anos na Amazônia, especificamente na região do rio Madeira, em Rondônia além de reafirmar como o centro de origem Proto-Tupi (Corrêa, 2014).

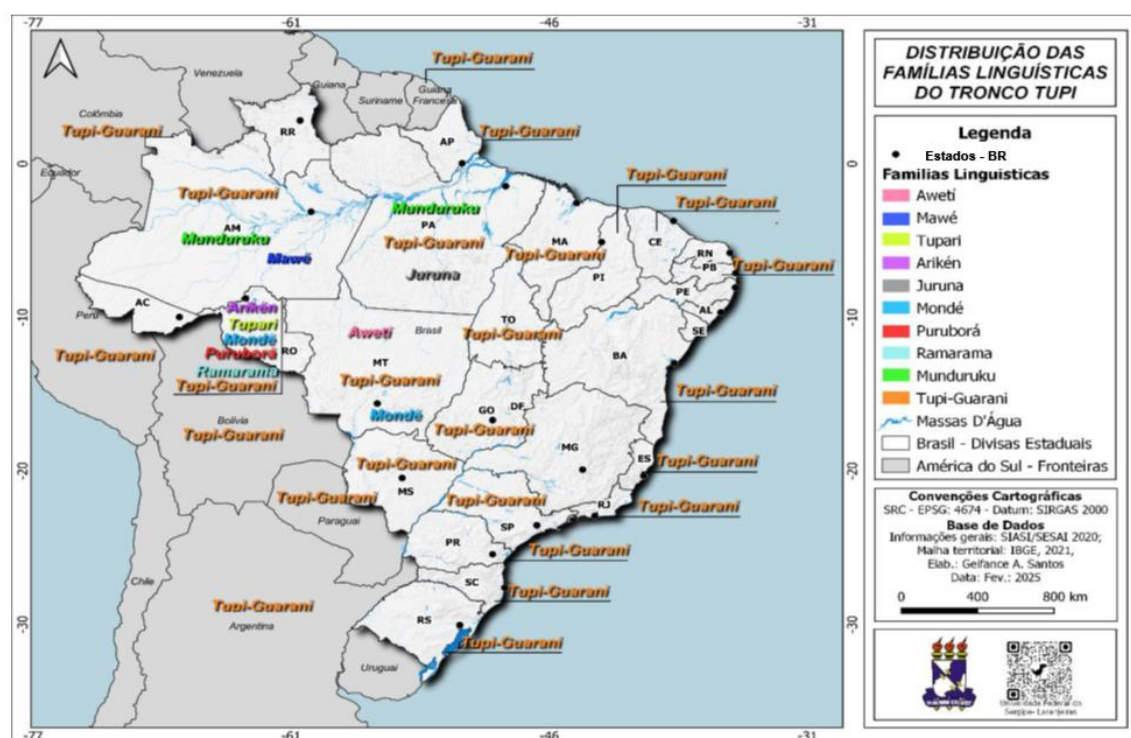
O mesmo autor afirma que

Na atualidade, coexistem dois modelos de expansão dos povos tupi, com contribuições da linguística e arqueologia: a) o modelo de Lathrap/Brochado, corroborado no que concerne às rotas de expansão pela proposta de Mello e Kneip; e b) o modelo de Meggers, corroborado em relação ao centro de origem e rotas de migração pelas proposições de Urban e Rodrigues (CORRÊA, 2014, p. 120).

Conforme essa descrição, o modelo "a" propõe um centro de origem e dispersão para os povos Tupi, com os Guaraní migrando para o sul, os Tupinambá se dirigindo para o sul e sudeste, ocupando toda a costa brasileira, e outros povos Tupi expandindo-se da Amazônia para o nordeste e algumas regiões ao norte (Corrêa, 2014, p. 121. Grifo nosso). Já o modelo "b" sugere um centro de origem tupi na Amazônia, com uma primeira leva de Proto-Tupi originando outras famílias linguísticas, entre as quais a Tupi-Guarani se destaca por sua maior influência e dispersão, formando um novo centro ainda na Amazônia. Nesse modelo,

parte dessa família retorna ao centro de origem, enquanto os Tupinambá se expandem pela costa brasileira até o Sudeste, onde quase se encontram com os Guarani (Corrêa, 2014; Nogueira 2011; grifo nosso).

Com base nos dados de 2020 do SIASI/SESAI e FUNAI, disponibilizados no site do Instituto Socioambiental sobre as populações indígenas brasileiras contemporâneas, elaboramos o Mapa 1, que representa a distribuição dos povos indígenas de tronco linguístico Tupi, destacando suas respectivas famílias linguísticas no território brasileiro.



Mapa 1:Distribuição das Famílias Linguísticas do tronco Tupi (Fonte: SANTOS, 2025).

Conforme indicado no Mapa 1, são reconhecidas dez famílias linguísticas filiadas ao tronco tupi, cada uma representando um conjunto de línguas originárias faladas por diferentes povos indígenas. Entre elas, a família Tupi-Guarani se destaca como a mais amplamente dispersa, abrangendo uma vasta extensão geográfica que se estende da Amazônia reconhecida como seu centro de origem ao sul, leste e oeste do país. Essa ampla distribuição reflete não apenas a mobilidade histórica dos grupos falantes dessa família, mas também processos de ocupação territorial, interações culturais e adaptações ambientais ao longo do tempo. Além disso, a presença da família Tupi-Guarani em diferentes biomas evidencia a diversidade de estratégias de subsistência e organização social adotadas por seus povos, influenciando significativamente a formação histórica e cultural do Brasil. Além desse impacto, dados recentes apontam a crescente reivindicação de comunidades indígenas

pelo reconhecimento de suas ancestralidades, como ocorre com os Tabajaras e os tupinambás no Piauí e na Paraíba.

No dendograma a seguir (Imagem 1), estão representados os povos e línguas pertencentes a essas famílias linguísticas. A família Tupí-Guarani é uma das mais extensas dentro do tronco Tupí, abrangendo diversas línguas historicamente faladas, sendo a maioria ainda em uso atualmente, distribuídas em oito (8) grupos.

No Anexo 1, são apresentadas informações detalhadas sobre os troncos e famílias linguísticas, incluindo a relação entre povos e línguas, suas autodenominações e outros nomes pelos quais são conhecidos, além de dados demográficos atualizados sobre os povos indígenas no Brasil.

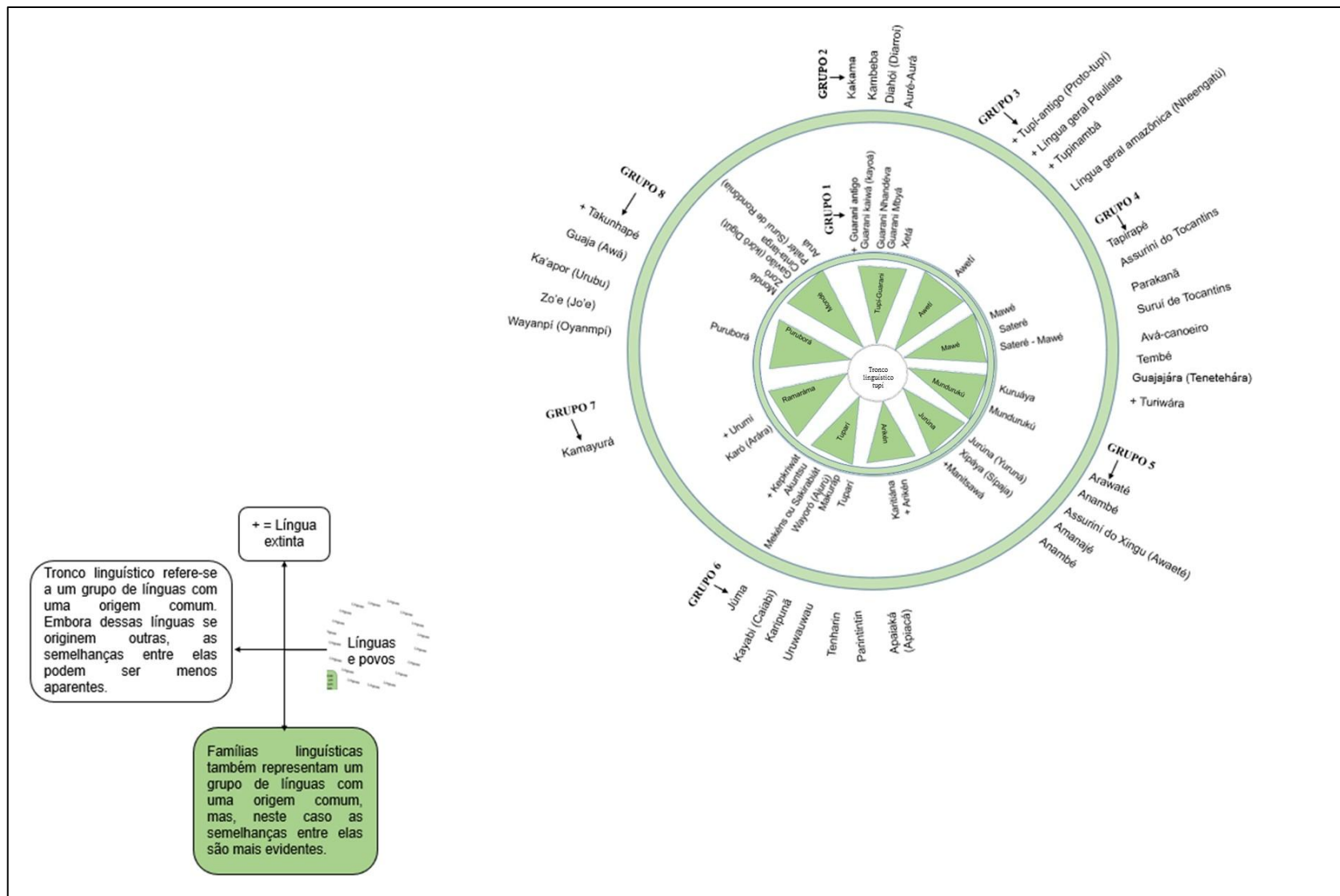


Imagem 1: Dendograma 1 - tronco linguístico Tupí e suas línguas e povos (Fonte: Costa, 2025).

A partir da perspectiva de expansão e exploração dos dados da Linguística histórica, em associação com dados Etnohistóricos, buscamos compreender as vivências dos Tupi no Piauí, tanto no período que antecede a invasão europeia, quanto durante o processo de colonização nas regiões interioranas do Brasil. O foco principal está no território da Chapada do Araripe, em nossa área de estudo. As fontes da linguística histórica oferecem uma chave fundamental para compreender a manifestação desses processos, conectando as mudanças e semelhanças observadas aos dados materiais revelados pela arqueologia.

Diante dos eventos mencionados, propomos uma reflexão contemporânea por meio da perspectiva da História Indígena de longa duração. Essa abordagem oferece a oportunidade de traçar uma visão de longo prazo, utilizando um arcabouço teórico inclusivo e sensível ao contexto contemporâneo.

1.2 – Ancorando sobre a perspectiva da História Indígena de longa duração

Nos últimos anos, com a ampliação de novas abordagens teóricas no campo arqueológico, o estudo para e com as populações indígenas tem se concentrado em revisar as narrativas construídas sobre esses povos. O objetivo é entender a complexidade da existência antes do contato e da resistência desses povos durante o processo de invasão europeia, com o intuito de reconstruir narrativas mais inclusivas e menos eurocêtricas (Almeida, 2017).

O “boom” dessa discussão ganha novas perspectivas na medida em que se abrem leques para contestar a visão do invasor, para isso a historiografia precisou e ainda precisa ser revista, pois cada argumento foi construído em um determinado tempo e espaço, logo cada escrita encontra-se inserida em um contexto histórico como nos lembra (Certeau, 2011).

Logo, para essa ocasião uma das vertentes aqui estruturadas é a História Indígena de longa duração como enfoque na própria história indígena e não nos processos como colonização e conquista (Kater e Lopes, 2021).

A *longue durée* (tempo longo), conforme Braudel (1988) enfatiza a análise de estruturas permanentes e profundas, como padrões geográficos, sistemas econômicos e mentalidades coletivas. Em contraste, o tempo médio (*conjunturas*) aborda processos econômicos, sociais e culturais que se estendem por décadas ou séculos. Essa perspectiva nos mostra a oportunidade de perceber como as histórias dessas populações não são uniformes, contudo suas continuidades e transformações levam um tempo longo para serem

modificadas e podem ser dispersas nas diferentes paisagens e contextos geográficos. Assim, a conexão entre esses processos pode ser identificada por meio da materialidade, associada a etnografias e à linguística histórica, e é claro o estudo do contexto, tomando o cuidado para não seguir uma única analogia, ou uma analogia direta, pois estamos lidando com percepções de mudanças, distancia cultural e geográfica que estão imersas na mentalidade coletiva, e por conseguinte nos sistemas econômicos que são moldados no decorrer dessas estruturas.

Não obstante a história das populações Tupí, é a própria história das populações originárias do Brasil, no sentido de que a cronologia desses povos, os levam a um passado distante e, que esse passado foi rastreado e disperso no território através dos vestígios arqueológicos, entretanto nesse cenário de dispersão, algumas paisagens e lugares são encontrados apenas vestígios de suas vivências e mobilidades. Ou ainda, em áreas reocupadas por populações não-indígenas, essas dão indícios que contam que há elos que conectam as formas de existir, seja por uma herança agrobiológica das florestas que orienta o manejo atual, seja por uma associação através dos vestígios arqueológicos presentes nos solos de comunidades ou pelas reutilizações da paisagem como roçados (Kater e Lopes, 2021), como no exemplo a seguir.

O exemplo apresentado nesta pesquisa mostra uma paisagem moldada e transformada ao longo do tempo tanto por povos indígenas ceramistas quanto por agricultores contemporâneos. Nesse contexto, é essencial reconhecer uma temporalidade da paisagem em contínua mudança (Ingold, 1993), ainda que esses processos não sejam necessariamente integrados.

Logo, dos oito sítios arqueológicos estudados nesta pesquisa, três estavam localizados em áreas de roçado, que foram utilizadas até recentemente pelos sertanejos. Isso representa áreas em plena transformação cultural e ambiental. A materialidade desse contexto e seu processo tecnológico nos remetem a uma cronologia que remonta aos povos originários, com um centro de origem linguística comum na região amazônica.

Assim, ao discutir as vivências dos Tupi na Chapada do Araripe por meio de sua materialidade e da paisagem (contexto geográfico), referimo-nos a uma longa duração que os conecta aos processos de aprendizado, agenciamento cosmo-ontológico e linguístico, padrões geográficos, ligados aos modos de vida. Esse enfoque abrange recortes temporais específicos que, ainda assim, mantêm um elo de continuidade (Ingold, 1993). Esses elos referem-se à continuidade cultural e à relação intrínseca entre os povos Tupi e seu ambiente ao longo do tempo. Incluem práticas de subsistência, organização espacial, e cosmologia,

que moldam a maneira como esses povos perceberam e interagiram com a paisagem, portanto, constituem um vínculo entre passado e presente, onde as práticas cotidianas, a espiritualidade e a relação com a terra definiram a identidade cultural e a resiliência das comunidades Tupi na Chapada do Araripe, por uma longa temporalidade.

Portanto a materialidade tem contribuído para a compreensão da história sociocultural de diferentes contextos, sobretudo em panoramas de grade diversidade linguística e arqueológica como tem sido o caso dos povos Tupí.

Segundo Bespalez (2015).

A utilização da longa duração como uma ferramenta para compreensão das interações socioculturais e ecológicas ao longo do tempo estabelece as várias trajetórias históricas pelas quais é possível observar como esses territórios se tornam um mosaico cultural, tendo como parâmetros padrões de assentamento, produção cerâmica, ocupação da paisagem, morfologia e organização social, tecnologias e documentos históricos (BESPALEZ, 2015. Apud. KATER E LOPES, 2021).

À medida que aspectos de longa duração, como os mencionados acima, são identificados, é possível refletir sobre as memórias indígenas e os lugares significativos, bem como esses aspectos se relacionam com questões como parentesco, aliança, guerra e formação do território, entre outros (Jácome, 2017).

Isso se reflete nas escolhas feitas durante o processo de ocupação, na forma como as aldeias e acampamentos são estabelecidos, no manejo da paisagem, entre outras. Esses conhecimentos são adquiridos ao longo do processo de ensino-aprendizagem e são transmitidos através de várias gerações, influenciando as escolhas feitas no presente (Garcia, 2017; Jácome, 2017; Rocha, 2017; Kater e Lopes, 2021). É importante ressaltar, contudo, que nem todas essas características serão identificadas ou reproduzidas da mesma forma em todos os contextos ou em todas as famílias ligadas ao tronco linguístico Tupi; ainda assim, muitas podem ser associadas entre si.

As populações indígenas Tupí têm seu histórico de povos que desenvolveram um bom domínio da paisagem, com pesquisas demonstrando que os territórios de alguns desses povos eram conquistados, manejados e utilizados por longos períodos. Isso é um aspecto importante a ser considerado no estudo da expansão (Noelli, 1993).

Através de estudos arqueológicos, foi possível verificar que os Tupí mantinham posse de seus territórios por longos períodos, expandindo-se para novas áreas sem necessariamente abandonar as antigas (Brochado, 1984; Scatamacchia, 1990; Noelli, 1993, 1996). Quando

eventualmente abandonavam essas áreas, isso ocorria por razões como crescimento demográfico, mudanças sociopolíticas que resultavam no fracionamento das aldeias, exploração de novas regiões ou conflitos com outros grupos indígenas não Tupí. Esse ciclo de conquista, manejo e eventual abandono dos territórios reflete o verdadeiro ato de existir e reexistir dessas populações.

1.2.1 - Entre o existir e o reexistir

O período anterior à invasão do “outro”, antes dos primeiros contatos com os não indígenas e dos confrontos diretos, pode ser compreendido como uma fase em que as populações indígenas viviam sem interferência externa, seguindo suas próprias normas culturais, econômicas, sociais e espirituais, desenvolvendo suas tradições e modos de vida de forma autônoma.

Ainda assim, não devemos imaginar que esses povos formavam um bloco monolítico ou uma sociedade homogênea. É essencial reconhecer as alianças e os conflitos entre diferentes povos (Cavalcanti, 2011), uma vez que essas relações eram moldadas por vivências humanas e não humanas. Muitos dos conflitos entre povos indígenas antes da colonização surgiam por razões diversas, frequentemente relacionadas a disputas territoriais, defesa, alianças e rivalidades culturais ou simbólicas. No entanto, esses confrontos envolviam outros povos não ocidentais com quem mantinham certa simetria organizacional, o que os tornava os confrontos menos intensos ou letais. Essa dinâmica contrastava com o cenário imposto pelos colonizadores, que introduziram armas letais, doenças, práticas de escravidão e de guerra total (Cunha, 1992; Ribeiro, 1995; Fausto, 1992).

Os relatos dos cronistas, viajantes e naturalistas desempenharam um papel expressivo no apagamento das histórias dos povos indígenas, impondo visões externas negativas sobre essas culturas. Não obstante, mesmo nas entrelinhas desses relatos, são encontrados indícios de vivências de um passado distante, em que as sociedades indígenas existiam de maneira autônoma, antes das influências e interferências externas trazidas pelo contato com europeus e outros povos não indígenas.

Trata-se de uma temporalidade em que os povos originários desenvolviam seus modos de vida conforme suas próprias cosmologias, conhecimentos ambientais e normas de organização social. Esses indícios servem como pontos de partida para a Arqueologia rastrear a existência dessas populações através da materialidade, das tradições orais e, por que não, da própria etnografia, embora seja importante considerar outras fontes além dessas (Viveiros de Castro, 1996a).

A partir do contato com os colonizadores europeus, inicia-se um período de resistência, que se refere às diversas formas de luta e adaptação dos povos indígenas diante das imposições e violências resultantes da colonização. Esse período foi marcado por doenças, racismo, genocídio e agressões culturais e físicas, impactos diretos das interferências ocidentais que estabeleceram uma relação de poder assimétrica com os povos indígenas. Torna-se evidente que, embora de maneira desigual, todos os povos indígenas sofreram profundas transformações culturais em decorrência da imposição colonial que se consolidou nas Américas a partir do final do século XV (Cavalcante, 2011).

Nesse sentido, a história indígena não pode ser dissociada dos processos coloniais que envolveram tanto os povos indígenas quanto outros povos não indígenas. A história indígena e os processos coloniais estão profundamente entrelaçados, e compreender a trajetória dos povos indígenas sem considerar os impactos da colonização seria desconsiderar como a colonização alterou e moldou suas culturas e identidades, assim como fez com outros povos, como as sociedades afrodescendentes. Essas sociedades não se limitam apenas aos povos originários da África, mas também às populações que, por meio da diáspora africana, criaram e transformaram culturas, identidades e estruturas sociais em várias regiões, especialmente nas Américas.

Diante dos fatos mencionados, é fundamental que a História Indígena represente os povos indígenas como sujeitos históricos ativos, carregados de memórias coletivas que preservam e transmitem princípios e valores sociais, culturais e étnicos ao longo das gerações. Isso implica reconhecer a História Indígena como uma narrativa de longa duração, e, no nosso caso, uma arqueologia indígena que também abarca um longo período histórico.

Para entender a longa trajetória dos povos Tupí, entre o “existir” e o “reexistir,” recorreremos à etnografia colonial, que documentou com frequência as movimentações dessas populações em seus territórios originais, caracterizadas por sua grande população homogênea e monótona. Sem embargo, a etnografia colonial, na maioria das vezes, negligenciou as formas de existência desses povos, ignorando que eles frequentemente se mobilizavam para evitar o contato direto com colonizadores ou com grupos parentes que pudessem gerar disputas territoriais. O território, para os nativos, é visto como uma extensão de sua identidade coletiva, englobando locais sagrados, história ancestral e tradições transmitidas ao longo das gerações.

A reexistência era uma forma de defesa de seus domínios territoriais, ou talvez uma forma de ignorar o que não contribuía para suas sobrevivências. Como observou Manuela

Carneiro da Cunha (1992), durante muito tempo os indígenas não foram apenas vítimas da eliminação física e simbólica, mas também da eliminação enquanto sujeitos históricos.

É conhecido na história dos povos Tupi, que eles foram pacíficos e curiosos quando lhes ofereciam algo de interesse mútuo, como objetos pessoais advindos de outras culturas, ou mesmo quando aceitavam alianças para confrontar outros parentes indígenas que tinham interesse em dominar suas terras. Por isso, foram descritos como antropofágicos e que gostavam de desordem. Pois as sociedades colonizadoras não compreendiam as sociedades indígenas organizadas de forma mais flexível, sem estruturas políticas centralizadas ou sem noções de propriedade privada semelhantes às ocidentais, interpretavam essa organização como "desordem" ou "falta de disciplina"(Lévi-Strauss, 1989; Fausto, 1963/2010; Castro, 2002).

Além disso, muitos desses relatos não compreendiam as formas de organização social, espiritual e de tomada de decisões coletivas dos povos indígenas, que eram eficazes e profundamente ajustadas ao modo de vida dessas sociedades. Esses preconceitos se refletiram na literatura etnográfica inicial, contribuindo para uma visão distorcida e frequentemente negativa das culturas indígenas. No entanto, é importante destacar que esses povos resistiram para preservar suas comunidades, culturas e territórios frente aos invasores, tanto indígenas quanto não indígenas (Castro, 1992).

Nesse sentido, é importante reconhecer que dentro desses processos, os povos indígenas também foram agentes que criaram seus próprios mecanismos de reexistências (Pacheco de Oliveira, 1999), tais como:

A manutenção e fortalecimento das práticas culturais envolvem para os povos indígenas a continuidade das tradições, onde saberes, rituais e histórias são preservados e transmitidos de geração em geração. Esse processo assegura a vivência de seus costumes e valores, promovendo a reexistência contra o apagamento cultural.

A defesa da autonomia e dos direitos territoriais vai além da resistência política. Para os povos indígenas, trata-se da proteção de uma relação espiritual, cultural, natural e de sobrevivência com o território. O conceito de território, para eles, abrange a preservação de suas formas de vida, a proteção de suas fontes de sustento e a manutenção de suas estruturas sociais. As lutas por direitos territoriais estão, assim, profundamente conectadas à defesa da continuidade de suas práticas ancestrais e à liberdade de viver conforme suas cosmovisões.

O sincretismo religioso, em muitos casos, reflete a adaptação das crenças indígenas à imposição de influências externas, como o cristianismo, criando formas híbridas que

permitiram a continuidade da espiritualidade indígena. Essa estratégia possibilitou a manutenção dos elementos espirituais essenciais, ao mesmo tempo que integrou aspectos do novo contexto imposto pela colonização.

A construção de alianças com outros grupos indígenas e com movimentos sociais mais amplos foi essencial para fortalecer a reexistência. A articulação política se intensificou, visando o reconhecimento de direitos, como a demarcação de terras indígenas e o direito à autodeterminação, criando uma rede de apoio que fortaleceu as lutas por direitos territoriais e culturais.

A manutenção do conhecimento tradicional, em áreas como medicina, agricultura, ecologia e linguística, tem sido um pilar de resistência. Esses saberes não só servem para resistir à imposição de novas práticas, mas também para fortalecer as comunidades, garantindo a continuidade das formas de organização e subsistência.

A continuação e fortalecimento das línguas indígenas se tornaram um mecanismo crucial de reexistência. Por meio da língua, os povos mantêm não apenas a comunicação cotidiana, mas também os saberes, histórias e cosmologias que são fundamentais para a compreensão e adaptação dos povos Tupí ao seu ambiente e ao contexto sociopolítico.

Mesmo em regiões onde os povos Tupí ou outros povos indígenas não estão mais presentes de forma física, como o que aconteceu em nossa área de estudo, a análise de suas reexistências e a continuidade de suas vivências podem ser sustentadas pela presença de vestígios culturais, sociais e territoriais que permanecem no ambiente. Esses resquícios, como sítios arqueológicos, elementos linguísticos, tradições preservadas em outras populações, e até práticas culturais adaptadas, indicam a persistência das influências dessas sociedades na formação e desenvolvimento das regiões ao longo do tempo. Essas influências não são apenas fragmentos do passado, mas uma parte ativa e dinâmica da história e identidade das populações em questão.

Assim, essa odisséia contribui para pensarmos vivências das populações Tupi no semiárido nordestino. Embora esses povos não estejam fisicamente presentes nos locais onde encontramos seus vestígios materiais, suas histórias permanecem vivas na memória coletiva e, possivelmente, na ressignificação feita pelos povos indígenas contemporâneos em solo piauiense.

Essa ressignificação só será plenamente alcançada quando o pesquisador da história indígena - e, por que não, da arqueologia indígena - considerar os contextos históricos como fundamentais para compreender os processos ao longo do tempo, seja na longa duração ou

em períodos mais recentes. A construção dessas narrativas, porém, deve ser feita de forma colaborativa, com, pelos e para as populações indígenas.

NARRATIVAS ARQUEOLOGICAS PARA UMA ARQUEOLOGIA TUPÍ

É assim que adere à narrativa a marca de quem narra,
como a tigela de barro a marca das mãos do oleiro
(BENJAMIN, 1994).

As narrativas arqueológicas são relatos de eventos ocorridos no passado, apresentados no presente e com uma aspiração de ressignificação no futuro. Elas começam a ser contadas a partir do momento em que os arqueólogos iniciam seu processo de investigação desses eventos. Logo, essas narrativas devem ser contextualizadas com base no ambiente em que a materialidade humana foi evidenciada, a fim de compreender o contexto dos artefatos recuperados no registro arqueológico (Schiffer, 1987, p. 4). Isso permite inferir a quem esses artefatos pertenciam e suas atribuições.

O interesse pelo passado humano antecede em séculos a formalização da Arqueologia como disciplina científica (Barreto, 1999/2000; Funari, 2013). No Brasil, embora a Arqueologia tenha se estabelecido como disciplina científica apenas no século XX, seu foco principal tem sido a reconstrução das narrativas das populações que precederam a chegada dos exploradores, configurando-se como uma ciência voltada para tempos passados.

No entanto, nos últimos anos, as abordagens contemporâneas voltam-se para a construção, ou a reconstrução de narrativas relacionadas às populações mais recentes, com o intuito de construir um entendimento mais completo, para e com essas populações, contextualizando suas vidas, culturas e interações. Essas narrativas buscam preencher lacunas no conhecimento histórico, proporcionar oportunidades de fala a grupos anteriormente marginalizados e fornecer uma visão mais inclusiva e diversificada do passado.

Nessa sequência de eventos, ou investigação das materialidades, foi estabelecida uma cronologia de mais de 5.000 anos AP para os povos Tupí no Brasil, obtidas por meio de cronologias absolutas e relativas realizadas nos artefatos arqueológicos em concomitância com dados etnográficos (Noelli, 1993,1996). O passado, enquanto herança cultural, desempenha um papel crucial na constituição das identidades atuais e no sentimento de pertencimento aos lugares, especialmente diante da homogeneização de costumes em escala global (Hodder, 1992; Corrêa, 2014).

Ao elaborar narrativas arqueológicas voltadas para uma Arqueologia Tupí, é fundamental contextualizar essas populações tanto no período que antecede a invasão europeia quanto nos processos de transformação que se desenrolaram ao longo do tempo após o contato e a ocupação colonial. Compreender a continuidade e a evolução cultural dessas populações é crucial para refutar a ideia, amplamente difundida em fontes historiográficas, de que elas teriam sido exterminadas durante o processo de colonização.

Essas narrativas têm seus primeiros "relatos oficiais" construídos pelos europeus, respaldados pela etnografia, no estudo dos povos indígenas, sob a perspectiva de sociedades consideradas inferiores (Cunha, 1992). A historiografia brasileira, por muitos anos, reforçou uma visão colonizadora que descrevia os territórios indígenas como carentes de recursos de acordo com os princípios ocidentais. Essa perspectiva resultou em narrativas que enfatizavam conflitos, dominação e a criação de aldeamentos, onde os indígenas eram concentrados em colônias militares, (Oliveira, 2014).

Diante dessas fontes, torna-se essencial reconstruir novas abordagens para a revisão e retratação historiográfica, conforme destacado por Monteiro (1995). Isso implica reconhecer não apenas os impactos da colonização, mas também as reexistências dessas populações, ou seja, suas formas de resistência, adaptação e continuidade ao longo do tempo. Ao considerar a história de longa duração e a permanência dos coletivos indígenas, é possível compreender como suas línguas e culturas se mantiveram vivas, apesar dos constantes ataques e violências impostas pelos não indígenas (Achinte, 2009).

Perante os pontos mencionados, torna-se evidente a necessidade de a Arqueologia adotar novas abordagens teóricas e metodológicas na revisão e reconstrução do conhecimento sobre as populações originárias. Por muito tempo, a disciplina se baseou em perspectivas distantes da realidade desses povos, fundamentando-se em teorias eurocêntricas com tendências estruturalistas e americanistas, influenciadas pelo neoevolucionismo e pela ecologia cultural (Barreto, 1999/2000; Corrêa, 2014). Embora tenham sido fundamentais para reformular o estudo das sociedades, o neoevolucionismo e a ecologia cultural foram criticados por ainda apresentarem um certo determinismo ambiental e por não considerarem adequadamente a agência dos povos indígenas em seus próprios processos históricos e culturais.

Nesse contexto, a Arqueologia no Brasil desenvolveu-se em duas vertentes distintas: a influência francesa e a americana. Alguns pesquisadores, influenciados pela abordagem teórica francesa, concentraram-se em contextos pré-ceramistas e adotaram métodos de

escavação em larga escala para reconstruir os solos. Esse método permitiu observar padrões de assentamento, com o objetivo de discutir a antiguidade dos americanos, as técnicas de transformação e a adaptação ao ambiente.

Seu foco era a investigação da antiguidade brasileira, porém, ao se depararem com contextos cerâmicos, muitas vezes não consideravam os dados etnográficos (Barreto, 1999/2000). Além disso, tratavam os vestígios encontrados como algo “inédito”, como se não houvesse uma ligação étnica, histórica ou cultural (Noelli, 1993, p. 40). Nessa perspectiva, esses pesquisadores acabaram se distanciando da reafirmação de uma Arqueologia Tupi, ou até mesmo da reconstrução de uma narrativa histórica dos povos Tupi, haja vista que estes povos são detentores da produção de artefatos cerâmicos.

Um exemplo significativo são as pesquisas arqueológicas realizadas no estado do Piauí. Durante as décadas de 1960 e 1970, a região da Serra da Capivara tornou-se foco de estudos conduzidos pela missão franco-brasileira. Inicialmente, as pesquisas deram especial atenção às pinturas rupestres, mas posteriormente foi ampliada para investigar a antiguidade do povoamento americano. Essa abordagem pode ter contribuído para a insuficiência de evidências de sítios cerâmicos Tupi no Piauí e em regiões próximas. O foco quase exclusivo das pesquisas na Serra da Capivara e seu entorno, onde a maioria dos sítios arqueológicos corresponde a abrigos sob rocha com pinturas rupestres datadas entre 6.000 e 3.000 anos AP, pode ter limitado a identificação de ocupações ceramistas. No entanto, isso não significa que sítios cerâmicos Tupi não existam no Piauí ou em áreas semiáridas, mas sim que sua documentação pode ter sido prejudicada pela concentração de esforços em um recorte específico de estudo (Meggers e Maranca, 1991). Essa discussão será retomada em momento oportuno.

Enquanto que a abordagem teórica americana priorizou o estudo de sítios cerâmicos, em consonância com as abordagens teóricas pré-existentes, por isso seguiu-se estruturando com dados da Etnografia e da Linguística histórica, sobre centro de origem e expansão das populações Tupi entre a região do Baixo Amazonas e áreas litorâneas, marcadas por sítios lito-cerâmicos a céu-aberto, logo os materiais de campo coletados, como cerâmica, ossos e outros artefatos arqueológicos se destinaram aos museus brasileiros entre eles o Museu Nacional do Rio de Janeiro onde ficou quase toda a coleção e o Museu Paraense Emilio Goeldi.

O lançamento do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) na década de 1960, funcionou como um mecanismo de padronização de métodos e

metodologias, focando na aceleração e expansão das pesquisas pelo território. O objetivo foi mapear e catalogar sítios arqueológicos e coletar artefatos. Durante esse período, toda a costa brasileira, algumas áreas do interior e uma pequena parte da Amazônia foram prospectadas.

Os artefatos passaram a ser sequenciados culturalmente por meio de estratigrafias seriadas, pensando-se neles espacial e temporalmente como atividades com começo e fim, muitas vezes sem manter continuidade étnica ou cultural. Quando essa continuidade era identificada, ela se restringia aos artefatos arqueológicos (diagnósticos), levando ao estabelecimento de fases, tradições e subtradições e iniciando uma cartografia arqueológica (Garcia, 2016, p. 82).

Apesar de o programa buscar se distanciar das correlações etnográficas, as cerâmicas policromas fora da bacia amazônica já estavam bem consolidadas, não sendo possível desvinculá-las da designação corrente de "Tupi-guarani", referindo-se à maior família linguística do tronco Tupi.

Na Arqueologia, optou-se por eliminar o hífen na designação, resultando em "tradição arqueológica Tupiguarani"¹⁵ (Corrêa, 2014), uma adaptação provisória emprestada na Etnologia e na Linguística (Meggers, 1967; Corrêa, 2014). Apesar disso, os arqueólogos enfatizavam que essa nomenclatura não estabelecia uma relação direta com os dados linguísticos.

Ao longo do tempo, a integração de dados etnográficos, linguísticos e arqueológicos permitiu inferir a existência de um contínuo étnico e cultural que sustenta a associação desses artefatos à família Tupi-Guarani. Contudo, é importante ressaltar que, sendo essa uma das maiores famílias linguísticas aparentadas, existem variações significativas nos atributos culturais e materiais de cada povo e região. Ainda assim, observa-se um contínuo étnico e cultural de longa duração, evidenciando tanto diversidade quanto conexões profundas ao longo do tempo.

Por conseguinte, sem uma análise contextual detalhada, revisões teóricas e metodológicas consistentes, torna-se desafiador estabelecer filiações étnicas ou interpretar vestígios arqueológicos exclusivamente a partir de uma perspectiva etnográfica (Corrêa, 2014). A colaboração entre Arqueologia, Etnologia, Linguística, História e outras disciplinas pode enriquecer a análise e evitar conclusões precipitadas. Além disso, o diálogo com as

¹⁵ Essa tradição arqueológica ceramista tardia amplamente difundida ao longo de quase todo o território brasileiro, considerando ter sido um termo consagrado pela bibliografia e também a informação Etnohistórica ao estabelecer correlações entre as evidências arqueológicas e os falantes de línguas Tupi

comunidades indígenas, quando possível, fornece perspectivas contemporâneas e contextuais, contribuindo para interpretações mais sensíveis e precisas.

Nesse contexto, o levantamento arqueológico do Programa foi intensificado pela técnica arqueológica, não pela teoria. Ainda que buscasse entender os processos de adaptação das populações pré-coloniais com diferentes padrões de subsistência e diversas condições ecológicas no país (Brochado et al., 1968), logo os conceitos científicos podem se repetir ao longo do tempo, contudo, os contextos históricos são diferentes e, por isso, podem e devem ser modificados, adquirindo novos aspectos tanto conceituais/teóricos quanto metodológicos. Por isso, a interdisciplinaridade com outras ciências torna-se imprescindível em diversos cenários (Noelli & Ferreira, 2007).

Não obstante, alguns atributos técnicos e culturais foram observados, incluindo a continuidade das cerâmicas policromas, que apresentavam características semelhantes em quase todas as regiões pesquisadas. A análise desses vestígios, em conjunto com dados da linguística, permitiu identificar um ancestral comum. Esse conceito sugere que os modelos técnicos e estilísticos compartilhados entre esses vestígios cerâmicos podem estar associados a um mesmo grupo ancestral que, ao longo do tempo, dispersou-se territorialmente, levando consigo práticas culturais, linguísticas e tecnológicas.

Na Arqueologia Tupí categorias como continuidade, similaridades, mudança, permanência, tradição, ensino aprendizagem, são fundamentais para a compreensão do conceito de longa duração, visto que permitem pensar, estrutura e ação (Corrêa, 2014).

Por outro lado, essas ações são dinâmicas, ao tempo em que determinados grupos fazem escolhas que perduram por um lapso temporal, outras escolhas são fragmentadas com o tempo e podem estar claramente expressas na materialidade ou não (Costa, 2019), nessa perspectiva que Braudel estrutura em (curta duração) eventos individuais que se fragmentam rápido; (media duração) eventos que acarretam mudanças nos indivíduos em ritmos perceptíveis; (longa duração) mudanças estruturais lentas, quase impercebíveis (Braudel, 1988; Hodder, 1987, 2009; Langebaek, 2005; Corrêa, 2014).

Foi a partir da descrição e catalogação dos artefatos coletados por meio dessa vertente americana que Meggers desenvolveu suas teorias sobre a adaptação humana aos trópicos. Ao estudar a Amazônia, observou que, apesar de sua vegetação exuberante, o solo era pobre para a agricultura de subsistência, sistemas agroflorestais e cultivos tradicionais, o que influenciava a transitoriedade ou o deslocamento de populações descritas como agricultores ceramistas, incluindo as populações tupi (Meggers, 1987).

Nesse meio tempo, essas teorias foram gradualmente revisadas por estudos posteriores. Sob a ótica da diversificação econômica, como destacou Neves (2022), não é possível reduzir as sociedades amazônicas a uma única perspectiva econômica, dado o dinamismo e a complexidade de suas estratégias de subsistência, o que também deve ser considerado para as demais sociedades brasileiras.

Embora não haja uma relação direta entre a prática agrícola e a produção cerâmica, observa-se que as populações originárias situadas entre centros de origem e rotas de expansão e dispersão foram as que mais intensificaram a produção de cerâmica. Essas populações, especialmente as da família Tupi-Guarani, desenvolveram diversas técnicas que variam em estilos, formas e decorações ao longo do tempo e do espaço.

Diante desse contexto, a Arqueologia brasileira encontrava seu lugar nos museus, responsáveis por exibir uma representação tangível da materialidade encontrada nas expedições pelo território nacional. Enviá-los apenas como artefatos de curiosidade para museus estrangeiros já não correspondia à crescente presença de pesquisadores em terras nativas. No entanto, ainda estava distante de desenvolver uma teoria abrangente sobre a origem e a filiação cultural dos povos nativos. As discussões teóricas se concentravam principalmente em questões de nacionalidade europeia, seguindo os moldes europeus.

Contudo, diante da demanda de vestígios de culturas suprimidas encontrados, houve a necessidade de definir os modelos científicos de produção do conhecimento. A Arqueologia passou a ser agregada às ciências humanas, embora recebesse uma atenção técnica, com foco na classificação do material (Barreto, 1999-2000; Trigger, 2004). A discussão sobre a antiguidade humana era praticada inicialmente como Antropologia biológica. Posteriormente, abandonou-se essa vertente que considerava todo comportamento humano como biologicamente determinado. Em vez disso, adotou-se o difusionismo, o comparativismo cultural ou mesmo teorias de migração (Barreto, 1999-2000; Hodder, 1992).

Após sair dos museus no início do século XX, a Arqueologia brasileira abandonou a Antropologia e passou a ser integrada nas universidades como apêndice da Pré-história, uma herança da ciência europeia.

Nada obstante, ao contrário da França, o Brasil tinha pouco conhecimento sobre a distribuição espacial e temporal das populações nativas (Barreto, 1999-2000). A disciplina apropriou-se de um legado narrado pela etnografia, pela Etnohistória e, mais tarde, pela linguística histórica. As duas primeiras tiveram suas inserções nas expedições europeias

entre os séculos XVIII e XIX, na época do Brasil império. Assim sendo, eram respaldadas por teorias do determinismo geográfico e do degeneracionismo, que pregavam a assimetria entre natureza e cultura, considerando que o ambiente determinava a vida da sociedade.

No início do século XX, a Arqueologia, que estava começando a sair dos museus para as universidades, mostrava progressos. No entanto, a vasta dimensão territorial do Brasil significava que não havia arqueólogos suficientes para cobrir todas as áreas. Como resultado, o Brasil estava perdendo espaço nos debates internacionais sobre a origem, a antiguidade, os diferentes padrões de subsistência e as adaptações das populações ameríndias às diversas condições ecológicas (Brochado et al., 1968).

Os esforços para alavancar as pesquisas arqueológicas foram concentrados em regiões onde já havia alguns pesquisadores desenvolvendo atividades, como o estudo dos sambaquis em partes do litoral e a investigação da antiguidade humana em Lagoa Santa, Minas Gerais, respaldadas pelas técnicas e acompanhamento do PRONAPA 1960-1970.

Com base nessa reflexão, propomos mapear as vivências humanas e não humanas por meio de métodos multifatoriais e comparativos, levando em conta tanto as presenças quanto as ausências dentro de um contínuo de materialidade. Esse mapeamento será guiado por referências e dados do centro de origem, pelas rotas de expansão discutidas nas ciências aqui já apresentada e pelas informações analisadas neste estudo.

O objetivo é compreender como essas vivências se expandiram ao longo do espaço e do tempo, evidenciando as conexões intrínsecas aos processos de ensino-aprendizagem. Nosso interesse vai além da simples reprodução dessas experiências; buscamos desvendar uma "rede de conhecimentos" que engloba toda a história social, cultural e cosmológica. Além disso, pretendemos investigar como esses saberes se materializam no espaço-tempo, refletindo-se tanto nas práticas cotidianas quanto nas práticas ritualísticas.

O contexto da Arqueologia Tupí está intimamente ligado à história da pesquisa arqueológica voltada para populações ceramistas as quais são reconhecidas por seu investimento contínuo na produção e reconfiguração de objetos de argila queimada. Nos sítios arqueológicos associados a esses povos, é sempre possível identificar essa materialidade, seja pelos vestígios cerâmicos, que são os mais bem preservados ao longo do tempo, seguido dos materiais líticos, ósseos e registros rupestres.

Para estabelecer uma cronologia absoluta desses materiais, é essencial que contenham vestígios de contextos orgânicos¹⁶ ou que tenham sido expostos à luz intensa ou ao aquecimento, como ocorre com as cerâmicas ou, em alguns casos, com o solo. No caso das cerâmicas, a datação pode ser realizada por meio das técnicas de Luminescência Termicamente Estimulada (TL) e Luminescência Opticamente Estimulada (LOE), que medem a radiação acumulada desde o último aquecimento do material.

No que se refere à temporalidade, existem outras formas de inferir e associar diferentes períodos históricos. As convivências e as narrativas transmitidas e reinterpretadas ao longo dos anos tornam-se fontes orais valiosas para investigar contextos específicos. Nesse sentido, a memória coletiva se configura como um elemento essencial para a compreensão da longa duração, ao mesmo tempo que oferece novas perspectivas e abre caminhos para discussões atuais sobre o contexto dos povos originários. Embora a memória coletiva não forneça uma cronologia precisa, ela oferece insights sobre como as sociedades interpretam e transmitem suas histórias, suas experiências e os eventos que moldaram sua identidade ao longo do tempo. Através das narrativas orais, mitos, lendas e outras formas de transmissão cultural, esses povos conseguem manter vivas as memórias de suas origens, resistência e adaptação, o que ajuda a entender como as tradições e culturas foram preservadas, mesmo diante de mudanças e pressões externas (Halbwachs, 1992; Nora, 1989).

Segundo Corrêa (2014) é a oportunidade para refletir sobre uma nova perspectiva para a Arqueologia Tupi, uma vez que há muito tempo estamos focando nas mesmas questões sobre centro de origem e rotas de expansão, utilizando a Linguística Histórica e artefatos como cerâmicas para discutir variabilidade e variação artefactual.

De fato, têm ocorrido poucos avanços e interpretações além da análise da diversidade de vestígios encontrados e sua relação com os povos que os produziram. Diante disso, buscamos nesta pesquisa explorar as vivências cotidianas e ritualísticas em áreas semiáridas sob a perspectiva da Arqueologia da Paisagem e do Lugar. Nessa abordagem, as vivências são contextualizadas em uma paisagem em constante transformação, associadas à materialidade explorada por meio da análise das semelhanças e diferenças entre o acervo arqueológico e a paisagem atual.

¹⁶ Os vestígios orgânicos são essenciais para a determinação de uma cronologia absoluta, principalmente devido à possibilidade de datá-los por métodos como a datação por carbono-14 (C14). O carbono-14 é um isótopo radioativo que está presente em todos os seres vivos. Quando um organismo morre, ele deixa de incorporar carbono-14, e o isótopo começa a se desintegrar de forma previsível ao longo do tempo. Isso permite calcular a idade de materiais orgânicos, como madeira, ossos, sementes, carvão e outros restos biológicos, com uma margem de erro relativamente pequena. (Bueno, L. et.al, 2023)

No que diz respeito ao termo Tupi, Corrêa (2014) o define como uma categoria classificatória que abrange etnicidade, filiação linguística local e nacional, além de filiação a grupos político-sociais (Corrêa, 2014). Ele enfatiza a importância de aprofundar-se na história do desenvolvimento do termo e seus usos, destacando que Tupi é um tronco linguístico, portanto originou-se de outras raízes e a partir de então surgem várias famílias linguísticas.

Segundo Rodrigues (1958), a organização do modelo filogenético proposto oferece uma solução para a denominação das famílias, línguas e dialetos dos próprios grupos indígenas (Rodrigues, 1958; 1964. Apud. Corrêa, p. 55, 2014).

Nesta pesquisa, a materialidade e a paisagem estudada são consideradas a partir do tronco linguístico Tupí, que, em consonância com dados arqueológicos, fontes etnográficas, linguística histórica e história indígena de longa duração, revelando recorrências nos artefatos arqueológicos encontrados no território brasileiro. Esses artefatos são, em sua maioria, representados por cerâmicas pintadas em policromia, cerâmicas espessas com bordas reforçadas e formas retangulares ou quadrangulares, mas que, no entanto, na nossa área de estudo não conseguimos uma conexão direta com apenas um grupo ou uma família linguística.

Uma das principais fontes etnográficas utilizadas em contextualizações arqueológicas é a obra *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani*, de Métraux (1928). O autor apresenta um breve relato sobre as vivências dos Tupi-Guarani, considerados uma das maiores famílias do tronco, além de destacar coleções de artefatos que caracterizam esses povos. Por meio dessa analogia material ao longo do tempo, busca-se compreender e refletir sobre as possíveis vivências tupi na paisagem em estudo, considerando que essa foi uma das famílias que mais se dispersou pelo território brasileiro.

2.1 Áreas habitadas um jogo entre território e territorialidade

Neste subtópico, propomos refletir sobre as áreas habitadas por povos indígenas de origem tupi, discorrendo sobre as dinâmicas de deslocamento dessas populações, que ultrapassam as fronteiras do território brasileiro. Contudo, o foco recairá sobre as andanças e vivências nas regiões brasileiras, com ênfase no Nordeste, especialmente na zona semiárida, restringindo-se às áreas interioranas que delimitam este estudo.

Nos últimos anos, dados arqueológicos têm se conectado quase unanimemente aos dados etnográficos e linguísticos na pesquisa para com os povos Tupi, revelando que esses

povos ultrapassaram as fronteiras brasileiras, contribuindo para um processo de povoamento intercontinental¹⁷. Esse processo reflete o caráter multidisciplinar da Arqueologia, o que se mostra essencial tanto para compreender o território brasileiro quanto para revisitar a noção de territorialidade.

Para as sociedades originárias anterior à colonização, identificação de suas áreas de ocupação representa um desafio devido a diversos fatores, que incluem a vastidão do território e a complexidade sociocultural dos inúmeros grupos locais, muitos desses povos foram documentados principalmente em fontes coloniais, que frequentemente trazem versões ideológicas dos colonizadores. No entanto, algumas obras, como as de Alfred Métraux (1928) e Florestan Fernandes (1976), destacam-se por apresentarem informações sistematizadas e são amplamente utilizadas em estudos no Brasil.

Não obstante, é fundamental realizar uma leitura crítica e atualizada dessas fontes, considerando os contextos, o período histórico e as regiões em que foram produzidas, além de buscar relacioná-las com o contexto atual.

Dessa forma, ao identificar-se um centro de origem para o tronco linguístico tupí, consideraram-se tanto os deslocamentos populacionais, quanto as áreas habitadas a partir dessas ramificações, já que um tronco com raízes profundas tende naturalmente a se expandir. Abordar as áreas habitadas por esses povos implica reconhecer a diversidade presente em suas demografias, estruturas familiares, povos e línguas. Optamos por não utilizar o termo "dialetos", pois o entendemos como variações regionais que enriquecem e estão imersas ao conjunto linguístico.

Segundo Steward, na obra *Handbook of South American Indians*, estimava-se que, por volta de 1500, havia aproximadamente 2,6 milhões de habitantes entre o território brasileiro e as áreas correspondentes ao bioma amazônico. Entretanto, esses números são apenas projeções, considerando que o contato com essas populações ocorreu de forma gradual ao longo dos séculos seguintes.

No campo da linguística, o tronco tupi se desdobrou em pelo menos dez famílias linguísticas. Essas famílias, com um ancestral comum, expandiram-se e dispersaram-se para além do território de origem.

¹⁷ Refere-se à expansão dos povos Tupi para além das fronteiras do território hoje conhecido como Brasil, alcançando outras regiões da América do Sul e, em alguns casos, influenciando áreas mais distantes. Esse conceito sugere que a presença dos povos Tupi e suas influências culturais, linguísticas e sociais não se limitaram ao Brasil, mas também se estenderam a partes da Bacia Amazônica em países vizinhos (como Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela e Paraguai)

A questão do território pode ser analisada em três momentos estratégicos: antes da invasão europeia, durante o processo de colonização e no período posterior. Em cada fase, os conceitos, estratégias de domínio e dinâmicas de deslocamento foram gradualmente vivenciados, deixando vestígios que preservam as marcas do passado. Esse processo configura uma história de longa duração, mesmo diante de desafios devastadores, como o apagamento da presença de povos indígenas em algumas regiões.

Na perspectiva contemporânea, o conceito de território é frequentemente interpretado a partir de uma visão política ocidental. Essa abordagem baseia-se em noções como soberania, fronteiras definidas e propriedade privada, elementos centrais na organização política ocidental, onde o território é delimitado por fronteiras geográficas e administrado por um governo centralizado (Haesbaert, 2006).

Assim, ao considerar as áreas habitadas dentro do conceito de território atual, chegamos a uma leitura geográfica que nos situa em termos de território, fronteiras e biomas, essenciais para discernir sobre as áreas habitadas pelas populações Tupi, inicialmente associadas a regiões fluviais e costeiras.

Ainda assim é preciso compreender que essa abordagem ultrapassa a delimitação geográfica e ambiental ao considerar que os territórios indígenas não eram e nem são apenas espaços físicos, mas ambientes vividos, carregados de significados culturais, espirituais e históricos. Deste modo, território para as sociedades indígenas está muito ligado a territorialidade, englobando as relações sociais, práticas e modos de vida que moldaram e moldam os lugares. Assim, as fronteiras não eram fixas nem restritas a delimitações cartográficas, mas fluídas, definidas por redes de interação, rotas de deslocamento, trocas, conflitos e alianças.

Além disso, as políticas centralizadoras no estilo ocidental, baseadas em soberania e controle estatal, contrastam com a dinâmica indígena, que valorizava a interdependência entre comunidades e a adaptabilidade às condições do ambiente. Os territórios indígenas eram concebidos como extensões das relações sociais, rituais e ecológicas, onde as práticas cotidianas, como caça, coleta, agricultura e rituais, reafirmavam a conexão com os lugares e seus recursos (Viveiros de Castro, 2004; Pierre, 1974).

Portanto, ao transcender a visão ocidental de territorialidade, essas relações sociais e práticas demonstram uma organização espacial que respeitava os ciclos da natureza e os vínculos comunitários, evidenciando uma compreensão mais integrada e orgânica do território (Albert & Ramos, 2002).

Thomas (1999) argumenta que as sociedades nativas não faziam uma distinção clara entre natureza e cultura; esses elementos eram entrelaçados e carregados de simbolismo imersos na territorialidade. Consequentemente, não havia uma divisão territorial baseada nos contextos políticos atuais. Essas observações nos convidam a refletir mais profundamente sobre as relações entre agências humanas e não humanas, considerando o contexto de territorialidade como um fluxo dinâmico, em vez de um território fixo, e sobre a materialidade como algo que transcende o aspecto puramente físico.

A materialidade é concebida como algo que confere identidade aos conjuntos de objetos, sendo a essência daqueles que os produziram, mas não necessariamente pertencente a povos e culturas homogêneas. Isso representa uma interação complexa de relações humanas e não humanas nos lugares onde essas populações viveram ao longo da história¹⁸.

Isso pode ser observado na medida em que se percebe uma continuidade acrescida de pequenas mudanças ao longo do tempo histórico, conforme proposto por Braudel (1988). A agência humana é definida como a capacidade de imaginar e realizar diferentes ações, enquanto se avalia continuamente a eficácia dessas ações em situações de mudança (Emirbayer & Mische, 1998).

Para os ocidentais contemporâneos, isso reflete o conceito de "agência secundária" (Gell, 1998), ou seja, mesmo que uma obra de arte careça de vontade ou intencionalidade, ela pode ter um efeito sobre outras pessoas que é independente das intenções do criador original.

Portanto, nossas narrativas arqueológicas sobre ou para os povos originários de tempos ancestrais, representam sempre possibilidades, inferências sobre as vivências dos povos indígenas que habitavam aquele período e contexto. Nesse sentido, é essencial considerar outras referências bibliográficas e, sempre que possível, recorrer a analogias etnográficas, ou a Etnoarqueologia para aprofundar a compreensão sobre a materialidade estudada.

Atualmente, o Brasil está dividido em cinco regiões geográficas as quais correspondem, em grande parte, a cinco grandes biomas: Norte - predominância da Amazônia, caracterizada por uma floresta tropical úmida, grande biodiversidade e intensa rede hidrográfica; Nordeste - abrange principalmente a Caatinga, bioma semiárido com

¹⁸ Neste contexto, a história não é tratada como uma disciplina acadêmica ou científica com métodos e teorias específicas de perspectiva diacrônica. Em vez disso, abordamos a história como uma reflexão sobre as vidas e experiências humanas ao longo do tempo, possivelmente envolvendo um ciclo linear. Isso significa que o foco está na compreensão das vivências e práticas das pessoas, e não apenas na análise acadêmica de eventos e datas.

vegetação adaptada à seca, além de trechos de Mata Atlântica e Cerrado; Centro-Oeste - associado ao Cerrado, com vegetação de savana e grandes planaltos, além do Pantanal, um dos maiores sistemas úmidos do mundo; Sudeste - marcado pela Mata Atlântica, bioma de floresta tropical que recobre serras e planaltos, além de áreas de Cerrado no interior; Sul - predominância de Mata Atlântica e Pampa, bioma de campos naturais, com vegetação rasteira e clima temperado (IBGE, 2019; Ab'Sáber, 2003).

Ainda que essa divisão política e geográfica seja relativamente recente em comparação à formação do continente americano, ela contrasta com a longa temporalidade das populações indígenas estudadas. Os biomas, por sua vez, atuaram como espaços de acolhimento e dispersão de grupos humanos ao longo de milhares de anos, moldando práticas culturais, estratégias de adaptação e movimentos populacionais que se perpetuam por gerações.

Na cronologia referente ao centro de origem e às rotas de expansão dos povos indígenas Tupi, os biomas exerceram um papel fundamental como agentes de mobilidade e interação, influenciando as trajetórias de ocupação e as estratégias de subsistência ao longo do tempo. Essa dinâmica evidencia uma relação profunda e duradoura entre os povos e o ambiente, precedendo em muito as divisões político-administrativas modernas.

Nesta pesquisa, optamos por adotar os modelos contemporâneos de divisão geográfica e ambiental do território brasileiro, situando o centro de origem dos povos Tupi na região Norte, no bioma amazônico. Essa abordagem metodológica tem como objetivo especificar, localizar, georreferenciar e correlacionar os contextos e a materialidade dos povos em questão, alinhando-se aos modelos da ciência ocidental que refletem os paradigmas da organização do pensamento moderno. Essa abordagem possibilita a seleção de conjuntos de elementos que definem cada região, destacando suas semelhanças e diferenças nos aspectos tecnológicos, étnicos, culturais e ambientais, mesmo considerando a diversidade dos contextos ambientais (adaptado de IBGE, 2018).

De acordo com Almeida e Neves (2015), a Etnografia, a Etnohistória e a Arqueologia confirmam a presença de diversos grupos da família linguística tupi-guarani no sudeste da Amazônia. A convergência dessas perspectivas evidencia o papel central desses grupos na configuração sociocultural e ambiental da região. Por meio de suas práticas de mobilidade, ocupação territorial e adaptação ao ambiente, os tupi-guarani não apenas moldaram a paisagem local, mas também influenciaram profundamente a história e as dinâmicas de interação com outros povos na Amazônia.

Como mencionado anteriormente, existem ao menos duas rotas de expansão dos povos Tupi a partir de seu centro de origem na Amazônia. Essas rotas de dispersão foram fundamentais para o estabelecimento de diferentes grupos em áreas além da região amazônica. A expansão e as áreas habitadas por esses povos estão intimamente ligadas, pois a movimentação das populações não se deu de forma aleatória, mas foi moldada por fatores ambientais e sociais.

Esses deslocamentos ocorreram por vários fatores, como crescimento demográfico, disputas territoriais, a busca por novos espaços, esgotamento dos terrenos para a agricultura, divisões geradas pelas diferenças de prestígio e poder dentro do sistema de parentescos, e por motivos outros (Susnik, 1975, apud. Noelli, 1996). A família tupi-guarani, por sua vez, se destaca por sua ampla dimensão populacional e alcance expansivo.

Por meio de rotas que se estendiam tanto pelo Norte do Brasil quanto para o Sul, ou ainda por outras rotas de irradiação no interior do país, visto que as pesquisas continuam em andamento, o fato é que as fontes etnográficas e os dados arqueológicos corroboram com os grupos tupinambá e outros no contexto de litoral, alcançando a costa brasileira. Achados mais recentes, no entanto, indicam que esses grupos também ocupavam áreas no sertão.

As áreas habitadas pelos povos Tupi são distribuídas dentro do dinamismo da territorialidade, conforme apontado por fontes etnográficas, linguística histórica e arqueologia. No que se refere à identificação e registro de sítios arqueológicos Tupi, Corrêa (2014) destacou a existência de uma lista com mais de 4.800 sítios arqueológicos cadastrados no banco de dados do SGPA/IPHAN (2011). Esses registros evidenciam a presença de sítios desse tipo em todas as regiões do Brasil, com maior concentração nas regiões Sul e Sudeste. Embora esses números não tenham sido atualizados recentemente, é provável que, após mais de uma década após essa constatação, a quantidade de sítios tenha aumentado.

Além disso, outras regiões, como o Nordeste, por exemplo, podem ter sido mais bem amostradas, especialmente com o avanço da Arqueologia Preventiva nos últimos 10 anos, como ocorre com os sítios identificados neste estudo. No entanto, em muitos casos, não ocorre uma associação imediata dos sítios a uma tradição cultural específica. Nosso foco, porém, está em compreender as dinâmicas desses povos entre o litoral e o sertão nordestino, priorizando não a quantidade de sítios arqueológicos, mas sua existência e o que eles revelam sobre as vivências dessas populações.

2.2 Entre o litoral e o sertão

Quanto ao centro de origem dos Proto-Tupi e à expansão das famílias aparentadas pelo tronco linguístico, Brochado (1984) argumenta perfeitamente que essa origem na Amazônia brasileira deve ser considerada um fato, e não apenas uma hipótese, originada por volta de 5.000 anos atrás entre os rios Jiparaná e Aripuana tributários da margem direita do Rio Madeira (Schmitz, 1985).

Isso é especialmente relevante para a expansão e diversificação das famílias linguísticas, em particular a tupi-guarani, para a qual diversos autores apontam uma cronologia aproximada de 2.000 anos para os vestígios cerâmicos em associação com dados etnográficos e linguísticos, tendo essa família como a mais dispersa e mais numerosa no território brasileiro, (Lathrap, 1970; Heckenberger et al., 1999; Neves & Petersen, 2006).

Diante dessa constatação, com a chegada dos portugueses ao que eles denominaram de America portuguesa, foram identificados um contínuo de povoamento indígena, que foi erroneamente interpretado como pertencente a uma única nação cultural e linguística (Rocha Pita. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011). Nas áreas correspondentes principalmente à costa litorânea desde o Maranhão até o Rio de Janeiro, as teorias de expansão indicam que os povos tupinambás habitavam a região, tendo se dispersados por rotas que conectavam a Amazônia ao litoral. Esses movimentos teriam ocorrido, sobretudo, em direção ao leste e ao sul.

Em uma análise sobre o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, quando os portugueses chegaram ao território que futuramente seria o Brasil, em 1500, os indígenas que habitavam o Nordeste da costa brasileira pertenciam à etnia tupinambá e tupinaés, cujo domínio resultou de um processo de expansão em direção ao litoral.

A obra de Gabriel Soares de Sousa, colonizador e senhor de engenho português, apresenta uma vasta descrição da costa brasileira, abrangendo desde o Maranhão até o Rio da Prata. Trata-se de um verdadeiro memorial das riquezas e características da Bahia de Todos os Santos, com uns relatos detalhados sobre plantas, animais, rios, relevo, povos nativos, povoações, vilas e engenhos da capitania da Bahia, com destaque especial para a região do Recôncavo.

Nos relatos sobre as populações indígenas registrados por Sousa (1851¹⁹), os tapuias²⁰ São descritos como os povos mais antigos a habitar a costa brasileira, tendo sido expulsos para o sertão pelos tupinaés, que, por sua vez, também foram deslocados pelos tupinambás em disputas territoriais. Esse processo de expulsão dos tupinambás para com os tupinaés para o sertão levou os tapuias a adentrarem ainda mais o interior do país. Os tapuias não estabeleciam relações amistosas com outros grupos e, mesmo após sua migração para o sertão, continuaram a nutrir inimizades com as demais populações.

No tocante aos Tupinambás, por sua vez, também eram povos que não cultivavam muitas amizades, nem mesmo com parentes próximos. Nos relatos de Gabriel Soares de Sousa, os Tupinaés são descritos como um grupo pertencente aos Tupinambás, compartilhando a mesma língua e costumes.

No entanto, os conflitos entre esses grupos parecem ser parte da história das sociedades indígenas, estando essas vinculadas à matriz cultural, manifestada em comportamentos como a guerra ritual, antropofagia, crenças, relações de parentesco e prestígio, estratégias de domesticação, defesa territorial, entre outros aspectos (Fernandes, 1949; Viveiros de Castro, 1996; Noelli, 1996; Fausto, 1963/2010; Corrêa, 2014), persistindo durante o período da colonização, por meio da adaptação das práticas indígenas às novas dinâmicas sociais impostas pelo contato com os colonizadores e outras populações indígenas, sendo muitas ressignificadas, como por exemplo a guerra ritual, em muitos casos para lidar com alianças e rivalidades com os europeus.

A antropofagia, enquanto prática cultural, tornou-se uma forma simbólica de resistência e afirmação identitária em alguns contextos. Contudo foi severamente punida pelos colonizadores, que a viam como uma prática bárbara e incompatível com os valores cristãos europeus. Essa prática foi usada como justificativa para a desumanização dos povos indígenas, promovendo sua exploração, escravização e até extermínio (Fernandes, 1949; Castro, 1986, 2002; Fausto, 1963/2010).

Durante o período de soberania e domínio indígena sobre o litoral, os Tupinambás, provavelmente deslocando-se do Norte para o leste da costa, chegaram às margens do rio

¹⁹ O Tratado Descritivo do Brasil em 1587 de Gabriel Soares de Sousa foi publicado postumamente por Varnhagem.

²⁰ Os tapuias não representavam uma única etnia indígena, mas um conjunto formado por diferentes grupos étnicos que não falavam a língua tupi-guarani. Durante sua presença no litoral, o controle do território era exercido por diversos povos indígenas. Devido à sua hegemonia até a chegada dos tupinambás, é plausível supor que esses grupos mantinham um estado mínimo de conflito entre si, já que conseguiram preservar o domínio da costa por um período significativo de tempo (FERREIRA, 2018).

São Francisco, que deságua no Oceano Atlântico entre Alagoas e Sergipe, mas se estende profundamente pelos sertões até a sua nascente na serra da Canastra.

Na região sul da Bahia, estavam os Tupinaés, enquanto os Tupiniquins ocupavam áreas mais ao sudeste do Brasil. Apesar dos conflitos frequentes, esses povos compartilhavam o território e não se consideravam inimigos, pois descendiam de um mesmo tronco linguístico.

Vestígios arqueológicos encontrados ao longo do litoral brasileiro confirmam as hipóteses sobre os povoadamentos originários anteriores à chegada dos portugueses, revelando a diversidade de povos, línguas e etnias, coincidido com muitas informações registradas pelos cronistas e viajantes do século XVI, fortalecendo a compreensão sobre essas populações.

Durante o PRONAPA, foram estabelecidas várias fases filiadas à tradição Tupiguarani no litoral. No entanto, como mencionado anteriormente, as classificações de tradições, subtradições, fases e subfases definidas pelo programa foram amplamente utilizadas ao longo dos anos, reconhecemos das suas importâncias e necessidades para uma definição de cartografia arqueológica até um certo tempo. Porém nesta pesquisa, optamos por não nos aprofundar nessas classificações, preferindo mantê-las dentro do conceito de Arqueologia Tupi²¹, justificando-o como um grande tronco com ramificações heterogêneas, mas que em contexto de nordeste principalmente nas áreas interioranas onde essas populações foram significativamente deturpadas pelo processo de invasão, manteremos como povos autóctones tupi.

Em nosso estudo, buscamos compreender os processos de vivência dos povos relacionados ao tronco linguístico Tupi, dentro do bioma caatinga com clima semiárido, reconhecendo sua ampla dispersão a partir do centro de origem no bioma Amazônico. Esses povos expandiram-se por diferentes biomas, como Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Pantanal. No entanto, embora seja relevante determinar os períodos em que chegaram a cada região, esse não é o foco principal neste momento.

²¹ Refere-se a uma Arqueologia que vai além dos vestígios arqueológicos, reconhecendo a importância de integrar fontes etnográficas, linguística histórica, antropologia, história indígena e outras ciências no processo de análise e compreensão da diversidade sociocultural.

Os modelos de discussão sobre a origem e dispersão das populações Tupi foram fundamentados no conceito de floresta tropical proposto por Steward em meados do século XX. No entanto, o termo "floresta tropical" já existia antes, sendo amplamente utilizado na biogeografia e ecologia desde o século XIX. Steward aprofundou a discussão ao estudar como diferentes sociedades indígenas se adaptavam a esses ambientes, especialmente na América do Sul (Steward, 1995).

Dentro dessa perspectiva teórica, as zonas úmidas eram consideradas ambientes privilegiados, fornecendo condições ecológicas favoráveis à ocupação humana, ao desenvolvimento cultural e à prática da agricultura de subsistência, atividades amplamente dominadas por essas populações. Nesse contexto, destacou-se a relevância das zonas de transição e a semelhança entre os biomas Amazônico e Mata Atlântica, que, no período estimado para a ampla dispersão desses povos, apresentavam condições ambientais bastante similares, especialmente em termos de vegetação e clima (Balée, 1994).

As áreas interioranas de clima semiárido como a caatinga, eram consideradas desafiadoras para a ocupação humana, devido às condições ambientais que limitavam a prática agrícola, especialmente no cultivo de tubérculos como mandioca mansa (*Manihot esculenta* Crantz), batata-doce (*Ipomoea batatas*) e milho (*Zea mays*), este último consumido tanto como cereal quanto como legume. Assim, presume-se que a ocupação dessas regiões tenha se intensificado durante o período de contato com os europeus ou como resultado da pressão exercida por outros povos indígenas, frequentemente envolvidos em conflitos diretos com não indígenas.

No Nordeste brasileiro, o modelo de floresta tropical foi questionado, especialmente por Albuquerque e Lucena (1991) e Albuquerque (1991b), que iniciaram pesquisas na região de Pernambuco na década de 1980. Esses estudos destacaram como o ambiente de semiaridez contribuiu para a adaptação e vivência das populações indígenas desde tempos recuados. Além disso, sugerem que esses territórios podem ter sido ocupados antes da consolidação do semiárido como conhecemos hoje, dado que sítios e vestígios arqueológicos foram identificados em todas as áreas fisiográficas. Muitos desses vestígios, no entanto, não apresentam uma conexão direta, ou uma contemporaneidade entre o período pré-colonial e os processos de colonização, evidenciando uma ocupação diversificada e independente em diferentes momentos históricos. Ainda assim, todos esses vestígios pertencem a uma paisagem que abriga e consagra esses acontecimentos.

As pesquisas arqueológicas sobre os povos Tupi no estado de Pernambuco, associadas a tradição Tupiguarani, reforçam essa visão, demonstrando a ampla ocupação e interação dessas comunidades com diferentes paisagens. Sítios arqueológicos foram identificados em todas as regiões do estado, que reúne uma rica diversidade ambiental, incluindo o litoral, o Agreste e o Sertão, evidenciando a capacidade adaptativa e o dinamismo desses povos.

Retornando às questões geográficas do estado de Pernambuco, a área que abrange a Chapada do Araripe, situada na sub-região do Sertão Nordestino, está majoritariamente inserida no bioma Caatinga. Essa região inclui territórios compartilhados entre Pernambuco, que abrange o Sertão e faz transição com o Agreste, e os estados do Ceará e Piauí, que estão totalmente imersos no Sertão. A região foi alvo de pesquisas sobre as populações Tupi e amplamente divulgadas dentro da tradição arqueológica Tupiguarani, conforme a proposta do PRONAPA. No entanto, nos últimos anos, especialmente no Nordeste, tem-se buscado distanciar dessas classificações de forma direta.

A Região Nordeste é subdividida em quatro sub-regiões: Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte (ver mapa 2). Essa classificação reflete uma visão político-ambiental e territorial contemporânea, mas é fundamental para compreender as transformações geoambientais. Além disso, ela auxilia na análise dos processos de ocupação indígena em períodos remotos.

Uma vez que as unidades fisiográficas contribuem para a análise dos processos de ocupação pois cada uma delas apresenta características ambientais distintas, como relevo, clima, hidrografia e vegetação, que influenciam diretamente as estratégias de subsistência, mobilidade e organização dos grupos humanos. Essas particularidades determinam a disponibilidade de recursos naturais, a viabilidade de práticas como agricultura, caça, pesca e coleta, bem como os desafios impostos pelo ambiente, como períodos de secas ou enchentes.



Mapa 2: Sub-regiões do Nordeste brasileiro (Fonte: <https://www.todamateria.com.br>)

A Zona da Mata corresponde à faixa costeira leste próxima ao oceano, abrangendo áreas dos estados Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, originalmente era coberta pelo bioma Mata Atlântica, mas nos últimos tempos encontra-se em processo de transição devido aos grandes avanços industriais e povoamento litorâneo. O Agreste é caracterizado por uma estreita faixa conhecida como zona de transição entre a Zona da Mata (bioma Mata Atlântica) e Sertão (bioma Caatinga) no interior do nordeste.

Seguindo para o interior, encontra-se o Sertão, a sub-região mais extensa do Nordeste, quase inteiramente inserida no bioma Caatinga. Já o Meio-Norte abrange uma zona de transição entre a Caatinga e o Cerrado, estendendo-se do estado do Piauí e Maranhão, onde se conecta ao bioma Amazônico.

As pesquisas sobre os povos Tupi na Bahia indicam ocupações em áreas litorâneas, ao longo de margens de rios que adentram a Caatinga, como o rio Corrente, afluente do São Francisco, e em regiões mais afastadas dos cursos d'água, especialmente em locais elevados como serras. Esses ambientes, apesar de distantes dos rios, eram favoráveis ao cultivo agrícola (Calderón, 1969). Em algumas dessas áreas, vestígios arqueológicos foram encontrados a uma profundidade de 40 cm, sendo interpretados como evidências de habitações.

As datações absolutas especialmente para essas regiões entre Pernambuco e Bahia podem ser consultadas em estudos como os de Calderón (1969), Albuquerque (1991b, 2008), Etchevarne, 1999/2000, Martin (2005), Nogueira (2011), Amaral (2015). No entanto, este trabalho não se propõe a transcrever todas as datações obtidas, mas sim a contextualizar as vivências desses povos entre o litoral e o sertão. Por isso, apresentamos no Quadro 1 apenas algumas das datações mais antigas e mais recentes, com o objetivo de refletir sobre os dados cronológicos relacionados à área de estudo, que será discutida adiante.

Localização	Sítio	Datas	Métodos de datação	Fonte
Chapada do Araripe (topo) - PE	Maracujá I	530 + 110	Termoluminescência	Amaral, 2015
Chapada do Araripe (topo) - PE	Minador II	480 + 90	Termoluminescência	Amaral, 2015
Chapada do Araripe (topo) - PE	Torre VII	180 + 25	Termoluminescência	Amaral, 2015
Chapada do Araripe (depressão sertaneja) - PE	Baião	240 + 30	Termoluminescência	Amaral, 2015
Chapada do Araripe (depressão sertaneja) - PE	Baião	340 + 150	Carbono 14	Amaral, 2015
Chapada do Araripe (depressão sertaneja) - PE	Valado	355 + 40	Termoluminescência	Amaral, 2015
Chapada do Araripe (porção pernambucana)	PE137BGA	340±150	*	Albuquerque, 2008
Zona da mata - PE	**	510 ± 150	Radio carbono	Albuquerque, 1991
Zona da mata - PE	**	2130 ± 400	Radio carbono	Albuquerque, 1991
Muquém do São Francisco – BA,	Sítio Zé Preto,	455 +/-45AP	*	Etchevarne, 1999/2000

*Método de datação não identificado.

** Sítios não identificados – faz referência a região.

Quadro 1: Algumas cronologias obtidas para o contexto tupi no nordeste do Brasil.

É importante destacar que novos estudos continuam sendo realizados ao longo dos anos, e há outras maneiras de estabelecer temporalidades, além das datações absolutas.

Nosso objetivo foi alcançar o sertão do Piauí, imerso no bioma caatinga e caracterizado pelo clima semiárido. Nessa região, foram identificados vestígios de ocupações humanas passadas, cujas cronologias e paisagem indicam múltiplas temporalidades. Entre essas evidências, destaca-se o possível contato e troca entre diferentes povos indígenas, como os Tupi e os Kariri, haja vista que os Cariri são povos resultantes da integração de diversas etnias reunidas na missão dos Cariris Novos, em Missão Nova, atual Missão Velha. Posteriormente, passaram pela Missão do Miranda, localizada onde hoje se encontra a cidade do Crato-CE (Melo, 2020). Para aprofundar a compreensão desses movimentos e trocas entre os povos indígenas, sugerimos que esse tema seja retomado em outra oportunidade, ao mesmo tempo em que convidamos novos pesquisadores a se inserirem nesse contexto.

No estado do Piauí, as primeiras interpretações sobre o contexto arqueológico Tupí foram introduzidas a partir da análise do material arqueológico coletado nas manchas identificadas no Sítio Aldeia da Queimada Nova localizado no município de Coronel José Dias, na área do Parque Nacional Serra da Capivara, completamente imerso no sertão nordestino. Essas pesquisas têm sido conduzidas desde a década de 1970 por (Maranca, 1976, 1977; Vilhena, 1976; Meggers e Maranca, 1980; Apud. Costa, 2019).

A partir dos dados levantados nesse contexto, a materialidade e os modelos de habitação, apresentam semelhanças e diferenças em relação a outras áreas habitadas por povos com um ancestral linguístico em comum, conectando-se também por aspectos socioculturais e sociocosmológicos.

No entanto, esses aspectos têm sido amplamente explorados e divulgados com foco nas questões de adaptação e reconfiguração do ambiente, geralmente interpretando as preferências desses povos por áreas de colinas, locais elevados, próximos a rios e zonas agricultáveis. Nada obstante, ao analisar as semelhanças e diferenças nas práticas de habitação e materialidade, é crucial ir além da adaptação ao meio ambiente, incorporando também elementos socioculturais, históricos, cosmológicos e econômicos que influenciam a maneira como esses povos se relacionam com o mundo ao seu redor.

As datações radiocarbônicas realizadas em carvões provenientes das manchas de habitação identificadas na Aldeia da Queimada Nova apontam para uma cronologia estimada em cerca de 1.690 ± 110 anos. Por várias décadas, esses dados, juntamente com os achados cerâmicos, permaneceram únicos, uma vez que as pesquisas arqueológicas na região se concentraram principalmente nos sítios em abrigos areníticos com registros rupestres. Esses sítios parecem ser os mais representativos das áreas serranas, sendo utilizados como abrigo

para moradias ou áreas de sepultamento, enquanto os paredões funcionavam como suporte para práticas de registro simbólico, expressões cotidianas ou rituais.

No tocante aos dados Etnohistóricos, estes indicaram a presença de diversos povos indígenas no Piauí, pertencentes ao tronco Tupi, como os Amoipira, Tabajara, Ubirajara, Potiguara. Esses povos estavam localizados no litoral do estado, ao longo das margens do rio Parnaíba, e no sul do estado onde teriam chegado a partir das margens do rio São Francisco (Oliveira, 2003; Oliveira, 2007; Costa, 2019). De acordo com Nunes (1975), os Amoipira seriam descendentes dos Tupinambás, que chegaram ao Piauí pelo Rio São Francisco, originários da região da Bahia.

Como apontado por Costa (2019), nos últimos anos, com a intensificação da Arqueologia Preventiva no estado do Piauí, foram registrados outros sítios arqueológicos com características materiais associadas a povos Tupi.

Esses sítios estão localizados no Norte (Teresina), no Sudeste (Caldeirão Grande do Piauí, Simões, Marcolândia e Curral Novo) e no sudoeste do estado (Coronel José Dias), sendo esses os identificados e relacionados a estes povos. Contudo, é possível que outras regiões e municípios também tenham sítios e vestígios “dessa similitude”, ainda não identificados, ou não filiados.

2.3 Vestígios arqueológicos

Os vestígios arqueológicos são elementos fundamentais para compreender, inferir e conectar as vivências das populações originárias, ou de outras, ao conceito de territorialidade. Na América do Sul, muito antes da usurpação e da definição política do território que hoje corresponde ao Brasil, essas populações já desenvolviam relações de domínio territorial que não seguiam os modelos de fronteiras modernos. Apesar disso, mantinham um controle efetivo sobre as áreas em que viviam, manejando os recursos e interagindo de maneira sustentável com o ambiente.

Essa territorialidade era construída e mantida por meio de interações sociais, econômicas e simbólicas, cujos traços permanecem registrados nos vestígios materiais. Esses vestígios arqueológicos oferecem pistas sobre como essas populações atribuíam significado aos territórios, estruturavam sua organização espacial e exerciam cuidados sobre as áreas que ocupavam, revelando a profundidade e a complexidade de suas relações com a transformação das paisagens e dos lugares.

A relevância desses vestígios é ainda mais significativa em regiões onde não há continuidade contemporânea ou onde essa continuidade é negada às populações originárias, pois eles possibilitam a reconstrução de dinâmicas territoriais e culturais que, de outra forma, poderiam se perder. Eles revelam como essas comunidades ocupavam, manejavam e atribuíam significado aos lugares, contribuindo para uma compreensão mais ampla e inclusiva da história e da ocupação humana. Além disso, em regiões sem presença contemporânea dessas populações, os vestígios arqueológicos desempenham um papel essencial na valorização e compreensão da diversidade histórica e cultural dos territórios.

Por meio dos vestígios arqueológicos, é possível acessar uma ampla variedade de informações, como as adaptações das populações ao ambiente, os sistemas de manejo de recursos naturais, as dinâmicas sociais, as andanças, as redes de comércio e economia, além das técnicas e tecnologias empregadas. Também podem ser investigadas as práticas religiosas e espirituais, bem como as mudanças ambientais que influenciaram a ocupação de diferentes lugares, entre outras. Esses dados contribuem para a construção de uma narrativa histórica mais abrangente, que valoriza as especificidades culturais e oferece uma compreensão mais inclusiva das sociedades do passado.

Para as populações agricultoras ceramistas, como os povos Tupí, os vestígios arqueológicos mais antigos e frequentemente encontrados em sítios arqueológicos incluem materiais líticos e cerâmicos. Esses sítios, por si só, também constituem um tipo de vestígio, pois oferecem informações contextuais sobre as ocupações humanas. Os materiais líticos abrangem ferramentas, adornos e objetos utilitários, como fusos para tecelagem, enquanto as cerâmicas variam de vasilhas para armazenamento e preparo de alimentos a objetos decorativos, simbólicos e utilitários.

Esses artefatos não apenas demonstram a habilidade técnica e artística dessas populações, mas também revelam um conhecimento avançado de tecnologias relacionadas ao manejo de recursos naturais e à produção material. A presença e o uso desses itens refletem práticas culturais, organização social e interações com o meio ambiente, evidenciando a complexidade e a sofisticação de suas sociedades.

Conforme identificado nos dados arqueológicos e relatados em alguns dos registros etnográficos, essas populações demonstravam profundo conhecimento sobre o uso sustentável de recursos naturais e a adaptação ao ambiente. Integravam técnicas de cultivo, fabricação de artefatos e estratégias de sobrevivência que refletiam uma organização social

e cultural complexa. Esse domínio permitia a produção de uma ampla diversidade de artefatos, abrangendo funções domésticas, espirituais e ornamentais.

Esses objetos, como cerâmicas utilitárias, adornos e itens rituais, evidenciam a capacidade criativa e técnica dessas populações, mostrando como a materialidade estava intimamente ligada à vida cotidiana e às práticas simbólicas. Essa versatilidade destaca a relação harmoniosa entre técnica, cultura e meio ambiente na construção de suas sociedades.

Na arqueologia dos povos Tupí, os primeiros estudos focalizaram principalmente a identificação de padrões de assentamento e a análise da diversidade artefactual. Essas investigações iniciais levaram à definição de tradições arqueológicas baseadas, em grande parte, na etnografia artefactual²² (Silva, 2007). Esse enfoque privilegiava a classificação e o estudo de artefatos, como cerâmicas e ferramentas, para inferir aspectos culturais e organizacionais dos grupos analisados.

Embora esse método tenha sido crucial para estruturar os estudos iniciais, ele frequentemente negligenciava outros aspectos importantes, como os sistemas de manejo ambiental, as dinâmicas de mobilidade territorial com foco em expansão, e não apenas em migração, e as interações simbólicas. Esses elementos são fundamentais para uma compreensão mais ampla da riqueza cultural e das práticas que caracterizavam essas populações.

Considerando que as populações relacionadas ao tronco linguístico Tupi foram as que mais se dispersaram e se “fragmentaram” em diferentes famílias, é importante destacar que, entre essas dez famílias, havia dezenas ou até centenas de povos e línguas. Essa organização interna era sustentada por dinâmicas de parentesco, produção cultural e pelo processo contínuo de ensino e aprendizagem, incluindo as interações pautadas pelas divisões sociais do trabalho (Noelli, 1993;1996).

Entre as populações indígenas, a divisão social do trabalho envolve a organização das atividades com base em fatores como idade, função, hierarquia e, em muitos casos, gênero. Já a divisão de gênero refere-se à organização dos papéis e responsabilidades sociais atribuídos a homens, mulheres e, em algumas culturas, a indivíduos que ocupam papéis de gênero distintos ou não binários, embora o termo "não binário" seja uma construção contemporânea. Essa divisão é culturalmente específica e varia entre os grupos, podendo

²² Esse método baseia-se na comparação entre vestígios materiais arqueológicos e dados etnográficos de povos tradicionais contemporâneos, com o objetivo de inferir usos, significados e práticas sociais associadas aos objetos.

abranjer aspectos como: atividades cotidianas, divisão de espaços, papéis espirituais e rituais, ensino e transmissão de conhecimento, adaptação e flexibilidade (Cunha, 1992; Almeida, 2017), o importante é reconhecer que isso não é uma regra universal e pode variar amplamente entre diferentes povos.

Essas divisões refletem sistemas simbólicos e práticos que mantêm a coesão do grupo e ajudam a organizar a vida social e econômica. É importante ressaltar que, apesar dessas divisões, muitas comunidades indígenas apresentam flexibilidade e complementaridade entre os papéis de gênero, priorizando a colaboração e a sustentabilidade.

A ampla dispersão dos povos Tupi tem sido rastreada por meio de vestígios arqueológicos, como cerâmicas e artefatos líticos, cuja preservação e distribuição em sítios arqueológicos permitem traçar conexões temporais e culturais. No caso das famílias Tupi-Guarani, reconhecidas pela maior expansão territorial e densidade demográfica, a materialidade cerâmica destaca-se por suas técnicas, simbologias e inovações tecnológicas. Esses elementos vinculam-se à Tradição Policroma da Amazônia (TPA), considerada uma das mais antigas expressões de diversidade técnica, cultural e étnica, representando um marco significativo na trajetória dos povos Tupi em termos de inovação e complexidade cultural (Corrêa, 2014; Almeida 2015).

Essa dispersão territorial é marcada por diferentes contextos fisiográficos, exigindo adaptações específicas tanto ambientais quanto culturais. Considerando que não tratamos de populações homogêneas, os aspectos culturais e simbólicos foram sendo transformados e ressignificados ao longo do tempo. Contudo, a análise da materialidade, especialmente das cerâmicas e dos artefatos líticos, revela conexões que permitem identificar elementos ontológicos compartilhados, evidenciando interações culturais e continuidade em práticas e significados atribuídos a esses povos em uma história de longa duração.

Entre os atributos dos contextos cerâmicos, especialmente nos contextos utilitários indígenas, destacam-se as práticas, objetos e estruturas que atendem às necessidades cotidianas e funcionais das populações. Esses contextos envolvem, entre outros aspectos: a fabricação e o uso de ferramentas, a produção e o armazenamento de alimentos, as construções habitacionais, as atividades de subsistência e as adaptações ao ambiente. A cerâmica, nesse contexto, desempenha um papel fundamental não apenas como meio de armazenamento e preparo de alimentos, mas também como expressão cultural e tecnológica que reflete a interação das comunidades indígenas com seu ambiente natural, além de servir como indicador de práticas sociais e rituais (Brochado, 1990).

Os contextos de rituais indígenas referem-se aos espaços, práticas, objetos e significados associados a eventos simbólicos e espirituais dentro das comunidades indígenas. Esses rituais estão profundamente enraizados nas cosmologias desses povos, frequentemente conectando-se aos ciclos naturais, às relações sociais, às práticas de subsistência e à espiritualidade. Os contextos rituais incluem, entre outros: espaços sagrados, objetos ritualísticos, práticas performativas, funções sociais e simbólicas, temporalidade, e dimensões espirituais e cosmológicas.

Esses rituais são fundamentais para a preservação das tradições, funcionando como mediadores entre os seres humanos e o ambiente. Ao integrar elementos naturais e espirituais, os rituais refletem a complexidade e a riqueza das culturas indígenas, demonstrando como esses povos buscam harmonia e equilíbrio em suas relações com o mundo, (Cunha,1992; Lévi-Strauss, 1989).

Na região nordeste brasileira, os vestígios arqueológicos associados aos povos Tupi anteriores à invasão europeia são predominantemente cerâmicos, seguidos por artefatos líticos, evidenciando uma ampla diversidade técnica e material. Além dos artefatos, os próprios sítios arqueológicos constituem vestígios, representando espaços de vivência que integram atividades humanas e não humanas. Esses sítios variam em tipologia, incluindo contextos lito-cerâmicos, cerâmicos, oficinas líticas, aldeias, cemitérios e áreas de habitação, que podem ser permanentes ou temporárias, localizadas a céu aberto ou em abrigos sob rocha, sendo os primeiros os mais recorrentes.

Entre os principais aspectos observados nas cerâmicas associadas aos povos Tupi destacam-se: As Técnicas de Produção: A fabricação era realizada principalmente por modelagem com roletes, técnica que consistia na sobreposição de tiras de argila para formar o corpo da peça.

Para melhorar a resistência e a durabilidade, adicionavam-se antiplásticos minerais, como limonita, hematita, areia e bolo de argila, e orgânicos, como carvão e cinzas. Também era comum o uso de caco moído, reaproveitamento de fragmentos cerâmicos antigos, incorporados à mistura como tempero para reforço estrutural.

Formas das Vasilhas: Apresentam uma diversidade funcional e formal, incluindo potes, tigelas, pratos e jarras, utilizadas tanto para o armazenamento e preparo de alimentos quanto para atividades ritualísticas, refletindo múltiplos aspectos do cotidiano e das práticas culturais.

Decoração: As peças frequentemente exibem acabamentos com decoração plástica incisa ou corrugada e decorações com pinturas. Os padrões decorativos variam de motivos geométricos simples a policromias complexas, com combinações de vermelho sob engobo branco, preto e vermelho sobre engobo branco, ou pinturas diretamente sobre a superfície cerâmica tanto em motivos, quanto em engobo (branco ou vermelho). Essas representações não são apenas estéticas, mas também refletem práticas cosmológicas e simbólicas dos povos Tupi.

Outros Artefatos: Fragmentos de fusos e cachimbos também são encontrados junto às cerâmicas, sugerindo usos relacionados à fiação de fibras e práticas culturais ou rituais ligados ao uso de substâncias fumígenas (Meggers, 1996; Noelli, 1999).

Os artefatos líticos identificados incluem núcleos, ferramentas como lascas, raspadores, furadores, polidores em arenito e calibradores em canaleta, conforme discutido por Nogueira (2011) e Neto (2005). Além disso, fragmentos de fusos e adornos confeccionados em quartzo e amazonita também foram encontrados, como exemplificado no Sítio Arqueológico Brite I e Cachoeirinha I, localizado na área de estudo. Esses materiais revelam aspectos do cotidiano e da tecnologia das populações indígenas, destacando suas habilidades no trabalho com rochas e a diversidade de usos atribuídos a esses objetos, desde atividades práticas até finalidades simbólicas ou ornamentais.

CAPITULO 3

TUPIDIALOGANDO: ENCONTRO E DESENCONTRO DE NATUREZA EPISTEMOLOGICA

Utilizamos o termo "Tupidialogando" para criar uma intertextualidade sucinta entre as fontes da etnografia histórica, linguística histórica e história indígena de longa duração, visando aprofundar a compreensão das vivências dos povos Tupí no período anterior à invasão europeia no nordeste brasileiro, com ênfase em nossa área de estudo.

Assim, buscamos contextualizar esses povos a partir de referências consolidadas por essas disciplinas, que, cabe destacar, desempenharam um papel significativo no apagamento das populações originárias no Brasil até a emergência de evidências arqueológicas de natureza científica e a retomada de cunho histórico e epistemológico pela revisão aos contextos invisibilizados.

Uma das referências pioneiras é a tese de Meggers (1954) *Environmental Limitation on the Development of Culture*, que por muito tempo sustentou a ideia de que as condições ambientais influenciavam diretamente o desenvolvimento das sociedades. Nesse contexto, os agricultores-ceramistas do tronco linguístico Tupí passaram a ser tema de debates sobre os centros de origem e as rotas de expansão que teriam partido da Amazônia continental, em direção as terras brasileiras principalmente às áreas litorâneas e tropicais (Meggers, 1979; PRONAPA, 1968; Prous, 1992, 2006). Esse argumento está alinhado às teorias do determinismo ecológico, que defendem que o ambiente molda o grau de desenvolvimento cultural e tecnológico das sociedades. Segundo Meggers (1954), as culturas amazônicas, como as dos Tupí, eram limitadas pelas condições naturais e, por isso, permaneciam relativamente simples em termos de organização social e tecnologia.

Com base nesses dados, que impulsionaram a continuidade da pesquisa arqueológica, tornou-se necessário integrar informações arqueológicas a fontes historiográficas de cunho etnográfico, linguístico e antropológico, com o objetivo de esclarecer origens e processos de dispersão à luz de novas evidências. Assim, a visão de culturas e tecnologias como "inferiores" devido às condições ambientais foi revisitada por novas abordagens, entre elas o culturalismo histórico de Neves (2010), que, enquanto teoria e método, descarta as teorias evolucionistas. Essa perspectiva entende os ambientes amazônicos como espaços de alternância, reafirmando que a análise exclusivamente econômica é insuficiente para compreender as sociedades da região.

A contextualização e a abordagem interdisciplinar das fontes têm sido fundamentais para compreender diversos aspectos das vivências desses povos, incluindo subsistência e organização social, mobilidade e uso do território, rituais simbólicos, interações e conflitos, bem como a produção cultural e material, como cerâmica, artefatos e arquitetura das residências, etc.

Nossa área de pesquisa localiza-se no Nordeste brasileiro, uma região de clima semiárido e vegetação de pequeno porte (caatinga), com características geográficas e ambientais diferentes do centro de origem e das áreas litorâneas, que a princípio teriam sido locais de referências para os povos Tupí.

Entretanto, a análise dessas fontes abriu novos caminhos para reconstruir narrativas que transcendem as discussões sobre origens e rotas de expansão como os únicos locais remotos para suas vivências, possibilitando uma investigação mais detalhada das vivências dessas comunidades nos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial. Esses caminhos incluem a reinterpretação das dinâmicas sociais, econômicas e culturais desses povos em diálogo com a paisagem em que estavam inseridos.

A Etnohistória, como abordagem interdisciplinar que combina métodos da história, da antropologia, tem sido uma ferramenta essencial para compreender as experiências das populações indígenas antes e durante a colonização. No entanto, esses períodos ainda são descritos de forma limitada, sem a devida atenção à diversidade de povos.

Contudo, a historiografia etnohistórica frequentemente reflete uma perspectiva assimétrica, dominada pelas narrativas dos colonizadores. As fontes documentais tendem a silenciar ou distorcer a visão indígena, apresentando os eventos majoritariamente a partir do ponto de vista europeu. A análise detalhada dessas fontes, contudo, permite identificar como as sociedades indígenas responderam, resistiram e se adaptaram ao contato com os europeus. Esse processo revela estratégias culturais e práticas de sobrevivência que desafiam as narrativas eurocêntricas predominantes, destacando a resiliência e a capacidade de reconfiguração desses povos frente às novas condições impostas (OLIVEIRA, 2007).

No contexto de interior do nordeste brasileiro, especialmente no sertão piauiense, a Etnohistória desempenhou um papel crucial ao registrar como os povos indígenas estabeleceram relações territoriais e culturais em uma região marcada por intensas transformações sociais, decorrentes da exploração territorial e da implantação de fazendas de gado pelos bandeirantes.

Na capitania do Piauí, “foram as fazendas de gado que definiram a forma de ocupação do solo e a distribuição dos colonizadores ao longo do sertão” (MOTT, 2010: 23). A colonização do Piauí está relacionada à política colonial portuguesa de expansão territorial, instalação dos currais para o sertão em decorrência do crescimento da produção açucareira e pela importação e exportação de produtos pelo litoral piauiense, (NEPOMUCENO, 2020. Pg. 817).

A criação de gado possibilitou a expansão das pastagens e das rotas pecuárias, viabilizando a conexão entre as capitanias e desempenhando um papel fundamental na estruturação da sociedade escravista no sertão (*ibidem*), ou seja, na exploração dos povos originários, aqueles que não foram totalmente expulsos, foram gradualmente integrados às fazendas.

Esse território, frequentemente descrito de forma pejorativa como uma área de completo extermínio indígena, apresenta, por meio dessa abordagem, indícios que permitem refutar tais argumentos e reconstruir uma história mais complexa e fundamentada.

Estudos recentes demonstram como as populações indígenas articularam práticas de subsistência e estratégias de resistência, ressignificando espaços e valores diante da colonização. Nesse contexto, a Etnohistória piauiense, especialmente com o aporte de fontes mais recentes, tem ampliado a compreensão das dinâmicas históricas regionais, destacando as contribuições e os legados dos povos originários na formação social do território, como por exemplo: As práticas indígenas de manejo da terra e uso sustentável dos recursos naturais, como a agricultura e a coleta de plantas medicinais, foram fundamentais para o entendimento e preservação da biodiversidade local. Muitos conhecimentos sobre o cerrado, a caatinga e o semiárido foram transmitidos por essas comunidades; Sistemas de subsistência: A agricultura indígena, com a prática do cultivo de mandioca, milho, feijão e outros alimentos típicos, foi uma base importante para a formação da economia local; Organização social: A estrutura social dos povos indígenas influenciou a organização das comunidades regionais, com ênfase na cooperação, na distribuição de tarefas e no cuidado coletivo com os territórios; Rituais e cosmologias: A religiosidade e os rituais indígenas, ligados à natureza e à espiritualidade, influenciaram manifestações culturais no Piauí, como festas, danças e celebrações populares (Aroucha, et.al, 2024).

3.1 Povos indígenas do Nordeste entre a intersecção da recessão dos Povos Tupi

A história dos povos indígenas no Nordeste brasileiro, especialmente em relação aos Tupi, é marcada por movimentos de expansão, adaptação e retração territorial ao longo dos séculos. Durante o período pré-colonial, os povos Tupi ocupavam vastas áreas do litoral e também adentraram o interior do território, estabelecendo-se em regiões que hoje correspondem ao Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e outras partes do Nordeste.

Sua dispersão estava relacionada a fatores como mobilidade associada à subsistência, conflitos intertribais, aumento populacional. Além disso, esses povos carregavam traços seminômades, caracterizados pela alternância de território de acordo com as estações do ano e as demandas ambientais (Ribeiro, 1985). Posteriormente, com a chegada dos colonizadores europeus, essa mobilidade foi intensificada, já que as novas pressões externas, como a escravização e as guerras, forçaram esses povos a se deslocarem ainda mais, levando à dispersão para diferentes regiões do Brasil.

Com o início da colonização, a recessão dos povos Tupi foi acelerada por fatores como: Expropriação territorial²³: A ocupação colonial resultou na perda de territórios essenciais para as práticas culturais e de subsistência. Guerras e conflitos: Muitas comunidades Tupi foram dizimadas ou deslocadas por confrontos com outros povos indígenas e com os europeus. Escravização e doenças: A escravidão e as epidemias trazidas pelos colonizadores causaram um enorme declínio populacional. Fragmentação cultural: A imposição de valores e práticas coloniais contribuiu para o enfraquecimento das tradições, contudo em algumas regiões fortaleceu organizações sociais indígenas.

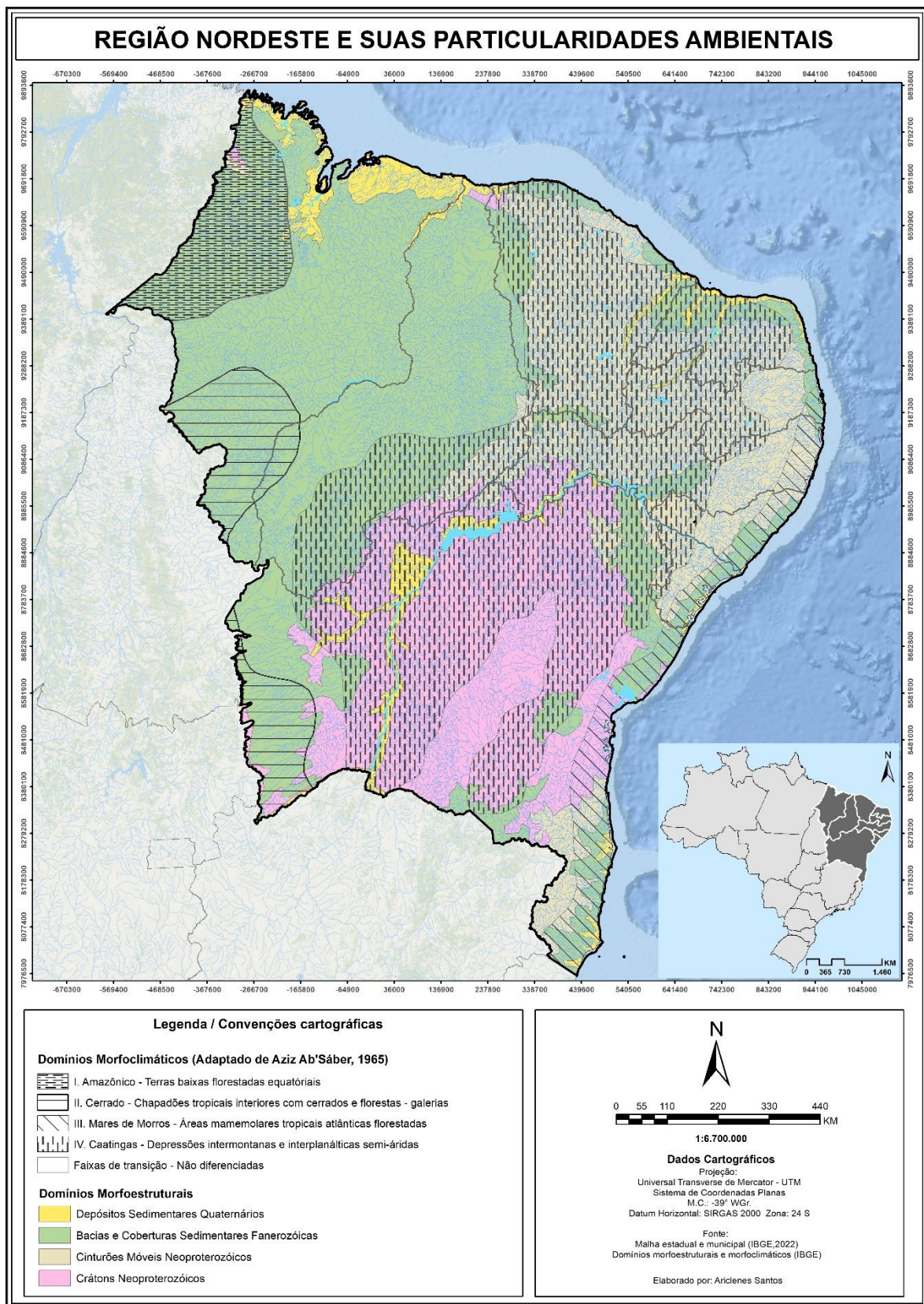
No Nordeste, essa recessão significou o deslocamento de muitas comunidades Tupi para áreas menos acessíveis ou a sua integração forçada em sistemas coloniais. No entanto, a presença Tupi deixou um legado cultural significativo na região, visível em aspectos linguísticos, como topônimos e costumes de origem Tupi, e na influência de suas práticas culturais na formação da sociedade regional.

Apesar da retração, comunidades indígenas contemporâneas no Nordeste, têm traçado linhas de resistência ativa. Grupos como os Tupinambá de Olivença (Bahia), Potiguará

²³ No caso dos povos indígenas, a expropriação territorial tem sido um problema histórico e contínuo, especialmente no Brasil, onde muitas terras indígenas foram usurpadas ao longo dos séculos. Essa expropriação pode ocorrer de diferentes formas, muitas vezes sem o devido respeito aos direitos dessas populações ou sem consulta prévia, conforme exige a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos direitos dos povos indígenas.

(Paraíba), Tabajara (presentes no Piauí, Ceará e Paraíba) vêm promovendo a preservação de suas tradições e ressignificando elementos de suas raízes Tupi e continuam lutando pela valorização de sua identidade e pela retomada de seus territórios ancestrais. Estudos arqueológicos, linguísticos, históricos, geográficos e políticos têm sido fundamentais para ressignificar e compreender essa trajetória, destacando a resiliência e o papel dos povos Tupi na formação histórica do Nordeste brasileiro (Marques, 2009; Moura, 2023).

A região Nordeste, que abrange os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia, apresenta uma notável diversidade ambiental (ver mapa 2: *Região Nordeste e suas particularidades ambientais*). Essa região é marcada por distintos domínios morfoclimáticos e morfoestruturais, com três climas predominantes: tropical, semiárido e equatorial úmido ou litorâneo.



Mapa 3: Região Nordeste e suas particularidades ambientais (Fonte: Santos, 2023).

Essas condições climáticas influenciam significativamente os aspectos hidrológicos, geomorfológicos e vegetativos, moldando paisagens distintas e ecossistemas variados. A interação entre essas características ambientais e as populações humanas resulta em um processo dinâmico de adaptação mútua, em que o meio ambiente modela a vida humana, enquanto as atividades humanas também impactam e reconfiguram o ambiente. Essa relação é especialmente relevante para compreender a ocupação histórica, o manejo de recursos naturais e a diversidade cultural no Nordeste brasileiro.

Os registros arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara, no sertão do Piauí, revelam uma longa sequência de ocupações humanas. Escavações no Sítio Arqueológico Boqueirão da Pedra Furada mostram que grupos de caçadores-coletores habitaram a região desde cerca de 50.000 anos até aproximadamente 6.000 anos AP, abrangendo o final do Pleistoceno e o início do Holoceno²⁴ (Guidon, 1991A: 17-18; 1992: 39-44, Apud Etchevarne, 1999/2000). Isso faz da Serra da Capivara o maior complexo arqueológico das Américas e reforça a presença de um mosaico descontínuo, mas não necessariamente interrompido, de populações nativas habitando áreas além das regiões litorâneas desde os tempos pretéritos.

Esses mosaicos mostram as populações como parte de um complexo multifacetado, que resulta em diversos conjuntos de evidências arqueológicas. No entanto, esses vestígios não indicam uma descontinuidade nas vivências desses povos no território, mesmo que, em muitos casos, não seja possível estabelecer uma relação contemporânea entre registros como pinturas rupestres e vestígios cerâmicos.

A variedade e dispersão dos materiais, incluindo registros rupestres, remanescentes humanos, fragmentos cerâmicos, ferramentas e estruturas habitacionais, refletem a diversidade de experiências, culturas e interações desses povos. O maior desafio consiste em reconhecer que, apesar das múltiplas evidências arqueológicas, essas populações mantiveram a continuidade de suas práticas e modos de vida em uma longa temporalidade e ambientes em constante transformação.

Não obstante, nossa sociedade raramente reflete sobre como vivenciamos a relação entre tempo e espaço a não ser de forma linear. Como destaca Oliveira (2019), muitas vezes limitamo-nos a registrar a passagem do tempo como se todos os eventos seguissem uma

²⁴ Transição do Pleistoceno para o Holoceno na Serra da Capivara/fase serra talhada estagio +/- <17.000 a 10.000 anos AP. Fonte: Melo, (2004).

única escala temporal objetiva, desconsiderando as múltiplas formas de perceber e experienciar essa dimensão.

As populações indígenas tupí, no entanto, foram profundamente influenciadas pelos aspectos humanos e não humanos de cada cenário em que viveram ou passaram, tanto antes quanto durante os séculos XVIII e XIX, período em que também experimentaram os impactos da colonização.

Habitando ecossistemas variados, como o litoral, o semiárido e as áreas equatorial, esses povos desenvolveram estratégias de subsistência, adaptação e mobilidade condicionadas aos diferentes ambientes.

No sertão, onde o clima é predominantemente semiárido, os povos indígenas precisaram desenvolver técnicas para enfrentar a escassez de água e a aridez do solo. Práticas como a coleta de frutas nativas e a caça complementavam a agricultura de subsistência, que incluía o cultivo de culturas como milho, mandioca e feijão, adaptadas ao regime irregular de chuvas. Essas estratégias de sobrevivência foram fundamentais para moldar o modo de vida das populações que habitavam o interior da região.

Durante décadas, o Nordeste, especialmente as regiões sertanejas, foi associado ao retrocesso. Nesse contexto, as vivências dos povos originários, em particular os de origem tupinambá, foram historicamente concentradas nas áreas litorâneas, que representavam o destino da expansão tupinambá a partir do Sul em direção à costa (Métraux, 1927). Anos depois, com base em novas evidências arqueológicas, Brochado (1984) reverte a interpretação sobre a expansão tupinambá.

De acordo com Brochado (1984), com base na interpretação de dados arqueológicos, os povos tupí originaram-se de um centro comum e realizaram dois grandes movimentos migratórios. Os primeiros a se deslocarem foram os proto-guaranis, que seguiram para o Sul, descendo pelos rios Madeira e Guaporé até alcançarem o rio Paraguai. Enquanto isso, os proto-tupinambás tomaram outro caminho: desceram o rio Amazonas até sua foz e, a partir daí, expandiram-se em direção ao leste. Nesse processo, chegaram à estreita faixa costeira, mas ao tentarem seguir mais ao sul, encontraram os guaranis, que interromperam sua expansão para aquela região.

Sob essa perspectiva, a expansão dos Tupí para as regiões semiáridas teria ocorrido apenas durante a grande intervenção colonial, como resposta às pressões geradas pelo contato com os colonizadores europeus (Amaral, 2015, P. 22). No entanto, essa visão vem sendo revista com base na análise de referências etnohistóricas e na identificação de novos

vestígios arqueológicos, dados fundamentais para o entendimento da cronologia da Aldeia da Queimada Nova e dos vestígios da Chapada do Araripe, ambos localizados em contexto de sertão.

Segundo Albuquerque (1984: 131-134; 1991: 177-178) e Etchevarne (1999/2000), existem evidências de sítios arqueológicos na região Nordeste associados a instalações Tupi a partir do XI milênio. Os grupos identificados sob essa denominação formam um contingente pluriétnico (Etchevarne, 1999/2000). Atualmente, os dados arqueológicos, juntamente com informações linguísticas e etnológicas, sugerem que esses grupos ocuparam quase todo o território brasileiro, por meio de diversas rotas de expansão.

Os estudos arqueológicos sobre populações agricultoras ceramistas no Brasil inicialmente concentraram-se nas regiões amazônicas, litorâneas e tropicais, com a justificativa de que esses ambientes eram mais adequados para o cultivo de tubérculos e outros produtos agrícolas, como a mandioca e o milho, alimentos básicos ou complementares a dieta dessas populações. Com base nessa premissa, as pesquisas passaram a focar em áreas com condições ambientais semelhantes.

Isso fez com que as primeiras investigações arqueológicas sistemáticas no Nordeste se concentrassem nas regiões litorâneas, especialmente em sambaquis, que estavam sendo destruídos pela construção de cidades e casas coloniais. No entanto, isso não significa que não tenha ocorrido pesquisa no interior; embora pontuais, essas investigações foram realizadas por alguns institutos regionais. Em muitos casos, essas pesquisas foram pouco divulgadas, especialmente antes da década de 1960.

É fundamental lembrar que, no Nordeste e no Brasil como um todo, as populações ceramistas, ou as populações originárias, não se restringem aos povos Tupí. No entanto, nesta pesquisa, focamos nos contextos de vivência desses povos, cuja materialidade arqueológica reflete uma história de longa duração. Entre os principais vestígios, destacam-se as cerâmicas policromas, frequentemente associadas a outros elementos, como artefatos líticos, tembetás e cachimbos. Além disso, é crucial considerar as áreas habitadas por essas populações.

Em consonância com essa abordagem, a presente tese de doutorado tem como objetivo explorar um tema proeminente na literatura arqueológica sobre os povos Tupí no Piauí, levando em conta as especificidades locais, regionais e nacionais.

Nossa pesquisa se concentra na análise e compreensão da Chapada do Araripe como uma paisagem em constante transformação, cujas evidências arqueológicas refletem as

vivências dos povos originários anteriores à colonização. Este estudo busca compreender como as práticas cotidianas e ritualísticas dessas populações estão relacionadas à sua expansão pelo território brasileiro, a partir de seu centro de origem, e de que maneira essas práticas se conectam ao sertão do Piauí.

3.2 Piauí área de refúgio ou de transitoriedade dos povos Tupí

As pesquisas arqueológicas no Piauí, desde a década de 1970, se destacam como um contexto próprio dentro da Arqueologia Regional do Nordeste, ganhando repercussão internacional, especialmente com os estudos realizados na Mesorregião Sudoeste do estado, na área da Serra da Capivara. Essas pesquisas têm sido fundamentais para a revisão da cronologia do povoamento das Américas. Com base na datação por termoluminescência de seixos encontrados em fogueiras e resquícios de carvão no sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada, foi possível identificar uma cronologia bem recuada (Guidon et al., 2003, apud. Costa, 2019), sendo, portanto, uma região habitada desde o pleistoceno.

Os dados arqueológicos indicam um processo contínuo, embora marcado por intervalos temporais, já que os artefatos não permitem estabelecer uma contemporaneidade precisa. Ainda assim, esses vestígios permanecem vinculados aos contextos de ocupação e vivência das populações autóctones, reforçando cronologias antigas que englobam desde sociedades de caçadores-coletores até agricultores ceramistas. Esse processo culmina com a instalação de fazendas de gado pelos bandeirantes e jesuítas e, posteriormente, com os ciclos econômicos de exploração da maniçoba nos primeiros anos do governo republicano (Costa, 2019; Landim, 2014).

Entretanto, cada fase histórica reflete dinâmicas culturais, sociais, econômicas e ambientais distintas. O período das sociedades de caçadores-coletores, por exemplo, requer análises voltadas à mobilidade, interação com o ambiente e estratégias de subsistência, enquanto o período agrícola implica questões sobre organização territorial, manejo ambiental, produção de cerâmica e contextos simbólicos referente as vivências destes habitantes. Já a instalação das fazendas de gado e os ciclos econômicos da maniçoba estão ligados a processos de colonização, exploração de recursos e transformações nas relações entre diferentes grupos sociais. Cada contexto, portanto, exige ferramentas interpretativas que respeitem suas especificidades e complexidades, evitando reduções simplistas e

promovendo uma compreensão mais ampla e sensível das dinâmicas históricas e culturais. Esses contextos exigem e carecem de abordagens e narrativas específicas, configurando-se como potenciais caminhos para pesquisas futuras.

As primeiras análises sobre o contexto arqueológico das populações agricultoras ceramistas Tupi no Piauí datam da década de 1970, com estudos voltados à organização e ocupação territorial. Essas pesquisas consideraram evidências como vestígios de estruturas habitacionais e materiais coletados no Sítio Aldeia da Queimada Nova na região do Parque Nacional Serra da Capivara (MARANCA, 1976, 1977; VILHENA, 1976; MEGGERS E MARANCA, 1980). A Serra da Capivara, reconhecida por seu extenso registro arqueológico com cronologias extremamente antigas, concentra grande parte dessas descobertas, evidenciando a diversidade de grupos étnicos e culturais e ampliando os debates sobre as teorias de povoamento das Américas.

Esses dados têm estimulado as fontes etnohistóricas e promovido uma reavaliação da historiografia tradicional, que, sob a perspectiva dos colonizadores, retratava o sertão como uma terra desabitada. Nesse relato, os povos indígenas eram considerados apenas habitantes transitórios, destinados a serem confrontados, exterminados ou assimilados culturalmente com a chegada dos colonizadores no final do século XVIII e início do século XIX (Oliveira, 2007).

Segundo Silva (2004)

No final do Século XIX, os povos originários no Nordeste foram transformados em caboclos. Pois, naquele período, os registros administrativos estatais relatando o "desaparecimento" das populações indígenas nas províncias do Nordeste, corroboraram para o silêncio oficial e intencional sobre os povos indígenas na região, ratificando a ideia de assimilação dos indígenas a sociedade brasileira. Os povos indígenas foram "confundidos com a massa da população" – uma frase repetidamente citada pelas autoridades – transformados em "caboclos", pelos intelectuais do Século XX, por possuírem costumes exóticos e "manifestações folclóricas em vias de extinção" (SILVA, E., 2004, p.132).

Esse processo foi uma ferramenta poderosa de apagamento étnico e cultural. Ele ajudou a consolidar a ideia de que os indígenas no Nordeste não mais existiam, enquanto muitos deles continuavam resistindo e reivindicando suas identidades e territórios. É uma questão que ainda influencia debates contemporâneos sobre a identidade e os direitos dos povos indígenas no Brasil. No entanto, novas evidências arqueológicas vêm desafiando as narrativas predominantes na literatura, que por décadas desconsiderou as áreas semiáridas

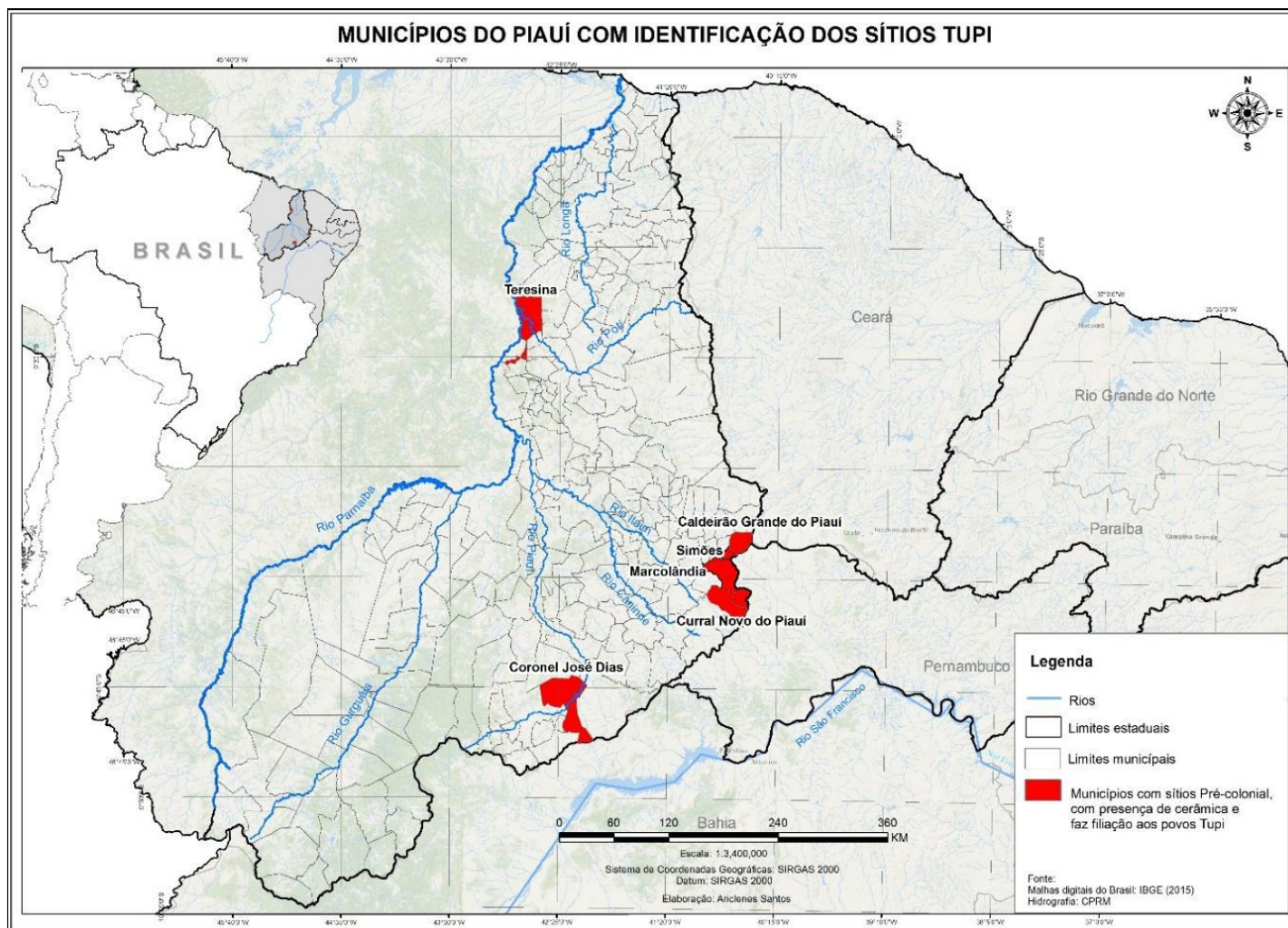
como ambientes favoráveis ao estabelecimento de populações humanas especialmente aquelas com culturas fundamentadas no desenvolvimento de tecnologias cerâmicas.

A classificação do Piauí como área de refúgio pode ser entendida devido às suas características geográficas, como serras, vales e áreas semiáridas, que ofereciam abrigo e recursos para a sobrevivência. Durante a colonização, esses ambientes dificultavam o acesso dos colonizadores e possibilitaram que os povos Tupi mantivessem práticas culturais, sociais e espirituais, mesmo sob pressão externa.

Por outro lado, o Piauí também pode ser visto como uma área de transitoriedade, marcada pelo deslocamento constante dos povos Tupi em resposta às mudanças ambientais, pressões coloniais e conflitos com outros povos. A expansão em direção a novas áreas, especialmente durante a extensão da colonização no Nordeste, pode ter transformado o estado em um território de passagem, onde os povos Tupi buscaram refúgio temporário antes de se deslocarem para outras regiões.

Portanto, a classificação da região como área de refúgio ou de transitoriedade varia conforme o período e o contexto analisado. Em ambos os casos, a região desempenhou um papel fundamental na história das comunidades Tupi, destacando sua capacidade de adaptação e resistência. Estudos arqueológicos e Etnohistóricos seguem elucidando a complexidade dessas dinâmicas, enriquecendo a compreensão das trajetórias indígenas no Nordeste brasileiro.

Como ilustrado no Mapa 4 a seguir, que mostra os municípios do Piauí localizados nas regiões sudeste (Caldeirão Grande, Simões, Marcolândia e Curral Novo), sudoeste (Coronel José Dias) e norte (Teresina), com a identificação de sítios arqueológicos que fazem filiação cultural ou apresentam uma materialidade associada aos povos Tupí, observa-se que, à medida que as pesquisas avançam, seja em termos de território, estudo científico ou monitoramento preventivo, novos locais estão sendo descobertos.



Mapa 4: Municípios do Piauí com identificação de sítios arqueológicos com filiação tupi (Fonte: Santos, 2018. Apud Costa, 2019).

Essa análise nos levou a observar as diferentes regiões do Piauí: no Sudoeste, destaca-se o Sítio arqueológico Aldeia da Queimada Nova no município de Coronel José Dias; ao Sudeste, a área correspondente à porção piauiense da Chapada do Araripe, com destaque para os sítios investigados nesta pesquisa, localizados no município de Caldeirão Grande do Piauí; Ao Norte, na capital Teresina, encontra-se o Sítio Ininga, descoberto em 2016 por um estudante no campus de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Piauí. Esse sítio foi designado como um sítio-escola para o curso de Arqueologia. Durante meu mestrado, entre 2017 e 2018, tive a oportunidade de acompanhar e participar do início das atividades conduzidas pelos professores, alunos de graduação e pós-graduação em Arqueologia da instituição, e assim ele tem seguido como uma referência para o estudo de povos Tupí.

ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM E DO LUGAR

Para discutir paisagens e lugares, recorreremos aos conceitos de autores como Zedeño (1997), Ingold (1993), Tilley (1994), Thomas (2001), Bender (2002), Whitridge (2004) e Lazzari (2005). Esses estudos contribuem para sobrepujar as abordagens objetivistas predominantes em períodos em que a Arqueologia se limitava a descrever a paisagem como um suporte de recursos para a subsistência humana ou como um território delimitado topograficamente e explorado visualmente.

Na perspectiva objetiva, o sítio arqueológico é frequentemente definido com base na presença de vestígios materiais, delimitado espacialmente e analisado como uma unidade isolada do contexto cultural ou paisagístico mais amplo (Willey & Phillips, 1958; Binford, 1964; Schiffer, 1972; Clarke, 1984; Renfrew & Bahn, 1991).

Superar essa perspectiva exige a adoção de abordagens que compreendam a paisagem como um contexto dinâmico e integrado, onde as relações simbólicas, sociais e ambientais entre os seres humanos e o ambiente desempenham um papel central. Essa visão redefine os sítios arqueológicos, deixando de vê-los como locais estáticos delimitados apenas por vestígios materiais, para reconhecê-los como partes de uma rede mais ampla de significados e interações. Essas relações contribuem para a formação e transformação das paisagens, frequentemente revisitadas por meio dos vestígios que refletem práticas culturais associadas (Ingold, 1993; Tilley, 1994; Zedeño, 1997; Whitridge, 2004; Lazzari, 2005).

O estudo arqueológico das populações agricultoras-ceramistas no Brasil tem suas bases em teorias deterministas, influenciadas pelas concepções darwinianas de mudança e evolução. Essas teorias foram utilizadas para explicar a transição de sociedades de caçadores-coletores para agricultoras-ceramistas. Contudo, é importante destacar que, na Arqueologia, o conceito de evolucionismo cultural difere das teorias biológicas da evolução das espécies, pois foca na evolução das culturas e sociedades humanas, sem se restringir à dimensão biológica, (Tylor, 2005).

Essas teorias sustentaram a ideia de que as populações originárias no Brasil, em períodos remotos, habitavam principalmente regiões com condições ambientais semelhantes. Isso fundamenta a proposta da odisseia Tupí, que postula um centro de origem e rotas de expansão, especialmente ao longo das áreas litorâneas e regiões de floresta tropical. Essa visão é apoiada pelo determinismo geográfico ou "determinismo ecológico" de Steward (1949), no qual a

adaptação das sociedades aos seus ambientes naturais é considerada um fator essencial na formação de suas estruturas sociais e culturais.

Inicialmente, o determinismo ecológico na Arqueologia foi incorporado como uma justificativa para definir padrões de assentamento, organização social e política, caracterizando áreas habitadas de acordo com os nichos ecológicos.

Segundo Steward (1949), o marco de seu modelo foi a criação de uma tipologia que associa a organização sociocultural ao tipo de ambiente, sendo a variável ambiental o fator que determinava o grau de desenvolvimento das organizações sociais (Steward, 1949). Do ponto de vista epistemológico, uma explicação determinista é do tipo unicista ou unicausal, pois atribui a um único fator a causa do funcionamento de todo o conjunto de um dado sistema, seja ele social, cultural ou biológico (Moran, 1994).

Considerando esses fatores históricos, bem como as questões metodológicas e a organização do pensamento contemporâneo, buscamos contextualizar de forma diacrônica os conceitos de paisagens e lugares como elementos centrais para os estudos arqueológicos. Investigamos como esses conceitos foram tratados e aprimorados ao longo do tempo, tanto metodologicamente quanto teoricamente.

Ao mesmo tempo, reconhecemos que o ato de habitar o mundo é sincrônico, especialmente nas sociedades autóctones, que possuíam sistemas de controle do tempo distintos das sociedades contemporâneas, fundamentados em uma temporalidade cíclica, e não linear, como nas sociedades ocidentais, ou seja, para estudar as paisagens e os lugares na Arqueologia, é preciso considerar tanto a evolução das ideias ao longo do tempo quanto as diferentes formas de entender o tempo e o espaço, especialmente ao se tratar de sociedades autóctones, Heidegger (1927); Ingold (1993); Bender (2002).

Arqueologicamente, o estudo da paisagem esteve presente desde a gênese da Arqueologia como ciência, mas inicialmente de forma agregada, e não como uma disciplina ou metodologia interdisciplinar. Esse estudo visava explicar os contextos dos assentamentos e as rotas de expansão, mas estava principalmente centrado nos ecologistas evolucionistas. Nesse período, as análises de paisagens eram baseadas na descrição dos ambientes, muitas vezes com a categorização dos mesmos.

Essas categorias permitiam aos arqueólogos associar diferentes tipos de assentamentos, estratégias de subsistência e padrões de mobilidade a determinados ambientes. Contudo, essa abordagem frequentemente negligenciava as interações culturais, sociais e simbólicas entre as populações e seus ambientes. Ela se concentrava principalmente em como os fatores naturais

influenciavam a subsistência e a organização social, de maneira simplificada, sem levar em conta as complexas relações humanas com o espaço. Assim, a categorização dos ambientes na Arqueologia tradicional seguia um enfoque determinista, tentando explicar a cultura humana com base em características ambientais fixas, sem considerar variáveis culturais ou históricas mais amplas (Renfrew & Bahn, 1991; Thomas, 2001).

Não obstante, o enfoque ecológico não captura toda a complexidade dos modos de vida e das culturas passadas, devendo ser interpretado como um símbolo das relações sociais entre indivíduos, famílias, grupos e sociedades (Hitchcock & Bartram, 1998 apud. Fagundes, 2009). Como destacou Thomas (2001), a noção de uma Arqueologia da paisagem possui uma longa história, remontando às investigações do General Pitt Rivers desde 1887, onde ele não via a paisagem como um cenário passivo, mas como um elemento ativo nas relações humanas, sendo moldada por práticas culturais e, ao mesmo tempo, influenciando o comportamento humano.

Sua abordagem foi uma das primeiras a integrar o estudo da paisagem à Arqueologia de uma forma sistemática, procurando entender as relações entre os seres humanos e o espaço ao longo do tempo, embora de maneira ainda bastante empirista, sem uma reflexão teórica aprofundada sobre o conceito de paisagem como fenômeno cultural, que viria a ser desenvolvida posteriormente, como em outras abordagens da Geografia Cultural, (Thomas, 2001).

A discussão teórica e epistemológica sobre a Arqueologia da paisagem nos modelos contemporâneos foi profundamente influenciada pelo surgimento da Geografia Humana na década de 1960. Ao abandonar a abordagem da "ciência espacial", a Geografia passou a concentrar-se em temas como cultura, relações sociais, poder, política, identidade e experiência. Nesse contexto, emergiu a Geografia Cultural, que se fundamentou no trabalho de teóricos que exploraram explicitamente a paisagem como um fenômeno cultural, como Berger (1972) e Williams (1973).

Para esses pensadores, a paisagem é vista como um registro acumulado de continuidade e tradição, que nos permite acessar um passado autêntico e ideológico, sendo que tanto a paisagem quanto o lugar estão profundamente ligados à identidade pessoal e coletiva (Thomas, 2001). Embora uma abordagem não exclua a outra, a Geografia Cultural proporcionou mecanismos mais próximos da realidade dos indivíduos que constroem e vivenciam as paisagens e os lugares.

Uma das metodologias da Geografia amplamente adotadas pela Arqueologia foi a utilização de mapas. O emprego desses mapas facilita a localização no espaço geográfico e no

tempo, por meio de métodos como pesquisa de campo, estudo documental, análise cartográfica e escavação seletiva. Esses métodos combinados oferecem uma abordagem holística, permitindo que a paisagem seja entendida não apenas como um espaço físico, mas também como um espaço culturalmente significativo, onde os aspectos sociais, simbólicos e ambientais se entrelaçam, (Aston & Rowley, 1974).

No entanto, o uso de mapas tem sido criticado por diversos pesquisadores, especialmente à luz da nova abordagem da Arqueologia da Paisagem, onde propõe uma visão mais integrada e dinâmica da relação entre os seres humanos e o espaço, em contraste com as abordagens mais antigas, que frequentemente viam a paisagem de maneira estática e determinista. Segundo Thomas (2001), a cartografia oferece uma visão distanciada, quase desapaixonada, que manipula o mundo de maneira a desumanizá-lo, ao tratar o espaço de forma impessoal e desvinculada das experiências humanas que o moldam.

Por outro lado, Whitridge (2004) argumenta que, ao empregar abordagens tecnocientíficas para quantificar e qualificar as relações espaciais, o cartógrafo se envolve tanto com os locais que manipula quanto um ancião nativo ao narrar um tempo mítico sobre os mesmos lugares. Embora ambos tratem a paisagem de maneiras distintas, fazendo reivindicações diferentes e utilizando recursos materiais variados, ambos estão igualmente imersos em suas interpretações da paisagem.

Por conseguinte, a abordagem epistemológica da Arqueologia da Paisagem, desenvolvida na década de 1990 (Strauss, 2021), introduziu a noção de uma paisagem em constante transformação, resultado do reconhecimento e da interação entre seres humanos como agentes internos e externos. Nessa perspectiva simétrica, tanto as agências humanas quanto as não-humanas interagem de maneira equivalente, sendo todas partes integrantes da paisagem. Assim, a percepção da paisagem vai além da simples observação física, envolvendo também a maneira como os indivíduos se veem e se relacionam com eles mesmos e com o mundo ao seu redor (Taylor, 1993).

Essa virada epistemológica contribuiu para expandir a compreensão da paisagem além de suas formas físicas (como montanhas, rios ou edificações), como propôs Milton Santos (1994; 2003). Para ele, a paisagem não se resume apenas a volumes, mas também inclui cores, movimentos, odores, sons e outros elementos sensoriais (Santos, 1994). No entanto, a interpretação da paisagem é sempre individual, sendo uma construção mental repleta de percepções pessoais.

Nossa leitura contemporânea da paisagem busca compreender as experiências ontológicas, inspiradas pelo pensamento de Martin Heidegger (1879-1976) sobre o ser, essencialmente o ser humano e sua relação temporal com o mundo. Reconhecemos que cada indivíduo, em sua singularidade, vivenciou e contribuiu para as transformações da paisagem em estudo, ainda que só possamos acessar fragmentos dessas experiências. Nesse contexto, valorizamos as vivências coletivas desses povos, construindo uma interpretação ressignificada da paisagem, ancorada em conceitos contemporâneos e em diálogo com os vestígios arqueológicos do passado.

A imagem mental formada da paisagem não é uma reprodução exata do ambiente, mas uma representação construída a partir de informações sensoriais - visão, audição, tato, olfato e paladar - combinadas com experiências passadas, conhecimentos acumulados e crenças individuais. Assim, a paisagem é compreendida como uma construção social, repleta de significados e elementos culturais compartilhados dentro do grupo, sem ignorar as percepções individuais. Nesse sentido, incorporar a simetria nas relações entre pessoas, lugares e paisagens permite compreender vivências e comportamentos cotidianos e rituais, superando visões fragmentadas no estudo desses fenômenos (Thomas, 2001; Ingold, 1993).

Para Bender (2002), a paisagem representa a materialização do tempo, enquanto Thomas (2001) a descreve como um palimpsesto composto por vestígios materiais e imateriais (grifo da autora). Dessa forma, a paisagem não é apenas a concretização do tempo, mas também um processo em constante transformação, continuamente ressignificado e materializado por múltiplas temporalidades.

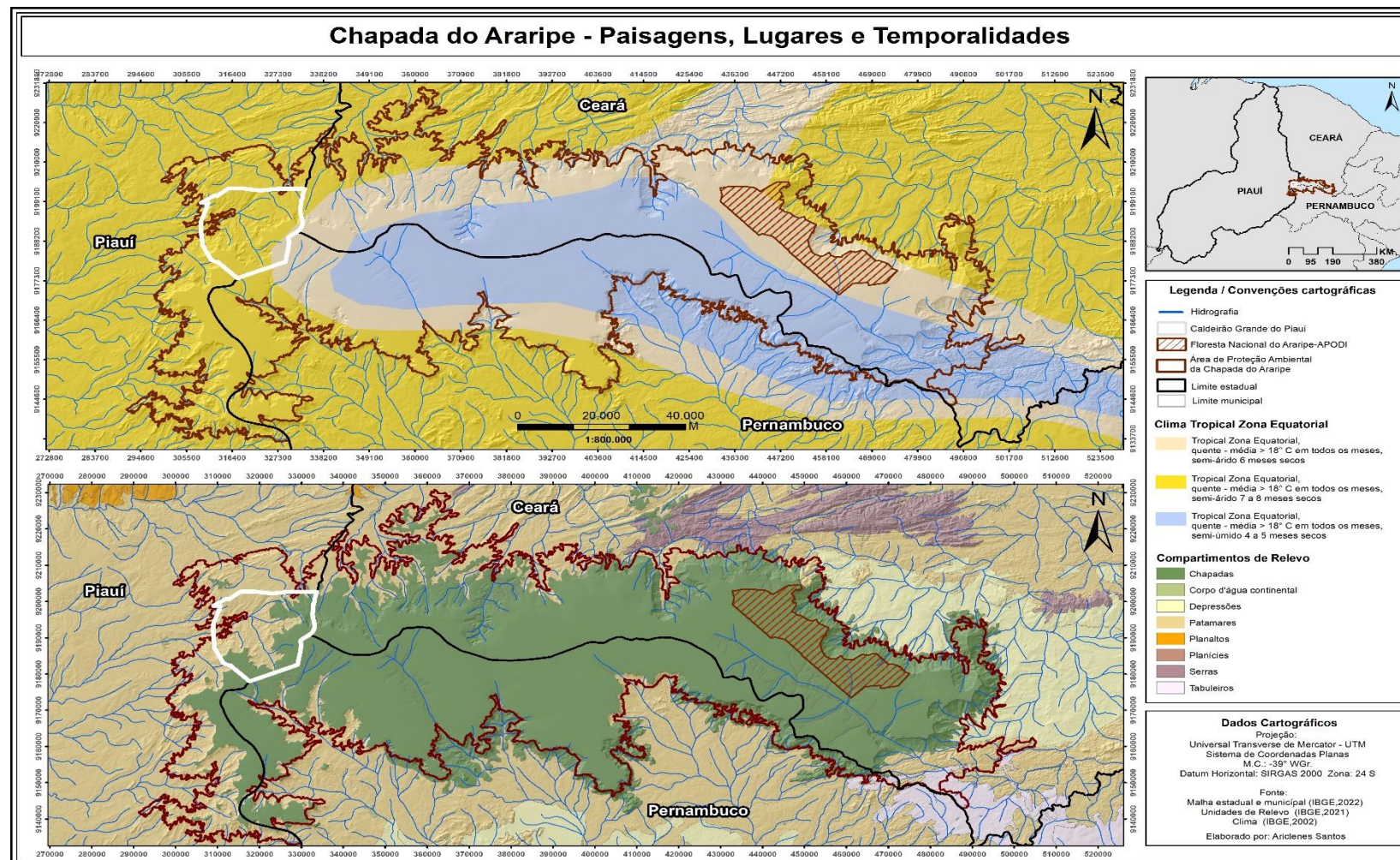
No contexto atual, a Arqueologia da Paisagem busca compreender a percepção dos grupos sobre uma paisagem socialmente transformada e carregada de significados mentais. O acesso a esses significados se dá por meio das nossas experiências de estar no mundo, que nos levam à classificação e interpretação desse mundo (Thomas, 1996, P. 65-66, apud. Bender, 2002, P. 104; In. Garcia, 2016, P. 29). Para a Arqueologia, esses significados ganham sentido quando identificamos vestígios da intervenção humana.

Ao refletirmos sobre a perspectiva metodológica para a interpretação das paisagens, concordamos com Whitridge (2004) ao afirmar que o uso de mapas continua sendo um recurso fundamental para as leituras arqueológicas da paisagem. A materialização da paisagem e a definição dos limites espaciais são essenciais para construir nossas narrativas e situar os lugares e contextos estudados, reconhecendo, porém, que esses contextos não são únicos, sendo o uso de mapas apenas um dos métodos contribuintes. Um exemplo disso é o mapa apresentado (mapa

5: Chapada do Araripe: Paisagens, Lugares e Temporalidades), que materializa os limites territoriais da Chapada do Araripe, abrangendo os estados do Piauí, Ceará e Pernambuco, com recorte para nossa área de estudo.

No mapa apresentado, os limites da Chapada, em marrom, ilustram a extensão da nossa paisagem enquanto objeto de estudo. No entanto, essa paisagem não está isolada, pois se interconecta com outras ao seu redor. As áreas delimitadas em preto representam os estados que envolvem a Chapada. Compreender essa delimitação é crucial, pois ela influencia os processos de transformação dessas paisagens, especialmente no contexto contemporâneo.

Destacado em branco, está o município de Caldeirão Grande do Piauí, situado na divisa entre Piauí, Ceará e Pernambuco. É nesse local que concentramos nossa análise da paisagem em uma escala mais detalhada, considerando a constante transformação entre paisagem e lugares.



Mapa 5: Chapada do Araripe: Paisagens, Lugares e Temporalidades (Fonte: Santos, 2023).

4.1 - Chapada do Araripe – paisagens, lugares persistentes e transformação

A Chapada do Araripe apresenta um cenário diverso e significativo para a investigação de paisagens, lugares persistentes e suas transformações ao longo da temporalidade. Situada em uma zona de transição ecológica e cultural, possui como bioma predominante a Caatinga, marcada pelo clima semiárido, além de abrigar áreas de Cerrado e resquícios de Mata Atlântica.

Essa diversidade ecológica deve-se, em grande parte, às numerosas fontes de água em seu entorno, resultado da capacidade das rochas que compõem seus morros de reter e liberar água mesmo em estações mais quentes, funcionando como uma espécie de esponja natural. Esse caráter singular confere à Chapada o título de "oásis", destacando sua relevância ecológica e cultural.

Os chamados lugares persistentes da Chapada são espaços que mantiveram relevância ao longo das eras, muitas vezes relacionados a funções sociais, rituais ou de subsistência. Esses lugares podem ser entendidos como pontos de referência em uma paisagem que, embora sujeita a transformações, preserva indícios de interação humana, como sítios arqueológicos, pinturas rupestres e caminhos antigos. Essa persistência transcende a materialidade, englobando memórias coletivas e narrativas culturais que moldam continuamente a relação das comunidades com o território.

As paisagens da Chapada do Araripe estão em constante transformação, resultado de processos como mudanças climáticas, adaptações ecológicas e interações culturais. Antes da chegada dos europeus, as sociedades indígenas moldaram a paisagem por meio de práticas agrícolas, rituais e mobilidade territorial. Com o contato europeu, novas dinâmicas foram introduzidas, modificando os padrões sociais, econômicos e ambientais.

Atualmente, fatores como urbanização, exploração econômica e iniciativas de conservação ambiental acrescentam novas camadas de complexidade à Chapada, transformando-a em um espaço onde passado e presente se encontram em interações contínuas e dinâmicas, ou onde deveriam coexistir de maneira mais harmônica.

A análise da Chapada sob a perspectiva da Arqueologia da Paisagem possibilita conectar vestígios materiais a práticas imateriais, como as relações espirituais com o território e os saberes tradicionais transmitidos entre gerações. Essa abordagem interdisciplinar combina elementos da ecologia, cultura e história para oferecer uma visão mais ampla das interações entre as sociedades humanas e seu entorno.

Logo, neste estudo, abordamos a Chapada do Araripe como uma paisagem em contínua transformação, explorando-a em três planos distintos de leitura e percepção: Plano Longínquo: Abrange a Chapada em sua totalidade, compreendendo-a como uma paisagem interconectada, onde elementos ecológicos, culturais e históricos se entrelaçam.

Plano Distante: Foca nos lugares persistentes representados pelos sítios arqueológicos da área de pesquisa, particularmente no município de Caldeirão Grande do Piauí, destacando a relevância desses espaços na dinâmica regional.

Plano Próximo: Enfatiza a materialidade e os vestígios associados às vivências dos agricultores ceramistas do período que antecede a chegadas dos europeus, associados às populações Tupí, localizadas na região limítrofe do estado do Piauí. A análise desses sítios é realizada a partir da exploração direta nos solos/estratigráficos por meio das escavações e suas materialidades, que refletem a contribuição dos humanos e dos não humanos na transformação das paisagens e lugares persistentes.

Essa abordagem multiescalar permite compreender a Chapada do Araripe como um território multifacetado, onde diferentes camadas de tempo e espaço interagem para revelar histórias de transformação e continuidade.

Os sítios arqueológicos analisados nesta pesquisa são entendidos como lugares persistentes, pois refletem características contínuas das vivências humanas, embora não homogêneas ou imutáveis. Esses sítios podem ser rastreados tanto no espaço quanto no tempo, acompanhando a história dos coletivos indígenas que se expandiram por diversas regiões e se estabeleceram na paisagem da Chapada do Araripe.

Esses lugares persistentes foram habitados por populações agricultoras ceramistas Tupi durante o período que antecede a total invasão dos europeus no estado do Piauí²⁵. Cabe aqui uma observação sobre o contexto de precolonialidade da região, que se destaca por ter sido um dos últimos estados a ser completamente usurpado pelos europeus. Diferentemente

²⁵ O contexto histórico brasileiro é “tradicionalmente” dividido em período pré-colonial (1500-1530), período colonial (1530-1822) e pós-colonial (1822 até o presente). Entretanto, para esta pesquisa, adotamos o conceito de pré-colonial com base nos contextos e evidências arqueológicas dos povos originários, que refletem características tradicionais de uma temporalidade ainda não influenciada pelos não indígenas, mas que, no entanto, pode-se não encaixar no período linear da história tradicional. No caso do Piauí, essa influência só se consolidou plenamente no século XIX, quando o estado passou a ser considerado totalmente ocupado pelos colonizadores.

de outros estados do Nordeste, o processo de colonização no Piauí ocorreu de forma inversa, partindo do interior em direção ao litoral.

Nesse contexto, a cronologia arqueológica, a temporalidade e a historiografia podem divergir das de outras regiões brasileiras, pois os povos originários dessa área moldaram uma paisagem vivida e construída com base em percepções e valores culturais próprios, distintos tanto das sociedades contemporâneas quanto de outros contextos parentais. Além disso, esses povos se mantiveram como autóctones até início do século XVIII, (Oliveira, 2007; Costa, 2019). Esses povos reconfiguravam suas necessidades conforme o que o meio lhes oferecia, vivendo em contextos variados que demandavam transformações contínuas.

Esses lugares contêm vestígios da materialidade tanto humana quanto não humana. No entanto, não devemos vê-los como os únicos espaços que abrigaram as vivências desses povos, pois há um significado cosmológico profundo relacionado ao "residir, habitar e estar no mundo" (Heidegger, 1962: 79, apud. Thomas, 2001). Para Ingold (1993), a paisagem deve ser entendida como uma "tarefagem" (taskscape), ou seja, um espaço inacabado, em constante construção e transformação.

Dessa forma, a percepção de paisagem desses habitantes difere da nossa. Em outras palavras, as sociedades indígenas concebem e compreendem o mundo material de forma distinta da lógica tecnicista predominante nas sociedades ocidentais colonizadas, embora não menos prática ou relevante (Lévi-Strauss, 1989). Além disso, é possível que os povos indígenas na região do Piauí tenham mantido sua autonomia, quanto suas formas de organização social, política, econômica e cultural sem uma interferência total dos colonizadores europeus por mais tempo, uma vez que o estado do Piauí foi um dos últimos a ser colonizado.

No contexto atual, os estudos sobre as múltiplas paisagens podem se fundamentar na história indígena, na tradição oral e na memória das comunidades, desafiando as visões do determinismo ecológico e do pensamento evolucionista. As contribuições da etnografia e da linguística histórica, juntamente com os dados arqueológicos, indicam que, a partir de um centro de origem, as populações do tronco linguístico tupi criaram novos caminhos, apropriaram-se e dominaram novos territórios e lugares, incluindo ambientes semiáridos, formando paisagens compartilhadas e vivenciadas.

Todavia, características etnolinguísticas e socioculturais podem perdurar por longos períodos. Esses atributos, juntamente com os dados arqueológicos, nos possibilitam analisar as vivências dessas populações em cronologias muito antigas, seja na Amazônia ou entre o

litoral e o sertão. Em suma, não podemos nos limitar a conceitos teóricos de determinados períodos, pois os contextos históricos são dinâmicos, e as sociedades não podem ser tratadas como homogêneas.

A Chapada é um acidente geográfico, localizada na bacia sedimentar do Araripe²⁶. Embora seja uma denominação ocidental, ela se configura como um artefato arqueológico, com alguns cenários mais explorados que outros ao longo do tempo, tanto no período anterior à chegada dos europeus, quanto mais recentemente, isso analisando sob a perspectiva arqueológica.

De tal forma estamos propondo essa leitura e interpretação de paisagem sobre a perspectiva da Arqueologia da Paisagem de Thomas (2001) com ênfase na interação entre as sociedades humanas e os ambientes em que elas viveram, considerando as paisagens como resultados de processos sociais, culturais e ecológicos.

Entretanto, a paisagem que envolve os sítios arqueológicos, ou as paisagens arqueológicas, vai além de uma mera entidade física, pois está intrinsecamente ligada à dinâmica cultural e à construção social, fundamentada pelos processos que moldam as sociedades (Criado Boado, 1991, 1996; Morais, 1999; Zedeño, 2000; Thomas, 2003; Lewis, 1985; Knapp, 1999; Fagundes, 2009).

Nessa perspectiva, os estudos arqueológicos devem ir além dos limites convencionais (como os espaços geométricos e sítios arqueológicos) definidos pela disposição dos artefatos durante as atividades de campo. É necessário ultrapassar as características dos espaços topográficos onde diferentes tipos de sítios e não sítios estão localizados, a fim de compreender os processos de vivência que os moldam (Binford, 1982, 1992; Chang, 1992; Stanford e Hajic, 1992; Silva-Mendes, 2007, apud Fagundes, 2009).

Para Whitridge (2004)

The notion of a "toposemantic" process of investing places with cultural meanings gives rise not only to an archaeology of landscape, but to an archaeology of imagination, insofar as places are in part constructed and linked to biophysical reality, material culture, embodied practices and social interactions, and in part constituted within the imagination and endowed with a semiotic omnipotence that defies location, scale and time (WHITRIDGE, 2004)²⁷.

²⁶ Trata-se da mais extensa bacia do interior do nordeste brasileiro, possui um platô que apresenta bordas irregulares, resultado da erosão. Nela, os sedimentos se apresentam de forma horizontal, ligeiramente inclinados na porção norte, o que possibilita uma rede de escoamentos com diversos pontos d'água na região do Cariri cearense. (Assine, 2007).

²⁷ A noção de um processo "toposemântico" de investir lugares com significados culturais dá origem não apenas a uma arqueologia da paisagem, mas a uma arqueologia da imaginação, na medida em que os lugares são em

Como ressaltado por Whitridge (2004), as interpretações arqueológicas desses cenários e paisagens serão construídas tanto a partir da materialidade quanto da nossa "leitura" física e corporal. Esse processo envolve análises geossistêmicas e a exploração direta da paisagem. Para uma compreensão mais aprofundada dessas vivências, é essencial considerar as redes de significados contextuais associadas. Acreditamos que, por meio do imaginário, a mente tem a capacidade de se expandir em diversas escalas, da microscópica à cosmológica (op.cit, 2004).

Portanto, o objetivo não é dicotomizar essas vivências, mas entender as conexões entre o simbólico, o real e o imaginário (Lacan, 1998; Ingold, 1993). Nesse contexto, o Real é visto como a materialidade que concretiza o simbólico e o imaginário. O imaginário refere-se às ações técnicas que se tornam concretas, enquanto o simbólico abrange a interligação dessas ações com crenças, relações com o sagrado e o sobrenatural, e conhecimentos transmitidos ao longo das gerações. Essa abordagem está em consonância com a recente Arqueologia da Paisagem, que propõe superar a separação entre o humano e a natureza (Thomas, 2001).

parte construídos e ligados à realidade biofísica, à cultura material, às práticas incorporadas e às interações sociais, e em parte constituídos dentro da imaginação e dotados de uma onipotência semiótica que desafia a localização, a escala e o tempo (WHITRIDGE, 2004).

A CHAPADA DO ARARIPE EM TRÊS ATOS

Neste capítulo, apresentamos alguns dos procedimentos metodológicos utilizados no levantamento e tratamento de dados. O objetivo foi utilizar ferramentas metodológicas que permitissem compreender o universo das vivências tupi na Chapada do Araripe, integrando aspectos ritualísticos e cotidianos de forma interconectada, evitando abordagens assimétricas. Assim, superar a assimetria implica adotar uma perspectiva que enfatize a integração e a fluidez entre essas dimensões. Em se tratando de populações indígenas, práticas cotidianas muitas vezes possuem significados ritualísticos, enquanto os rituais muitas vezes estão profundamente imbricados no cotidiano, refletindo uma dinâmica integrada e fluida entre essas dimensões (Tunner; 1969; Lévi-Strauss, 1989; Castro, 2002; Descola, 2005).

Para nossa leitura e percepção da paisagem da Chapada do Araripe, consideramos três planos distintos e complementares. O plano longínquo que corresponde à nossa linha do horizonte, que nos permite compreender a unidade da Chapada como uma paisagem em constante transformação. Para isso, adotamos métodos multifatoriais e comparativos, utilizando técnicas que envolvem a captura de dados físicos e digitais, complementando nossa experiência de imersão física na paisagem.

Nesse processo, levantamos dados históricos e ambientais sobre a formação e temporalidade da Chapada do Araripe, realizamos caminhamentos digitais por meio de softwares que nos permitiram explorar a diversidade contextual, e realizamos leituras de imagens em teses, dissertações, artigos científicos, relatórios, blogs de divulgação turística e sites científicos. Além disso, buscamos informações sobre os contextos históricos dos municípios que compõem a Chapada do Araripe.

No plano distante, ainda que em uma escala afastada, esse foi o nível que nos levou ao limite da área de estudo, correspondente à zona de impacto do complexo eólico e posteriormente solar de Caldeirão Grande, na divisa entre Piauí, Ceará e Pernambuco. Nessa etapa, empregamos caminhamentos assistidos por software e dados de GPS, que orientaram nossas explorações pela paisagem.

No plano próximo, começamos a explorar as delimitações dos sítios arqueológicos, as intervenções realizadas nesses locais e a materialidade encontrada em cada um deles, concentrando-nos nos contextos tecnológicos e morfológicos.

5.1 Ato 1 - Percepção da paisagem, leitura, descrição e observação da Chapada do Araripe como artefato arqueológico

O plano longínquo corresponde à linha do horizonte, onde os detalhes são menos visíveis (Machado, 2012). Ela representa o ponto mais distante que a visão humana pode alcançar em um ambiente aberto, sendo influenciada por fatores como a curvatura da Terra, a topografia local e as condições atmosféricas. Isso nos ajudou a observar a transformação da paisagem da Chapada do Araripe para além de uma unidade fisiográfica, tornando-a um artefato arqueológico.

Ao considerar a Chapada do Araripe como um artefato arqueológico, estamos reconhecendo que a própria configuração da terra e os vestígios humanos e não humanos nela encontrados são evidências de interações passadas entre as pessoas e coisas em seu ambiente. Isso inclui não apenas objetos móveis, como ferramentas e cerâmicas, mas também elementos fixos, como sítios de habitação ou temporários, locais de rituais, caminhos, modificações no terreno, assim como elementos intangíveis. Dessa forma, a unidade de paisagem da chapada é vista como um elemento moldado tanto por seres humanos quanto por não humanos por uma longa temporalidade.

Para a leitura, percepção e descrição da paisagem da Chapada do Araripe como artefato arqueológico, utilizamos tanto a observação direta quanto a indireta. A observação direta envolveu vivências na comunidade durante o processo de resgate da materialidade nos sítios arqueológicos.

Durante esse período, a pesquisadora e a equipe permaneceram alojadas na comunidade local, tanto na zona rural da Serra da Batinga quanto na área urbana da sede do município de Caldeirão Grande durante as campanhas de campo. Além das atividades arqueológicas, a pesquisadora participou do cotidiano dos moradores, marcado por práticas sertanejas, como a produção de farinha em casas específicas para essa atividade, e momentos de lazer, como conversas noturnas sob a luz do luar, além de atividades ligadas a cultos religiosos e festas tradicionais. Atividades de Educação patrimonial nas escolas do município. Ela também observou os processos naturais e ambientais característicos do

período entre janeiro e maio, definido por intensas chuvas e ventos moderados, típicos da estação chuvosa no semiárido.

Todavia, a nossa descrição de paisagem foi moldada pela leitura, percepção e observação dos pesquisadores, que adentraram ao contexto atentos não apenas às nuances de vegetação, relevo, hidrografia, altimetria e à relação com os artefatos arqueológicos, mas também, e igualmente, a experiência diária de indivíduos que têm vontades, escolhas, necessidades, emoções, sentimentos e afetividade. Essas dimensões contribuem para compreender a paisagem como um espaço vivido, carregado de significados que vão além das características físicas (Tilley, 1994; Ingold, 2000).

Dito de outro modo, a nossa leitura de paisagem, assim como a interpretação de cada indivíduo, é uma construção enriquecida por sensações. Nossa leitura atual da paisagem como artefato arqueológico busca ressignificar as sensações vivenciadas ao longo da temporalidade, mas cada indivíduo e cada coletivo experimentaram suas próprias sensações e contribuíram para as transformações ocorridas naquele cenário. Isso fica evidente à medida que alguns registros desses processos são fragmentados e materializados no tempo e espaço.

Um exemplo disso é a identificação dos sítios arqueológicos em nossa área de estudo, onde a materialidade revela uma vivência prolongada, evidenciada tanto pela expressiva quantidade de artefatos encontrados quanto pelo uso contínuo da terra, como no caso de sítios localizados em áreas de roçados, que aparentemente foram e continuam sendo usados pela boa drenagem e solos férteis. Entretanto a de se considerar que os demais espaços, como as áreas intra-sítios também foram áreas vivenciadas, significativas para as andanças e experiências naquela paisagem.

A leitura física ou leitura direta contemporânea refere-se à interpretação do passado com base na observação direta da paisagem, dos vestígios materiais e das marcas deixadas no território ao longo do tempo. Essa abordagem parte da ideia de que é possível reconstruir cenários históricos a partir do que ainda existe no presente.

A observação indireta ocorreu por meio do uso de fontes secundárias, como imagens, referências bibliográficas, desenhos e cartografias, que contribuíram para enriquecer a interpretação dos contextos históricos, culturais e ambientais. Ao recorrer às descrições e imagens presentes nas referências bibliográficas e digitais, conseguimos retroceder no tempo, ainda que esse processo resulte em uma junção de fragmentos e lapsos memoriais. Assim, a descrição de uma paisagem rica em significados, como a Chapada do Araripe, é uma construção da memória coletiva (Halbwachs, 1969, 1990; Pollak, 1989).

Portanto, o plano longínquo nos conduziu a um horizonte com detalhes menos nítidos, mas essenciais para entender a amplitude do território. Na Imagem 2, por exemplo, é possível perceber os contornos das elevações, vastas áreas de vegetação e a continuidade espacial, que ajudam a delimitar o alcance geográfico da região. Esses aspectos, embora sutis, são fundamentais para a interpretação do território como um todo e para a compreensão da dimensão deste artefato arqueológico.

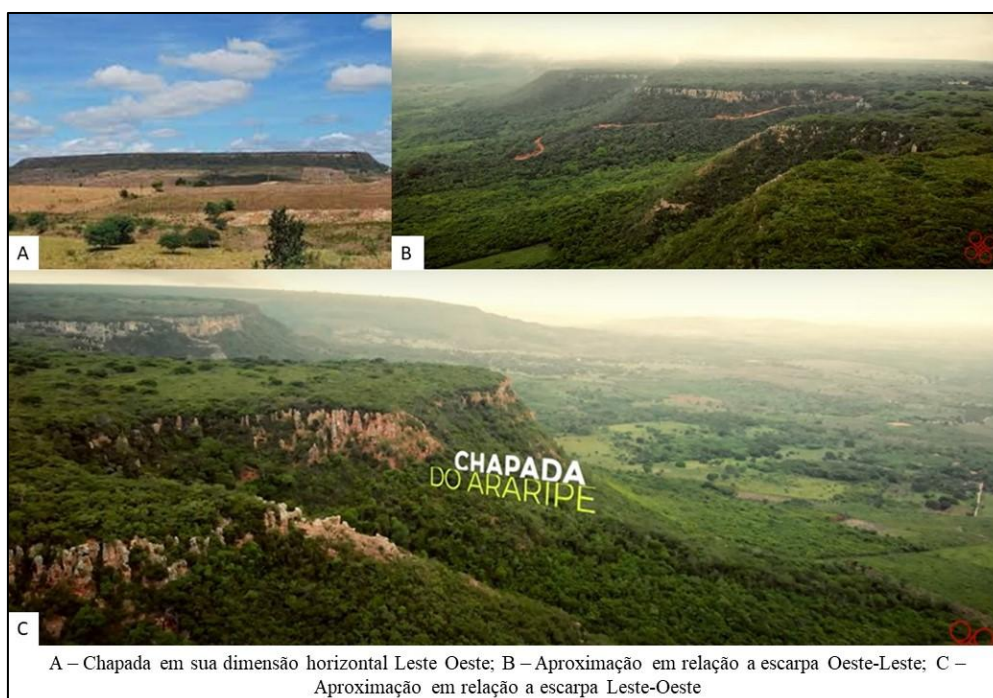


Imagem 2 - Vista aérea em relação a linha do horizonte da Chapada do Araripe (Fonte: www.viajali.com.br/chapada-do-araripe, 2022; e Geopark-araripe, 2017).

Foi a partir desse nível que ampliamos nossa percepção sobre os diversos aspectos da paisagem, entendendo que a melhor forma de compreender um contexto é vê-lo como parte de mecanismos interconectados.

Para inferir sobre as vivências na área da porção piauiense, foi essencial reconhecer que essa região está conectada a um conjunto maior: a Chapada como um todo, que se estende pelos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco e atua como um importante demarcador de paisagem²⁸. Conforme observado por (Wai Wai e Queiroz, 2024, pg. 1), não são apenas

²⁸ Para as populações indígenas, um demarcador de paisagem é um elemento natural ou cultural que serve como ponto de referência no território, orientando sua percepção e interação com o ambiente. Esses demarcadores podem incluir montanhas, rios, florestas, formações rochosas, ou até áreas com significado espiritual e cultural. Eles ajudam a definir limites, rotas de mobilidade, espaços de convivência, práticas rituais e locais estratégicos para subsistência, como áreas de caça, pesca ou cultivo. Além disso, esses marcos reforçam a conexão simbólica e prática das comunidades com o território, sendo essenciais para a organização espacial e para a manutenção de sua identidade cultural (LITTLE, 2002; WAI WAI & QUEIROZ, 2024;).

os artefatos arqueológicos que marcam as culturas indígenas, mas também as paisagens e os espíritos a elas associados.

O ponto de partida para delinear uma paisagem é a observação, pois é através dela que conseguimos identificar e detalhar o que é visualizado, com o objetivo de esclarecer a percepção. Nesse caso, a percepção vai além da simples visualização, envolvendo a capacidade de perceber as interconexões entre os diferentes componentes da paisagem, como relevo, vegetação, clima e atividades humanas e, como esses fatores interagem para formar um entendimento mais amplo do artefato arqueológico.

Para isso, selecionamos algumas imagens (3, 4 e 5) que retratam o contexto contemporâneo, mas que também evidenciam a conexão histórica com os processos de transformação ao longo do espaço-tempo na Chapada, abrangendo os estados do Piauí, Ceará e Pernambuco, uma vez que a região foi constantemente habitada.

Considerando que os processos históricos, como a colonização, a imposição de novas tecnologias e formas de organização social, provocaram transformações profundas nos objetos e nas práticas das populações indígenas, podemos entender que a contemporaneidade é marcada por uma série de fatores, como a adaptação a novas condições e a apropriação de elementos externos. Isso pode ter levado à descontinuidade ou à modificação dos artefatos materiais que caracterizavam as culturas indígenas antes da colonização.

Esses artefatos refletem as interações e transformações ocorridas ao longo do tempo, mesmo que, à primeira vista, possam parecer desvinculados dos objetos indígenas tradicionais. Apesar da continuidade na ocupação territorial, a fragmentação desses registros materiais pode ser entendida como resultado de uma violência epistêmica, que silencia ou marginaliza certos saberes e práticas indígenas, dificultando sua plena compreensão no contexto histórico e cultural.

O objetivo das imagens é demonstrar que nossa leitura, percepção e compreensão dessa paisagem foram construídas a partir de imagens presentes em referências científicas, relatórios, blogs de divulgação turística e informativos, que nos transportaram para esses contextos, além de nossa experiência física na paisagem marcada pelas nossas vivências durante a realização e execução da coleta do material arqueológico. Essas fontes foram fundamentais para analisar, entender e definir um artefato arqueológico de grande extensão espacial, como a Chapada.

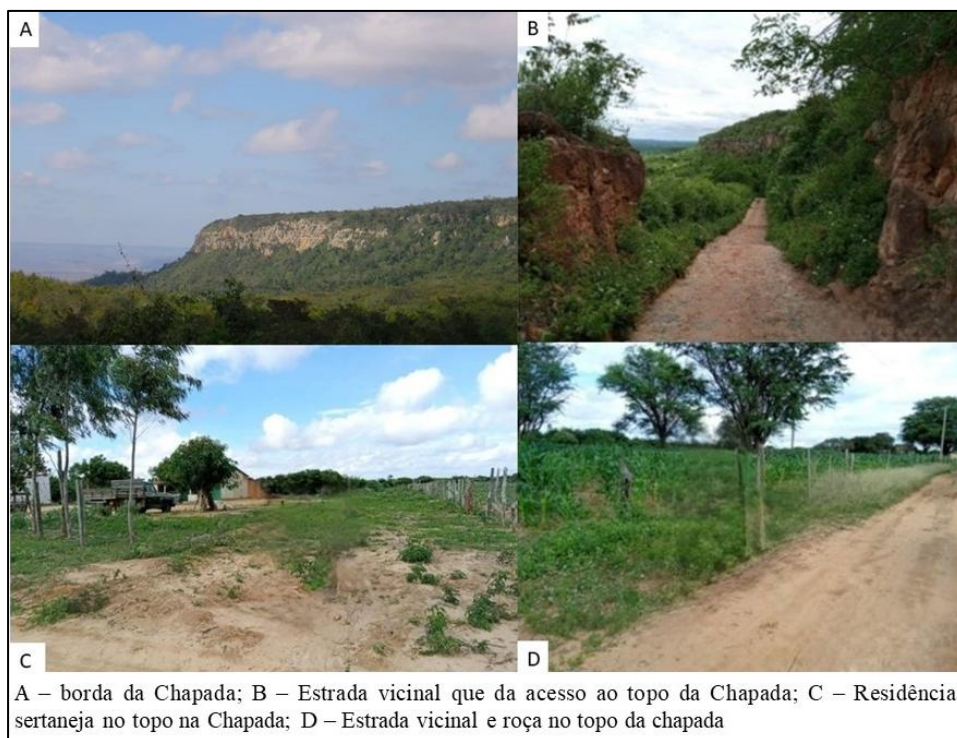


Imagem 3: Vista de porção Piauiense da Chapada do Araripe (Fonte: Relatório de Prospeção arqueológica/Arqueologia brasileira, 2012; CRN-bio, 2021)



Imagem 4: Vista da porção Cearense da Chapada do Araripe (Fonte: Bastos, 2013).



Imagem 5: Vista da porção pernambucana da Chapada do Araripe (Fonte: blogdorobertoararipina, 2024 e Amaury Alencar, 2022).

As imagens 3, 4 e 5 nos desafiaram a representar o contexto de percepção da territorialidade, considerando a diversidade de ações que ocorreram e ainda ocorrem nesse território. O maior desafio foi expressar esse contexto de forma concisa, pois nossa seleção precisava refletir um contexto artefactual que integrasse as várias dimensões do artefato em estudo, ou seja, que abarcasse as três dimensões geopolíticas da Chapada, simultaneamente, e que contemplasse as diversas fontes que divulgam as vivências da região, como também nos fizessem viajar no tempo, por isso a imagem 5B representa um contexto de colonização do sec. XVII na porção pernambucana, marcado pela introdução dos bandeirantes em áreas dos povos originários.

Esses territórios representam diferentes formas de interação entre o ambiente natural e as atividades humanas, ilustrando a importância da Chapada do Araripe como um espaço multifuncional e diversificado.

Para Carvalho (2004)

Nunca houve uma parada na evolução da vida no planeta e a Chapada do Araripe apenas prova que o tempo é feito de transformações. Nesse lugar privilegiado encontramos o passado da Terra, registrado em duas instâncias simultâneas: a primeira compreende os testemunhos da fauna e da flora de períodos

geológicos distantes, conservados em fósseis. A outra, engloba espécimes vegetais e animais vivos que surgiram naquela região, no mesmo período, e que não sofreram transformações, conservando as mesmas características de então, lado a lado com outros organismos que sofreram adaptações (CARVALHO, 2004, p.10. apud. LIMA VERDE, 2015, p.106).

Conforme mencionado na citação, a evolução da vida no planeta é caracterizada por transformações contínuas e, nunca por interrupções abruptas, embora envolva adaptações ao longo da temporalidade. Os registros fossilíferos, assim como vestígios arqueológicos ao longo do espaço tempo na área que compreende a Chapada do Araripe ilustram essa dinâmica de maneira exemplar, permitindo que a região seja compreendida como um verdadeiro artefato arqueológico.

Nesse contexto, dedicamo-nos a analisar seus atributos, explorando as conexões entre diferentes características - físicas e naturais, culturais e arqueológicas, históricas, sensíveis e a integração com os saberes locais. Essa análise seguiu as diretrizes do organograma 1, elaborado a partir do protocolo apresentado no Anexo 2.

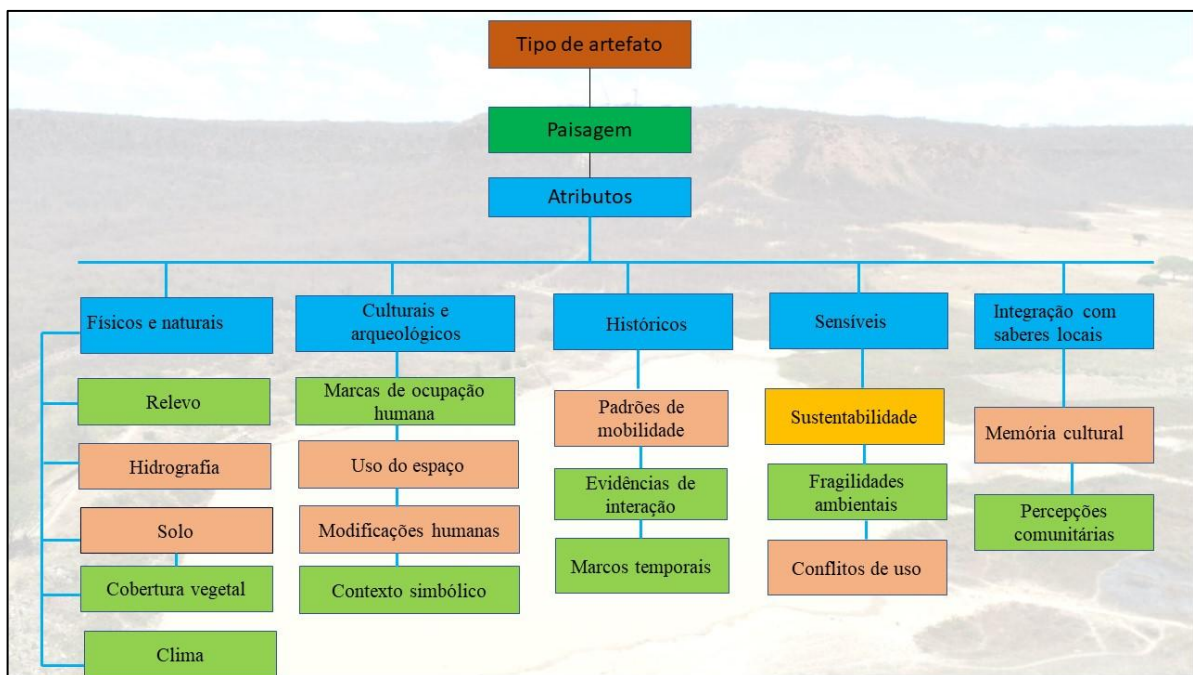


Imagem 6: Organograma 1 (Fonte: Costa, 2024).

Com base nos atributos mencionados, essa abordagem nos impulsionou a ir além da simples descrição em palavras e da análise de imagens pré-estabelecidas, propondo uma reinterpretação delimitada pelo uso do mapa da APA com o apoio da inteligência artificial.

Com isso em mente, propusemos em uma escala longínqua analisar a área delimitada da APA – Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe como uma zona de preservação e conservação dessas marcas humanas e não humanas ao longo da temporalidade e, como mecanismo de “manuseio” do artefato arqueológico.

A APA é uma delimitação política-ambiental “recente”, estabelecida em 1997, que se expandiu nas zonas de amortecimento da Unidade de Conservação da Floresta Nacional do Araripe – APODI, decretada pelo governo brasileiro em 1946. Essa expansão tem sido fundamental para a preservação e conservação dos recursos florestais e das nascentes d’água até então estabelecidas no plano de manejo da Floresta Nacional (PLANO DE MANEJO APODI, 2005), bem como para a preservação e conservação de vestígios culturais. Além de promover a conservação dos recursos naturais, essa delimitação também destaca como o desenvolvimento regional equilibrado, sustentável e bem planejado é fundamental para a preservação das histórias, memórias e acervos de longa duração.

Para isso, utilizamos o mapa físico da APA (mapa 6) da Chapada do Araripe para compreender a interconexão entre os municípios político-culturais e estados que circundam o território. Esses municípios são fundamentais como agregadores e transformadores das vivências humanas e usos da terra na região, apesar de sua divisão política territorial ser relativamente recente em comparação com a materialidade dos povos Tupí e outras populações indígenas, anteriores a invasão colonial. Do mesmo modo, eles são essenciais para inferir as andanças, o estabelecimento e as experiências humanas e não humanas no território.

Cada povoado, cada município brasileiro possui uma ligação histórica, ambiental, econômica ou social significativa para a permanência ou ausência de sociedades originárias anteriores a colonização, como vem evidenciando os achados arqueológicos em todas as regiões brasileiras.

Enquanto que na região nordeste e especialmente nas áreas interioranas, esses povoados estão muito ligados a expansão das fazendas de gado, ou ambientes de passagem de um território para outro. Que muitas das vezes culminaram com a expulsão, dizimação e agregação dos povos originários aos territórios colonizados.

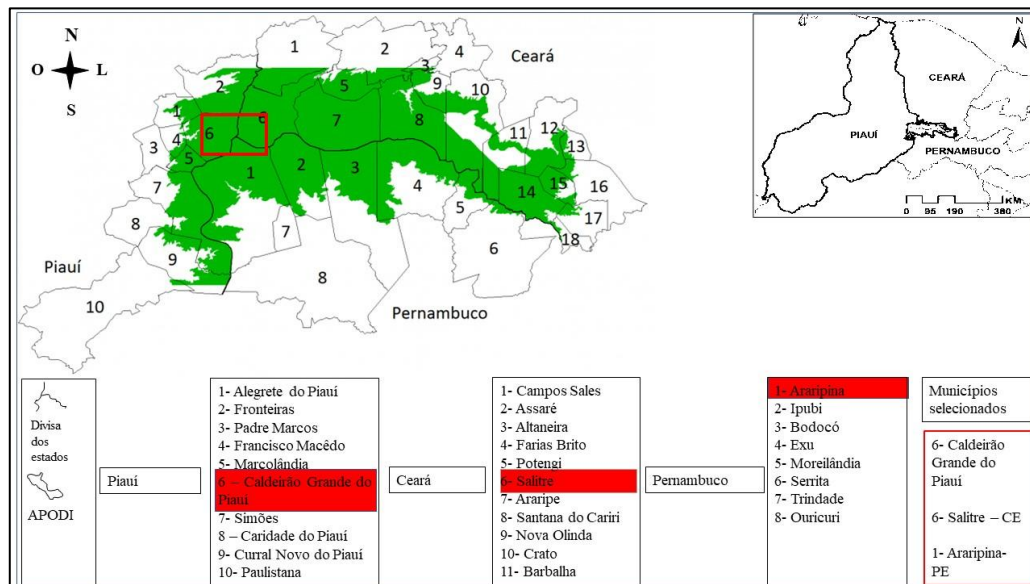
De acordo com Bueno et. al (2023)

O estudo arqueológico é um excelente caminho para abordar o tempo profundo, estudar processos de transformação sociocultural

na longa duração e, no caso brasileiro para fomentar a construção de histórias indígenas milenares, rompendo barreiras do colonialismo que impuseram uma divisão arbitrária entre história e pré-história, alijando assim as populações indígenas de suas trajetórias históricas milenares, acarretando em silenciamentos e desterritorialização, (BUENO, et. al. 2023)

Após essa constatação, mantivemos uma visão ampla, mas com foco em uma escala mais reduzida, identificando os municípios que fazem fronteira com Caldeirão Grande do Piauí, conforme indicado no mapa 6 pelo quadrante vermelho. Essa delimitação é útil para analisar aspectos como a mobilidade pretérita e é essencial para estudos de gestão territorial. Além disso, ajuda a compreender os contextos arqueológicos, que podem variar em desenvolvimento de uma região para outra, muitas vezes devido à implantação de empreendimentos que exigem avaliação de projetos em Arqueologia Preventiva.

Arqueologicamente, essa abordagem permitiu materializar e analisar atributos do artefato maior. As marcas e os vestígios desses fragmentos estabelecem conexões, formando uma paisagem significativa²⁹ e carregada de significados³⁰ Lacan (1998), que confere sentido ao artefato arqueológico.



Mapa 6: APA da Chapada do Araripe e seus municípios de abrangência, com destaque para a zona limítrofe da área de estudo (Fonte: Adaptado de https://www.wikiaves.com.br/wiki/areas:apa_chapada_do_araripe:inicio)

²⁹ Segundo Lacan (1998), o significante não é apenas um som ou uma imagem, mas um objeto simbólico que ganha significado por meio das relações sociais e culturais que estruturam nossa compreensão do mundo. Essas relações, por sua vez, são moldadas pela linguagem, que é o meio pelo qual ideias e experiências são compartilhadas entre as pessoas (LACAN, 1998).

³⁰ Para Lacan (1998), essa abordagem sugere uma independência entre o significante e o significado, permitindo que um não esteja rigidamente vinculado ao outro (LACAN, 1998, p. 501).

Essa ferramenta possibilitou a criação de cenários reinterpretados, buscando aproximar os mecanismos de percepção daquela temporalidade, conforme apresentados no capítulo dos resultados.

5.2 Ato 2 – Identificando fragmentos

Ao analisarmos a Chapada como um artefato arqueológico, estamos considerando-a como uma unidade integrada, onde as atividades realizadas nesse espaço se conectam em uma relação indissociável por uma longa temporalidade, gerando reflexos que atravessam e são ressignificados entre períodos remotos e contemporâneos. Impactos, como os causados pela degradação do solo e do ambiente ao longo dos anos, afetam toda a unidade da paisagem.

Nos tempos remotos, essas atividades estavam inseridas em uma temporalidade cíclica, marcada pela relação direta com os ritmos naturais. Eram desenvolvidas a partir de ações vinculadas ao contexto ambiental, como práticas agrícolas rudimentares, manejo das terras e da paisagem, caça, coleta, ocupação de abrigos naturais, construção de áreas habitacionais temporárias, além de manifestações de ritualismo e espiritualidade que refletiam a conexão simbólica com o entorno, sem causar uma degradação acelerada no ambiente como tem acontecido nos últimos tempos.

Nas últimas décadas, as atividades humanas na Chapada passaram a refletir uma interação mais intensa com o ambiente, fortemente influenciada por avanços tecnológicos, transformações sociais e dinâmicas econômicas. Entre essas atividades destacam-se a exploração de recursos naturais, como a mineração e a extração de madeira, e, mais recentemente, a instalação de complexos eólicos e solares. Além disso, observa-se o cultivo extensivo de monoculturas (milho, feijão e mandioca), a expansão da pecuária, o crescimento da urbanização e da infraestrutura, bem como o turismo e o lazer realizados de forma desordenada, resultando em diversos impactos ao território.

Considerando a extensão da Chapada do Araripe, que abrange cerca de 170 km no sentido leste-oeste e 50 km no sentido norte-sul, e as complexas transformações resultantes da implementação de novas tecnologias e da ressignificação das formas de habitação e desenvolvimento econômico ao longo das diversas temporalidades.

A partir desse ponto nossa análise abrange um recorte de aproximadamente 140 mil hectares, localizado na porção oeste da Chapada, no estado do Piauí, no município de Caldeirão Grande, na divisa com os estados do Ceará e Pernambuco. O estudo concentra-se,

Nesse contexto, notamos que estávamos lidando com cenários coletivos, que representam fragmentos menores do artefato arqueológico. Para entender como esses cenários se inserem no contexto artefactual, propusemos uma análise dos elos que os conectam, ou seja, realizar uma leitura e percepção de paisagem intra-sítios.

Selecionamos inicialmente oito sítios arqueológicos, dentre dezesseis identificados na área de estudo, priorizando aqueles com características temporais, e materiais distintos e semelhantes, sugerindo uma possível relação dentro do mesmo contexto espaço-temporal.

Utilizamos o Google Earth para organizar a distribuição dos sítios na paisagem, com base em suas coordenadas geográficas. Essa abordagem possibilitou a identificação de dinâmicas de deslocamento no território, áreas de maior concentração ou ocupação, variações topográficas e conexões entre os sítios.

Para isso, foram combinados caminhamentos virtuais com dados registrados por meio de ferramentas como GPS e câmeras fotográficas. A coleta desses dados ocorreu durante a identificação e o registro dos sítios arqueológicos no âmbito do Projeto de Diagnóstico e Prospeção Arqueológica das ADA, AID e AIE, bem como na coleta de material arqueológico realizada no Projeto de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial na área destinada à implantação do Complexo Eólico Caldeirão Grande do Piauí, no âmbito da Arqueologia Preventiva.

A princípio, esses projetos foram desenvolvidos com base na Resolução CONAMA 001/86, nas Portarias SPHAN 07/88 e IPHAN 230/2002, visando a obtenção da anuência para a Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação (LI) junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Além desses instrumentos legais específicos, foram consideradas as legislações mais amplas de proteção ao patrimônio arqueológico e cultural brasileiro, como a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, e a Constituição Federal de 1988.

Esses dados foram acessados recentemente por meio de projetos, relatórios técnicos, publicações acadêmicas, acervos institucionais do IPHAN e registros pessoais da autora, que esteve diretamente envolvida em algumas etapas do trabalho de campo.

Em seguida, selecionamos um desses lugares, o Sítio Arqueológico Juazeiro (SAJU), com base na sua cronologia arqueológica mais antiga em comparação aos demais (Dados obtidos pela pesquisa em andamento, com base na análise do Sítio Arqueológico Juazeiro - SAJU, conforme registrado no Quadro 2) obtida por métodos de datação química³¹ e

³¹ LOE – Luminescência Opticamente Estimulada

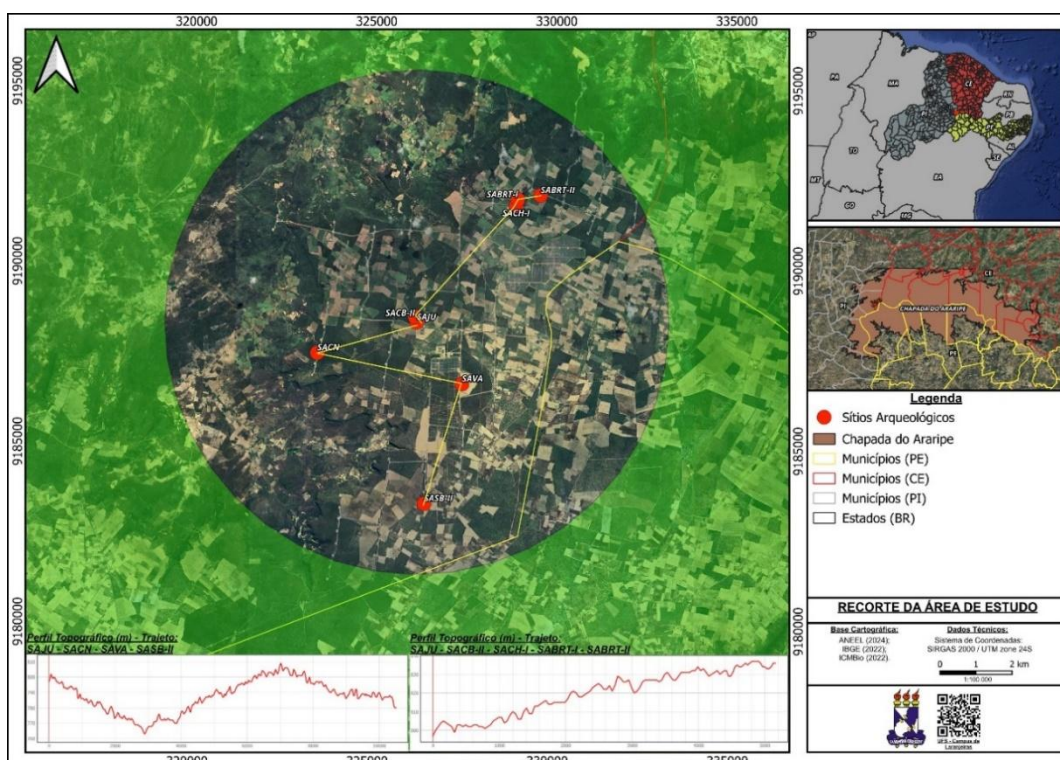
enquadramento visual a partir de um ponto estratégico³². Esse ponto permitiu uma visão de até 10 km em um ângulo de 360°, abrangendo os demais sítios arqueológicos incluídos no estudo. Tomamos o SAJU como um local de referência para refletir os deslocamentos e as vivências na paisagem.

Código	Sítio/amostra	Dose anual	Dose acumulada	Idade (anos)
5299	SAJU - Juazeiro – 3136	2.600 ± 55	1,2	460 ± 50
5300	SABRT-I – Brite 1– 15631	4.700 ± 70	1,8	385 ± 40
5301	SAVA- Viúva - 17248	2.910 ± 60	1,1	380 ± 40
5302	SACN- Caminho Novo – 18829	2.700 ± 60	1,1	410 ± 40
5303	SABRT-II – Brite 2 – 19065	3.970 ± 75	1,5	380 ± 40
5304	SACH-I- Cachoeirinha 1 - 19972	3.800 ± 65	1,4	370 ± 40
5306	SASB-II – São Basílio 2 – 15-20639-4	3.130 ± 65	1,1	350 ± 35

Quadro 2 - Código Datação, amostra, dose anual, dose acumulada e idade obtidos por LOE. OBS – A idade obtida para os fragmentos cerâmicos estima o período decorrente a partir da última queima (acima de 450°C) que a cerâmica foi submetida. (Fonte: Brito, 2020 - Datação, Comércio & Prestação de Serviços LTDA).

Em alinhamento com essa proposta, foi elaborado o mapa de distribuição dos sítios arqueológicos, com distâncias e variação altimétrica observadas no perfil topográfico do Mapa 8. Essa interpretação está alinhada com os princípios discutidos por Sauer (1956) especialmente em sua obra "Man's Role in Changing the Face of the Earth", onde ele destaca que as características topográficas influenciam significativamente as andanças humanas, a escolha de locais para assentamentos e a própria transformação da paisagem.

³² No google Earth o enquadramento visual realça todos os elementos que se encontram na sua linha de visão, a partir de um marcador de cerca de 2 metros de altura no solo.



Mapa 8: Distribuição dos Sítios arqueológicos com perfil topográfico (Fonte: Elaborado por Lucas, 2024).

No mapa 8, é possível visualizar dois perfis: o primeiro segue do SAJU para o sudoeste, sudeste e sul, alcançando os Sítios Arqueológicos Caminho Novo (SACN), da Viúva (SAVA) e São Basílio II (SASB-II). O segundo perfil parte do SAJU para o norte e nordeste, em direção aos Sítio arqueológicos Caboclo II (SACB-II), Cachoeirinha I (SACH-I), Brite I (SABRT-I) e Brite II (SABRT-II).

Logo, o SAJU serviu como referência para analisar os deslocamentos em relação à localização dos sítios mais próximos e distantes. Além disso, os diferentes níveis de elevação altimétrica podem ser determinantes para compreender as dinâmicas das vivências humanas e não humanas nos chamados cenários coletivos e fragmentos artefatuais. O objetivo foi explorar as possíveis conexões (elos) entre os sítios, considerando fatores geográficos que poderiam ter moldado essas interações. No capítulo dos resultados são apresentados os caminhos e perfis em relação a cada sítio arqueológico.

5.3 – Ato 3 – Plano próximo - Explorando fragmentos

O plano próximo é caracterizado pela facilidade de observar detalhes e pela proximidade com a paisagem em estudo, permitindo ao observador uma interação direta e uma conexão mais íntima com os objetos de análise, o que possibilita uma compreensão aprofundada de suas características.

Portanto, explorar fragmentos no contexto arqueológico significa investigar elementos pontuais que compõem um todo maior, como partes de artefatos, paisagens ou registros culturais que, juntos, revelam aspectos da vida, organização e interação das populações passadas. Esses fragmentos podem incluir vestígios materiais, como cerâmicas, ferramentas líticas ou restos alimentares, bem como marcas deixadas na paisagem, como estruturas habitacionais, áreas de cultivo ou caminhos, entre outros.

A análise desses fragmentos possibilita compreender como os indivíduos ou grupos interagem com o ambiente, realizavam suas atividades e ressignificavam os espaços ao longo do tempo. Nesta pesquisa, explorar os fragmentos do "artefato arqueológico" significa desvendar as diversas técnicas empregadas para inferir sobre os contextos de vivências tupi, marcadas tanto pelo cotidiano quanto por práticas ritualísticas, conforme delineado em nossos objetivos.

Conforme mencionado anteriormente, o mapeamento dos sítios arqueológicos e o caminhar virtual intra-sítios proporcionaram uma compreensão mais ampla da paisagem e das dinâmicas de mobilidade territorial. Com base nessa análise, definimos os sítios como lugares persistentes que são igualmente fragmentos arqueológicos devido à concentração de artefatos, direcionando, assim, nossas investigações diretas para esses locais e as materialidades registradas em seus contextos.

5.3.1 – Estruturando mecanismos de exploração direta

Como discutido anteriormente, a distinção entre a arqueologia acadêmica e a arqueologia preventiva está ligada aos objetivos e áreas de atuação, sem, no entanto, resultar em mudanças epistemológicas substanciais.

A arqueologia acadêmica concentra-se na pesquisa teórica e na construção de novos conhecimentos sobre o passado, enquanto a arqueologia preventiva, geralmente associada a projetos de licenciamento e impactos ambientais, visa preservar o patrimônio arqueológico

por meio do registro e proteção de vestígios ameaçados. Essa diferença impacta diretamente na aplicação de métodos e técnicas, uma vez que as perguntas e os objetivos da pesquisa são orientados pela necessidade de preservar e documentar os dados de maneira sistemática, contextualizada e em curtos períodos de tempo.

Nos projetos de arqueologia preventiva, perguntas como por que estamos escavando? Quais aspectos da vida social desejamos compreender? Quais questões queremos investigar por meio dos registros arqueológicos? E por que precisamos resgatar esses vestígios arqueológicos? (Barreto & Pereira, 2023, p.202) orientam o uso de ferramentas e metodologias específicas, sempre com o desígnio de equilibrar a preservação do patrimônio e a produção de conhecimento científico. Essas metodologias são adaptadas ao contexto de intervenções, como grandes projetos de infraestrutura, com foco na proteção do patrimônio e na coleta de dados que agreguem valor à compreensão histórica (Caldarelli, 2015).

A metodologia de campo adotada para a exploração direta dos sítios arqueológicos neste estudo buscou integrar métodos e técnicas que atendem às duas vertentes da arqueologia: a acadêmica e a preventiva. Como alguns dos sítios foram utilizados como "sítio-escola"³³ para a disciplina do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco, a abordagem foi estruturada em quatro fases complementares: caminhamento sistemático, levantamento topográfico, coleta sistemática de materialidade e atividades de escavação. Cada etapa foi minuciosamente planejada para assegurar uma análise detalhada e precisa, abrangendo desde a identificação dos vestígios até a coleta e análise dos artefatos. Esse processo não apenas contribui para uma compreensão abrangente dos contextos arqueológicos, mas também ofereceu uma oportunidade de treinamento inicial aos estudantes.

Caminhamento sistemático: Durante esse processo, os arqueólogos e estudantes percorreram o terreno delimitado para a instalação do empreendimento seguindo linhas paralelas ou trajetórias previamente definidas, de maneira metódica e organizada, para garantir uma cobertura completa da área estudada.

Nesse contexto de levantamento de dados, os vestígios arqueológicos presentes na superfície foram identificados, sinalizados e devidamente embalados para coleta posterior.

³³ Foi, inclusive, uma excelente oportunidade para integrar a prática arqueológica à formação acadêmica, ao mesmo tempo em que tem contribuído e continua a contribuir para a pesquisa científica. A culminância desta tese é um exemplo dessa contribuição. Além disso, o acervo gerado tem sido resultado do treinamento em laboratório e continua a incentivar os estudantes da UNIVASF a realizarem suas iniciações científicas.

Além disso, com base nos registros realizados, foram planejadas intervenções em subsuperfície para investigar camadas mais profundas, como ilustrado na imagem 7.

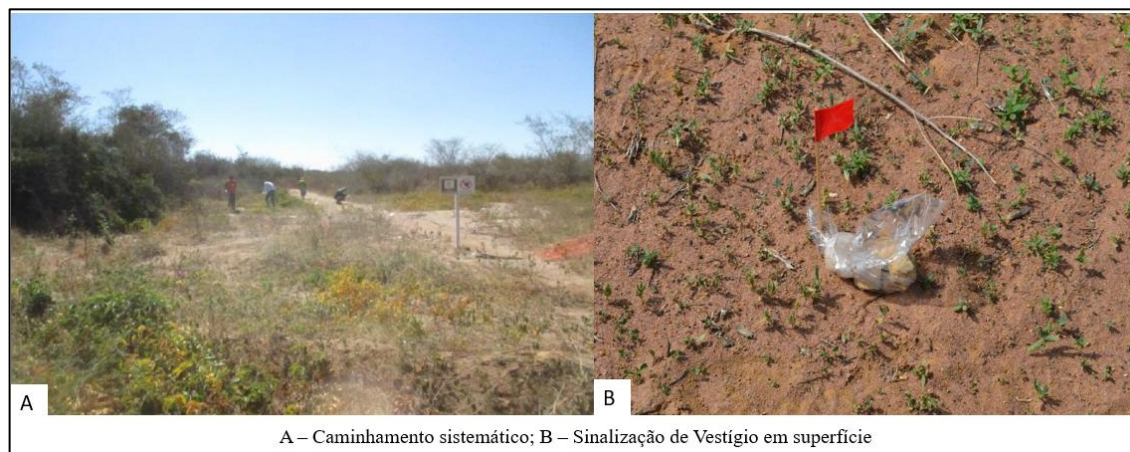


Imagem 7: Caminhamento sistemático (Fonte: Relatório Central eólica brite I, 2015; Costa, 2019).

O Levantamento topográfico tem por objetivo o uso dos instrumentos e métodos para obter a representação gráfica de uma porção do terreno sobre uma superfície (Doubek, 1989; apud. Veiga, et al. 2014). Na Arqueologia a realização do levantamento topográfico possibilita a compreensão da formação estratigráfica dos sítios arqueológicos, assim como a identificação dos diversos processos de formação do registro arqueológico presentes no local, levantamento planialtimétrico e plotagem de artefatos em superfície e subsuperfície que permitem uma análise espacial da materialidade em uma microescala.

Portanto é uma técnica essencial para mapear o relevo, as características do terreno (curvas de níveis) onde o sítio está localizado. Ele fornece uma base cartográfica detalhada que auxilia na compreensão da organização espacial dos vestígios arqueológicos e no planejamento das intervenções no solo. Esse tipo de levantamento utiliza ferramentas e equipamentos como teodolitos, estações totais, GPS de alta precisão e drones, dependendo da escala e da complexidade da área a ser mapeada.

Nos sítios analisados, a estação total foi empregada como ferramenta principal, enquanto o teodolito serviu como suporte e instrumento de treinamento, conforme demonstrado na imagem 8. Ambos foram utilizados para o georreferenciamento e o posicionamento preciso das superfícies, vestígios arqueológicos e para a delimitação das poligonais dos sítios. Essa tecnologia permitiu a coleta de dados planialtimétricos detalhados, abrangendo todas as áreas de coleta e escavação. Além disso, foram elaborados levantamentos de curvas de nível para uma análise topográfica da paisagem, fornecendo informações fundamentais para interpretar as relações entre o relevo e as dinâmicas de ocupação humana.



Imagem 8: Levantamento topográfico in. situ (Fonte: acervo da autora).

Entretanto, é relevante destacar que as atividades humanas e não humanas, não se limitam a uma poligonal específica. Essas interações frequentemente se expandem por toda a paisagem, refletindo a mobilidade e a interação entre agentes que compartilham espaços e exploram diferentes áreas, como argumentado por Ingold (2000).

A coleta sistemática da materialidade em sítios arqueológicos é uma etapa fundamental do trabalho de campo, estruturada para registrar, recolher e catalogar vestígios de forma organizada e precisão técnica. O processo geralmente começa com a delimitação de áreas específicas de coleta, subdivididas em unidades menores, como quadras ou setores, para garantir uma análise detalhada do contexto arqueológico.

Durante a coleta, aspectos como a localização exata, a profundidade em que os materiais foram encontrados e sua associação com outros vestígios são meticulosamente registrados. Esses dados são essenciais para a contextualização dos achados no sítio. Os

materiais são então acondicionados em embalagens apropriadas, identificados com etiquetas contendo informações detalhadas, e transportados para análise laboratorial.

Nos sítios analisados, essa etapa foi voltada para a coleta dos materiais que haviam sido sinalizados e embalados durante o caminhamento sistemático. Para isso, foram utilizadas diversas ferramentas: a câmera fotográfica, que auxiliou no registro visual dos artefatos; a estação total, que facilitou o georreferenciamento preciso dos vestígios; e as etiquetas, nas quais cada fragmento recebeu informações detalhadas de campo, como a localização exata e a profundidade de coleta, conforme ilustrado na imagem 9.



Imagem 9: Coleta sistemática da materialidade in situ (Fonte: acervo da autora)

Escavações arqueológicas: A última fase envolveu a escavação controlada das camadas de sedimento, com o registro minucioso dos estratigráficos e a coleta dos artefatos.

Os sítios arqueológicos são locais repletos de significados e camadas de história, o que torna a escavação arqueológica um processo essencial para revelar a materialidade e as estruturas presentes no território de estudo. Embora envolva a destruição parcial do sítio, essa prática visa preservar o contexto dos vestígios, que carregam relações tanto humanas quanto não humanas, desde que bem documentada.

A escavação, mesmo com os impactos causados pela remoção do solo, deve ser conduzida com rigor, e cada procedimento durante o processo deve ser cuidadosamente registrado. Esses registros detalhados garantem a preservação das informações contextuais e possibilitam futuras interpretações, construindo narrativas mais ricas e contextualizadas sobre as dinâmicas passadas.

Para as intervenções de subsuperfície nos sítios em estudo, optou-se por realizar escavações em Unidades de Superfície Amplas (UESAs) nas áreas com maior concentração de materiais em superfície, conforme sugere Barker (1996), a escavação de superfície ampla

e contínua proporciona resultados mais abrangentes e menos perturbados, são ideais para investigar contextos amplos, permitindo observar padrões de dispersão, estruturas ou agrupamentos de artefatos em uma escala mais abrangente. Além disso, foram executadas sondagens com dimensões de 1x1 metro quadrado, distribuídas por toda a área delimitada como sítio arqueológico, com espaçamento variável entre 10 e 50 metros, conforme demonstrado na imagem 10.

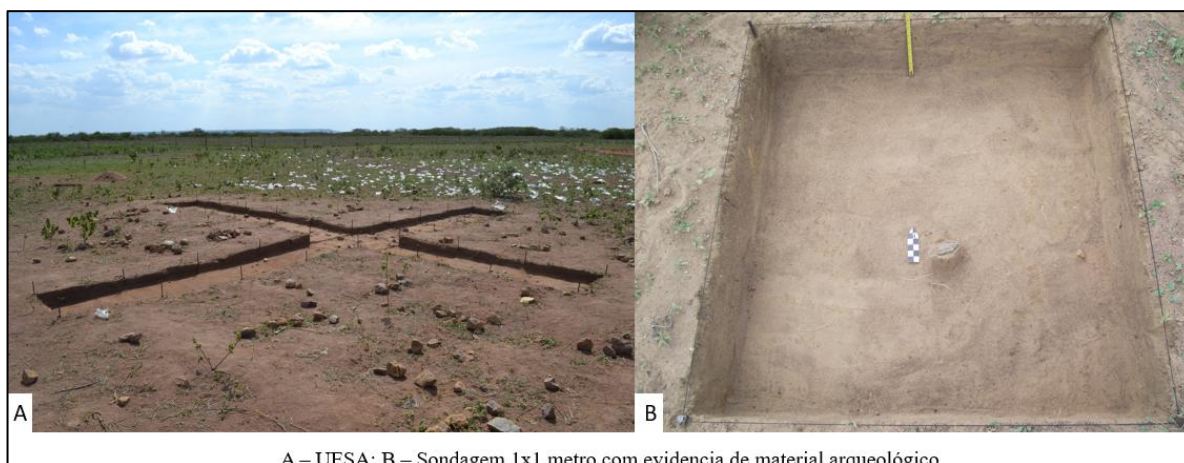


Imagem 10: UESA e Sondagem com evidência de material arqueológico (Fonte: Acervo da autora).

Essa abordagem possibilitou uma análise mais aprofundada das variações espaciais e a identificação de padrões de distribuição dos vestígios arqueológicos. Além disso, permitiu explorar áreas específicas, investigar a profundidade e a estratigrafia do depósito arqueológico e verificar a continuidade dos vestígios em zonas de menor concentração ou em locais onde a aplicação de UESAs não era viável.

Essas fases se complementam de forma interdependente, garantindo uma abordagem abrangente e precisa na exploração e análise dos sítios arqueológicos. Essa integração não apenas assegura a consistência metodológica e a reprodutibilidade dos resultados, mas também ofereceu um ambiente propício ao treinamento dos estudantes, com foco na precisão técnica e na compreensão holística do espaço arqueológico.

A aplicação completa da metodologia pode variar conforme a área explorada, em alguns casos, ainda assim permite alcançar resultados satisfatórios. No entanto, em nossa área de estudo, embora tenha sido feito um esforço para seguir o plano metodológico em todos os locais investigados, nem sempre foi possível realizar todas as etapas em cada sítio arqueológico. Isso se deve às particularidades e exigências específicas de cada contexto. A flexibilidade no planejamento e na execução é, portanto, fundamental para adaptar a

metodologia às necessidades de cada sítio, garantindo resultados relevantes e adequados às condições de campo. Por esse motivo, consideramos importante apresentar os sítios analisados e suas respectivas limitações.

5.3.2 Sítio Arqueológico Juazeiro – SAJU – contextualização e atividades de campo

O Sítio Arqueológico Juazeiro (SAJU) é um sítio a céu aberto, localizado em áreas de topo plano na Serra dos Caboclos³⁴, no município de Caldeirão Grande do Piauí, com coordenadas UTM 24M 326225.00 m E e 9188448.00 m S (Datum WGS 84).

Sua área de abrangência foi delimitada em 170 metros por 160 metros, caracterizando-se por um relevo plano, com altitude variando entre 804 e 806 metros em relação ao nível do mar. Até o momento da identificação, o local era utilizado para o cultivo de mandioca, conforme ilustrado na imagem 11.

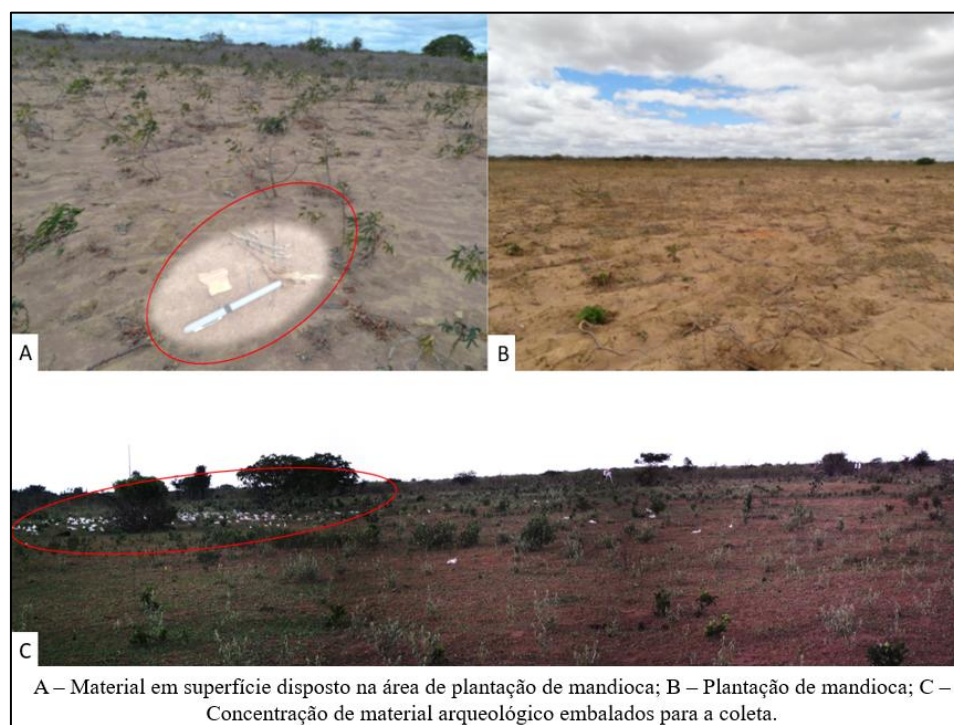


Imagem 11: Registro do Sítio na etapa de diagnóstico e etapa do material (Fonte: Relatório de D.P.A, 2013 e acervo da autora).

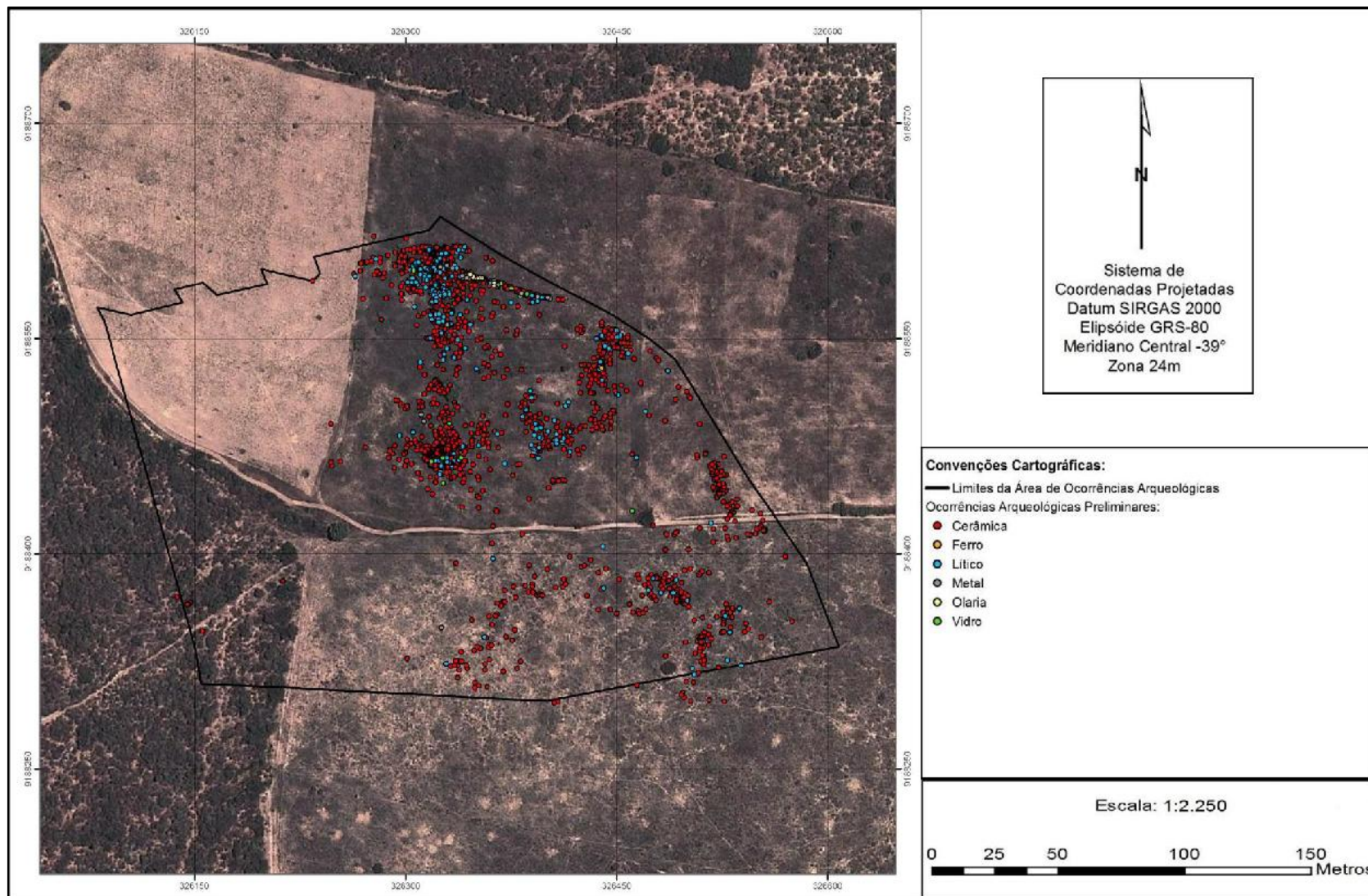
³⁴ Os nomes populares atribuídos às serras, como Serra da Batinga e Serra dos Cocos, geralmente refletem a influência das comunidades locais que habitam a região e fazem parte do conjunto que integra a Chapada do Araripe.

Entre a fase de diagnóstico (Identificação e Registro do Sítio arqueológico) e a fase da coleta de material, a plantação de mandioca foi retirada, utilizando, entre outras técnicas, o processo manual. Nesse período, foi possível identificar pelo menos três áreas com maior concentração de material arqueológico, com elementos dispersos entre elas. Também foi observada uma alternância de plantio na região, o que ajudou na preservação de áreas de vegetação. No entanto, a maior concentração de material arqueológico de contexto pré-colonial ocorreu na área recentemente utilizada para o cultivo da mandioca.

O Sítio Arqueológico Juazeiro (SAJU) apresentou uma natureza multicomponencial, com a identificação de fragmentos pré-coloniais (cerâmica e material lítico de origem indígena) e históricos (fragmentos de vidro, vestígios de olaria histórica e metal). Sua localização, em uma área de roçado atravessada por uma estrada vicinal que conecta a Serra da Batinga, a Serra dos Caboclos e o centro urbano de Caldeirão Grande do Piauí, permitiu a identificação de objetos que sugerem possíveis ocupações recentes.

Os materiais históricos (vidro, metal, olaria) possivelmente foram utilizados como ferramentas auxiliares na prática agrícola recente, especialmente no cultivo de mandioca, predominante na região, haja vista que o topo da chapada contém bastante plantações de mandiocas. Embora encontrados em quantidade reduzida, esses artefatos estavam distribuídos de forma concentrada em diferentes locais, indicando usos específicos e distintos das áreas onde se localizaram os artefatos de contexto pré-colonial.

Dessa forma, foi realizado o caminhamento sistemático, durante o qual os vestígios arqueológicos foram identificados, sinalizados, registrados e embalados para coleta. Esse processo foi acompanhado pelo levantamento topográfico, que resultou na elaboração do mapa de dispersão e identificação de objetos in situ apresentado no mapa 9 a seguir.



Mapa 9: Delimitação do SAJU com a materialidade preliminar de campo (Fonte: Adaptado de Costa, 2019).

Intervenções de subsuperfície

Com base no mapeamento detalhado e na identificação das áreas com maior concentração de material arqueológico, foram realizadas 38 intervenções de subsuperfície para explorar e registrar os vestígios presentes. Essas intervenções combinaram duas abordagens principais:

5.3.2.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas (UESAs)

No SAJU, foram realizadas três (UESAs), inicialmente delimitadas em 10 por 1 metro, conforme indicado na Imagem 12. Cada unidade foi escavada em quatro níveis artificiais de 10 cm, totalizando 40 cm de profundidade, concentrando-se nas áreas com maior quantidade de material cerâmico na superfície do sítio. As dimensões das unidades foram ampliadas à medida que novos indícios arqueológicos surgiam, conforme ilustrado na Imagem 12C.

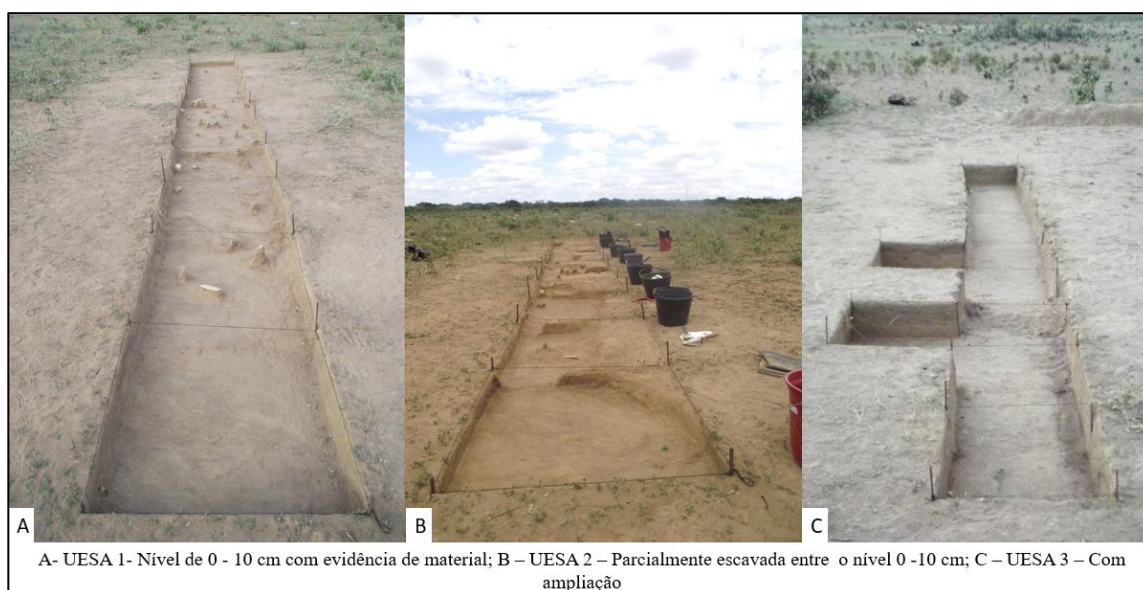


Imagem 12: Intervenções de Subsuperfície - UESAs (Fonte: Acervo da autora).

Entre os objetos resgatados, predominam fragmentos cerâmicos com tamanhos entre 5 e 15 cm, registrados até a decapagem 2, correspondente ao nível de 20-30 cm. Contudo, optamos por não listar os achados por decapagem e setor, pois priorizamos em nossas análises a abordagem baseada na presença, ausência e recorrência da materialidade nos sítios arqueológicos.

5.3.2.2 Sondagens 1x1 metro quadrado

Realizaram-se trinta e cinco (35) sondagens, conforme ilustrado na imagem 13. A definição das dimensões de cada unidade e a distância entre elas levou em conta a extensão do sítio investigado, a densidade dos vestígios de atividades antrópicas, a profundidade do depósito arqueológico e a integridade do registro encontrado. Esse planejamento assegurou uma maior cobertura da área, permitindo uma análise detalhada dos vestígios presentes em cada unidade de escavação, bem como uma análise sobre o solo.



Imagem 13: Sondagens 1x1 metro quadrado (Fonte: Acervo da autora).

Como evidenciado nas imagens acima, as sondagens foram planejadas para complementar a investigação nas áreas não abrangidas pelas UESAs. Foram estrategicamente posicionadas em perímetros com baixa concentração de material de superfície ou em locais onde havia apenas alguns artefatos dispersos.

As atividades de campo revelaram características consistentes no solo, especialmente no que diz respeito à sedimentologia. Na camada de 0 -10 cm, foi identificado um solo arenoso e espesso, com coloração acinzentada (7.5YR 6/5 - *light gray yellow*). Entre 11- 40 cm, o solo apresentou-se mais compactado, com tonalidade amarelada (7.5YR 6/6 - *olive yellow*). Esses atributos são fundamentais para compreender os processos de formação dos depósitos arqueológicos e dos registros preservados no sítio.

5.3.3 Sítio Arqueológico Caminho Novo – SACN – contextualização e atividades de campo

O Sítio Arqueológico Caminho Novo (SACN) é um sítio a céu aberto, georreferenciado na zona 24M, com coordenadas UTM de 323470,00 mE de longitude e

9187565,00 mS de latitude. Localizado em uma área de topo plano-serrano, a uma altitude de 769 metros acima do nível do mar, o sítio estava situado a aproximadamente 2,9 quilômetros em linha reta, ao Sudoeste do Sítio Arqueológico Juazeiro.

Inserido em uma área com vestígios de vegetação secundária de roçado, conforme ilustrado na imagem 14, o sítio foi utilizado até tempos "recentes" pelas comunidades sertanejas para o cultivo de mandioca, beneficiando-se dos solos férteis e bem drenados típicos de latossolos, bem como da topografia que o posiciona como uma barreira orográfica³⁵.

Essa região apresenta características diferenciadas em relação às áreas adjacentes, com maior umidade e vegetação mais densa e primária em seu entorno, favorecidas pela proximidade com a encosta.



Imagem 14: Observar detalhe da vegetação (Fonte: R.M.A e E.P - Central eólica caiçara, 2015).

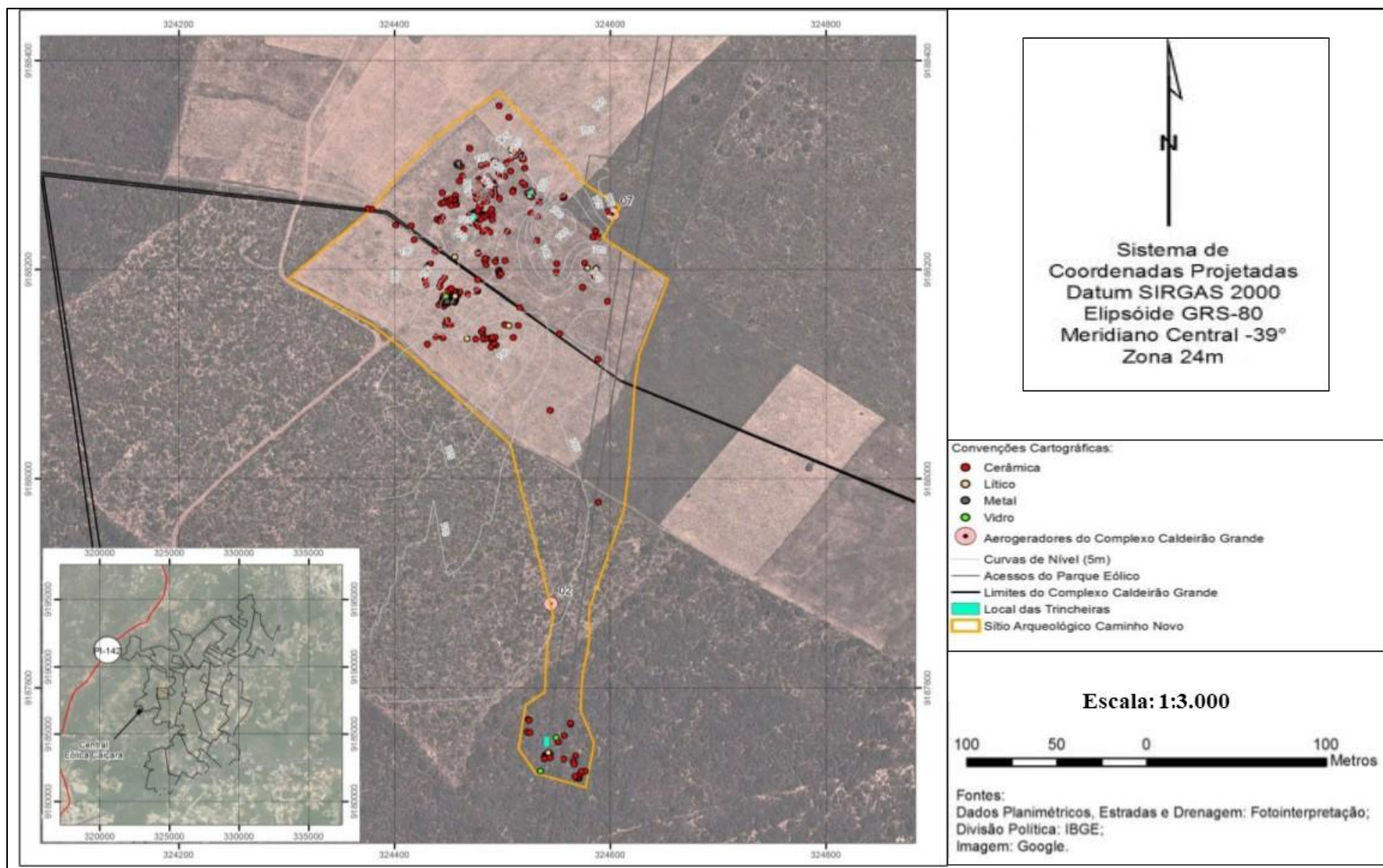
O Sítio Arqueológico Caminho Novo (SACN) é caracterizado por sua natureza multicomponencial, com a identificação de fragmentos pré-coloniais (cerâmica e material lítico) e históricos (fragmentos de vidro e metal). Sua localização, em uma área de roçado próxima a uma estrada vicinal que conecta a comunidade Serra da Batinga, atravessando a

³⁵ Barreira orográfica – funciona como altitudes de relevo/encosta, que proporcionam um efeito orográfico sobre o ar provocando a condensação e favorecendo formação e precipitação de chuvas.

Serra dos Cocos chegando ao centro urbano de Caldeirão Grande do Piauí, facilitou a descoberta ou a inserção de objetos que indicam possíveis ocupações mais recentes.

Os artefatos históricos foram encontrados em quantidade reduzida, aparentemente distribuídos de forma aleatória, o que sugere um abandono esporádico. Não há indícios de uma conexão direta com os vestígios de contextos mais remotos. Contudo, apenas com a análise de laboratório será possível investigar esses vestígios com mais detalhes; por isso, os artefatos foram encaminhados para análise laboratorial.

Para tanto foi realizado o caminhamento sistemático, acompanhado da coleta com o auxílio da plotagem topografia e registro fotográfico, considerando que o solo não era bem visível, para seguir em etapas separadas, que resultou no mapa 10.



Mapa 10: Delimitação do SACN com a materialidade preliminar de campo (Fonte: Adaptado do R.M.A e E.P - Central eólica caiçara, 2015).

Com base no mapeamento detalhado e na identificação das áreas de maior concentração de material arqueológico, foram realizadas 27 intervenções de subsuperfície para explorar o contexto e registrar os vestígios. Essas intervenções envolveram duas abordagens principais:

5.3.3.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas (UESAs)

No SACN, foram realizadas sete (UESAs), inicialmente delimitadas em 4 por 4 metros, conforme indicado na Imagem 14. Cada unidade foi escavada em quatro decapagem por



Imagem 15: UESA 1 com evidência de material arqueológico (Fonte: Adaptado do R. M.A e E.P - Central eólica caiçara, 2015).

níveis artificiais de 10 centímetros, totalizando 40 centímetros de profundidade em seguida foi feito poço teste central de cada quadricula com uma cavadeira articulada até atingir um metro de profundidade, concentrando-se nas três áreas com maior quantidade de material cerâmico na superfície do sítio. As dimensões das unidades foram ampliadas à medida que novos indícios arqueológicos surgiam, conforme ilustrado na 15C.

Na UESA 1, foram identificadas manchas de carvão no nível de 0-10 centímetros. A partir do nível de 10-20 centímetros, foram encontrados fragmentos cerâmicos, incluindo um fragmento de uma rodela de fuso e fragmentos de vasilha, além de um artefato lítico com marcas de alisamento intencional.

A mancha de carvão foi interpretada como resquícios de queima de coivara recente, prática comum na região utilizada para a limpeza do terreno para roçados. Essa interpretação é reforçada pelo fato da mancha não se estender para as camadas mais profundas, além dos carvões aparentarem serem de queima recente.

Na UESA 2, foi identificado um fragmento de borda bojo, conforme ilustrado na imagem 16. Inicialmente localizado no nível de 0-10 centímetros, devido ao seu tamanho, o fragmento atravessou para o nível de 10-20 cm. Sua localização central na área projetada para a UESA foi significativa, contribuindo para a expansão e exploração do espaço.



Imagem 16: UESA 2 com evidência de material cerâmico (Fonte: Adaptado do R.M.A e E.P - Central eólica caiçara, 2015).

5.3.3.2 Sondagens 1x1 metro quadrado

No SACN, foram realizadas 20 sondagens de 1 metro quadrado cada, com a profundidade de 40 centímetros. Durante o processo, registraram-se a presença ou ausência de material arqueológico e a coloração dos sedimentos, observação essencial para identificar

variações estratigráficas, relacionar camadas a diferentes períodos de ocupação ou eventos naturais e auxiliar na interpretação dos contextos arqueológicos revelados.

Neste estudo, apresentaremos apenas as intervenções de subsuperfície que revelaram achados arqueológicos significativos ou que, de alguma forma, contribuíram para o entendimento dos objetivos da investigação. Em outras palavras, aquelas que permitem refletir, direta ou indiretamente, sobre as vivências na Chapada do Araripe.

5.3.4 – Sítio Arqueológico São Basílio 2 - SASB-II - contextualização e atividades de campo

O sítio arqueológico São Basílio II (SASB-II) está georreferenciado nas coordenadas UTM: zona 24M, 326490,00 mE / 9183417,00 mS, com uma altitude de 769 metros acima do nível do mar. Situa-se aproximadamente 5 quilômetros em linha reta a sudeste do SAJU.

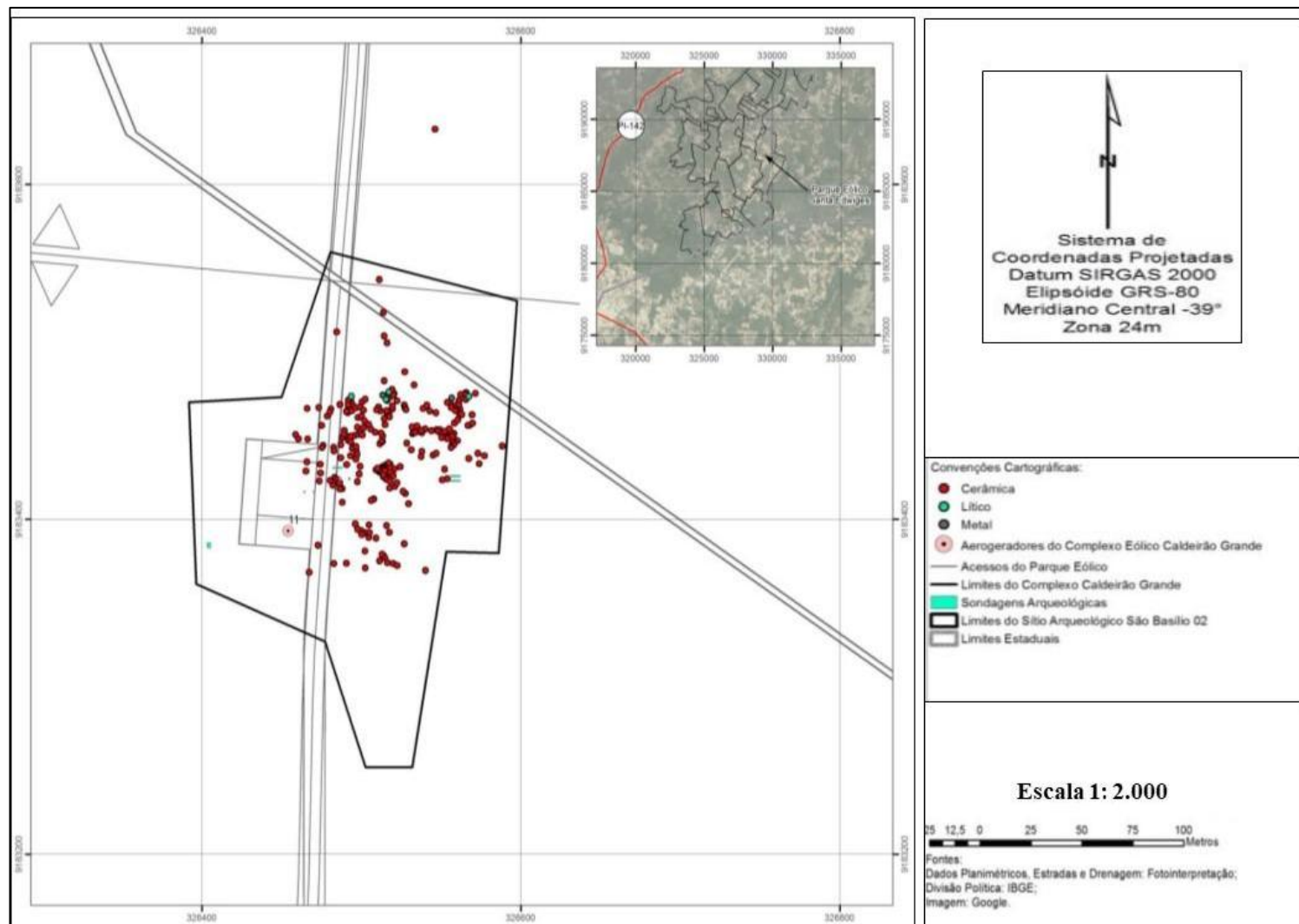
Localizado em uma área de roçado (ver imagem 17), com vegetação secundária de capoeira e baixa visibilidade do solo, delimitada por uma cerca de arame farpado, os arqueólogos identificaram vestígios arqueológicos tanto na superfície quanto na subsuperfície.



Imagem 17: Área de coleta do sítio – pouca visibilidade do solo (Fonte: R.R. A. E.P SASB-II- Central eólica Danúbio, 2015).

O SASB-II foi caracterizado como um sítio de natureza multicomponencial, com a identificação de fragmentos pré-coloniais (cerâmica e material lítico) e históricos (metal). Sua localização em uma área de roçado favoreceu a presença de materiais históricos, especialmente o metal, que aparentemente pode ter sido utilizado em atividades agrícolas.

Para isso, foi realizado o caminhamento sistemático, acompanhado da coleta, com o auxílio de plotagem topográfica e registro fotográfico, devido à baixa visibilidade do solo, o que impediu a execução das atividades de formas separadas. Contudo, esse processo resultou em um mapa dos vértices e na dispersão preliminar dos vestígios arqueológicos, conforme ilustrado no mapa 11.



Mapa 11: Delimitação do SASB-II com a materialidade preliminar (Fonte: Adaptado do R.R. A. E.P SASB-II- Central eólica Danúbio, 2015).

Com base no mapeamento detalhado e na identificação das áreas de maior concentração de material arqueológico, foram realizadas 14 intervenções de subsuperfície para explorar o contexto e registrar os vestígios. Essas intervenções seguiram duas abordagens principais:

5.3.4.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas (UESAs)

Foram realizadas seis UESAs medindo 4 por 3 metros, chegando à profundidade de até 30-40 centímetros, apenas as unidades 2, 3 e 6 apresentaram material arqueológico até a segunda decapagem com 20 centímetros, na imagem 18, podemos observar o contexto do solo argilo-arenoso de cor amarelo-claro-acinzentado (7.5YR 6/5 -light gray yellow) na primeira camada (0-10 cm) seguida de uma cor amarelada (7.5YR 6/6 - olive yellow) com solo compactado de 10-40cm.

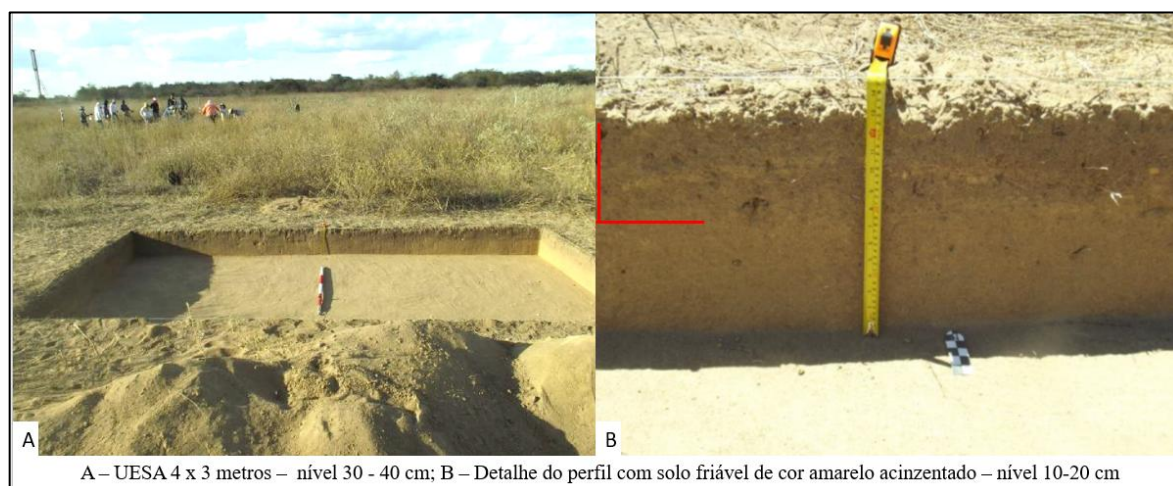


Imagem 18: UESA com detalhe de perfil em solo argilo-arenoso – (Fonte: R.R. A. E.P SASB-II- Central eólica Danúbio, 2015).

5.3.4.2. Sondagens 1x1 metro quadrado

No SASB-II, foram realizadas oito sondagens de 1 metro quadrado. Em cada sondagem, foram efetuadas três decapagens por níveis de 10 centímetros, atingindo até 30 centímetros de profundidade, pois, a partir desse ponto, o solo se mostrou estéril. As sondagens foram distribuídas conforme a dispersão e as dimensões dos vértices do sítio.

5.3.5 – Sítio Arqueológico da Viúva – SAVA - contextualização e atividades de campo

O Sítio Arqueológico da Viúva (SAVA) é um sítio a céu aberto, georreferenciado na zona 24M, com coordenadas UTM de 327500,00 m Leste e 9186750,00 m Sul, e uma altitude de aproximadamente 797 metros acima do nível do mar. Localiza-se a cerca de 2,13 quilômetros em linha reta a sudeste do SAJU.

A área delimitada como sítio arqueológico foi dividida em dois setores: no setor A, a vegetação secundária, que aparentemente demonstra ser uma área de alternância com a plantação, conforme ilustrado na imagem 19. No setor B, composto por uma plantação de mandioca verde e recentemente capinada, os vestígios arqueológicos estavam visíveis na superfície.

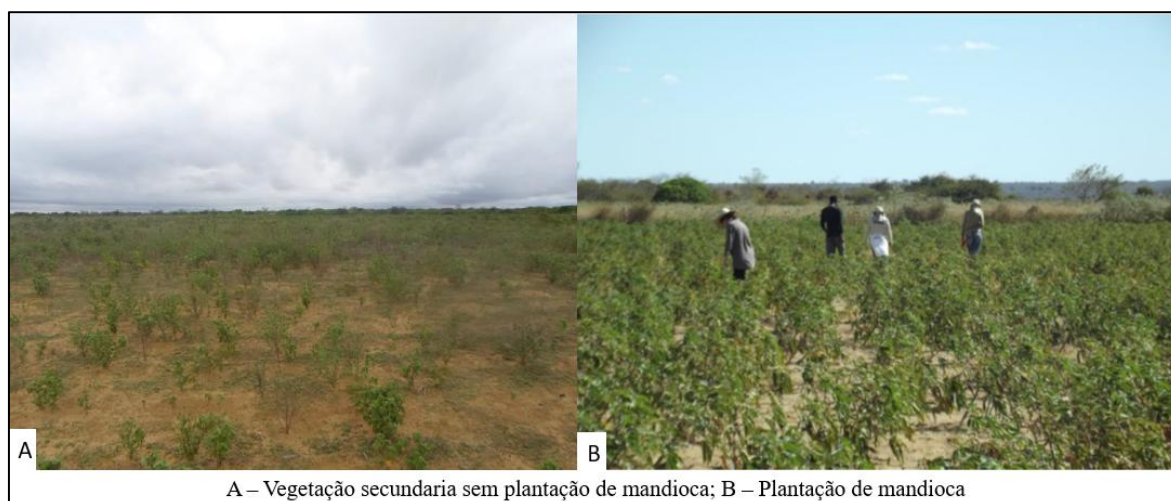
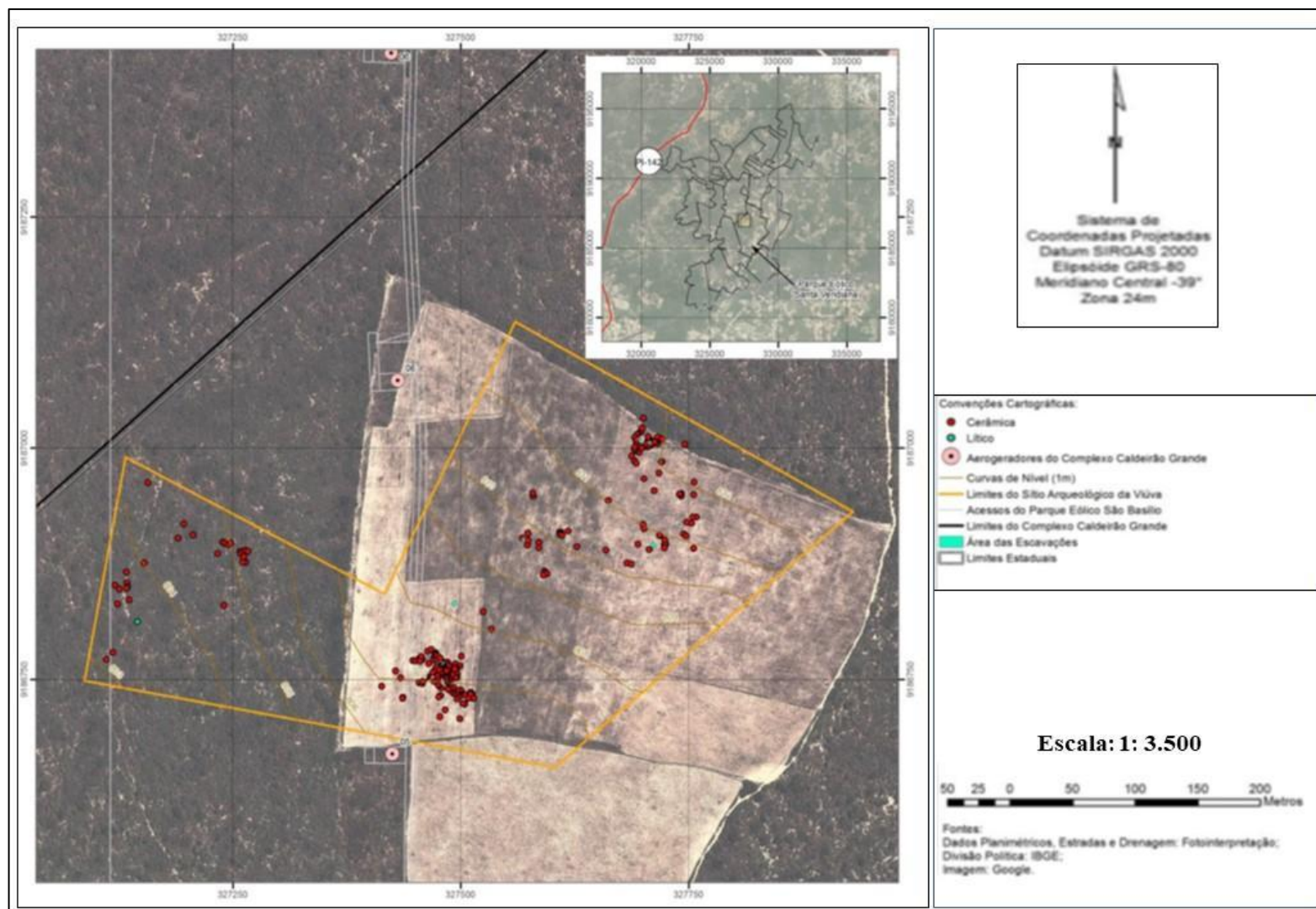


Imagem 19: Setor A e B – área do SAVA (Fonte: Adaptado do R.M.A.E.P central eólica Lira, 2015).

O SAVA foi caracterizado como um sítio de caráter multicomponencial, contendo artefatos cerâmicos e material lítico de contexto pré-colonial. Sua localização em uma área de roçado com plantação ativa exigiu cuidados especiais para evitar interferências significativas que pudessem comprometer a plantação, ao mesmo tempo em que permitisse uma avaliação adequada da materialidade arqueológica presente.

Para isso, foi realizado um caminhamento sistemático, durante o qual os artefatos foram identificados, sinalizados, cuidadosamente embalados, registrados e plotados com o auxílio de equipamentos topográficos. Esse processo resultou na elaboração do mapa de dispersão e na identificação de objetos in situ, conforme apresentado no mapa 12.



Mapa 12: Delimitação do SAVA com a materialidade preliminar de campo (Fonte: Adaptado do R.M.A.E.P central eólica Lira, 2015).

A partir do mapeamento detalhado e da identificação das áreas com maior concentração de material arqueológico, destacadas em três regiões específicas, foram realizadas 52 intervenções de subsuperfície por toda o limite do sitio, com o objetivo de explorar o terreno e recolher os vestígios encontrados. Essas intervenções foram conduzidas por meio de duas abordagens principais:

5.3.5.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas (UESAs)

No SAVA, foram conduzidas sete UESAs, dispostas em formato de L, com dimensões de 5 por 1 metro. Cada unidade de escavação foi subdividida em quatro decapagens por níveis artificiais de 10 centímetros, atingindo uma profundidade de 40 centímetros. No centro de cada unidade, foi realizado um aprofundamento com o uso de um trado mecânico, alcançando até 1 metro de profundidade, onde se confirmou a presença da camada estéril, conforme ilustrado na imagem 20.



Imagem 20: UESA com pt central de 1 metro de profundidade (Fonte: R.M.A.E.P central eólica Lira, 2015).

Entre os objetos resgatados, houve predomínio de artefatos cerâmicos, sendo a maioria encontrada na superfície. Nas unidades escavadas, a maior concentração de objetos foi registrada nos níveis de 20 a 30 centímetros de profundidade.

5.3.5.2 Sondagens 1x1 metro quadrado

Foram realizadas 45 sondagens, cada uma com dimensões de 1 metro quadrado, distribuídas de forma equidistante por toda a área delimitada como sítio arqueológico, com intervalos de 10 metros entre elas. Cada sondagem foi escavada em quatro decapagens por níveis artificiais de 10 centímetros, atingindo uma profundidade total de 40 centímetros. Posteriormente, o centro de cada sondagem foi aprofundado com o uso de um trado mecânico, alcançando até 1 metro de profundidade. As sondagens foram realizadas principalmente nas áreas não abrangidas pelas UESAs, com foco nas regiões onde os artefatos estavam mais dispersos.

As atividades de campo revelaram algumas características do solo, especialmente no que se refere à sedimentologia. Na área com plantação de mandioca, onde houve uma capina recente, o solo estava espesso entre 0-10 cm, com coloração acinzentada (7.5YR 6/5 - light gray). Já na área com vegetação rasteira, sem plantação de mandioca, o solo apresentou-se compactado e de coloração amarelada (7.5YR 6/6 - olive yellow). Observou-se, contudo, uma concentração limitada de material em subsuperfície, portanto a área com maior quantidade material cerâmico foi a área com plantação de mandioca.

5.3.6 – Sítio Arqueológico Caboclos II – SACB-II - contextualização e atividades de campo

O Sítio Arqueológico Serra dos Caboclos II (SACB-II) estava localizado em uma propriedade privada com plantação de mandioca. Foi georreferenciado nas coordenadas UTM: zona 24M, com longitude 326173,00 m E e latitude 9188598,00 m S. A altitude varia entre 800 e 804 metros, situando-se a aproximadamente 200 metros em linha reta ao norte do SAJU.

A área delimitada como sítio arqueológico foi dividida em dois setores. No Setor A, composto por uma plantação de mandioca verde recentemente capinada, os vestígios arqueológicos estavam visíveis na superfície. Já no Setor B, a presença de vegetação

secundária indica uma possível alternância com a plantação, conforme ilustrado na imagem 21.



Imagem 21: Setor A e B área do SACB-II (Fonte: Acervo da autora).

Conforme registrado na foto acima, a linha amarela no centro da imagem demarca a divisão dos setores, evidenciando o estado do sítio durante a coleta do material arqueológico. Ao fundo, é possível observar as máquinas, que indicam o início das atividades de abertura de acessos nas proximidades.

Nesse contexto, foi conduzido um caminhamento sistemático, no qual os artefatos foram identificados, sinalizados, registrados e cuidadosamente embalados, além de serem plotados com o auxílio de equipamentos topográficos, conforme ilustrado na imagem 22.



Imagem 22: Registro de material in-situ (Fonte: R.D.P.A, Central eólica Notus, 2013).

O SACB-II foi caracterizado como um sítio multicomponencial, com a identificação de fragmentos pré-coloniais (cerâmica e material lítico) e históricos (metal e vidro). Sua localização em uma área de roçado favoreceu a presença de materiais históricos, especialmente fragmentos metálicos, que possivelmente foram utilizados em atividades agrícolas. A plantação ativa de mandioca exigiu cuidados especiais para minimizar interferências que pudessem comprometer a lavoura, garantindo ao mesmo tempo uma avaliação adequada da materialidade arqueológica presente.

Com base no levantamento dos dados e na identificação das áreas com maior dispersão de material arqueológico e dada a dimensão do sítio, foram realizadas 15 intervenções de subsuperfície ao longo de todo o limite do sítio, com o objetivo de explorar e recolher os vestígios encontrados. Essas intervenções foram conduzidas por meio de duas abordagens principais:

5.3.6.1 *Unidades de Escavações de Superfícies Amplas (UESAs)*

No SACB-II, foram conduzidas duas UESAs, com dimensões de 2 por 1 metro. Cada unidade de escavação foi subdividida em quatro decapagens por níveis artificiais de 10 centímetros, atingindo uma profundidade de 40 cm.

5.3.6.2 *Sondagens 1x1 metro quadrado*

Realizou-se treze sondagens, cada uma com 1 metro quadrado, distribuídas a intervalos de 10 metros. Cada sondagem foi escavada em quatro decapagens, com níveis artificiais de 10 centímetros, alcançando uma profundidade de 40 centímetros. Em seguida, o centro de cada sondagem foi aprofundado com o uso de um trado mecânico, atingindo até 1 metro de profundidade.

Concluiu-se que o método mais eficaz seria o uso de quadrantes de 1x1 metro, abrangendo as intervenções de subsuperfície em quase toda a área do sítio, uma vez que a materialidade estava amplamente dispersa, permitindo realizar as escavações sem interferir na plantação de mandioca.

Na imagem 23 é possível observar o croqui de distribuição das atividades de subsuperfície.



Imagem 23: Croqui da área limite do sítio com identificação das intervenções de subsuperfície (Fonte: Costa, 2024).

Observou-se que o solo apresenta vestígios de queima de coivara em algumas áreas, evidenciados por uma camada superficial acinzentada (7.5YR 5/2 - Light gray) e espessa, com compactação visível a partir de 10 a 20 centímetros de profundidade, onde a coloração se torna amarelada (7.5YR 6/6 - olive yellow). No entanto, tudo indica que essas queimadas ocorreram após o depósito do material arqueológico em razão da limpeza do terreno.

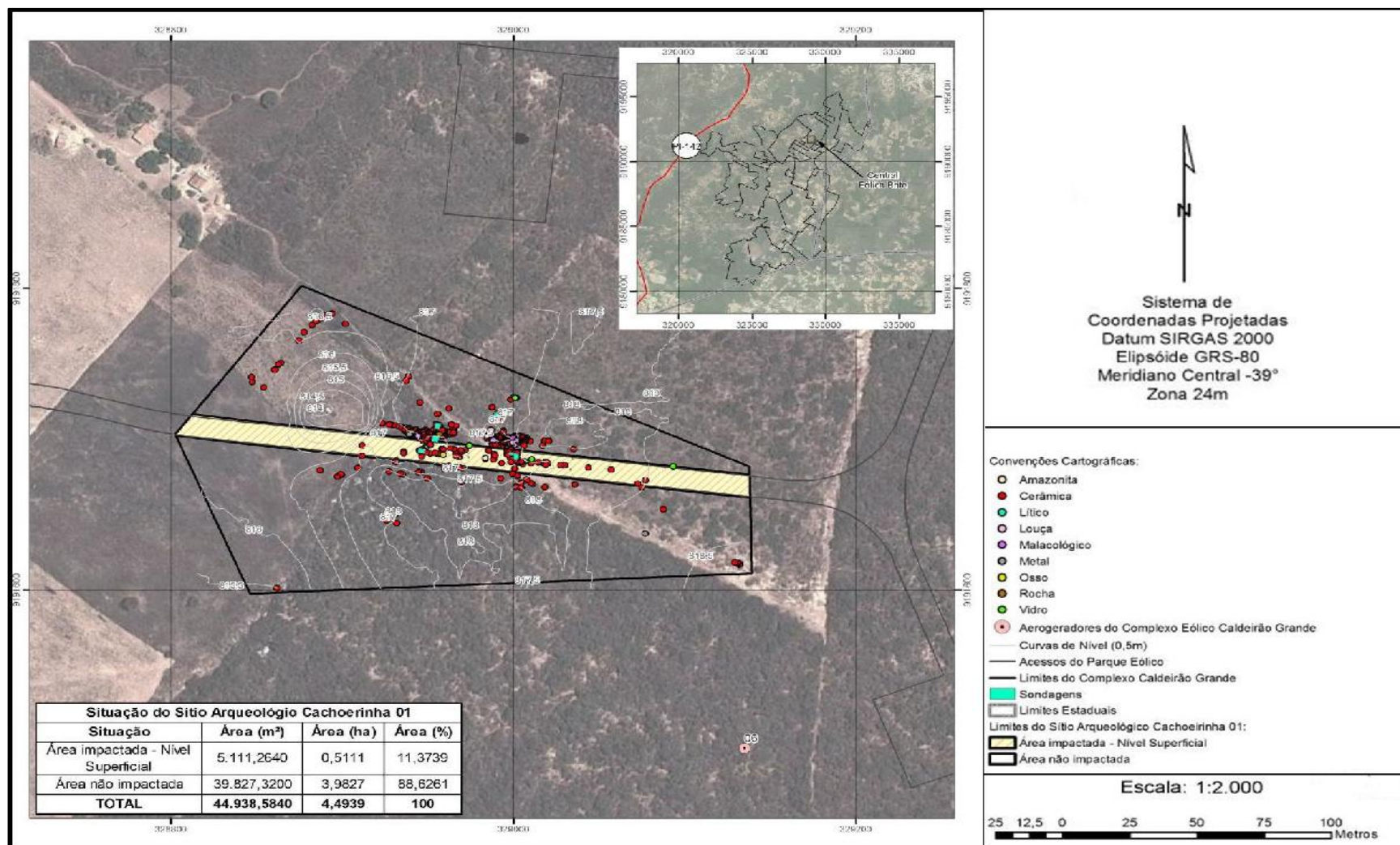
5.3.7 – Sítio Arqueológico Cachoeirinha I – SACH-I - contextualização e atividades de campo

O Sítio Arqueológico Cachoeirinha I (SACH-I) é uma área a céu aberto situada em um relevo plano no topo da Chapada do Araripe, a 832 metros de altitude em relação ao nível do mar. Suas coordenadas UTM são 24M 328936.00 / 9191698.00, localizando-se a aproximadamente 4,23 quilômetros a nordeste do SAJU.

Este sítio foi caracterizado como multicomponencial portanto foram identificados artefatos de contexto pré-colonial (cerâmica e material lítico) e contexto histórico (vidro, metal, faiança). No entanto, há uma predominância de artefatos associados ao contexto pré-colonial, o que o torna um dos principais focos deste estudo.

O SACH-I está localizado próximo a outros sítios arqueológicos, como Cachoeirinha III, Brite I e II. No entanto, neste estudo, serão abordados apenas os sítios Brite I e II, pois apresentaram materialidade associada ao mesmo contexto espaço-temporal.

Com uma extensão de aproximadamente 44.938.5840 m² (mapa 13), o sítio sofreu um impacto de mais de 11% de sua área devido à intervenção das máquinas durante o processo de supressão vegetal para terraplanagem.



Mapa 13: Delimitação do SACH-I e materialidade preliminar em campo (Fonte: Adaptado do R.R.M.A.E.P Central eólica brite, 2016).

Esse procedimento resultou na remoção dos materiais arqueológicos da superfície e dos níveis iniciais, que foram acumulados em leiras nos limites do sítio, junto com as raízes das árvores, uma vez que as máquinas atingiram uma profundidade de cerca de 10 a 20 centímetros durante a remoção do solo.

Nesse contexto, embora um setor do sítio tenha sido impactado por intervenções recentes, foi possível recuperar a materialidade deslocada para as leiras formadas nas margens de acesso, conforme ilustrado na imagem 24. Esses montículos passaram por um processo de peneiramento, o que ajudou a aprimorar a precisão de uma série de ações que podem ter ocorrido na unidade do fragmento arqueológico.



Imagem 24: Montículos a margem do SACH-I (Fonte: R.R.M.A.E.P Central eólica Brite, 2016).

Conforme indicado pelos círculos pretos na imagem 24, os montículos localizados nas margens norte e sul do sítio correspondem ao solo removido pelas máquinas. A parte central da área era atravessada por uma estrada vicinal que servia de acesso às casas e roçados das comunidades rurais de Saco, Serra dos Caboclos e adjacências.

Possivelmente por essa razão, foram identificados alguns artefatos de procedência recente, como vidro, metal e ossos de fauna atual. As máquinas utilizaram a estrada como referência, iniciando a raspagem a partir desse limite e removendo o solo em uma camada de aproximadamente 10 a 15 centímetros em direção às margens.

Como resultado, ocorreu um acúmulo de material nos montículos, o que explica a concentração da maior parte dos materiais resgatados nessas áreas. Contudo, artefatos também foram identificados no setor de raspagem, atingindo uma profundidade de até 40 centímetros.

A partir da análise desse cenário, foi elaborada uma malha topográfica na área impactada, orientada pelos pontos cardeais (eixos norte-sul e leste-oeste). A área foi segmentada em quadrantes de um metro quadrado, nomeados alfanumericamente, para a plotagem, o georreferenciamento e a contagem dos artefatos arqueológicos.

Esse método teve como objetivo assegurar a precisão na localização dos artefatos, proporcionar uma visualização clara de sua dispersão no cenário estudado e, sobretudo, quantificar os artefatos por metro quadrado. Além de gerar dados relevantes para as atividades de campo, essa abordagem garantiu a localização “precisa” dos artefatos no contexto da paisagem. Simultaneamente, auxiliou na demarcação das áreas de intervenção de subsuperfície, permitindo um planejamento mais eficiente das escavações.

Na sequência, foi realizado um caminhamento sistemático com a plotagem e coleta dos artefatos dispersos na superfície, conforme ilustrado na imagem 25, estendendo-se também às demais áreas do sítio.



Imagem 25: Fragmentos cerâmicos in-situ – SACH-I (Fonte: R.R.M.A.E.P Central eólica Brite, 2016).

Em seguida deu-se início ao peneiramento das leiras sob controle detalhado, com o material sendo contabilizado e registrado nos quadrantes delimitados a partir da malha topográfica. Esse procedimento permitiu observar a dispersão e a quantificação dos materiais por metro quadrado (ver imagem 26).



Imagem 26: Quantificação do material com base nos quadrantes (Fonte: R.R.M.A.E.P Central eólica Brite, 2016).

Com base nesse levantamento e registro de dados, foram realizadas 11 intervenções de subsuperfície ao longo de todo o limite do sítio, com o objetivo de explorar e coletar os vestígios encontrados. Essas intervenções foram conduzidas por meio de duas abordagens principais:

5.3.7.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas – UESAs

Foram realizadas quatro UESAs, com dimensões variando de 4x3 a 4x4 metros, conforme ilustrado na imagem 27. Cada unidade de escavação envolveu quatro decapagens em níveis artificiais de 10 centímetros, alcançando uma profundidade de 40 cm. Nos casos em que houve algum tipo de alteração antrópica no solo, o centro foi aprofundado com o uso de uma escavadeira articulada até atingir 1 metro de profundidade.

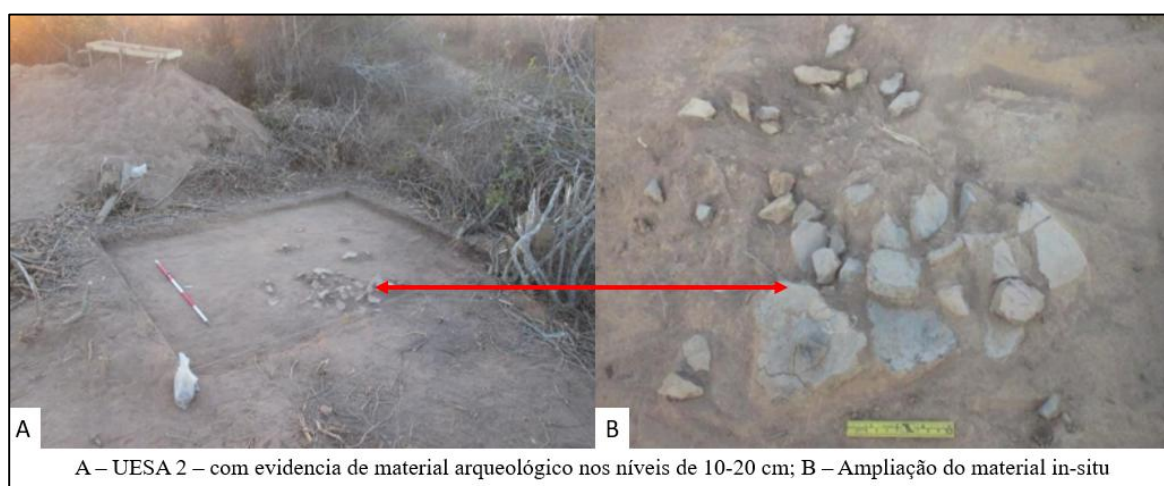


Imagem 27: UESA 2, com evidencia de material arqueológico (Fonte: R.R.M.A.E.P Central eólica Brite, 2016).

5.3.7.2 Sondagens 1x1 metro quadrado

No SACH-I, foram executadas sete sondagens de 1 metro quadrado. Cada sondagem foi dividida em quatro decapagens com níveis artificiais de 10 centímetros, atingindo uma profundidade total de 40 centímetros. Em seguida, o centro de cada sondagem foi aprofundado com o uso de um trado mecânico, até atingir 1 metro de profundidade, confirmando a presença de um solo que não sofreu alterações antrópicas.

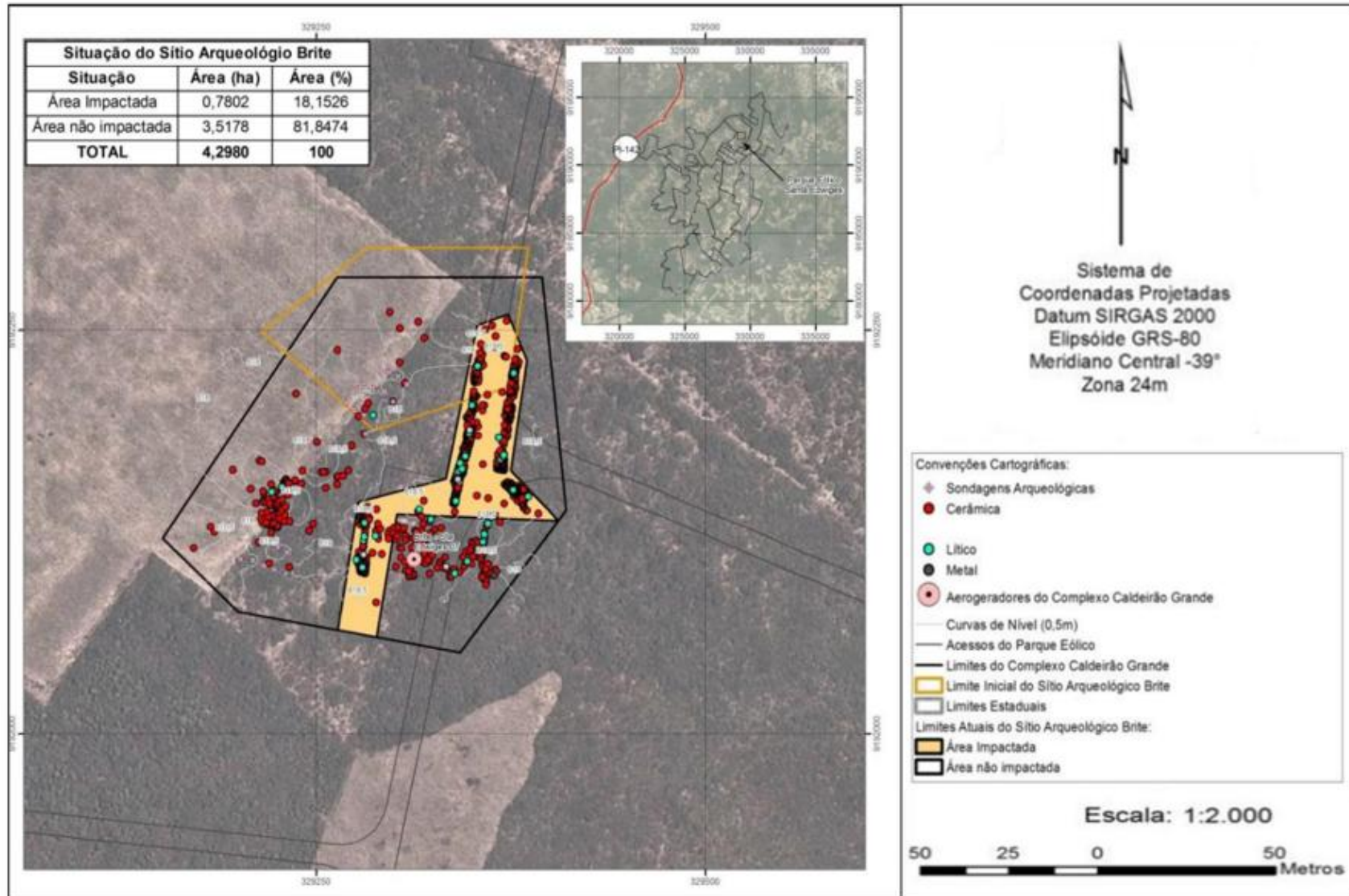
Durante o processo, foi registrado a presença ou ausência de material arqueológico, a coloração dos sedimentos e os perfis estratigráficos, observando-se a ausência de alterações antrópicas nas camadas, porem percebeu-se a intrusão de raízes.

As raízes podem se infiltrar em camadas arqueológicas, deslocando ou misturando os vestígios, o que pode complicar a interpretação dos contextos estratigráficos. Em um sítio arqueológico, a presença de raízes pode indicar que as camadas foram modificadas, afetando a integridade dos dados arqueológicos. No sítio em análise, há indícios de que as raízes desempenharam um papel relevante na preservação desses achados, pois a vegetação atua como um fator que dificulta a intrusão de pessoas recentes, protegendo os vestígios arqueológicos nos seus respectivos contextos.

5.3.8 – Sítio Arqueológico Brite - I – SABRT-I - contextualização e atividades de campo

O Sítio Arqueológico Brite I (SABRT-I) é um sítio a céu aberto, situado nas coordenadas UTM 24M 328987.00 / 9191884.00, a uma altitude aproximada de 832 metros em relação ao nível do mar, e a 4,40 quilômetros a nordeste do SAJU.

O sítio abrange uma área superior a 4 mil hectares, dos quais cerca de 18% foram impactados por máquinas durante o processo de supressão vegetal do empreendimento. A delimitação do sítio arqueológico é ilustrada no mapa 14, onde é possível observar a materialidade preliminar e a área impactada, destacada em amarelo.



Mapa 14: Delimitação do SABRT-I com a materialidade preliminar com destaque para a área impactada em amarelo Fonte: Costa, 2019

Este sítio foi caracterizado como multicomponencial portanto foram identificados artefatos de contexto pré-colonial (cerâmica e material lítico) e contexto histórico (metal, vidro). No entanto, há uma predominância de artefatos associados ao contexto pré-colonial, o que o torna um dos principais focos deste estudo.

O SABRT-I está localizado próximo a outros sítios arqueológicos, como Cachoeirinha I ao sul e Brite II ao leste.

O limite do sítio apresenta uma paisagem dividida em três setores, fundamentais para a análise das vivências a partir da distribuição do material arqueológico. O Setor A foi a área mais impactada, atravessada por uma estrada que conectava roças e comunidades locais. Foi ali que as máquinas iniciaram suas atividades antes da coleta dos vestígios arqueológicos. O Setor B, localizado entre os Setores A e C, é considerado uma área intermediária, caracterizada pela presença de vegetação nativa de caatinga e pela quase ausência de material arqueológico. Já o Setor C consistia em uma área de roçado com vegetação secundária, onde alguns artefatos foram encontrados. Detalhes adicionais estão ilustrados na Imagem 28.

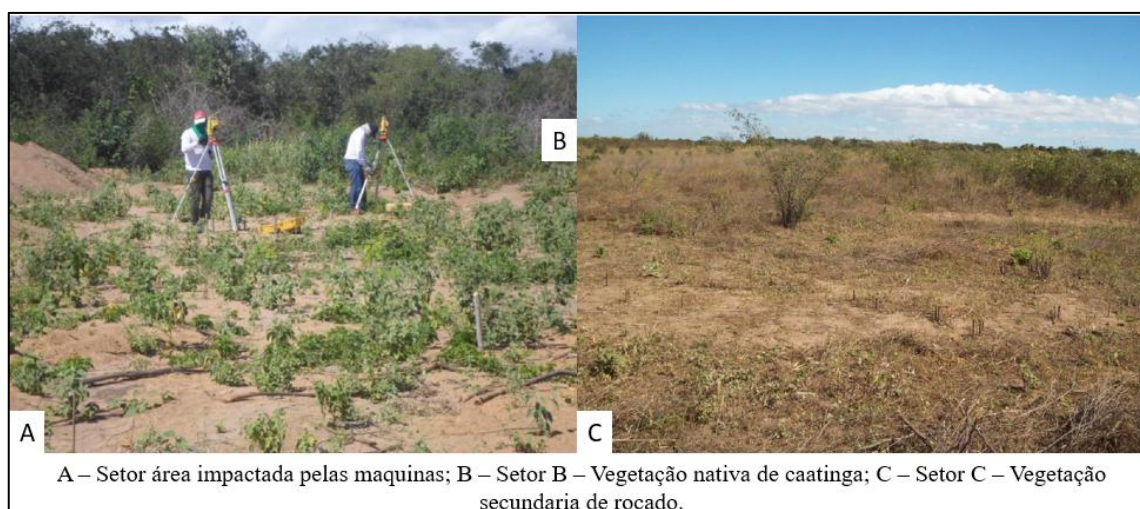


Imagem 28: Área limite do SABRT-I (Fonte: Adaptado de R.R.M.A.E.P Central eólica Brite, 2016).

O grau de impacto resultou na remoção dos materiais arqueológicos da superfície, que foram acumulados em montículos em uma parte do sítio, juntamente com as raízes das árvores, já que as máquinas atingiram uma profundidade de cerca de 10 centímetros durante a raspagem do solo.

Para isso, foi elaborada uma malha topográfica de superfície no setor impactado pelas máquinas, delimitando as áreas a serem peneiradas e escavadas. Em seguida, o material da superfície foi coletado, e os montículos foram peneirados e coletados sob o controle da peneira.

Cada fragmento foi contabilizado e registrado nos quadrantes delimitados pela malha topográfica virtual, conforme ilustrada na imagem 29. Enquanto os setores não atingidos pelas máquinas seguiu-se a plotagem e o georreferenciamento individual.



Imagem 29: Malha topográfica e coleta de material (Fonte: Adaptado do R.R.M. A. E.P Central eólica brite, 2016).

Com base no levantamento e registro de dados, foram realizadas 37 intervenções em subsuperfície intercaladas entre UESAs e sondagens de 1 metro quadrado. Delimitadas ao longo de toda a poligonal do sítio baseadas nas concentrações e dispersão dos artefatos arqueológicos. Essas intervenções seguiram duas abordagens principais:

5.3.8.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas – UESAs

No SABRT-I, foram escavadas 27 UESAs, inicialmente delimitadas em dimensões de 3x2 metros, com expansão sempre que alterações antrópicas no solo eram identificadas, conforme ilustrado na imagem 30. Cada unidade foi escavada em quatro decapagens por níveis artificiais de 10 centímetros, totalizando uma profundidade de 40 centímetros. Nas UESAs com alterações no solo, o centro foi aprofundado com o uso de uma escavadeira articulada, alcançando até 1 metro de profundidade, como mostrado na imagem 30B.



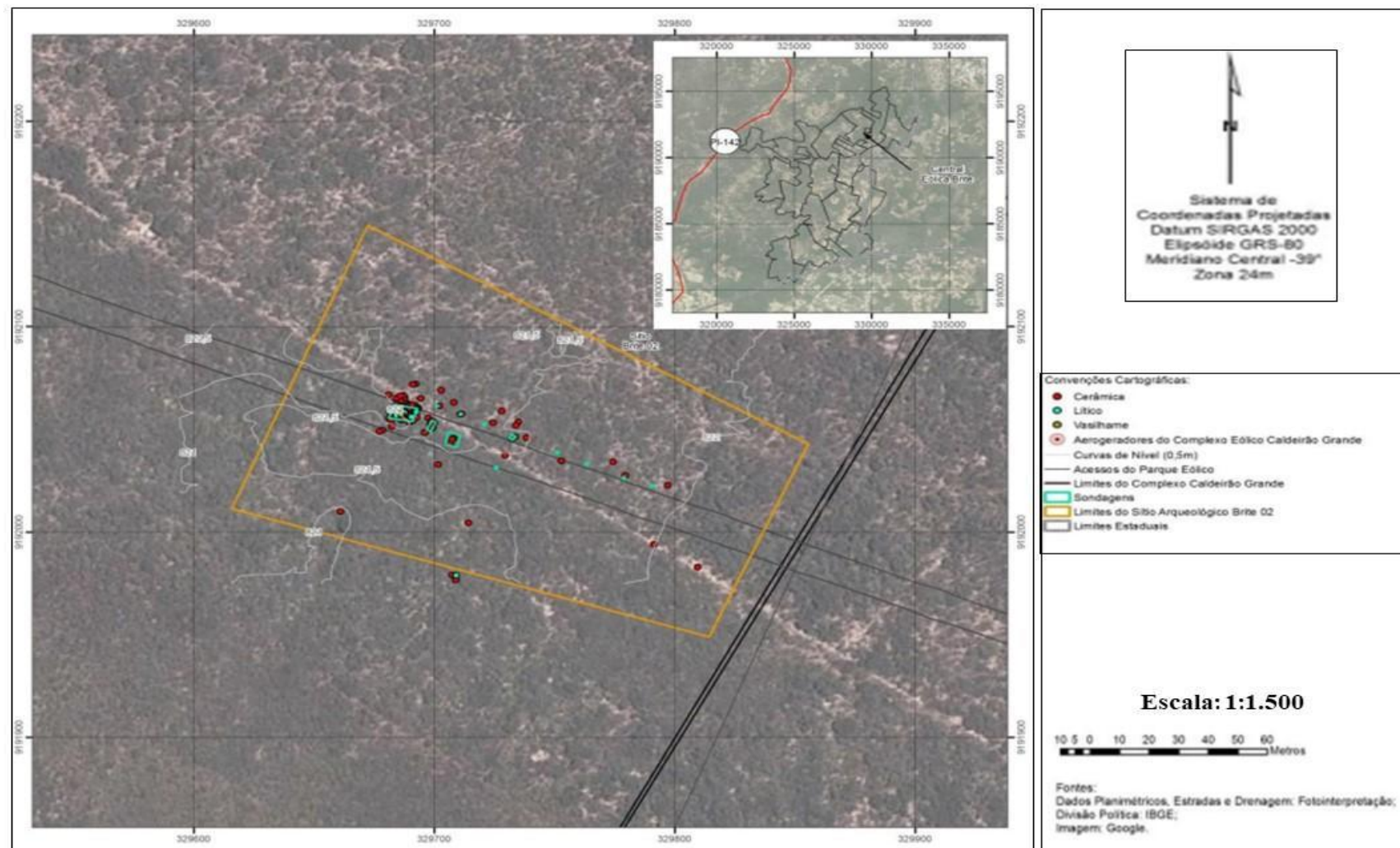
Imagem 30: UESAS com expansões (Fonte: Adaptado do R.R.M. A. E.P Central eólica brite, 2016).

5.3.8.2 Sondagens 1x1 metro quadrado

Realizaram-se 10 sondagens, cada uma com 1 metro quadrado. As escavações foram conduzidas em quatro decapagens por níveis artificiais de 10 centímetros, atingindo uma profundidade total de 40 centímetros, já que, a partir dos 30 centímetros, o solo apresentava-se sem alterações antrópicas. Durante o processo, registrou-se a presença e ausência de material arqueológico, a coloração dos sedimentos e perfis estratigráficos. Todo o material coletado foi encaminhado ao laboratório para curadoria e quantificação final.

5.3.9 – Sítio Arqueológico Brite - II – SABRT-II - contextualização e atividades de campo

O Sítio Arqueológico Brite II (SABRT-II) é um sítio a céu aberto situado no topo da Chapada do Araripe, próximo a outros sítios arqueológicos, como o Brite I e o Cachoeirinha III, estando a aproximadamente 5 quilômetros a nordeste do SAJU. Suas coordenadas UTM são 24M 329672 / 9192149 delimitado a partir do mapa 15 onde é possível observar nas convenções cartográficas a poligonal e a materialidade preliminar identificada e dispersa na área.



Mapa 15: Delimitação do SABRT-II com a materialidade preliminar (Fonte: Adaptado de R.R.M.A.E.P Central eólica brite, 2016).

Este sítio foi caracterizado como multicomponencial, portanto foram identificados artefatos de contexto pré-colonial (cerâmica e material lítico), que confere um contexto de espaço temporal análogo aos demais.

O traçado do acesso às torres de energia atravessa o sítio, o que ocasionou impactos em alguns setores devido à movimentação de máquinas durante as etapas de supressão vegetal e terraplanagem (Imagem 31). Contudo, esses danos foram menos significativos em comparação aos ocorridos nos sítios SABRT-I e SACH-I. Esse cenário conferiu ao trabalho arqueológico um caráter emergencial, demandando ações rápidas para mitigar os danos e preservar o acervo arqueológico, especialmente devido à identificação de um vasilhame aparentemente completo e às condições climáticas de chuva na época.



Imagem 31: Supressão vegetal e terraplanagem na área do SABRT-II (Fonte: Adaptado de R.R.M.A.E.P Central eólica brite, 2016).

Com a exposição do solo, foi realizada uma varredura utilizando a coleta sistemática de “superfície”, registrando os artefatos aflorados por meio de fotografias, plotagem e coleta, conforme ilustrado na imagem 32. Em seguida, foram iniciadas as intervenções em subsuperfície.



Imagem 32: Coleta de Superfície (Fonte: R.R.M.A.E.P Central eólica Brite, 2016).

As intervenções de subsuperfície abrangeram tanto UESAs quanto sondagens de 1 metro quadrado, distribuídas ao longo de toda a poligonal do sítio e alinhadas aos eixos norte-sul e leste-oeste. Essas intervenções seguiram duas abordagens principais:

5.3.9.1 Unidades de Escavações de Superfícies Amplas – UESAs

No SABRT-II, foram escavadas duas UESAs em áreas onde as máquinas expuseram artefatos arqueológicos durante a etapa inicial de terraplanagem. As dimensões das UESAs variaram entre 3x1 e 4x4 metros, com profundidades uniformes de 40 a 50 centímetros.

O controle estratigráfico foi realizado em camadas artificiais de 10 centímetros, com nivelamento cuidadoso do solo e atenção à materialidade encontrada. A maioria dos vestígios consistiu em fragmentos cerâmicos e materiais líticos, sem a identificação de vasilhas completas. A escavação foi conduzida utilizando enxadas, pás e peneiras. Todo o material coletado foi quantificado e registrado com controle detalhado, seguindo a metodologia de peneiramento por quadrícula previamente estabelecida.

5.3.9.2 Sondagens 1x1 metro quadrado

Foram realizadas dez sondagens de 1 metro quadrado, com possibilidade de ampliação quando evidenciado material arqueológico, como ocorreu com a sondagem número 1, ilustrada

na imagem 33. A definição do espaçamento entre as sondagens considerou a extensão do sítio, a densidade dos vestígios de atividades humanas e não humanas, a profundidade do depósito arqueológico e a integridade dos registros encontrados.



Imagem 33: Sondagem 1 com evidência de material arqueológico (Fonte: Adaptado do R.R.M.A.E.P Central eólica brite, 2016).

Como ilustrado na imagem acima, este foi o único vasilhame encontrado quase completo no sítio arqueológico e em relação a todos os sítios deste estudo. O artefato foi cuidadosamente protegido com um casulo de gesso e gazes hidrófilas, assegurando seu transporte seguro para análise em laboratório. Os demais vestígios consistiram em fragmentos que não permitiram reconstituição, mas serão discutidos em maior detalhe no capítulo de resultados.

Observa-se, no entanto, que o subsolo estava entrelaçado com raízes indicando que a área possuía uma vegetação que pode ter contribuído para a preservação do material em subsuperfície. Entretanto, essas raízes, juntamente com a primeira raspagem das máquinas na superfície, também podem ter causado a fragmentação dos artefatos encontrados.

Entre os principais atributos identificados estão fragmentos de cerâmica espessa, bordas reforçadas e paredes com pintura. Os padrões decorativos encontrados incluem motivos geométricos clássicos em vermelho, preto e engobo branco. Além disso, foram observados fragmentos com decoração plástica, apresentando técnicas como escovado e corrugado. O material arqueológico foi encaminhado ao laboratório, e os resultados dessa análise serão apresentados no capítulo de resultados.

Quanto às características estratigráficas do solo, uma camada entre 0-20 centímetros apresentou cor acinzentada (7.5YR 5/2 - Light gray) e espessa, com compactação visível a partir de 20 a 50 centímetros de profundidade, onde a coloração se torna amarelada (7.5YR 6/6 - olive yellow).

5.4 Procedimentos laboratoriais

No laboratório, aplicamos conceitos e metodologias que nos permitiram identificar as matérias-primas e as propriedades tecnológicas empregadas na fabricação e uso dos artefatos. Essas propriedades tecnológicas abrangem um conjunto de habilidades técnicas, métodos e processos utilizados na produção, que refletem as escolhas e necessidades dos(as) produtores(as), assim como o uso e a funcionalidade dos bens ou serviços, (Schiffer,1972; Lemonnier,1992; Ingold, 2000).

De acordo com Skibo (2015), qualquer oleiro dispõe de uma variedade de opções técnicas ao confeccionar uma vasilha e, essas escolhas são fundamentais para definir os tipos e as tipologias dos materiais. Aqui, analisamos essas escolhas com base em preceitos teóricos da antropologia da tecnologia, utilizando métodos multifatoriais e comparativos. Essa abordagem visa compreender os processos produtivos e suas interações, desde a seleção da matéria-prima até as etapas de fabricação, uso, reuso e abandono ou descarte do objeto.

Na análise cerâmica, buscamos revelar as características de desempenho que são as capacidades que qualquer tecnologia deve possuir para desempenhar as suas funções numa atividade, Skibo (2015). Para isso, analisamos os modos de produção, o acabamento ou tratamento de superfície, as morfologias, os tipos de queima, o uso de antiplásticos ou aditivos, além das marcas de produção e uso (Skibo, 2015), entre outros aspectos. O objetivo é compreender tanto a função pretendida do objeto quanto sua função real, considerando que, em alguns casos, o uso final pode ter divergido da intenção original, conforme detalhado a seguir.

a) Modo de produção – refere-se as técnicas aplicadas na confecção dos objetos cerâmicos. Consideramos a possibilidade de quatro métodos de manufatura: acordelada ou roletada, modelada, moldada e torneada.

- **Acordelada ou roletada:** Nesta técnica, a forma é obtida pela sobreposição de roletes de argila, que são unidos pela pressão dos dedos ou com o auxílio de um objeto. Em uma análise arqueológica de fragmentos, essa técnica pode ser identificada por quebras horizontais um tanto retas e por espaços vazios nas junções dos roletes, onde podem ocorrer falhas devido à presença de oxigênio durante o processo de queima. Consultar a imagem 34 para mais detalhes.



Imagem 34: Fragmentos de técnica acordelada (Fonte: Acervo da autora, 2024).

- **Modelada:** A técnica consiste na junção de porções de argila, que são manualmente moldadas até se alcançar a forma desejada. Em uma análise arqueológica de fragmentos, essa técnica pode ser identificada por quebras irregulares, sem um padrão específico, enquanto não é possível identificar espaços vazios na pasta (presença de oxigênio). Consulte a imagem 35 para mais detalhes.



Imagem 35: Fragmento cerâmico de quebra irregular (Fonte: Acervo da autora, 2024).

- **Moldada:** Nesta técnica, um molde é utilizado para obter a forma desejada, no qual a argila é colocada e modelada com o auxílio das mãos. Em estudos arqueológicos, essa técnica é comumente identificada em objetos decorativos, como estatuetas, ou ainda pode ser encontrada em grandes vasilhas que necessitaram de um suporte para construir a base, por exemplo.
- **Torneada:** Esta técnica envolve a produção com o auxílio de um torno mecânico ou outros dispositivos semelhantes, para moldar a pasta de argila, modelando-a conforme o formato do objeto desejado. Em uma análise arqueológica essa técnica é observada em vasilhas ou fragmentos que apresentam uma superfície regular, as vezes com a mesma espessura, uma pasta homogênea e uma quebra irregular sem a presença de vazios na pasta.

É importante destacar que, em alguns casos, podem ser utilizadas mais de uma técnica na fabricação de uma única peça, como a combinação das técnicas roletada e modelada, porém toda análise arqueológica carece de um estudo e consideração do contexto cultural.

b) **Acabamento ou tratamento de superfície:** No estudo da cerâmica arqueológica, o tratamento de superfície, tanto interno (T.S.I.) quanto externo (T.S.E.), envolve diferentes técnicas aplicadas durante e após a modelagem da vasilha, conforme descrito por Shepard (1963: 186). Entre essas técnicas, destacam-se: alisamento, polimento, brunidura, aplicação de barbotina, engobo ou banho, tratamento plástico e pintura.

No entanto, em certas situações ou entre populações específicas, o tratamento de superfície pode ser classificado em decoração plástica e decoração pintada. Essa diferenciação considera os elementos decorativos independentemente da parte morfológica do objeto.

Os elementos decorativos referem-se a modificações na superfície de um objeto cerâmico para criar efeitos visuais ou melhorar a funcionalidade, como no caso do corrugado, que auxilia na fixação dos roletes de argila e aumenta a eficiência na distribuição do calor. Não obstante, essa distinção pode não ser essencial, uma vez que a função real e a função pretendida das vasilhas cerâmicas podem resultar em uma função secundária, como observado em recipientes destinados a fins rituais (Skibo, 2015).

- **Tratamento plástico ou decoração plástica** - refere-se às alterações no relevo e na textura da superfície do objeto cerâmico. Consulte a imagem 36 para mais detalhes.



Imagem 36: Decoração plástica (Fonte: Acervo da autora, 2024).

- Tratamento de superfície ou decoração pintada - refere-se as alterações na superfície dos objetos cerâmicos através da aplicação de pigmentos, em muitos casos com mais de uma tonalidade, ou com técnicas de pintura que envolve desenhos ou banho de superfície pela imersão da vasilha.

Em muitos estudos, o engobo vermelho ou branco é considerado um tipo banho aplicado à superfície com uma camada de tinta, sendo classificado como tratamento de superfície e, por isso, frequentemente não é identificado como decoração. No entanto, em nosso estudo, optamos por classificá-lo como decoração pintada. Consulte a imagem 37 para mais detalhes.

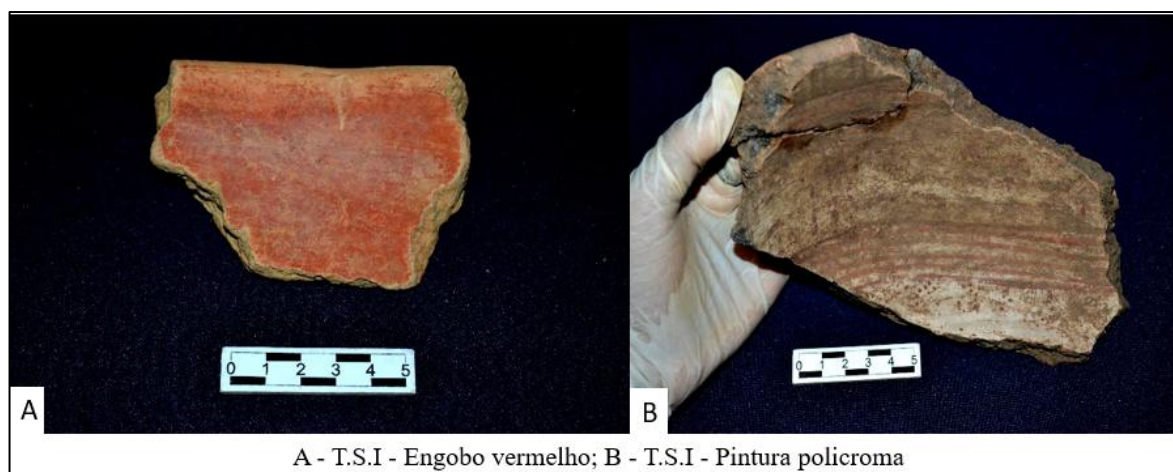


Imagem 37: Decoração pintada (Fonte: Acervo da autora, 2024).

Neste estudo, realizamos uma análise detalhada dos elementos decorativos para identificar os estilos de decoração e entender como estes estavam distribuídos nas morfologias e formas dos objetos decorados (ver imagem 38). O objetivo foi obter indícios que permitissem inferir vivências cotidianas e ritualísticas, com base nas evidências das vasilhas a partir da função real ou secundária. Esse processo resultou na elaboração de um protocolo extenso e

minucioso, que será apresentado nos apêndices, enquanto a variedade dos estilos será apresentada nos resultados.

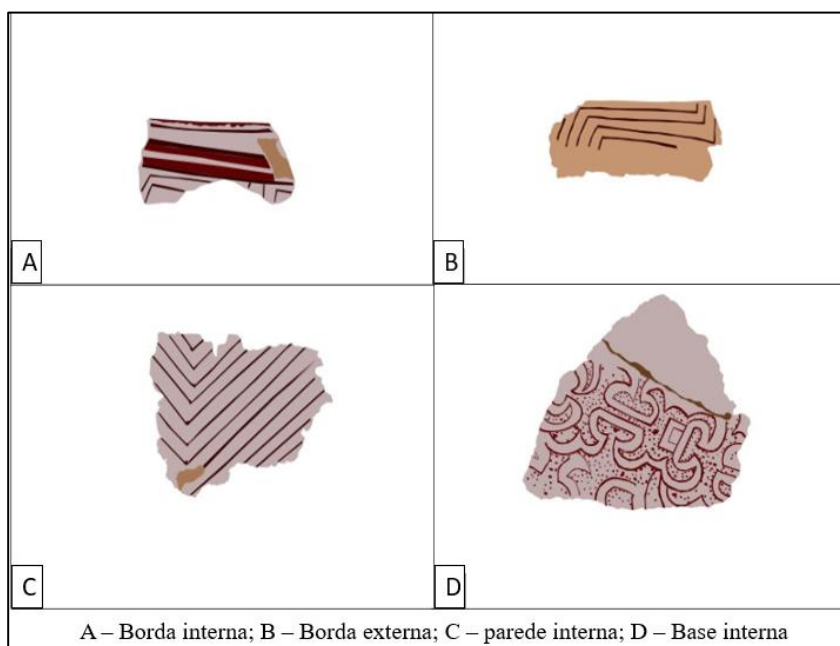


Imagem 38: Estilos decorativos dispostos conforme a morfologia das vasilhas
(Fonte: Acervo da autora, 2024).

c) Morfologia – Consiste na análise das características físicas de artefatos, como cerâmicas, líticos e outros vestígios materiais, permitindo sua classificação com base em forma, dimensões e padrões estruturais. No caso das cerâmicas, envolve a identificação de elementos como bordas, bojos, parede, pescoço, bases, lábios, tampa, apliques e outros, contribuindo para a reconstrução funcional, tecnológica e estilística dos recipientes, além de fornecer informações sobre as práticas culturais das sociedades que os produziram. A saber:

Borda: penúltima etapa no acabamento de uma vasilha, podendo apresentar diversas formas classificatórias. Entre as mais comuns no conjunto estudado, destacam-se: borda reforçada externamente, borda direta, borda expandida, borda extrovertida, borda cambada, borda reforçada internamente, borda contraída e borda introvertida (Rice, 1987; Shepard, 1956). **Bojo:** Fragmentos com curvatura que permitem associação a diferentes formas, como carenado, escalonado, globular, cambado, piriforme, cônico, cilíndrico e acinturado; **Parede:** Fragmentos com quebras retas, sem indicação clara de formato do bojo (Rice, 1987; Shepard, 1956); **Pescoço:** Região entre a borda e o bojo, presente em algumas vasilhas de forma identificável (Rice, 1987; Shepard, 1956); **Base:** Primeira etapa da modelagem, podendo apresentar formas como plana, côncava, convexa, cônica, em pedestal, peduncular ou outras (Rice, 1987; Shepard, 1956); **Lábio:** Etapa final do acabamento de uma vasilha, com variações importantes para

classificação, como arredondado, apontado, plano, biselado, serrilhado, entalhado, acanalado e flange labial (Rice, 1987; Shepard, 1956); **Tampa:** Opérculo utilizado para fechar a abertura da vasilha, podendo ser de cerâmica, metal ou madeira. Além da função prática de proteção do conteúdo, pode ter valor simbólico ou decorativo, refletindo as técnicas e a cultura dos povos que o produziram (Hodder, 1992; Bourdieu, 1997); **Appliques:** Elementos adicionados aos recipientes, com funções decorativas ou utilitárias. Os mais comuns incluem alça, asa, cabo e formas zoomórficas, antropomórficas e flanges. Esses elementos aprimoram a funcionalidade ou o design do objeto, refletindo escolhas estéticas e necessidades práticas das sociedades que os produziram (Rice, 1987; Shepard, 1956).

Por conseguinte, essas são as morfologias mais conhecidas e classificadas na arqueologia tupi; no entanto, em diferentes contextos e entre outros povos, podem surgir variações morfológicas, assim como estilos podem ser adicionados ou reinterpretados.

Conferir alguns exemplos na imagem 39 a seguir. Para este estudo específico, foi elaborado um protocolo de caracterização dos atributos analisáveis para artefatos cerâmicos que será detalhado nos anexos (3).

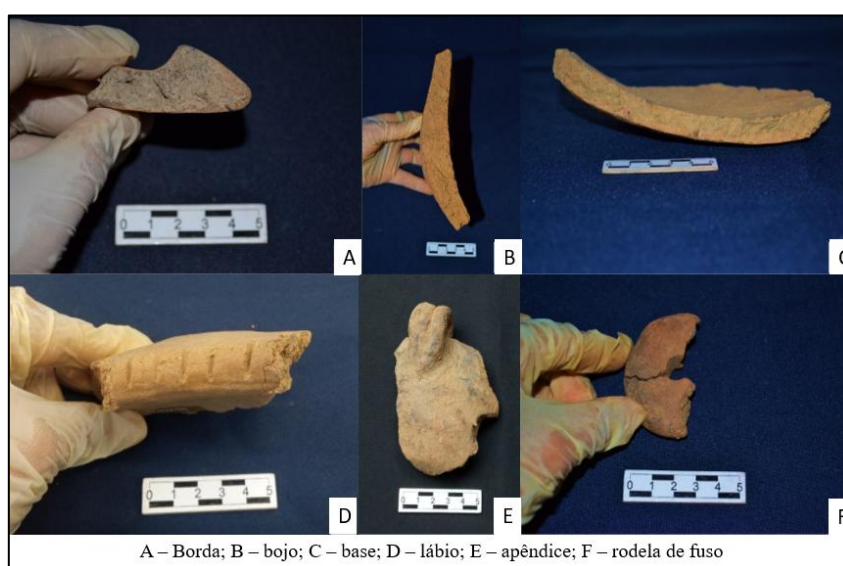


Imagem 39: Alguns tipos de objetos identificados no acervo (Fonte: Costa, 2024).

d) Tipos de queima - A queima é o processo físico-químico responsável por transformar a argila em cerâmica, conferindo-lhe características como dureza, porosidade e coloração Rye (1981) e Rice (1987) destacam que as condições de queima, como temperatura e atmosfera, influenciam diretamente essas propriedades, sendo cruciais para a análise de vestígios arqueológicos. Shepard (1956) também ressalta a importância da queima para a

compreensão das técnicas utilizadas por sociedades antigas. Em uma análise arqueológica, é possível identificar diferentes tipos de queima, conforme ilustrado na imagem do Quadro três (3).

Oxidante ou completa: numa atmosfera oxidante uma quantidade de oxigênio superior é necessária para a combustão, permitindo que a matéria orgânica que se encontra na argila seja completamente queimada, resultando numa coloração clara, geralmente alaranjada ou avermelhada;	
Redutora ou incompleta: a queima redutora é resultante de uma queima com baixa temperatura ou tempo insuficiente para que a matéria orgânica presente na argila fosse eliminada, resultando em uma queima escura, sem núcleo de tonalidade.	
Núcleo: queima tipo sanduíche, com núcleo escuro e interior e exterior com cores claras.	
Oxidante externa com redutora interna – quando a face externa foi oxidada, do centro da peça para a face interna foi reduzida (cores escuras)	
Oxidante interna com redutora externa – quando a face interna foi oxidada (cores claras) e do centro para a face externa foi reduzida (cores escuras)	

Quadro 3: Tipos de queima (Fonte: Elaborado pela autora, com base em Rye, 1981).

Neste estudo específico, optamos por focar apenas nos processos de queima oxidante/completa para peças de cor clara e de queima redutora/incompleta para aquelas de cor escura, uma vez que esses processos são predominantes em sítios relacionados aos povos Tupi. Exemplos etnográficos e fontes etnohistóricas indicam a recorrência do uso de fogueiras abertas na produção de cerâmica por povos tupi, como observado por Scatamacchia (1990), o que muitas vezes resulta na prevalência da queima incompleta. Consulte a imagem 40 para mais detalhes.



Imagem 40: Tipos de queima (Fonte: Acervo da autora, 2024).

Entretanto, é importante considerar que a queima aberta pode resultar em uma mistura de queima completa e incompleta em uma mesma vasilha, devido à variação na intensidade da temperatura e no contato com o fogo, conforme aponta Amaral (2015).

e) Antiplástico ou aditivo refere-se a qualquer material, de origem animal, mineral ou vegetal, que é adicionado à argila, seja de forma intencional ou natural. Em contextos arqueológicos, alguns desses materiais podem ser identificados a olho nu, enquanto outros exigem o uso de uma lupa binocular para sua observação. A presença, o tipo e a granulometria desses aditivos variam conforme o contexto cultural e o grupo que produziu os objetos cerâmicos, refletindo diferentes técnicas de manufatura e adaptações ambientais (Rye, 1981; Rice, 1987). Exemplos incluem: Animal – cauixi; Mineral – quartzo, mica, feldspato, hematita, caco moído, bolo de argila; vegetal – cariapé, carvão, cinzas.

No âmbito desta pesquisa, foram identificados os seguintes antiplásticos: quartzo, feldspato, limonita/hematita, bolo de argila, caco moído, carvão, e cinzas, conforme dispostos na imagem 41.

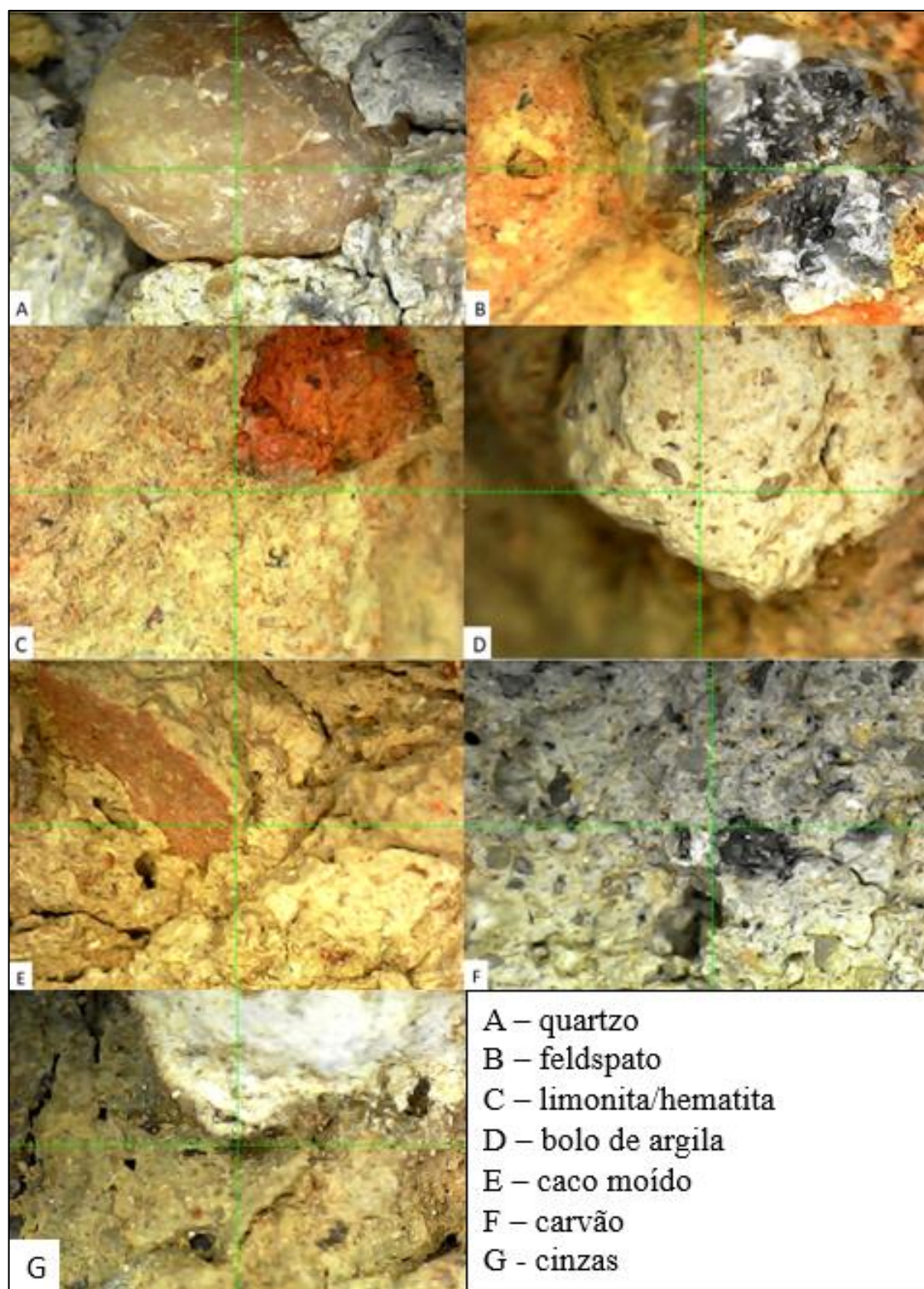


Imagem 41: Antiplásticos com zoom de 50 a 1600 x Fonte: Acervo da autora

A análise dos antiplásticos presentes nas cerâmicas permite compreender as técnicas de fabricação utilizadas pelos povos ancestrais, fornecendo informações valiosas sobre o processo de produção, desde a escolha e coleta da matéria-prima, até a preparação dos materiais e as práticas de queima. Esses dados possibilitam inferir aspectos do comportamento cultural e

como esses refletem nas manifestações arqueológicas, (Schiffer, 1972). A identificação desses materiais específicos pode oferecer pistas importantes sobre a origem cultural dos artefatos, permitindo associá-los a determinados povos ou períodos históricos.

Os antiplásticos também refletem a adaptação dos povos ao ambiente natural, presença de recursos hídricos para a coleta de matéria prima, já que os materiais usados geralmente eram obtidos localmente. A presença de antiplásticos não locais pode indicar interações e trocas entre diferentes grupos, andanças, contribuindo para o entendimento das redes de comércio e comunicação na antiguidade. Além disso, o estudo dos antiplásticos é fundamental para a conservação e preservação das cerâmicas arqueológicas. Em síntese, o estudo dos antiplásticos oferece uma visão essencial das práticas culturais, tecnológicas e ambientais das sociedades que produziram a cerâmica, ajudando a construir uma compreensão mais completa do passado (Rice, 1987; 2015; Shepard, 1956; Orton, Tyers, & Vince, 2008).

Portanto, em nosso estudo, a análise dos antiplásticos foi fundamental para compreendermos sua distribuição nas formas e funções da materialidade, permitindo associar esses dados à compreensão das vivências humanas e não humanas na Chapada do Araripe. Como destacado por Skibo (2015), a noção de função adotada aqui vai além do aspecto utilitário (função tecnológica), englobando também as funções sociais e simbólicas.

f) Marcas de produção e marcas de uso - As marcas de produção referem-se a alterações visíveis após a queima da argila, que podem incluir impressões digitais, marcas de cestaria ou folhas usadas como suporte, marcas de unha, manchas causadas por queima com controle inadequado de oxigênio, “fireclouds”, (Shepard, 1971: 76; Rye, 1981; Skibo, 1992, 2015), furos para apliques, etc.

As marcas de uso referem-se às alterações que ocorrem devido ao uso ou desuso de um recipiente. Segundo Skibo (1992; 2015), essas marcas podem ser analisadas a partir de evidências como a carbonização interna de alimentos e a deposição externa de fuligem resultante da fumaça durante o cozimento. Além disso, o atrito da superfície da cerâmica é a remoção ou deformação da cerâmica que ocorre ao longo da história de vida de um vaso e, portanto, gerado por uma variedade de processos relacionados ao uso e ao desuso também contribui para essas marcas. Esse atrito pode ocorrer durante atividades como cozimento, limpeza, armazenamento de líquidos e outras atividades, à medida que o recipiente é utilizado para sua função principal (Skibo, 2015).

De acordo com Skibo (2015), o atrito é um indicador importante para compreender a história de vida de uma vasilha cerâmica. Além de revelar seu uso em sua função original, o

atrimento pode também indicar se a vasilha foi reutilizada para outras finalidades ou até mesmo reciclada. Além disso, o atrimento pode ser utilizado para inferir a história de vida pós-deposicional de um objeto cerâmico, já que fatores como vento, água e bioturbações também podem impactar a superfície da cerâmica ao longo do tempo.

Consequentemente, para aprofundar as análises arqueológicas sobre a materialidade da área estudada, focamos nas marcas de uso, especialmente nas fuligens e atrimentos presentes nos objetos. Nosso objetivo foi examinar como essas evidências estavam dispostas e verificar se elas sustentavam nossa hipótese de pesquisa.

Não obstante, como apontado por Rye (1981, pp. 120-121); Skibo (2015), a carbonização em cerâmicas pode resultar de diferentes processos, como nuvens de fogo, manchas de uso e queima pós-deposicional, sendo essas diferenças facilmente identificáveis.

As manchas pós deposicional geralmente cobrem toda a superfície do objeto, enquanto as nuvens de fogo aparecem de forma aleatória. Por outro lado, a carbonização relacionada ao uso tende a se manifestar em manchas que se repetem de maneira consistente em cada tamanho e classe morfológica dos fragmentos.

(Hally, 1983. apud. Skibo, 2015), em um de seus experimentos, relatou que existem pelo menos três tipos de manchas de fuligem no exterior dos vasos. O primeiro tipo, caracterizado por uma fuligem preta, achatada e fofa, pode ser depositado em qualquer parte do recipiente que esteja exposta à fumaça ascendente, sendo acumulado imediatamente após o vaso ser colocado no fogo. Este tipo de fuligem é facilmente removido com uma simples lavagem da vasilha com água.

O segundo tipo de fuligem adere de forma mais permanente à superfície da cerâmica porque contém gotículas de resina que, ao se solidificarem em contato com superfícies mais frias, formam uma camada impermeável de fuligem, proporcionando maior durabilidade e resistência.

A terceira situação é a ausência de fuligem no exterior dos vasos, o que ocorre em temperaturas elevadas, próximas a 400 °C, devido ao processo de oxidação.

Inicialmente, como alertado por Skibo (2015), tivemos algumas reservas em basear nossa metodologia em fragmentos cerâmicos. No entanto, como bem ressaltado pelo autor, mesmo na ausência de vasilhas inteiras, não devemos negligenciar a oportunidade de estudar os fragmentos, desde que estes apresentem certa recorrência.

Como estamos trabalhando com amostras de oito sítios arqueológicos, selecionamos fragmentos com diferentes morfologias (borda, bojo e base) para permitir inferências

comparativas. No total, foram contabilizados mais de 20.000 artefatos cerâmicos nesses locais, o que representa um volume significativo de material que não pode ser negligenciado em nenhum tipo de estudo.

Nosso foco, entretanto, é qualitativo, não quantitativo. A partir da análise do conjunto de mais de 20.000 fragmentos, desenvolvemos protocolos de análise de componentes específicos. Neste tópico, damos ênfase a presença e ausência na distribuição das manchas de fuligem, realizando uma análise detalhada dessa distribuição nos diferentes fragmentos cerâmicos.

Utilizamos a fotografia como tratamento de imagem por computação gráfica para realçar texturas e detalhes, permitindo inferências sobre as marcas presentes na superfície das cerâmicas. Além disso, examinamos as propriedades e superfícies com o auxílio de um microscópio digital USB cam. 2.0 MP, VD3035s / 50x a 1600x (ver imagens 42, 43 e 44), complementando a análise das propriedades tecnológicas e morfológicas (técnica de manufatura e formas dos objetos).

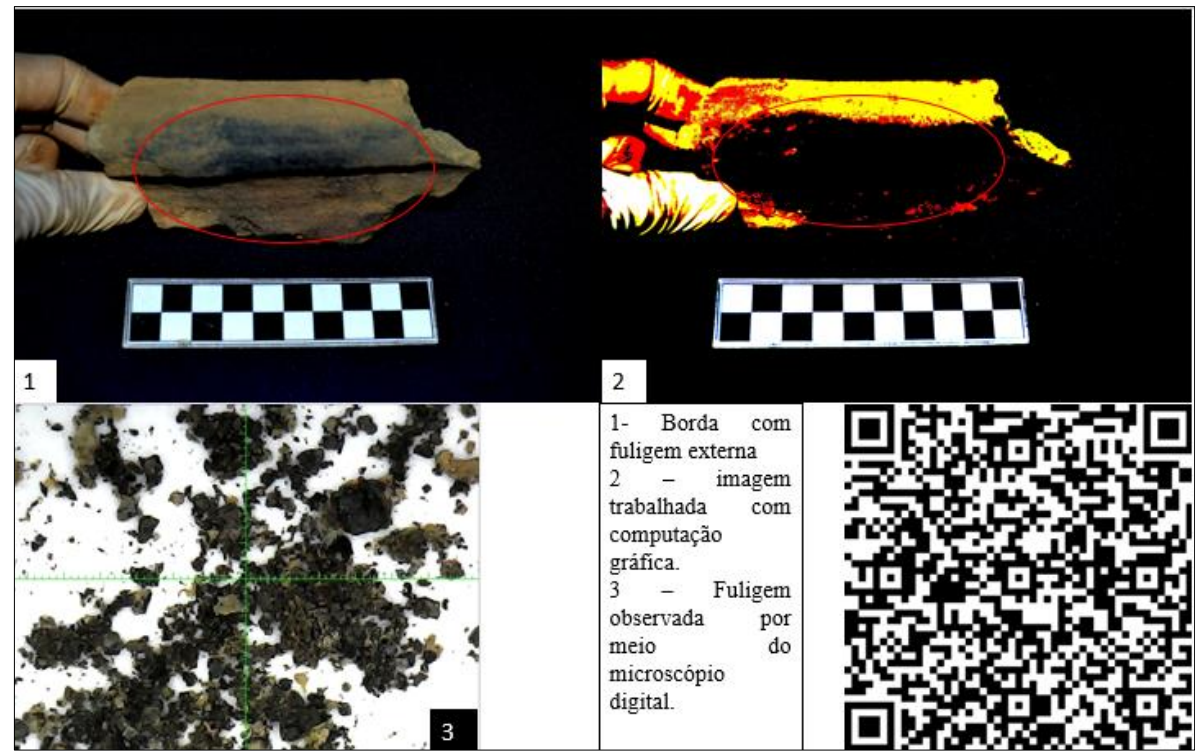


Imagem 42: Análise de componentes das manchas de fuligem na morfologia da borda (Fonte: elaborado pela autora, 2024).

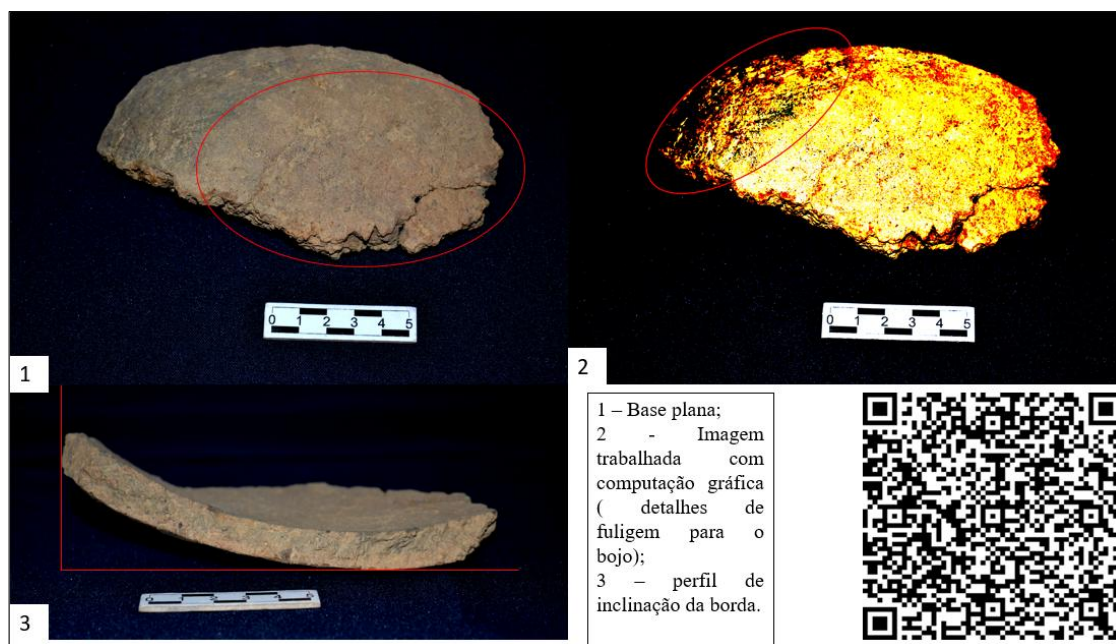


Imagem 43: Analise de componentes das manchas de fuligem na morfologia da base (Fonte: Elaborado pela, 2024).

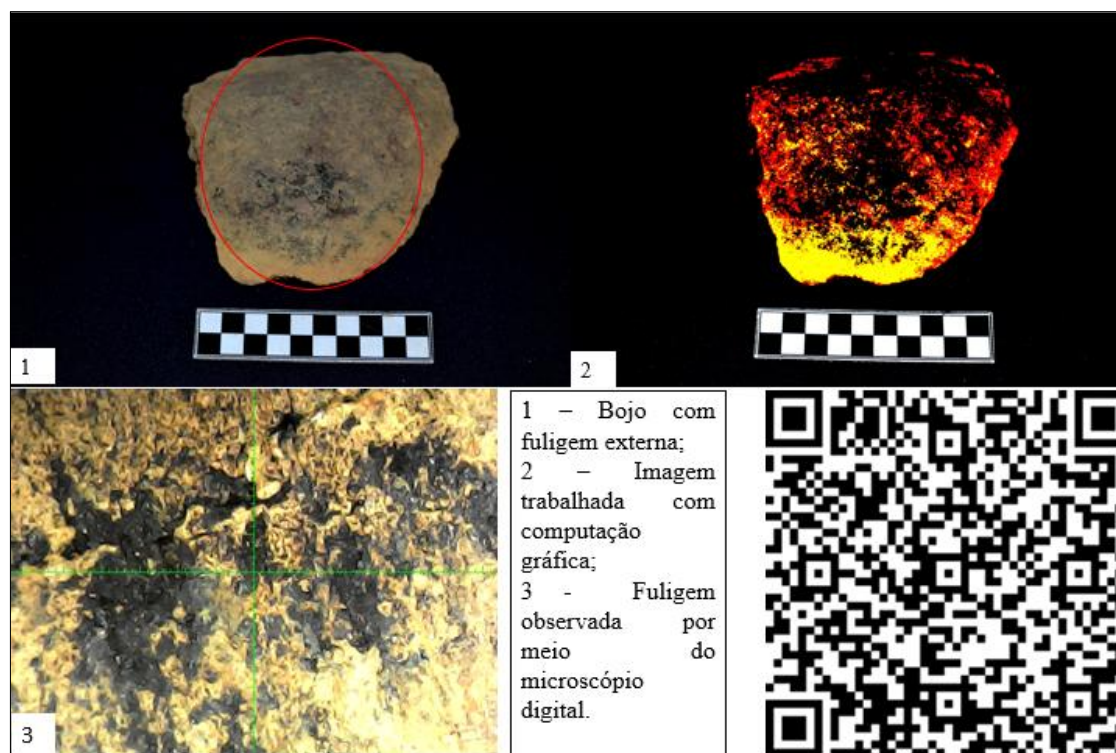


Imagem 44: Analise da ausência de das manchas de fuligem na morfologia da base (Fonte: Elaborado pela autora, 2024).

Ao examinarmos as imagens, observamos a distribuição das manchas na morfologia dos vasilhames cerâmicos e procuramos identificar os tipos de manchas presentes nos dados

levantados, que estarão expostos no capítulo dos resultados. As demais descrições técnicas dos fragmentos podem ser acessadas através do QR code disponível junto às imagens.

Além disso, utilizamos a reconstituição hipotética por meio do desenho de perfil de borda, um método amplamente empregado na arqueologia ao longo dos anos. Embora esse método não ofereça a mesma precisão que o estudo direto de uma vasilha, ele ainda permite inferências sobre modelos e hipóteses dos objetos analisados.

Neste caso específico, realizamos uma reconstituição hipotética em 3D utilizando o software AutoCAD, o que nos permitiu determinar com maior exatidão o tamanho e o volume, que podem ser essenciais para a inferências das características de performance, funções pretendidas e funções secundárias (ver imagem 45).

Para isso, é necessário determinar o diâmetro de boca das vasilhas, bem como os ângulos de inclinação a partir dos fragmentos de borda com tendência circular, já que fragmentos com ângulos retos não se adequam a esse processo. Isso pode ser feito com o auxílio de um ábaco ou por meio dos círculos concêntricos obtidos a partir do raio da circunferência Brochado e Monticelli (1994).

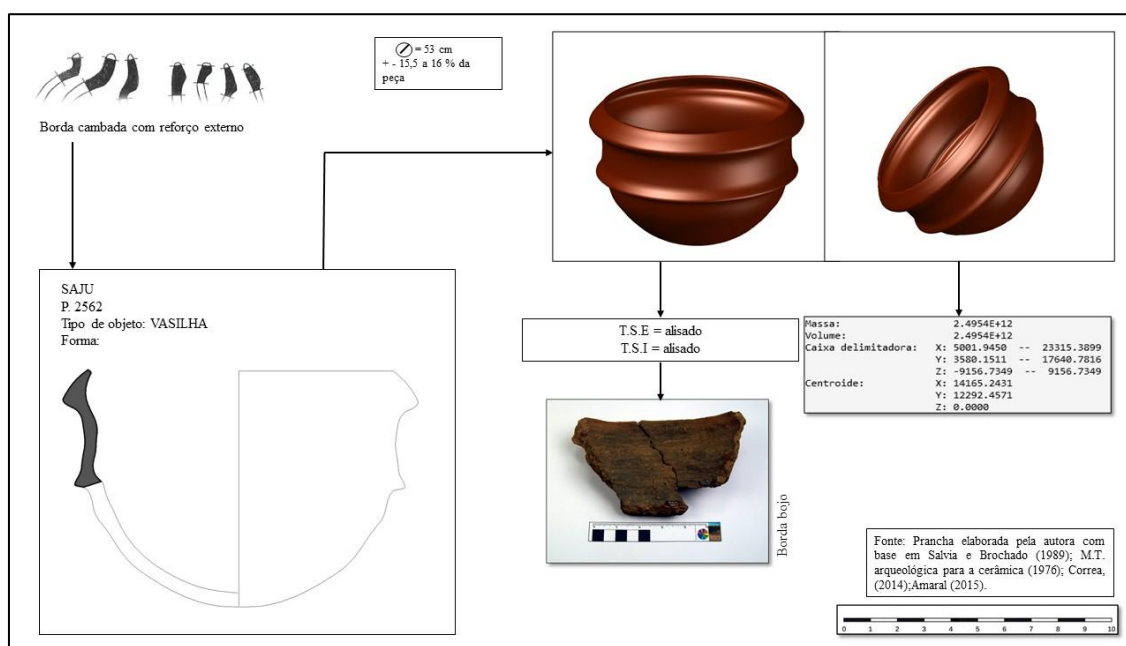


Imagem 45: Reconstituição hipotética em 3D utilizando o software AutoCAD (Fonte: Costa, 2019).

Por conseguinte, mesmo com a coleta de dados e a elaboração de protocolos, é crucial considerar o contexto e as pesquisas prévias realizadas na região e em seu entorno. Isso nos permitiu avaliar como esses dados podem contribuir para modelos comparativos e entender como a materialidade se dispersa. Como alertado por Albuquerque (2008), Amaral (2015) e

Corrêa (2014), uma das características da cerâmica tupi é a sua diversidade de formas, o que pode dificultar uma reconstituição precisa.

Ressaltamos que, embora o protocolo adotado permita identificar algumas formas e reconstituir certos objetos, ele não se concentra na quantidade, mas sim na qualidade. O foco é observar a variabilidade que possa ser correlacionada entre os sítios, com base nos estilos decorativos e nas marcas de fuligem mencionadas anteriormente, que serão as responsáveis por inferir vivências cotidianas e ritualistas na Chapada do Araripe.

Essas formas e decoração mostram semelhanças com as cerâmicas dos Tupiguarani estudadas por Brochado (1977, 1984); Brochado e Monticelli (1994), Brochado et al. (1990), La Salvia e Brochado (1989), Scatamacchia (1981, 199, 2004), Albuquerque (1991, 2008), Amaral (2015), que recorrendo a associação com a linguística e não com a classificação arqueológica baseada em tradições, faz-se uma associação direta com os povos tupinambás, Corrêa (2014).

Com base nos atributos tecnológicos e morfológicos explícitos, a materialidade foi analisada considerando o contexto e a temporalidade em que os fragmentos foram coletados. Esse contexto se refere à paisagem da Chapada do Araripe, especificamente à porção leste no estado do Piauí, abrangendo oito sítios arqueológicos distribuídos ao longo de mais de 10 km, no município de Caldeirão Grande do Piauí.

Essa extensão foi determinada em linha reta por meio de análises contemporâneas com o auxílio de GPS. No entanto, essa medição pode diferir das distâncias físicas percorridas pelos povos que habitaram a região na época, uma vez que o deslocamento no terreno poderia ser influenciado por uma série de obstáculos, como áreas mais íngremes, vegetação densa e corpos d'água que exigiam desvios no trajeto.

CAPÍTULO 6

CAMINHANDO E ACAMPANDO – VIVÊNCIAS TUPÍ NA CHAPADA DO ARARIPE - UMA TRAJETORIA COTIDIANA E RITUALÍSTICA

Este capítulo dedica-se a problematizar e direcionar os dados obtidos a partir de nossas inferências teóricas/metodológicas durante o processo investigativo. Aborda assuntos como: a compreensão de como uma unidade de paisagem passa a ser e, precisa ser considerada um artefato arqueológico; a importância de estudar a fragmentação de um artefato arqueológico com base em suas marcas locais, regionais e contextuais; e como a materialidade e seus atributos tecnológicos complementam as informações anteriores, nos permitindo inferir as vivências na área de estudo. O foco principal é mapear as vivências cotidianas e ritualísticas dos povos Tupi na porção piauiense da Chapada do Araripe.

6. 1 A Chapada do Araripe como artefato arqueológico

Artefatos são objetos criados, modificados ou utilizados pelos seres humanos para atender a uma função específica ou, em alguns casos, para questionar ou desconstruir determinados propósitos. Na arqueologia, um artefato arqueológico compreende objetos materiais moveis, assim como patrimônios imateriais possíveis de correlação com dinâmicas sociais, a exemplo dos ofícios e modos de fazer. Além disso, engloba paisagens, estruturas, lugares e vestígios produzidos ou alterados por seres humanos e não humanos, que atuam como agentes ativos e muitas vezes estabelecem conexões com um passado remoto (Binford, 1983; Schiffer, 1987; Hodder, 1982; 1987; Brasil, 1988).

Como mencionado anteriormente, para entender como uma unidade de paisagem como a Chapada do Araripe se enquadra na categoria de artefato arqueológico, consideramos as nuances dos processos de transformação ocorridos na área como mediadores da longa jornada da vida, tanto humana quanto não humana. Isso significa que a paisagem em si, com suas características geográficas e ecológicas, é analisada como um produto da interação entre seres humanos e o ambiente ao longo do tempo.

A paisagem não é estática; ela passou e passa por transformações devido a fatores naturais e à atividade humana. Esses processos de transformação refletem as "jornadas" tanto da vida humana quanto (plantas, animais, etc.) pelo território da Chapada do Araripe, ou além deste.

Tanto as áreas de depressão sertaneja (as partes mais baixas) quanto o topo da chapada (as áreas elevadas) são testemunhas das atividades humanas ao longo do espaço/tempo. Elas preservam vestígios e sinais das vivências e interações humanas com o ambiente.

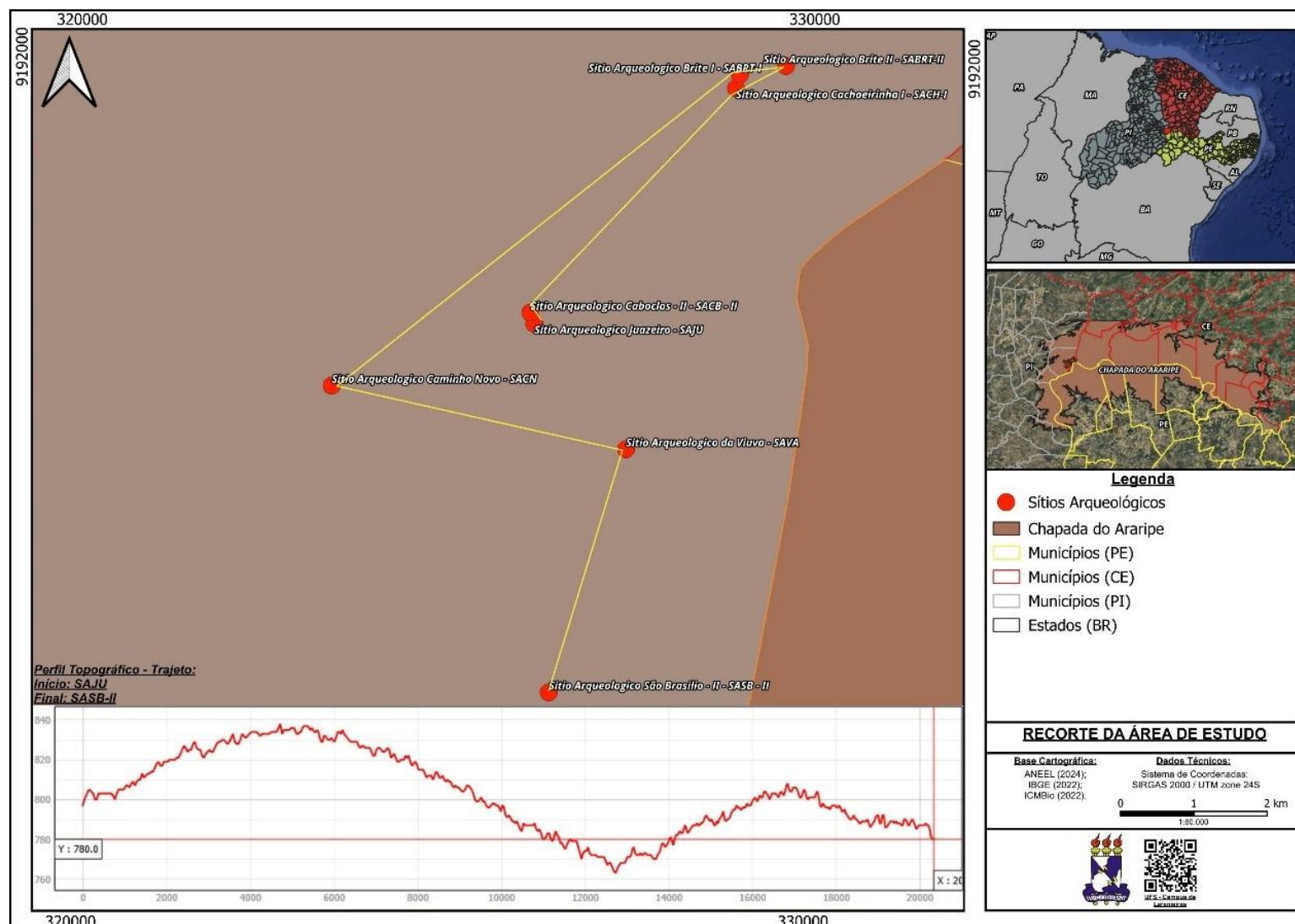
Considerar a Chapada do Araripe como um artefato arqueológico exigiu uma análise detalhada de como os humanos exploraram e modificaram esse espaço ao longo dos séculos. Isso envolve estudar o uso da terra, as construções realizadas e as marcas, físicas ou culturais, deixadas na paisagem, revelando a extensa história das interações humanas com o ambiente.

Com base nos atributos destacados no capítulo 5 dedicado aos procedimentos metodológicos, os aspectos físicos, naturais, culturais, arqueológicos, históricos, sensíveis e os saberes locais atuaram como elementos fundamentais na gestão, transformação e preservação do artefato, estabelecendo conexões essenciais entre suas diversas dimensões.

Ao focarmos nossa área de estudo em uma escala mais detalhada, aprofundamos a investigação sobre as formas de ocupação Tupi na porção oeste da Chapada do Araripe, abrangendo o leste do município de Caldeirão Grande do Piauí e suas fronteiras com Salitre (CE) e Araripina (PE).

Isso foi possível ao analisarmos a interconexão entre os sítios arqueológicos e a comparação com a materialidade, em concomitância com as pesquisas arqueológicas anteriores realizadas na Chapada do Araripe.

O estudo resultou no mapeamento de oito sítios arqueológicos (Sítio Arqueológico Juazeiro, Caboclos II, Cachoeirinha I, Brite II, Brite I, Caminho Novo, São Basílio II e Viúva), utilizando três critérios estratégicos: período cronológico, temporalidade e distância altimétrica (hipsometria), escolhidos para facilitar a visualização da inclinação topográfica entre os sítios analisados, identificada nos pontos x e y (conforme observado no mapa 16).



Mapa 16: Mapeamento dos sítios arqueológicos com perfil topográfico (Fonte: Elaborado por Lucas, 2024).

Ao considerar a topografia e a distância, é possível inferir estratégias para a vida e a organização das populações indígenas. Essas estratégias incluem o uso de recursos naturais, práticas de subsistência, defesa e proteção, espaços rituais e culturais, organização espacial, andanças e acampamento, além de adaptação e sustentabilidade (Diegues, 2008; Meggers & Evans, 1996).

O relevo exerce um papel fundamental na disponibilidade e distribuição de recursos naturais, como água, combustível, plantas medicinais e alimentos. Regiões de terreno acidentado podem oferecer proteção natural e acesso a fontes de água, enquanto áreas planas são mais adequadas para a agricultura (Diamond, 1997; Carneiro, 1970).

Além disso, o relevo oferece estratégias defensivas. Locais elevados, como montanhas e colinas, podem servir como refúgios, dificultando o acesso de invasores e proporcionando maior segurança para as comunidades. Elementos geográficos como montanhas, rios e vales também têm importância espiritual e cultural para muitas populações indígenas, funcionando como espaços rituais e sagrados (Eliade, 1964; Viveiros de Castro, 1992).

A organização espacial das comunidades indígenas é influenciada pelo relevo, adaptando-se às características da paisagem para otimizar estratégias de subsistência, defesa e mobilidade. As aldeias são estrategicamente localizadas perto de fontes de água, terras férteis e rotas de expansão, garantindo acesso a recursos essenciais e facilitando a interação comercial e cultural entre diferentes povos (Heckenberger, 2005). A proximidade entre assentamentos e recursos naturais molda a mobilidade e as interações sociais, permitindo o desenvolvimento de redes de comércio e alianças.

As populações indígenas detêm um profundo conhecimento sobre como adaptar suas práticas ao ambiente, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e minimizando os impactos ambientais, garantindo, assim, sua sobrevivência a longo prazo (Posey, 1985). Por conseguinte, apesar desse domínio, fatores externos podem influenciar suas estratégias de sobrevivência. Isso provavelmente ocorreu com os habitantes da área de estudo, especialmente a partir da chegada dos colonizadores entre os séculos XVI e XVIII, que introduziram novas pressões e desafios.

A cronologia³⁶ e a temporalidade³⁷ nesse contexto foram fundamentais para contextualizar as mudanças e continuidades nas práticas e na organização das populações

³⁶ Cronologia refere-se à organização linear e sequencial dos eventos no tempo. Ela estabelece datas, períodos e ordens de ocorrência, permitindo a criação de marcos temporais objetivos, como séculos, eras ou períodos arqueológicos. (Gilson e Lessa, 2020; Bueno, et.al. 2023).

³⁷ Temporalidade envolve a percepção e a experiência do tempo, que pode variar conforme as culturas, sociedades ou contextos. Ao contrário da cronologia, que é objetiva e padronizada, a temporalidade leva em consideração

indígenas, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das transformações socioculturais na longa duração e de suas relações com o ambiente.

Ainda que a cronologia desses sítios tenha sido estimada por meio de datações absolutas³⁸ em alguns fragmentos cerâmicos, é possível que as evidências de ocupação sejam mais antigas do que essas datações indicam. Isso nos leva a considerar as áreas intra-sítios como zonas de transição, espaços de vivências dinâmicas que se entrelaçam com diferentes temporalidades.

A porção oeste da Chapada do Araripe se estende além de Caldeirão Grande do Piauí, alcançando também os municípios de Salitre (CE) e Araripina (PE). As pesquisas arqueológicas em Araripina, iniciadas na década de 1980, identificaram mais de 20 sítios arqueológicos, destacando os mais estudados e divulgados. A materialidade e os padrões de assentamento encontrados estão relacionados aos povos Tupi, associados à tradição arqueológica Tupiguarani, que se expandiu entre a depressão sertaneja e o topo da chapada (Albuquerque, 1991; Senna, 2007; Amaral, 2015).

No Ceará, de acordo com Machado (2010), as pesquisas no Cariri começaram em 2005, com evidências de materialidade típica dos povos Tupi encontradas no município de Mauriti, no contexto da arqueologia preventiva. Essas descobertas impulsionaram pesquisas acadêmicas, estabelecendo correlações com os sítios de Araripina, especialmente Aldeia do Capim e Aldeia do Baião, que são os mais explorados em contextos de arqueologia acadêmica. Mauriti, porém, está a cerca de mais de 220 quilômetros dos sítios mencionados e fora da malha topográfica da APA da Chapada do Araripe a qual utilizamos como recorte e referência.

Dessa forma, delimitamos Salitre como referência política e geográfica cearense, pela proximidade territorial. Localizado na porção oeste da Chapada do Araripe, a região foi historicamente habitada por várias etnias indígenas, como os Kariri, que viviam na área antes da chegada das bandeiras ao interior do Brasil durante o século XVII. Os povos indígenas Kariri, são filiados aos tronco linguístico Macro-Jê. Isso ilustra que a área da Chapada do Araripe era amplamente habitada por diversos povos indígenas. A ampla presença desses povos ressalta a relevância da Chapada como um espaço de vivência, mobilidade e troca cultural ao longo do tempo.

ritmos, ciclos e a relação subjetiva das pessoas com o tempo. Por exemplo: "Para alguns povos indígenas, o tempo é visto como cíclico e interconectado." (Dino; Pankararu; Furtado, 2023).

³⁸ Em arqueologia as datações absolutas mais usadas são datações radiocarbônicas (métodos do carbono 14), Termoluminescência (TL), Luminescência Opticamente Estimada (LOE) e Urânio/Tório (Ur/Th). Em nossa pesquisa a cronologia foi estimulada com a Luminescência Opticamente estimulada (LOE) em amostras de fragmentos cerâmicos

A presença de vestígios desses povos destaca a Chapada como um espaço de vivência, mobilidade e intercâmbio cultural ao longo do tempo. Ao analisar esse cenário, identificamos contextos específicos que, a partir de agora, denominamos lugares persistentes. Esses lugares, habitados ou utilizados por seres humanos em determinados períodos, preservam vestígios dessas temporalidades e, ao mesmo tempo, podem estar conectados a outros espaços que compartilham relações culturais semelhantes.

Logo a materialidade desses lugares torna-se uma materialidade consistente, oferecendo um conjunto de evidências, que apresentam características coesas e recorrentes, que sustentam uma história de longa duração para os povos tupi no semiárido nordestino.

Essa materialidade mantém sua integridade e seus principais atributos ao longo do tempo, possibilitando a identificação de conexões entre diferentes lugares, períodos e culturas. A partir desse ponto, serão apresentadas as relações de deslocamento e interação entre esses lugares persistentes.

6.2 Cenário 1 – ato 4- Lugar persistente 1 - SAJU

Em meio a um cenário de roçado cercado por arame farpado, os arqueólogos identificaram vestígios de ocupações anteriores ao uso atual da terra.

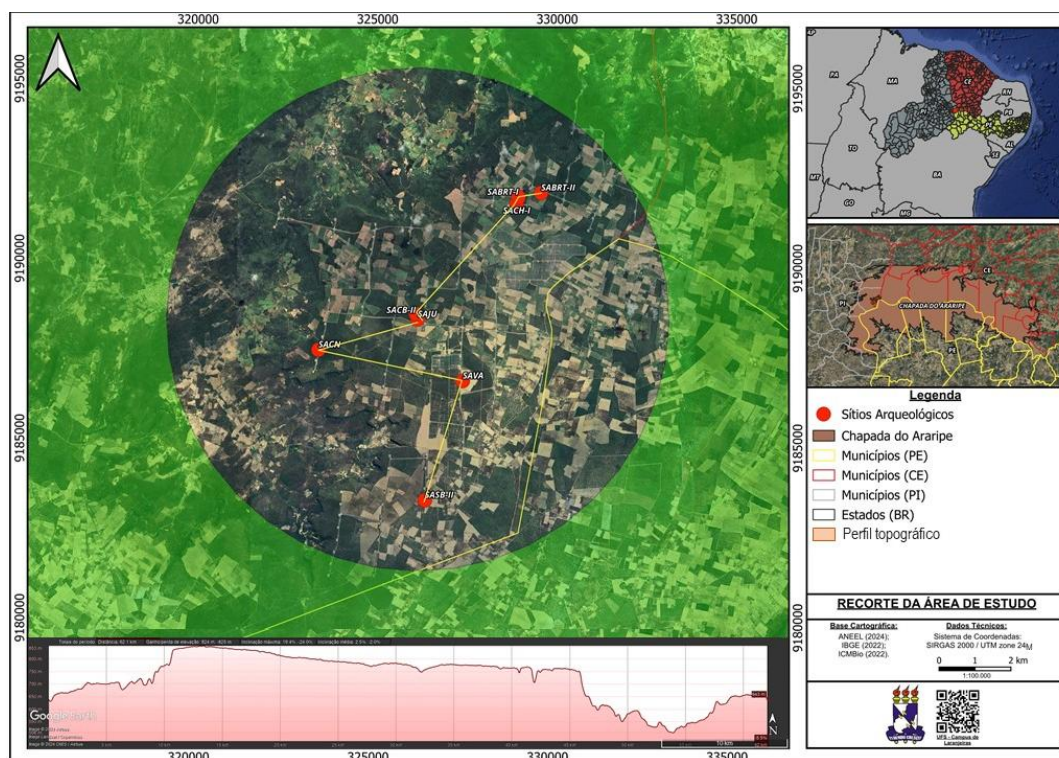
Inicialmente, foram empregados métodos topográficos e de sensoriamento remoto, os quais resultaram em coordenadas geográficas utilizadas para delimitar a área total do sítio. Essas coordenadas possibilitaram a construção de uma radiação de 360 graus, abrangendo os pontos cardeais e colaterais, com uma distância média de 10 quilômetros a partir do enquadramento visual³⁹, facilitando a visualização e análise dos trajetos e experiências em direção aos oito lugares persistentes.

Conjuntamente com as informações topográficas, foram associados os dados cronológicos ao qual foram estimadas uma cronologia de aproximadamente 460 ± 50 anos AP para o Sítio Arqueológico Juazeiro, o que o caracteriza como o mais antigo entre os sítios estudados. Junto aos anexos uma tabela das cronologias para os sítios datados ficará disponível para consulta.

Essa seleção de dados topográficos e estimativas cronológicas sobre a materialidade teve como objetivo ampliar a compreensão das dinâmicas de ocupação, das experiências vividas e do processo de formação do registro arqueológico no contexto estudado.

³⁹ O enquadramento visual proposto pelo Google Earth realça todos os elementos que se encontram na sua linha de visão, a partir de um marcador de no mínimo 2 metros de altura.

O resultado é o enquadramento visual apresentado, que considera a circunferência da área abrangida pelo SAJU e o perfil topográfico da região, conforme ilustrado no mapa 17.



Mapa 17: Enquadramento visual e perfil topográfico da área de abrangência do SAJU em relação aos demais sítios arqueológicos (Fonte: Elaborado por Lucas, 2024, adaptado pela autora)

O contexto cultural apresentou características previamente identificadas em outros locais da Chapada do Araripe, associadas a povos Tupi. A materialidade inclui cerâmicas espessas, com bordas reforçadas externamente, superfície alisada e, em alguns casos, pintada com engobo vermelho e branco, além de traços de polimento em alguns fragmentos.

Os padrões decorativos mostram elementos geométricos clássicos da pintura policroma em tons de vermelho e preto, com engobo vermelho e branco. Também foram encontrados fragmentos com decorações plásticas, escovadas e corrugadas.

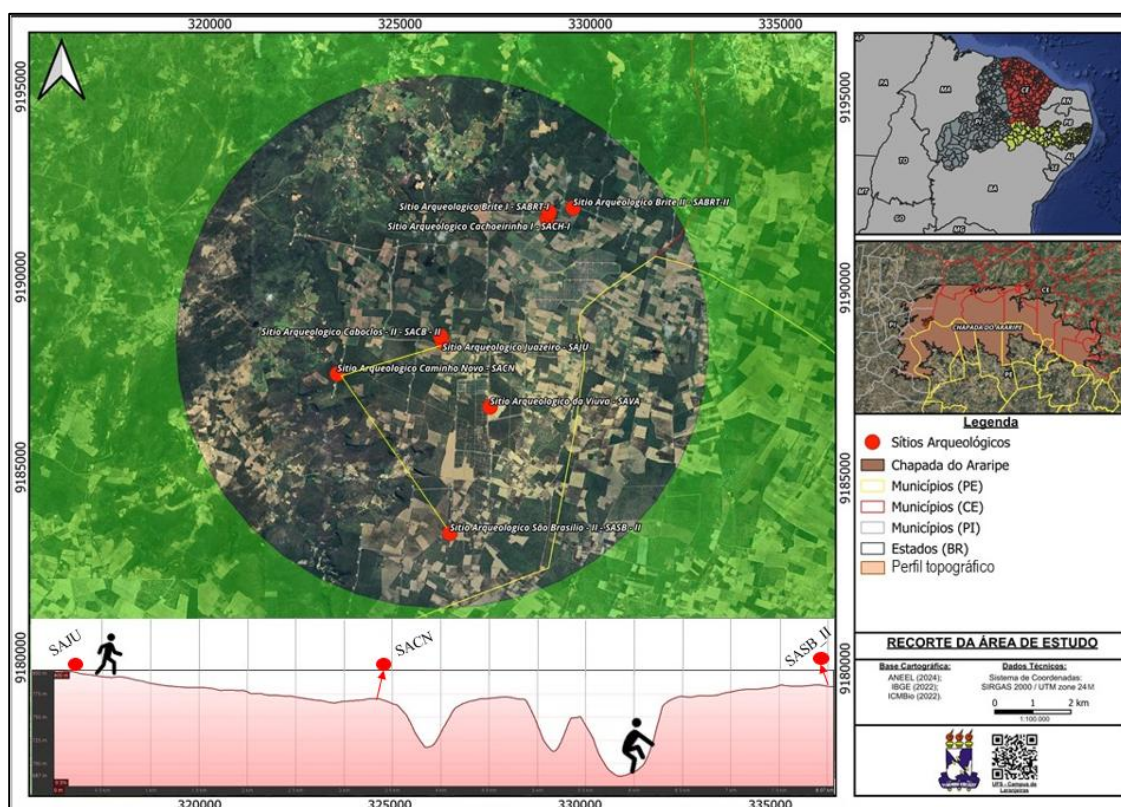
Além da produção cerâmica, há a presença de instrumentos líticos, confeccionados a partir de rochas sedimentares como quartzo, arenito, arenito silicificado e hematita (óxido de ferro). Esses instrumentos, apesar de pouco elaborados tecnicamente, apresentam vestígios de alisamento, especialmente em arenito, sugerindo seu uso no acabamento de superfícies cerâmicas. A hematita, por sua vez, provavelmente servia para produzir pigmentos vermelhos utilizados na pintura das cerâmicas, além de serem identificados como antiplásticos das mesmas.

6.3 Cenário 2 – ato 5 – Lugar persiste 2 – SACN

Saindo do SAJU em direção ao sudoeste, a aproximadamente 2,90 km em linha reta, com inclinação média de 0,6 e máxima de 4,7%, atingimos uma altimetria que varia entre 30 e 31 metros entre o SAJU e o Sítio Arqueológico Caminho Novo (SACN).

Contudo a ausência de grandes picos de elevação no percurso entre o SAJU e o SACN indica que não seriam necessários grandes esforços físicos para a locomoção entre essas áreas. Além disso, a datação cronológica do SACN é de aproximadamente 410 ± 40 anos AP.

No entanto, ao analisar a rota do SACN para o SASB-II, observa-se elevações significativas, apesar da altimetria entre ambos os pontos variar entre 10 e 15 metros em uma distância de 5,19 km, conforme ilustrado no mapa 18. Logo, o percurso é marcado por grandes picos altimétricos que resultariam em um esforço físico considerável, tornando a circulação humana direta entre essas áreas praticamente inviável devido às encostas íngremes.



Mapa 18: Áreas de andanças entre SAJU, SACN e SASB-II (Fonte: Elaborado por Lucas, 2024 adaptado pela autora).

O contexto cultural do sítio apresentou características já observadas em outras áreas da Chapada do Araripe, bem como refletem similaridades com os outros setes sítios arqueológicos incluído nesses estudos, associadas a povos Tupi.

A materialidade encontrada inclui cerâmicas espessas, com bordas reforçadas externamente, bordas diretas, extrovertidas, expandidas, superfícies alisadas e, em alguns casos, pintadas.

Os padrões decorativos das cerâmicas incluem elementos geométricos clássicos da pintura policroma, em tons de vermelho, preto, engobo vermelho e branco. Além disso, foram identificados fragmentos com decorações plásticas, escovadas e corrugadas.

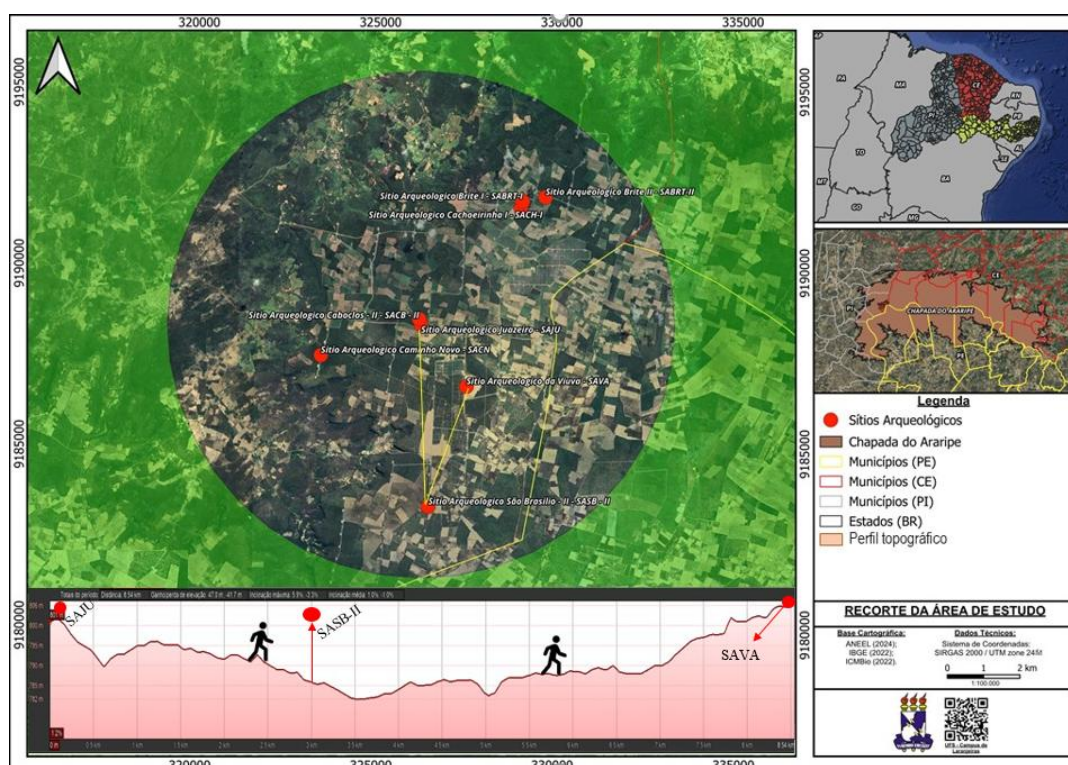
Além das evidências cerâmicas, foi encontrada uma variedade, porém em quantidade bem menor comparada aos objetos cerâmicos, de instrumentos líticos, confeccionados a partir de rochas sedimentares como quartzo, arenito, arenito silicificado, hematita (óxido de ferro) e fragmentos de feldspato (amazonita). Esses instrumentos, embora de pouca elaboração técnica, apresentam vestígios de alisamento, especialmente em arenito, sugerindo seu uso no acabamento de superfícies cerâmicas.

6.4 Cenário 3 – Ato 6 – Lugar persistente 3 – SASB-II

Partindo do SAJU em direção ao Sul e sudeste, percorremos aproximadamente 5 km com uma inclinação média de 0,5% e máxima de 2,8%, resultando em uma perda de elevação que varia entre 18 e 20 metros, até chegarmos ao SASB-II. A ausência de grandes picos de elevação ao longo do percurso sugere que a locomoção entre o SAJU e o SASB-II não exigiria grandes esforços físicos. Contudo, a cronologia do SASB-II é estimada em 350 ± 35 anos AP.

Em seguida traçamos uma outra rota entre SASB-II para o SAVA, há uma distância significativa de 3,5 km, com uma inclinação média de 1,1% e máxima de 6%, elevando-se entre 20 e 22 metros entre os dois sítios, mas sem grandes picos de variação altimétrica, conforme mostrado no mapa 19.

Esses fatores indicam que a locomoção exigiria menos esforço físico e sugerem a possibilidade de uma rota direta entre o SAVA e o SASB-II, ao invés de uma rota via SAJU, especialmente considerando que a cronologia do SAVA é de aproximadamente 380 ± 40 anos AP.



Mapa 19: Áreas de andanças entre SAJU, SASB-II e SAVA (Fonte: Elaborado por Lucas, 2024; adaptado pela autora).

O contexto cultural do sítio apresentou características similares às observadas em outros sítios discutidos nesta pesquisa, incluindo cerâmicas espessas com bordas reforçadas externamente, extrovertidas, cambadas, diretas e expandidas, etc. com superfícies alisadas, pintadas e decoração plástica. Alguns fragmentos também exibem sinais apenas de alisamento.

Os padrões decorativos das cerâmicas mostram elementos geométricos clássicos em tons de vermelho e preto, sob engobo branco ou ainda pintados diretamente na cerâmica, engobo vermelho. Foram ainda identificados fragmentos com decorações plásticas, escovadas e corrugadas.

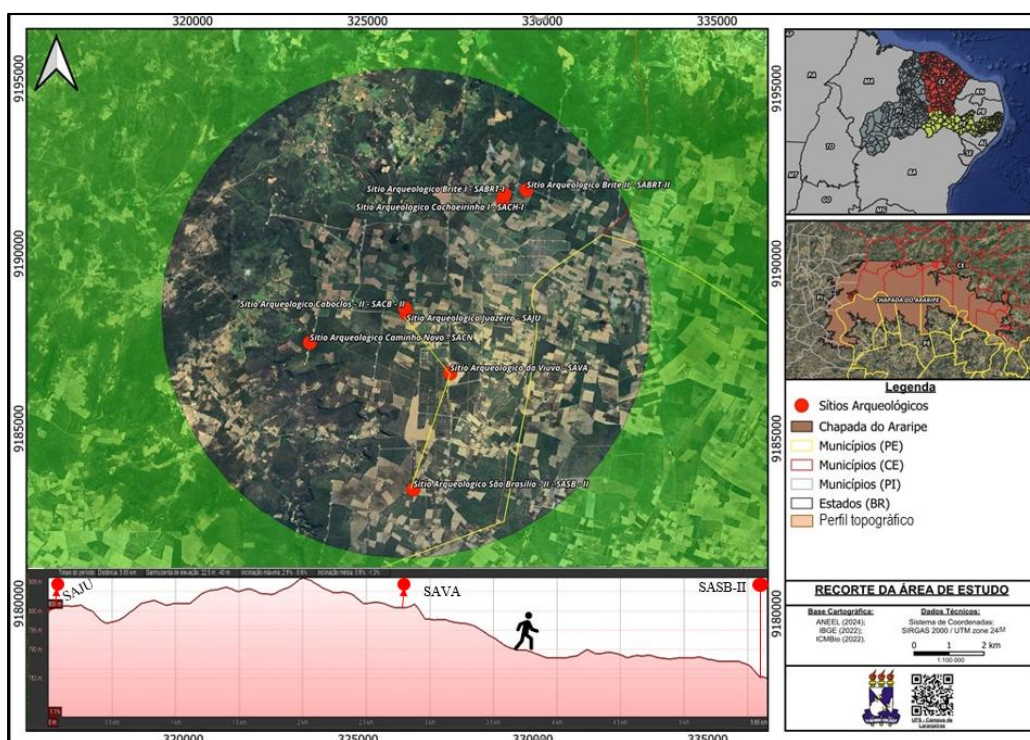
Além das evidências cerâmicas, foram encontrados alguns instrumentos líticos, confeccionados a partir de rochas sedimentares como quartzo, arenito, arenito silicificado e hematita (óxido de ferro). Esses instrumentos, embora de elaboração técnica simples, apresentam vestígios de alisamento, especialmente em arenito, sugerindo seu uso no acabamento de superfícies cerâmicas.

6.5 Cenário 4 – ato 7 – Lugar persistente 4 – SAVA

Saindo do SAJU em direção ao sudeste e sul, percorremos aproximadamente 2,14 km em uma inclinação média 1,2 % e máxima de 3,2 resultando em uma elevação variada entre 15 e 17 metros chegamos ao SAVA.

Conforme se observa a inclinação topográfica o percurso não é linear, apresentando ondas de variação altimétrica, no entanto em termos de distância o SAJU é o sitio mais próximo levando em consideração o ângulo de 360 graus e os pontos cardeais e colaterais norte, nordeste, noroeste, leste, oeste, sul, sudeste e sudoeste, proposto a partir do enquadramento visual do SAJU.

Em contraste, a distância direta entre o SAVA e o Sítio SASB-II ao sudoeste, mais próximo da encosta, é de aproximadamente 3,5 km. No entanto, a perda de inclinação topográfica entre o SAVA e o SASB-II é de mais ou menos 20 a 22 metros, em uma inclinação média de 0,4 % e uma máxima de 2,2 %, revelando uma linearidade no decaimento do relevo e caracterizando pouco desgaste físico durante os deslocamentos entre essas áreas, conforme ilustrado no mapa 20.



Mapa 20: Áreas de andanças entre SAJU, SAVA e SASB-II (Fonte: Elaborado por Lucas, 2024; adaptado pela autora).

O contexto cultural do sítio apresentou características similares mais que diferentes às observadas em outros sítios discutidos nesta pesquisa a materialidade encontrada incluem fragmentos cerâmicos de espessura grossa, bordas reforçadas, bordas diretas e extrovertidas, além de diversos tratamentos de superfície, como alisamento, polimento e engobe.

Particularmente as características tradicionais das pinturas policromas se destacam. Os motivos decorativos predominantes são padrões geométricos clássicos em vermelho, preto e engobe branco. Além disso, foram identificados fragmentos com decoração plástica, escovada e corrugada.

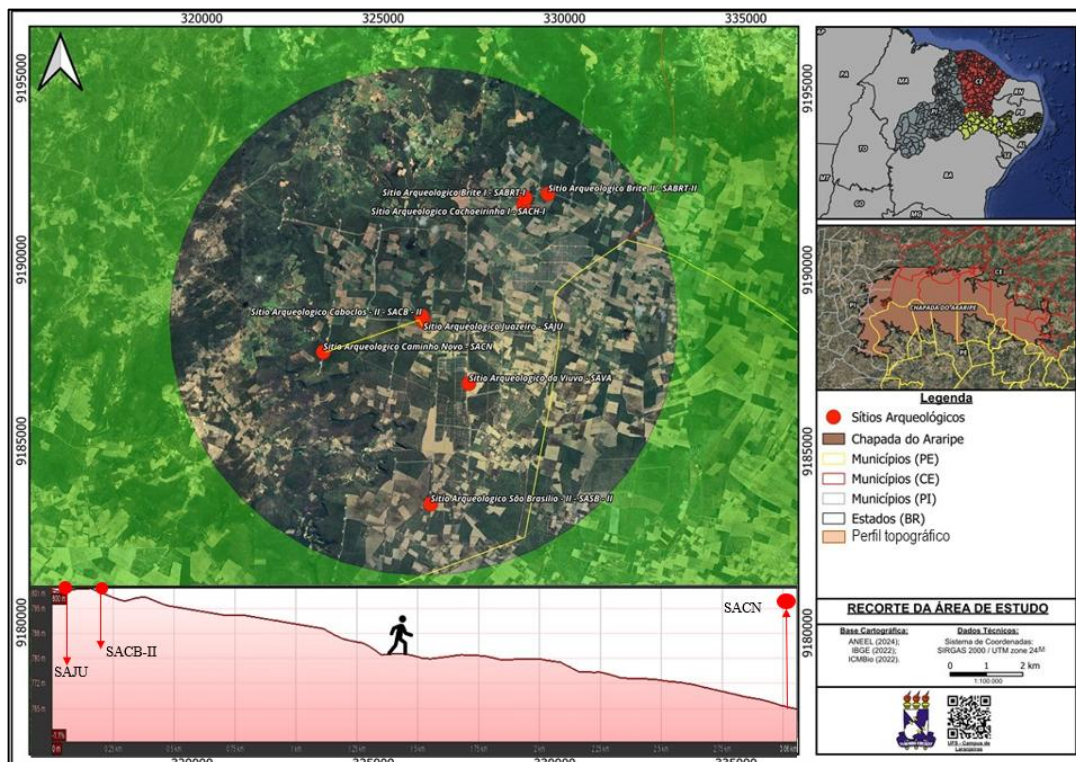
Além de constatar a existência da indústria cerâmica, notou-se a presença de um conjunto de ferramentas líticas simples, principalmente confeccionadas a partir de rochas sedimentares como arenito, calcário e quartzo. É possível observar vestígios de polimento nessas ferramentas, sugerindo sua utilização no auxílio a confecção da cerâmica, provavelmente desempenhando um papel no tratamento de superfície.

6.6 Cenário 5 – ato 8 – lugar persiste 5 – SACB-II

A noroeste do SAJU, a aproximadamente 150 a 200 metros, a vegetação de caatinga que separava as propriedades criava uma transição entre dois cenários (roçados). Esses cenários, além de estarem próximos, compartilham a mesma altimetria.

A ausência de variação altimétrica e a proximidade entre os sítios sugerem um deslocamento linear ou até mesmo uma extensão do SAJU.

Na análise comparativa entre os dois sítios, a distância linear entre o Sítio SACB-II e o Sítio SACN é de 2,90 km, com o SACN localizado a sudoeste, próximo à escarpa. A diferença de elevação entre os sítios é de aproximadamente 39 metros, com inclinação média de 0,6% e máxima de 2,4%. Essa variação altimétrica, caracterizada por poucos picos de altitude, sugere um deslocamento relativamente linear entre os sítios, conforme ilustrado no mapa 21. Embora o percurso imponha baixo desgaste físico, a distância permanece significativa ao considerar os extremos entre o mais próximo e o mais distante.



Mapa 21: Áreas de andanças entre SAJU, SACB-II e SACN (Fonte: Elaborado por Lucas, 2024; adaptado pela autora).

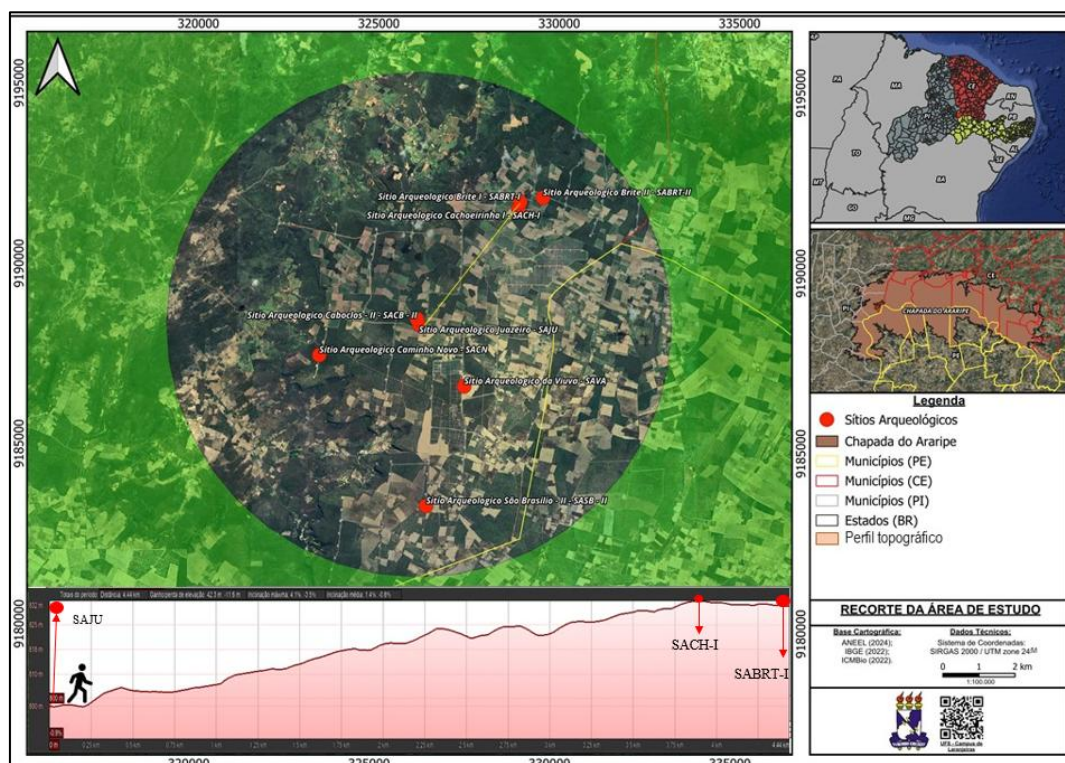
Portanto, o SACB-II e o SAJU carregam as mesmas características de linearidade e possivelmente temporalidade, uma vez que a materialidade apresentou mais similaridades que diferenças, no entanto não foi realizado datações absolutas para este sítio arqueológico, logo ao consideramos aqui como uma extensão das vivências do SAJU, que serão melhores detalhadas no tópico das atividades de análise de laboratório.

6.7 Cenário 6 – ato 9 - lugar persistente 6 – SACH-I

Partindo do SAJU em direção ao Nordeste, percorre-se uma distância de aproximadamente 4,23 quilômetros, com uma inclinação média de 1,4% e máxima de 3,8%, resultando em uma elevação que varia entre 31 e 32 metros até se chegar ao SACH-I.

Durante esse percurso, a elevação permaneceu praticamente linear, mas com uma inclinação suficiente para causar um desgaste físico considerável, embora ainda mantendo-o dentro do campo visual do SAJU. Adicionalmente, a datação cronológica do SACH-I é de aproximadamente 370 ± 40 anos AP.

Em uma análise comparativa entre dois sítios o SABRT-I, situado a cerca de 200 metros em linha reta, manteve-se na mesma altimetria e com uma datação aproximada de 385 ± 40 anos AP, conforme ilustrado no mapa 22.



Mapa 22: Áreas de andanças entre SAJU, SACH-I e SABRT-I (Fonte: Elaborado por Lucas, 2024; adaptado pela autora).

O contexto cultural do sítio exibe características mais similares que diferentes das encontradas nos outros sítios arqueológicos abordados nesta pesquisa, com destaque para cerâmicas espessas, bordas reforçadas externamente, extrovertidas, cambadas, diretas ou expandidas com superfícies alisadas e pintadas.

Os estilos decorativos dessas cerâmicas incluem elementos geométricos típicos da cerâmica policroma, em tons de vermelho e preto, além de engobo vermelho e branco. Fragmentos com decorações plásticas, escovadas e corrugadas também foram identificados.

Além das cerâmicas, foram encontrados instrumentos líticos feitos de rochas sedimentares, como quartzo e arenito e hematita (óxido de ferro) e feldspato (amazonita).

Embora esses instrumentos apresentem elaboração técnica simples, alguns exibem vestígios de alisamento, especialmente em arenito, o que sugere seu uso no acabamento de cerâmicas. A hematita provavelmente foi utilizada para a produção de pigmentos vermelhos, aplicados na decoração das cerâmicas. A amazonita consiste em um fragmento de uma rodela de fuso.

Contudo, ao contrário da associação direta entre SAJU e SACB-II, onde a proximidade e o contexto sugerem que um é a extensão do outro, a mesma relação não parece ocorrer entre SABRT-I e SACH-I.

A quantidade significativa de material encontrado em ambos os sítios sugere desafios, em especial, as atividades de cozinhar e servir, seja em atividades cotidianas ou ritualísticas, haja vista que os dois apresentam uma área extensa, com um intervalo de vegetação densa entre ambos. Embora a linearidade topográfica facilite o deslocamento entre os locais, essa conexão não implica uma continuidade funcional, se considerarmos apenas o uso original de certas vasilhas.

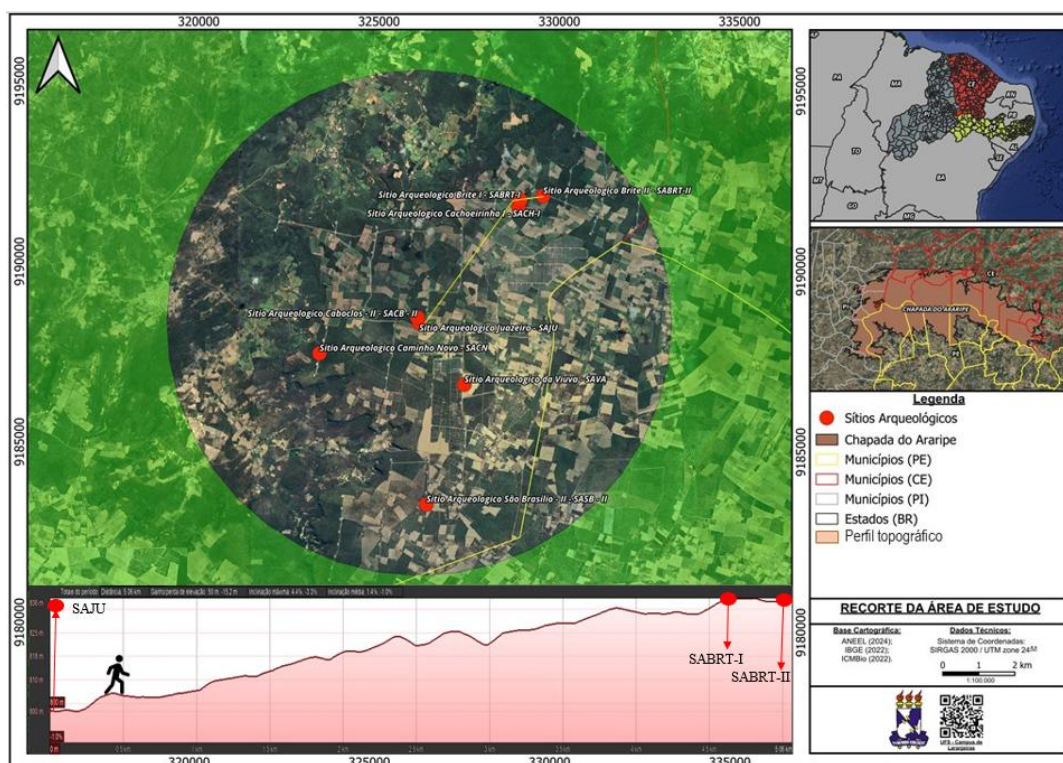
Portanto, é essencial repensar não apenas a função original desses objetos, mas também as diversas maneiras como poderiam ter sido usados ou reutilizados (Skibo, 2015). Isso se aplica também às diferentes formas de uso da área como um todo.

6. 8 Cenário 7 – ato 10 – Lugar persiste 7 – SABRT-I

Ao nordeste do SAJU em distância aproximada de 4,40 km, com uma inclinação média de 1,4 % e máxima de 4,2% resultando em uma variação altimétrica de 31 a 32 metros chegamos ao SABRT-I, sob as coordenadas UTM 24M 328987.00 / 9191884.00.

Durante esse percurso, a elevação permaneceu praticamente linear, porém com uma inclinação suficiente para causar um desgaste físico considerável, analisando a distância, ainda que, o mantenha dentro do campo visual do SAJU. Adicionalmente, a datação cronológica do SABRT-I é de aproximadamente 385 ± 40 anos AP.

Outro sítio relevante para comparação em termos de distância, altimetria, cronologia e materialidade é o SABRT-II, localizado a aproximadamente 600 metros de distância, apresentando quase a mesma altimetria, a mesma cronologia, o que resultou na dispersão e perfil topográfico observado no mapa 23.



Mapa 23: Áreas de andanças entre SAJU, SABRT-I e SABRT-II (Fonte: Elaborado por Lucas, 2024; adaptado pela autora).

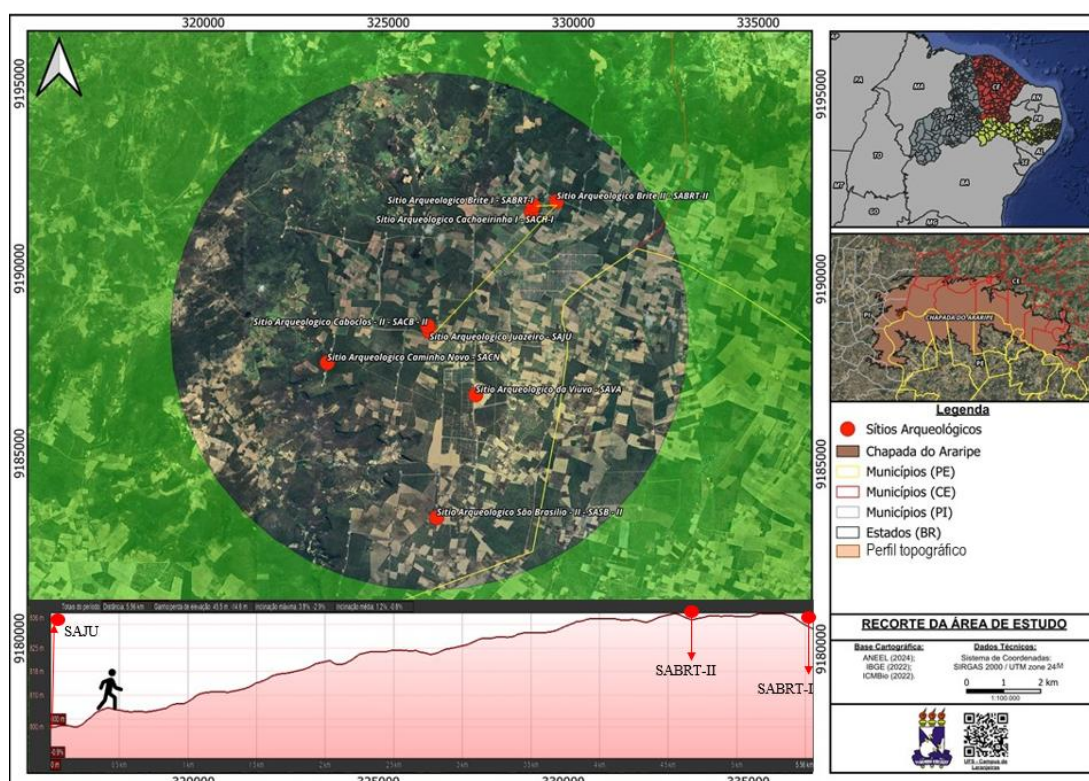
Apesar da proximidade entre os cenários, a grande quantidade de material encontrado em cada um indica que cada cenário teve uma função ou um uso próprio ao longo do tempo. Isso sugere que, cada local manteve uma identidade funcional específica, com vestígios materiais suficientes para caracterizá-los como espaços únicos. Além disso, o termo "persistente" reflete a ideia de que essas áreas mantiveram sua relevância ao longo do tempo, com ocupações ou atividades que deixaram marcas duradouras no registro arqueológico. No entanto, isso não exclui a possibilidade de andanças e interações entre ambas as áreas.

6. 9 Cenário 8 – ato 11 – Lugar persiste 8 – SABRT-II

Ao Nordeste do SAJU, a uma distância de quase 5 km, com uma inclinação média de 1,2 % e máxima de 3,8%, resultando em uma variação altimétrica de cerca de 34 a 35 metros chegamos ao SABRT-II, sob as coordenadas Zona 24 M, com longitude UTM 329617.00 – E, latitude 9188598.00 – S.

Durante esse percurso, a elevação permaneceu linear, porém com uma inclinação e distancia suficiente para causar um desgaste físico considerável, embora ainda mantendo-o dentro do campo visual do SAJU. Além disso, a datação cronológica do SABRT-II é de aproximadamente 380 ± 40 anos AP.

Em suma, a possibilidade de locomoção entre o SABRT-I e SABRT-II é mais viável do que a ligação direta com o SAJU, conforme observado no mapa 24.



Mapa 24: Áreas de andanças entre SAJU, SABRT-II e SABRT-I (Fonte: Elaborado por Lucas, 2024; adaptado pela autora).

O contexto cultural do sítio apresentou características mais semelhantes do que diferentes em relação aos outros sítios arqueológicos analisados nesta pesquisa. Destacam-se cerâmicas espessas, com bordas reforçadas externamente, bordas extrovertidas, cambadas, diretas ou expandidas, apresentando superfícies alisadas e pintadas. Os estilos decorativos dessas cerâmicas incluem elementos geométricos típicos da cerâmica policroma, em tons de vermelho e preto, além de engobes vermelhos e brancos. Também foram identificados fragmentos com decorações plásticas corrugadas.

Reconhecemos que as estratégias de deslocamento propostas aqui utilizam métodos e tecnologias diferentes daquelas empregadas pelos habitantes da época. No entanto, com base nos dados, estas variáveis podem nos ajudar a entender como as interconexões entre diferentes lugares persistentes foram significativas para o desenvolvimento de estratégias de vivência.

Com base nesses resultados, argumentamos que as condições de deslocamento e a temporalidade observada entre cada lugar persistente possibilitam uma ampla gama de

experiências, onde a trajetória cotidiana e a ritualística se entrelaçam nessas vivências, uma vez, que há uma pluralidade de escolhas, estando essas atreladas à diversidade de decisões e ações realizadas pelas populações em distintos contextos, considerando as inúmeras possibilidades que poderiam ter sido adotadas.

Para os povos indígenas, essa pluralidade abrange diferentes formas de organização social, práticas cotidianas, estratégias de subsistência, modos de interação com o ambiente e com outros povos, além de decisões relacionadas a aspectos ritualísticos e simbólicos. Essas escolhas não seguem um único padrão, mas representam trajetórias variadas de adaptação, interação e resistência, tanto em dimensões individuais quanto coletivas, influenciadas por fatores internos, como tradições culturais, e externos, como pressões ambientais ou contatos interculturais que estas populações consciente ou inconscientemente fizeram uso (Geertz, 1926, 2008; Ingold, 2000). como discutiremos ao correlacionar com a materialidade no tópico a seguir.

6.10 Retomando aos lugares persistentes: Ritualismo e cotidiano se diferem ou se complementam na materialidade consistente, uma análise comparativa sobre aspectos tecnológicos e multifatoriais para a cerâmica arqueológica.

Como discutido anteriormente, estabelecemos uma unidade de paisagem transformada em um artefato arqueológico e analisamos as possíveis movimentações entre os cenários selecionados para esta pesquisa, caracterizados como lugares persistentes. Esses lugares, dotados de uma materialidade consistente, representam fragmentos de um artefato maior.

A transição entre uma escala ampla e outra mais próxima foi fundamental para captar as sutilezas que conectam o ritualismo ao cotidiano em nossa análise. Partimos da premissa de que a correlação entre a paisagem enquanto temporalidade e o contexto espaço-temporal como expressão material é essencial para uma análise mais precisa da materialidade presente em cada sítio arqueológico, permitindo também uma compreensão mais profunda das nuances de contextos de vivência, ou seja, não se trata apenas de identificar objetos, mas de compreender como eles se inseriam nas dinâmicas sociais e simbólicas do passado.

Esses parâmetros foram utilizados para problematizar a percepção das atividades cotidianas e ritualísticas relacionadas aos artefatos cerâmicos encontrados. Assim, um lugar persistente onde predominem vasilhas com decorações internas e sem marcas de fuligem externa, pode estar associada a recipientes que raramente, ou nunca, foram expostas ao fogo.

Por outro lado, uma vasilha com fuligem externa, distribuída de forma ascendente, resultado do contato com as chamas de uma fogueira e, com a superfície interna alisada e sem fuligem, pode indicar um uso frequente no fogo.

Nesse contexto, é importante considerar não apenas as funções pretendidas, mas também a função real e as diversas possibilidades de uso atribuídas pelos humanos. No caso das vasilhas, isso inclui não apenas a função utilitária (ou função tecnológica), mas também as funções sociais e simbólicas (funções socioideológicas e emotivas), conforme Skibo (2015).

Logo, o estudo da ceramologia concentra-se nos artefatos feitos de cerâmica, analisando suas propriedades tecnológicas para entender suas funcionalidades e usos, seja no caso de vasilhas ou de outras materialidades tendo como matéria-prima a argila (Stilborg, 1997).

Como mencionado anteriormente, não dispomos de vasilhas inteiras, mas isso não impediu o estudo das morfologias fragmentadas. Para um ceramólogo, pode até ser mais simples entender suas propriedades construtivas e tecnológicas a partir dos fragmentos. Nossas amostras foram analisadas com base na variedade morfológica, incluindo: base, inflexão, bojo, parede, carena, pescoço, borda, lábio e apêndice.

Para explicar a variabilidade e a mudança da cerâmica, Skibo e Schiffer (2008) desenvolveram a abordagem da “Arqueologia comportamental”, que considera não apenas fatores estilísticos e tecnológicos, mas também os processos de uso, manutenção e descarte dos artefatos. Eles enfatizam a importância das interações entre os materiais, as pessoas e o ambiente, bem como o papel do comportamento humano na transformação dos objetos ao longo do tempo. Essa perspectiva permite uma compreensão mais dinâmica dos artefatos arqueológicos, considerando tanto aspectos tecnológicos quanto contextuais em sua análise. (Schiffer 1975; Schiffer e Skibo, 2008, pp. 17–34).

Essa abordagem fornece uma biografia detalhada do artefato, sendo particularmente eficaz na identificação de padrões recorrentes no acervo arqueológico. Isso inclui a variação nas morfologias dos objetos, nas formas, na decoração e nos estilos decorativos, além da identificação das marcas de uso na cerâmica como efeitos da degradação química ou mecânica.

As transformações físico-químicas, como os depósitos de carbono resultam da adesão de matéria orgânica carbonizada nas paredes internas das vasilhas durante acidentes de cozimento. O craquelamento, por sua vez, são pequenas rachaduras que se formam na superfície interna quando a vasilha é usada para cozinhar com grande quantidade de água. A

fuligem é gerada pela deposição de carbono da fogueira na superfície externa, especialmente nas áreas mais expostas ao fogo. Já a descamação da face interna pode ocorrer devido à fermentação de líquidos, como no caso dos povos Tupi no preparo de bebidas fermentadas, apresentando-se de forma semelhante ao craquelamento, (Skibo, 1992; Neumam, 2017).

De acordo com Hally (1983) e Skibo (2015), ao rastrear marcas de carbonização, deve-se observar tanto as superfícies internas quanto as externas das vasilhas. A carbonização na superfície interna resulta do preparo de alimentos, enquanto na superfície externa é causada pela fuligem depositada devido ao contato com o fogo.

Segundo Skibo (1992), ao investigar a alteração de uso das vasilhas, é importante considerar marcas abrasivas. Essas marcas surgem do manuseio e do ato de servir alimentos, podendo gerar estrias isoladas ou longas e contínuas na superfície interna das vasilhas. A limpeza pode resultar em agrupamentos de estrias finas, curtas e repetitivas, tanto na parte interna quanto na externa. Além disso, buracos podem ser formados pela extração de antiplásticos ou pedestais de tempero, que, quando removidos, às vezes arrancam a argila ao redor. Isso pode ocorrer durante o transporte, a limpeza ou quando as vasilhas são arrastadas pelo chão, (Skibo, 1992; Neumam, 2017).

Dessa forma, em nosso acervo de estudo, utilizamos dados multifatoriais, como a presença e ausência de decoração plástica ou pintada, estilo decorativo, marcas de uso, distribuição das marcas de uso, bem como a reconstituição de diferentes formas das vasilhas, com o objetivo de identificar vasilhas que tenham desempenhado diferentes papéis, indo além da função pretendida.

A presença ou ausência de decoração plástica ou pintada: Refere-se à existência ou não de elementos decorativos na superfície da cerâmica. A decoração plástica inclui relevos, incisões, corrugados ou outras técnicas que alteram a superfície tridimensionalmente, enquanto a decoração pintada envolve a aplicação de pigmentos para criar padrões visuais; Estilo decorativo: diz respeito aos padrões, motivos e técnicas utilizadas na decoração da cerâmica. Pode incluir aspectos como cores, formas geométricas, figuras antropomorfas ou zoomorfas e sua distribuição na superfície do vaso, refletindo tradições culturais e influências regionais. Marcas de uso: São evidências deixadas na cerâmica devido ao seu manuseio e função ao longo do tempo. Isso pode incluir desgastes, fuligem (indicando exposição ao fogo), rachaduras por aquecimento e resfriamento repetidos, resíduos orgânicos aderidos, entre outros indícios que revelam o uso cotidiano do objeto. A distribuição das marcas de uso refere-se à forma como os sinais de desgaste, fuligem, fraturas e outros indícios de uso se espalham

pela superfície da cerâmica; a reconstituição das diferentes formas das vasilhas: é o processo de reconstrução da morfologia original dos recipientes cerâmicos a partir da análise de fragmentos. Isso envolve a identificação de partes específicas (bordas, bases, paredes), permitindo inferir suas funções (cozimento, armazenamento, consumo) e sua relação com práticas culturais e sociais dos humanos que a utilizaram.

Esses conjuntos de dados foram organizados de acordo com as diferentes morfologias dos objetos. Nosso objetivo foi identificar padrões recorrentes em todo o acervo cerâmico selecionado, sendo que alguns sítios forneceram mais amostras do que outros. No entanto, nosso foco não estava na quantidade de amostras, mas na qualidade das inferências que poderiam ser feitas a partir delas.

No SAJU, com base nas ciências dos materiais⁴⁰, após uma triagem detalhada das propriedades formais, como técnica de manufatura, antiplástico, queima, tratamento de superfície e tipos de morfologias, foram selecionados dezessete (17) fragmentos cerâmicos. Além disso, duas (2) ferramentas líticas foram consideradas, assim como alguns fragmentos de fuso em cerâmica e rocha, os quais mantivemos como referência no contexto arqueológico.

Inicialmente, considerávamos trabalhar apenas com bordas que possibilitassem a reconstituição hipotética em 3D, o que aumentaria o número de amostras. No entanto, nosso objetivo não era a quantidade, mas a obtenção de dados que assegurassem a qualidade e fossem compatíveis com a nossa hipótese de estudo de que as vivências tupí estavam profundamente entrelaçadas entre o cotidiano e o ritual.

Assim, para aprimorar o desempenho de nossas análises, que exigiam a correlação de morfologias variadas com dados multifatoriais (que apresentassem características recorrentes entre os sítios), buscamos fragmentos que possibilitassem identificar a distribuição dos atributos tecnológicos em um vasilhame, já que não dispomos de peças completas.

Logo, foram considerados diversos tipos de morfologias dos fragmentos, como bordas, bordas com paredes, bordas com bojós, bordas com alça, paredes, bojós, inflexões, carenas com bojo, perfis completos, além de fragmentos não identificados. O Gráfico um (1) ilustra essa distribuição, enquanto as fichas de análise dos materiais cerâmicos, organizadas conforme os sítios estudados, podem ser consultadas nos anexos 4.

⁴⁰ Refere-se à obtenção de dados arqueológicos que não estão diretamente ligados à arqueologia experimental ou à etnoarqueologia.

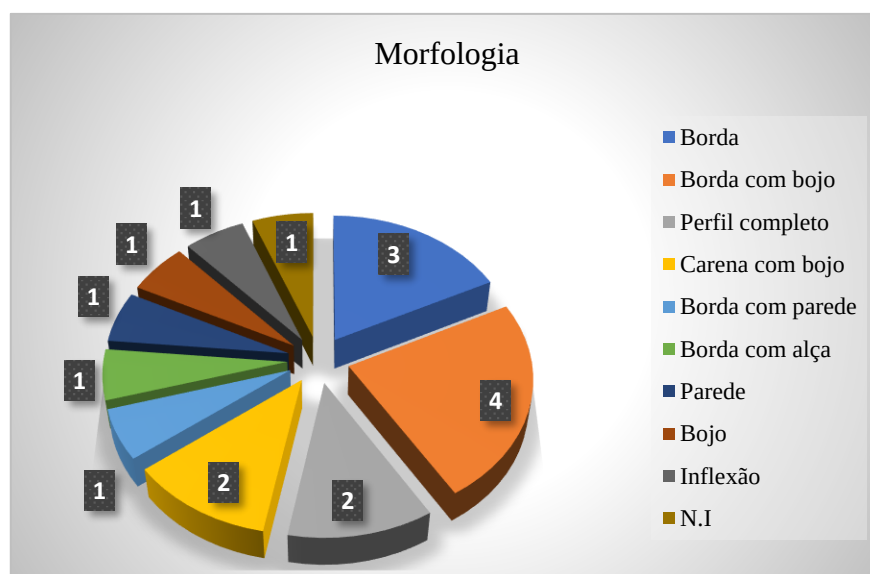


Gráfico 1: Quantificação das morfologias dos fragmentos – SAJU (Fonte: Costa, 2024).

À medida que identificávamos os tipos morfológicos, passamos a analisar os atributos que os caracterizavam dentro dos padrões recorrentes, buscando indícios de que esses objetos poderiam ter desempenhado funções além daquelas originalmente previstas. Nesse processo, transpusemos dados de decoração pintada e sem decoração com as marcas de uso, conforme ilustrado nos gráficos dois e três (2 e 3).

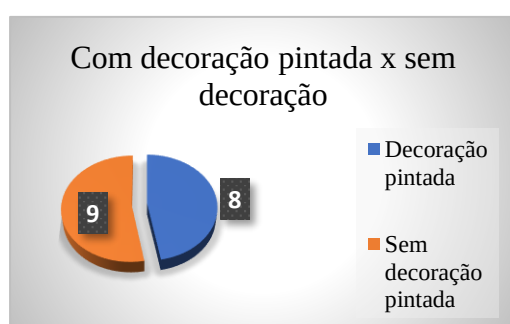


Gráfico 2: Quantificação de decoração x sem decoração – SAJU (Fonte: Costa, 2024).

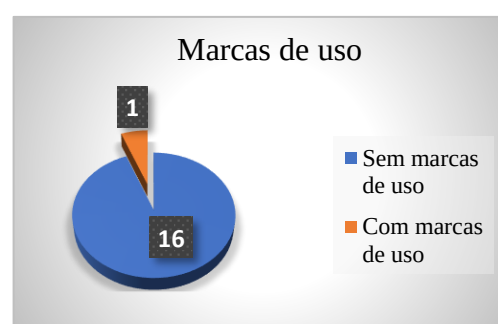


Gráfico 3: quantificação das marcas de uso – SAJU (Fonte: Costa, 2024)

Ao identificarmos que apenas um (1) fragmento apresentava marcas de uso, como fuligem, e que este não apresentava decoração pintada, voltamos nossa atenção para esse artefato e analisamos detalhadamente o tipo de fuligem presente, sua distribuição e os graus de impregnação, conforme ilustrado na imagem 46.

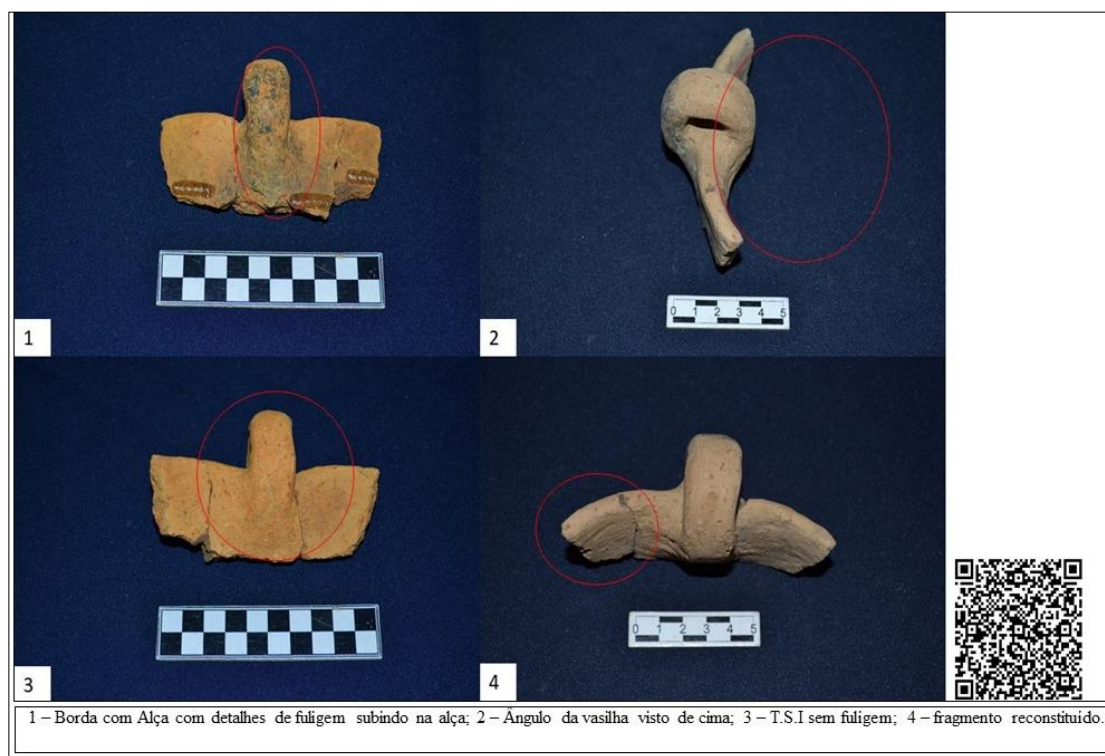


Imagem 46: Prancha de visualização dos atributos tecnológicos e multifatoriais na materialidade consistente (Fonte: Costa, 2024)

O fragmento pertence a uma vasilha com borda direta e apêndice (alça), projetada para facilitar o manuseio. Sua morfologia é característica de formas circulares. Quando exposta ao fogo aberto, as chamas e a fumaça ascendente cobrem a vasilha, desde o bojo até a borda, e pode subir até a alça, a depender da intensidade do combustível. A fervura de líquidos, em contato com resinas e gotículas externas, forma uma camada de fuligem impermeável que pode persistir por um longo período, melhores detalhes da análise tecnológica podem ser visualizados no QRcod ao lado da imagem.

Como discutido no capítulo cinco (5), que aborda os procedimentos metodológicos, nosso principal objetivo era compreender os padrões recorrentes na materialidade de cada sítio arqueológico. Nesse contexto, a presença ou ausência de manchas se revelou como um desses padrões.

O acervo provinha de uma área de roçado, onde a técnica da coivara era frequentemente utilizada para limpar o terreno. Era necessário observar com atenção e buscar outras referências

para interpretar corretamente o que estávamos visualizando. Para isso, recorremos ao laboratório e às técnicas de análise dos aspectos de produção, bem como aos atributos tecnológicos de construção e uso de objetos cerâmicos.

Com isso, realizamos uma análise detalhada da mancha no artefato, utilizando um microscópio digital e processamento de imagem por computação gráfica, conforme ilustrado na imagem 47.

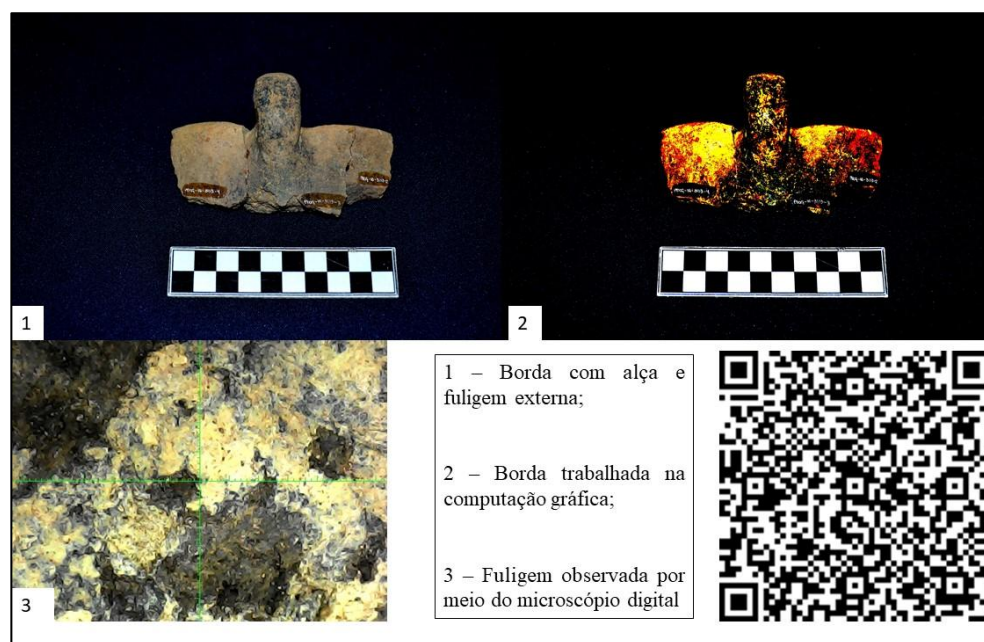


Imagem 47: Morfologia com análise dos detalhes da fuligem (Fonte: Costa, 2024).

Complementando as análises, concluímos que a fuligem resulta de um uso intencional dedicado a função pretendida da vasilha, pois não se estende para a parte interna da vasilha, o que seria esperado em caso de queima pós-deposicional.

Além disso, embora o artefato esteja reconstituído, a fuligem está presente de maneira consistente em cada fragmento, indicando uma quebra posterior ao uso e que não há uma conexão direta com queimas pós-depositacionais que possam ter acontecido no terreno.

Outros atributos analisados envolveram as morfologias de cerâmicas com decoração pintada, decoração plástica e sem decoração. No universo Tupi, as cerâmicas decoradas - tanto pintadas quanto plásticas - possuem simbologias e funcionalidades distintas. No contexto Tupinambá, os elementos plásticos parecem estar mais relacionados à funcionalidade, especialmente o corrugado, que é a decoração plástica mais frequente entre o contexto desses povos. No entanto, essas decorações são menos predominantes do que as pintadas, as quais estão associadas à identidade étnica, com destaque para a pintura policroma (Prous & Lima, 2010; Prous, 1992; Oliveira, 2016).

As funcionalidades específicas das cerâmicas decoradas no universo Tupi, estão relacionadas tanto ao uso prático quanto ao simbólico. Algumas dessas funcionalidades podem incluir: uso Ritualístico e Cerimonial: cerâmicas decoradas eram frequentemente utilizadas em contextos rituais, como celebrações, funerais ou práticas religiosas. As decorações podiam representar elementos simbólicos ligados ao mundo espiritual, ancestrais ou forças da natureza.

Armazenamento e consumo de alimentos: As peças decoradas eram usadas para armazenar ou servir alimentos e líquidos, sendo as pinturas uma forma de distinção estética e de identificação de conteúdo ou propriedades especiais (como bebidas sagradas como o cauim).

Identificação Social e Cultural: As decorações podiam funcionar como marcadores identitários, indicando a afiliação a um grupo específico, linhagem ou função social dentro da comunidade.

Interação: Cerâmicas decoradas tinham um papel importante nas interações entre povos indígenas, funcionando como bens de prestígio ou itens com valor simbólico.

Representação do Cosmos e Mitologia: Elementos decorativos frequentemente refletiam a visão de mundo dos povos Tupi, incluindo representações de plantas, padrões geométricos que simbolizavam a organização do cosmos.

Memória e Transmissão de Conhecimento: As decorações podiam ser usadas para contar histórias, transmitir conhecimentos ou perpetuar tradições culturais, funcionando como "textos" visuais.

Essas funcionalidades ressaltam a relevância das cerâmicas decoradas não apenas como objetos utilitários, mas também como meios de expressão cultural, espiritual e social. (Prous & Lima, 2010; Prous, 1992; Oliveira, 2016).

Nada obstante, cada uma dessas categorias deve ser analisada e contextualizada levando em conta outras materialidades como ferramentas líticas, estruturas ou outras, provenientes de dados arqueológicos, bem como aspectos históricos, etno-históricos, linguísticos, etnolinguísticos, ambientais, além da história indígena de longa duração.

No sítio SAJU, correlacionamos os tipos de morfologias (partes) dos objetos com a presença e ausência de decoração, o que nos permitiu observar como essas decorações estão distribuídas nas vasilhas de acordo com o tratamento de superfície, conforme ilustrado no quadro quatro (4).

Morfologia dos objetos	Dec. Pintada	Dec. Plástica	Sem. Dec.
Borda	T.S.I		T.S.E
Borda com bojo	T.S.I		T.S.E

Perfil Completo	T.S.I		T.S.E
Carena com bojo			T.S.I e T.S.E
Borda com parede	T.S.I		T.S.E
Borda com alça			T.S.I e T.S.E
Parede	T.S.I		T.S.E
Bojo		T.S.E	T.S.I
Inflexão			T.S.I e T.S.E
N. I			T.S.I. e T.S.E

Quadro 4: Morfologias x presença e ausência de decoração - SAJU (Fonte: Costa, 2024)

Observamos que, entre os diferentes tipos de fragmentos - borda simples, borda com bojo, borda com parede, parede e perfil completo - há tanto exemplares com decoração pintada quanto sem decoração. As decorações pintadas incidem principalmente sobre o tratamento de superfície interna (TSI), enquanto os fragmentos sem decoração pintada estão associados ao tratamento de superfície externa (TSE). Já a decoração plástica, como o corrugado, é sempre aplicada no tratamento de superfície externa. Essa observação entre a distribuição das decorações entre face interna e externa revela um padrão recorrente.

Essa distinção entre as morfologias dos objetos e tratamento de superfície nos auxiliou a analisar as formas das vasilhas como um outro aspecto recorrente que incide sobre as características de desempenho, permitindo-nos inferir a função pretendida e a função real dos objetos, conforme ilustrado na reconstituição das imagens 48, 49 e 50.

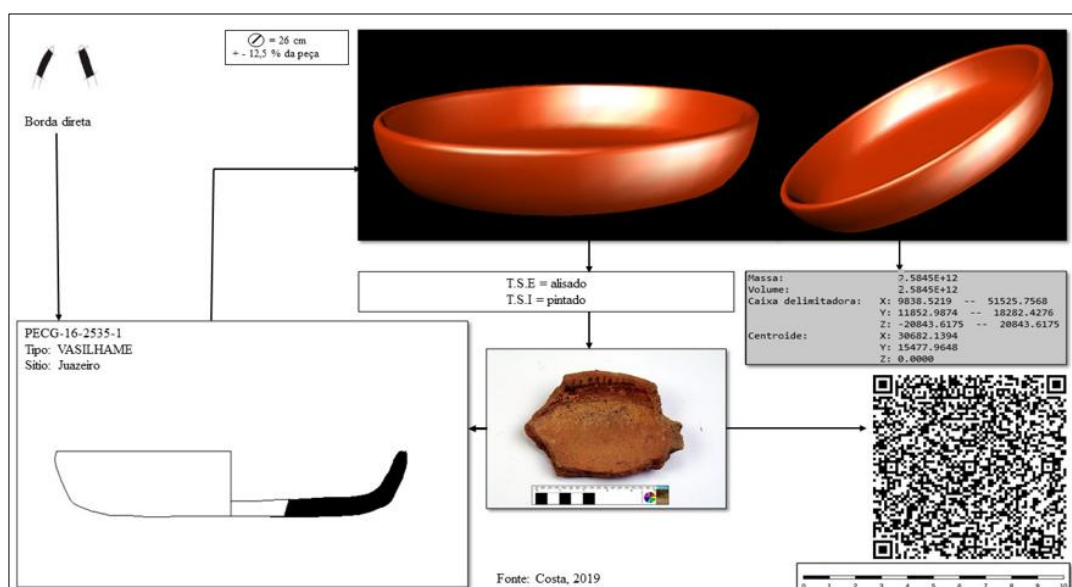


Imagem 48: Reconstituição hipotética forma 1 (Fonte: Adaptado de Costa, 2019).

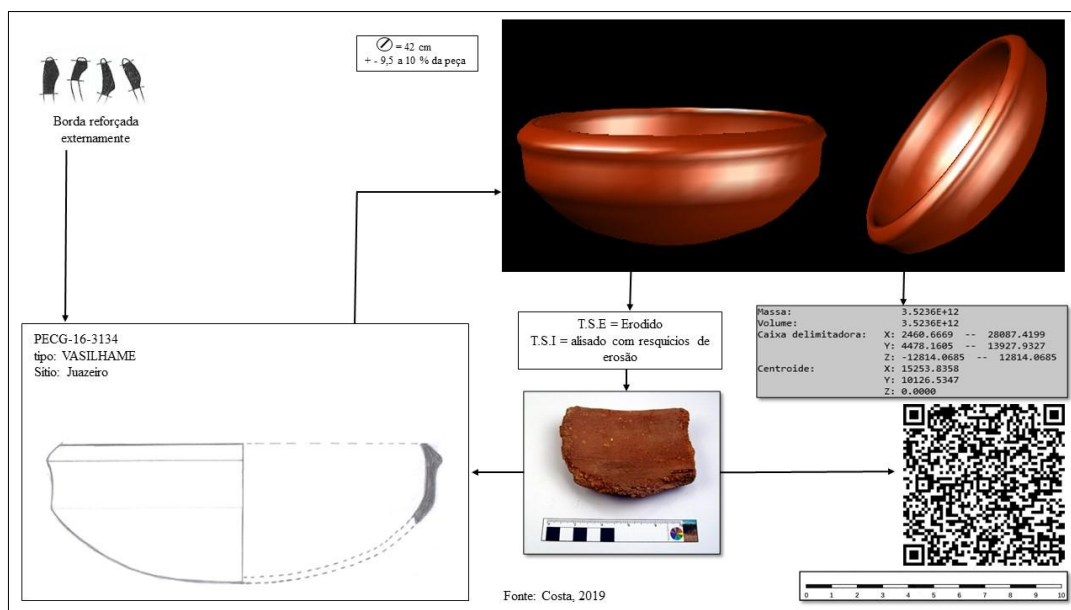


Imagem 49: Reconstituição hipotética forma 2 (Fonte: Adaptado de Costa, 2019).

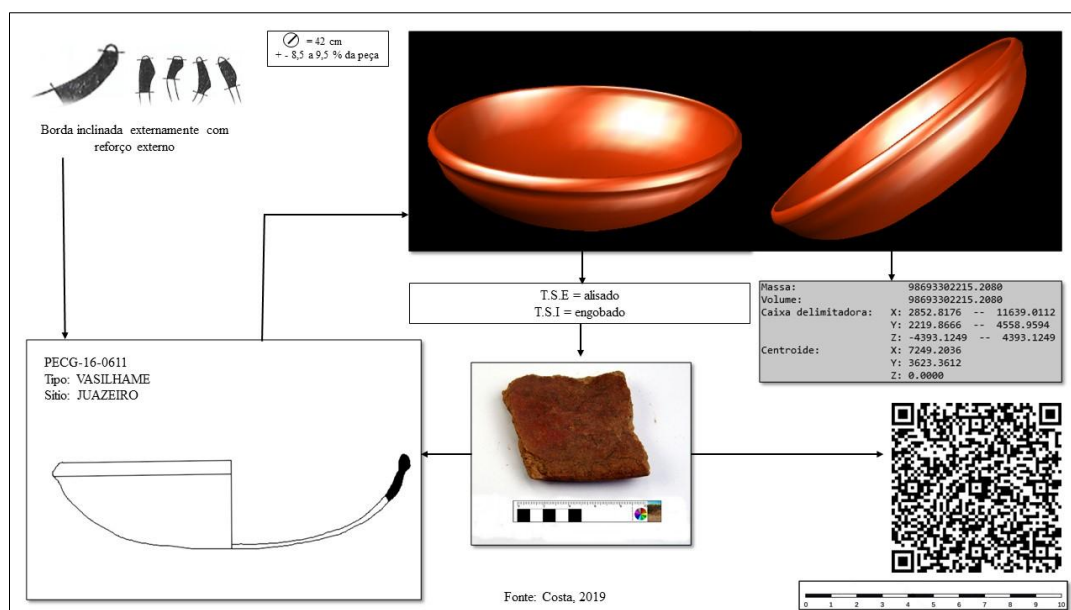


Figura 50: Reconstituição hipotética forma 3 (Fonte: Adaptado de Costa, 2019).

Na imagem 48, pelas características observadas fica suscetível inferir que se trata de uma vasilha com borda direta, cuja morfologia é característica de formas circulares, com base plana, pelo cálculo de volume e pela reconstituição em 3D observamos que é uma vasilha que se encaixa como tamanho médio⁴¹, porém muito rasa para ser usada como vasilhas para cozinhar principalmente alimentos que contenham líquidos. Entretanto isso não inviabilizaria o preparo de alimentos secos e rápidos, como assados, ou mesmo como vasilha para servir. No entanto, não identificamos nenhuma marca de uso, como fuligem ou outras evidências. Além disso, a decoração em pintura vermelha e preta foi aplicada exclusivamente na superfície interna.

Na imagem 49, as características tecnológicas observadas permitem inferir que o fragmento representa o perfil completo de uma vasilha com borda reforçada externamente. Sua morfologia sugere uma forma circular, com base convexa ou plana. O cálculo de volume, realizado por meio de reconstituição em 3D, indica que a vasilha é de pequeno porte, adequada para cozinhar ou servir, inclusive bebidas, embora pareça insuficiente para o preparo de refeições diárias para grupos maiores que três pessoas.

Outro ponto relevante é a erosão na superfície externa, que impede a identificação precisa do tratamento original. Contudo, a superfície interna apresenta vestígios de alisamento com sinais de erosão, dificultando a determinação se a peça era totalmente alisada ou se apresentava pintura ou marcas de uso. A seleção desse fragmento e sua reconstituição foram fundamentais para melhor compreensão das formas de vasilhas encontradas no sítio, já que poucos perfis completos foram identificados.

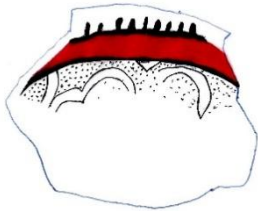
Na imagem 50, com base nos atributos tecnológicos analisados, é possível inferir que se trata de uma vasilha com borda reforçada externamente. Sua morfologia sugere uma forma circular, com base convexa ou plana. O cálculo de volume, obtido através da reconstituição em 3D, indica que a vasilha se enquadra no tamanho médio, sendo adequada para cozinhar, servir, armazenar. Outro dado relevante é o tratamento da superfície interna com engobo vermelho, que adiciona uma variabilidade no tratamento de superfície e no estilo decorativo.

Entre os fragmentos analisados com decoração pintada, identificamos quatro variantes de estilos decorativos. A distribuição desses estilos é influenciada por múltiplos fatores, e sua classificação em 'estilo 1', 'estilo 2' e assim por diante serviram apenas como uma categorização arqueológica para compreender como se distribuem entre as diferentes morfologias dos objetos.

⁴¹ Para a classificação dos tamanhos dos objetos, adotamos as medidas propostas por Amaral (2015): pequeno (0,150 ml a <1 L), médio (1 L a 4 L), grande (4 L a 16 L) e extra grande (>16 L).

Neste contexto, não abordaremos os aspectos étnicos e simbólicos com base nesses dados, embora sejam fundamentais para a compreensão das características de desempenho e funcionalidade das vasilhas, permitindo inferências sobre seus usos em contextos cotidianos e rituais.

Certos traços específicos se destacam na forma como as vasilhas são moldadas, e essa diversidade torna-se ainda mais evidente em exemplares com morfologias bem definidas, como base, bojo, inflexão de bojo, carena e borda. Nesses casos, os estilos decorativos apresentam maior variabilidade, distribuindo-se de maneira distinta entre as morfologias das vasilhas, conforme ilustrado no quadro cinco (5).

Estilo decorativo 1		
Estilo decorativo 2		
Estilo decorativo 4		

Estilo decorativo 7		

Quadro 5: Variabilidade nos estilos decorativos - SAJU (Fonte: Costa, 2024)

No SACN, após uma triagem detalhada do conjunto artefactual coletado no sítio, foram selecionados trinta (30) fragmentos cerâmicos, que apresentavam características recorrentes em relação aos outros sítios arqueológicos em estudo, além de relacionar com fragmentos de rodela de fuso e instrumentos líticos.

Para isso, selecionamos artefatos que permitissem identificar a distribuição dos atributos tecnológicos e morfológicos de um vasilhame. Foram analisados diversos tipos de fragmentos, como bordas, bordas com paredes, bordas com bojos, perfil completo, bordas com alça, bojos, inflexão e base, conforme ilustrado no gráfico quatro (4).

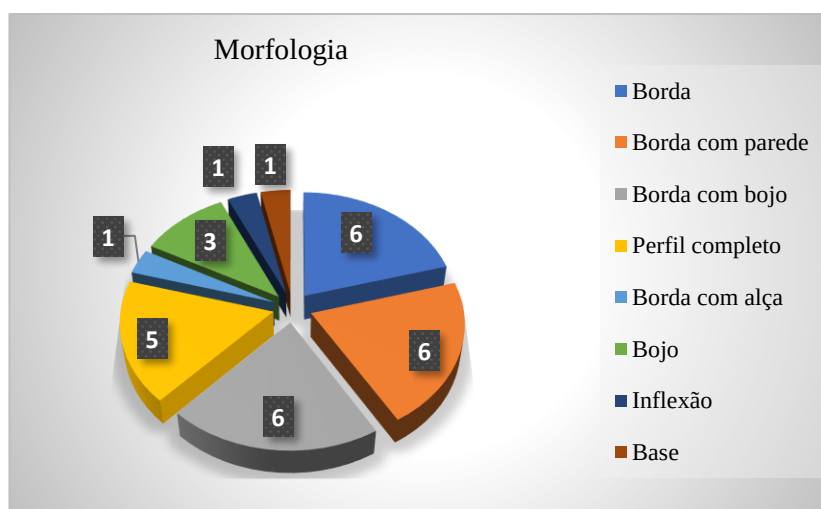


Gráfico 4: Quantificação das morfologias dos fragmentos – SACN (Fonte: Costa, 2024).

Após identificar as morfologias dos objetos, buscamos indícios que mostrassem atributos recorrentes para os outros sítios arqueológicos e, que estivessem de acordo com indícios que nos levassem a discorrer sobre as vivências humanas e não humanas no ambiente

de estudo. Nesse sentido foram comparados decoração pintada e sem decoração com marcas de uso, conforme ilustrado nos gráficos cinco e seis (5 e 6).



Gráfico 5: Quantificação da decoração pintada x sem decoração - SACN (Fonte: Costa, 2024).

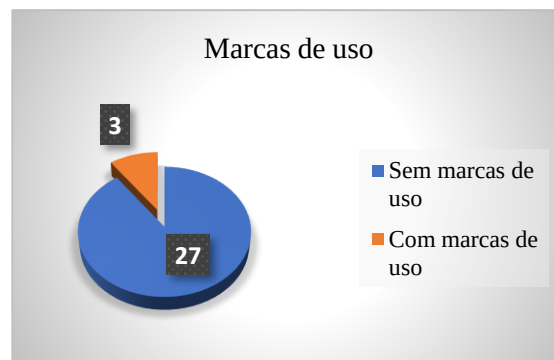


Gráfico 6: Quantificação das marcas de uso – SACN Fonte: Costa, 2024).

Identificamos três (3) fragmentos com marcas de fuligem, sendo que um deles tinha decoração pintada, como engobo vermelho no tratamento de superfície interna.

Diante disso, direcionamos nossa atenção para esse artefato, realizando uma análise detalhada do tipo de fuligem presente, sua distribuição, conforme ilustrado na imagem 51.

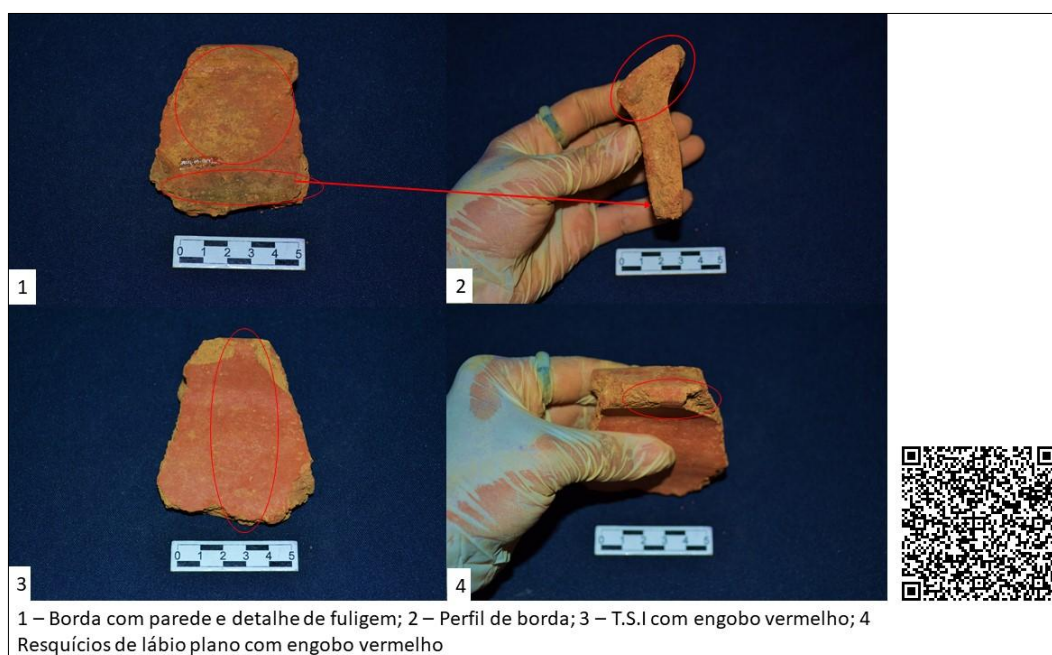


Imagem 51: Fragmento de borda com parede com resquílios de fuligem externa (Fonte: Costa, 2024).

Este é um fragmento de borda com resquícios de parede. Não foi possível realizar uma reconstituição completa devido à ausência de um ângulo de borda preciso, causada pela fratura no lábio do fragmento. A marca de fuligem presente na parte externa da parede está impregnada em uma área com sinais de erosão, o que aparentemente contribuiu para a fixação da fuligem.

Ao aprofundarmos a análise com o auxílio de microscópio e observação direta, inferimos que a fuligem presente é de origem oportunista, surgida em um momento pós-deposicional, possivelmente devido ao acúmulo de fungos e sujeira ao longo do tempo ou à exposição à fumaça de queimadas por coivara nas proximidades e o acúmulo d'água na superfície durante os períodos chuvosos. Não foram observadas marcas semelhantes na parte interna, que está revestida com engobo vermelho, logo não apresenta erosão internamente, o que sugere que a mancha externa resultou da erosão causada pelo tempo e exposição ao ambiente.

Os outros dois fragmentos apresentaram fuligem na superfície externa, que se estende do bojo até a borda, indicando marcas de uso intencional durante o aquecimento da vasilha sobre o fogo, como ilustrado nas imagens 52 e 53. Ambas possuem tratamento de superfície externa e interna sem decoração, porém com polimento.

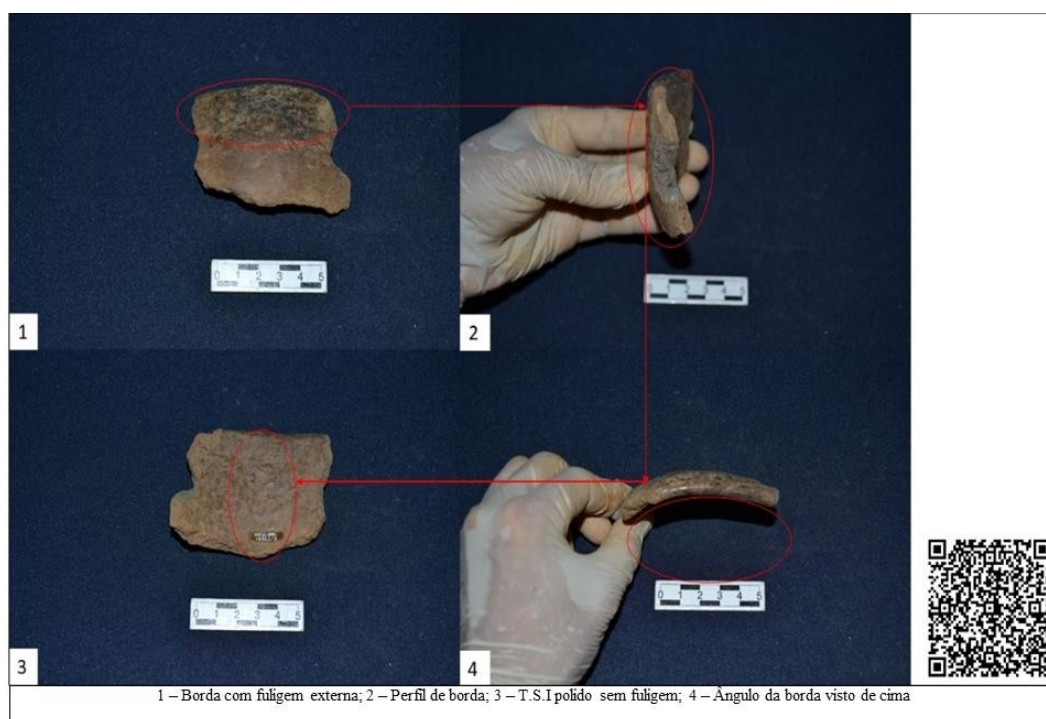


Imagem 52: Fragmento de borda com fuligem externa (Fonte: Costa, 2024).



Imagem 53: Fragmento de borda com bojo e fuligem externa (Fonte: Costa, 2024).

Na imagem 52, é possível observar um fragmento de borda direta, com espessura fina. Pelo perfil apresentado, assemelha-se a uma vasilha pequena, com uma abertura de contorno circular ou elíptico. Na imagem 53, vê-se uma borda reforçada externamente, com resquícios de bojo e espessura média. Pelo perfil observado, parece pertencer a uma vasilha de tamanho médio, com abertura circular ou elíptica. No entanto, ambas não foram possíveis de realizar uma reconstituição completa devido à falta de um ângulo de borda preciso.

Correlacionamos também os tipos de morfologias dos objetos com a presença e ausência de decoração, o que nos permitiu observar como essas decorações estão distribuídas nas vasilhas, conforme ilustrado no quadro seis (6).

Morfologia dos objetos	Dec. pintada	Dec. plástica	Sem dec.
Borda	T.S.I		T.S.E
Borda com parede	T.S.I		T.S.E
Borda com bojo	T.S.I		T.S.E
Perfil completo	T.S.I		T.S.E
Borda com alça			T.S.E e T.S.I

Bojo		T.S.E	T.S.I
Inflexão			T.S.E e T.S.I
Base	T.S.I		T.S.E

Quadro 6: Morfologias x presença e ausência de decoração - SACN (Fonte: Costa, 2024)

Observamos que, entre os diferentes fragmentos: como borda simples, borda com parede, borda com bojo e perfil completo, há exemplares tanto com decoração pintada quanto sem decoração. Isso ocorre porque a decoração pintada está presente internamente, enquanto a parte externa dos fragmentos permanece sem decoração.

Enquanto que um fragmento do tipo bojo apresentou decoração plástica (corrugada) externa e alisado interno. Essa distinção na distribuição do tratamento de superfície entre interno e externo nos ajudou a analisar as formas como um dos padrões recorrentes, conforme ilustrado na imagem 54.

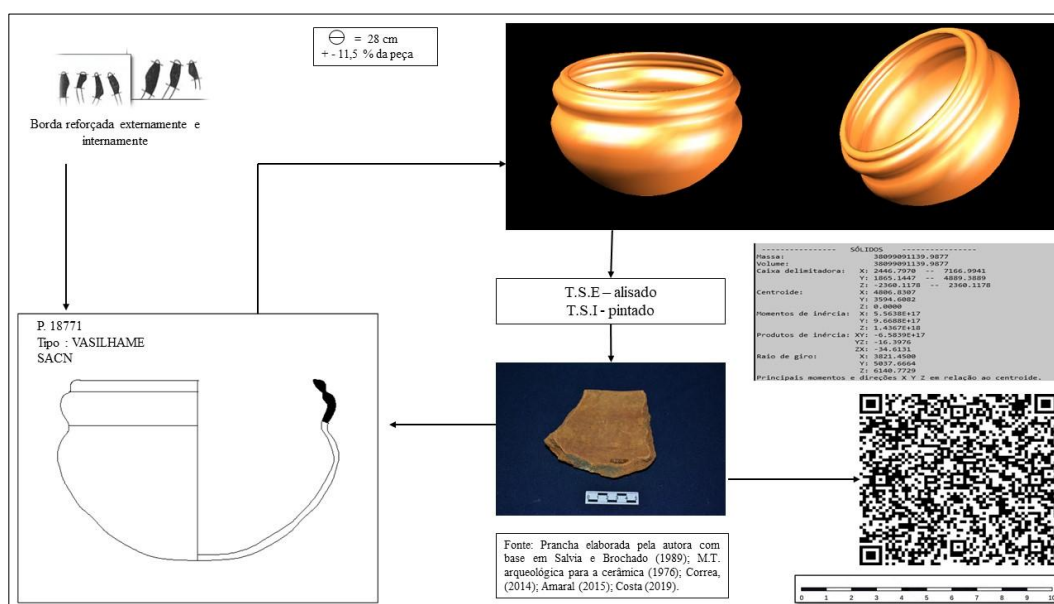
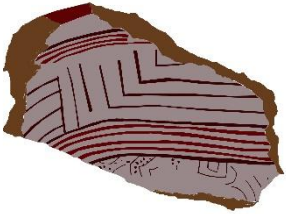
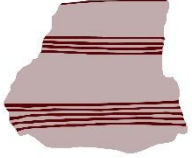


Imagem 54: Reconstituição hipotética forma 4 (Fonte: Costa, 2024)

Na imagem 54, com base nos atributos tecnológicos analisados, é possível inferir que se trata de uma vasilha com borda reforçada internamente e externamente. Sua morfologia sugere uma forma circular, com base convexa ou plana. O cálculo de volume, obtido através da reconstituição em 3D, indica que a vasilha se enquadra no tamanho médio, sendo adequada para cozinhar, servir ou armazenar.

Diante disso, fizemos uma análise entre os fragmentos com decoração pintada, identificamos cinco (5) variabilidade de estilos decorativos que se estendem pelas morfologias (borda e bojo, borda) das vasilhas, conforme ilustrado no quadro sete (7).

Estilo decorativo 1		
Estilo decorativo 3		
Estilo decorativo 4		
Estilo decorativo 7		

Estilo decorativo 10		

Quadro 7: Variabilidade nos estilos decorativos - SACN (Fonte: Costa, 2024)

No SASB-II, foram analisados vinte e sete (27) fragmentos, incluindo uma (1) piteira, quatro (4) fragmentos de fuso e vinte e dois (22) fragmentos de vasilhas. Os fragmentos das vasilhas foram submetidos a um estudo das suas propriedades tecnológicas. Entre os fragmentos, havia bordas simples, bordas com bojos, bordas com alça, bojos, inflexões, conforme ilustrado no gráfico sete (7).

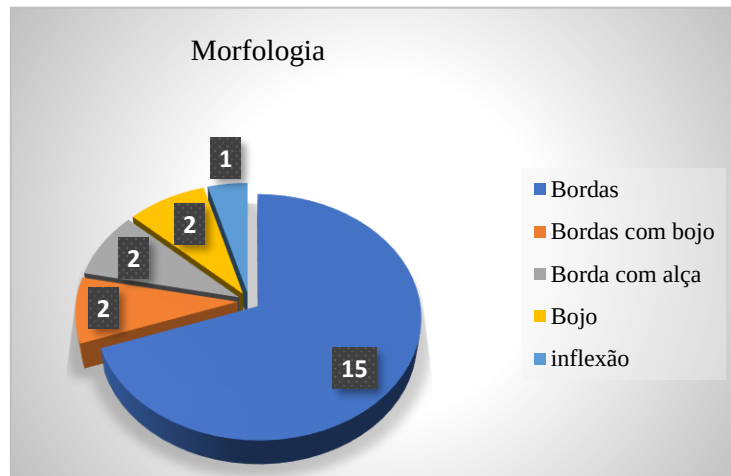


Gráfico 7: Quantificação das morfologias dos fragmentos – SASB-II (Fonte: Costa, 2024)

Em seguida foram analisados os dados sobre a relação da decoração pintada e sem decoração com as marcas de uso, conforme ilustrado nos gráficos oito e nove (8 e 9).



Gráfico 8: Quantificação da decoração pintada x sem decoração – SASB-II (Fonte: Costa, 2024).

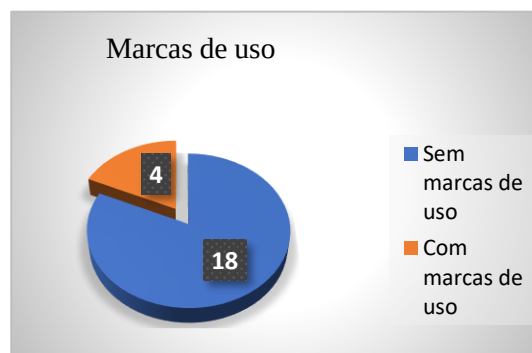


Gráfico 9: Quantificação das marcas de uso – SACN (Fonte: Costa, 2024)

Ao estabelecermos essa relação, constatamos que quatro (4) fragmentos apresentaram marcas de fuligem. Ao analisarmos essas marcas, observamos que a fuligem se concentrava em fragmentos como bordas simples, borda com alça e bojo simples. Desses fragmentos, três (3) não apresentavam decoração, enquanto um (1) tem decoração escovada, conforme a imagem 55.

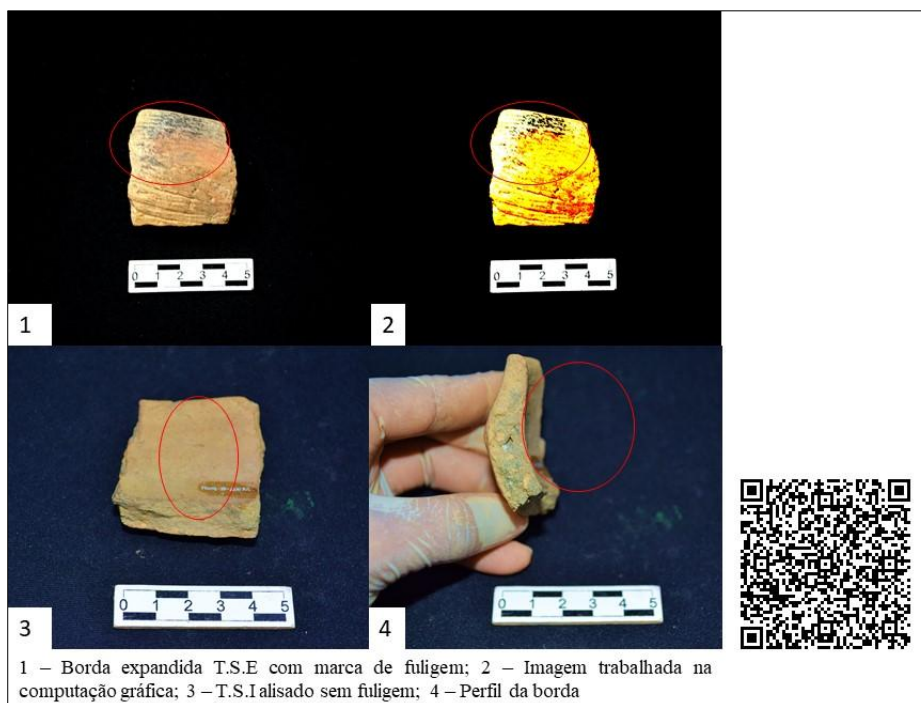


Imagem 55: Borda com decoração plástica escovada e marcas de fuligem externa (Fonte: Costa, 2024).

Na imagem 55, conforme os atributos tecnológicos analisados, corresponde a uma borda expandida de uma vasilha. O tratamento escovado da superfície externa facilitou a impregnação

de fuligem nos sulcos, indicando que a peça teve certa durabilidade ao longo do tempo. A presença de fuligem reflete o uso intencional da vasilha, evidenciado pelas marcas resultantes do contato com o fogo. Em contraste, a superfície interna não apresenta manchas. Embora o fragmento não seja grande o suficiente para permitir uma reconstituição detalhada por meio de desenho, é possível inferir, com base em seu perfil e dimensões, que a vasilha era de tamanho pequeno.

Os outros três fragmentos - borda, borda com alça e bojo - apresentam fuligem externa e superfície interna alisada, o que sugere um uso intencional da vasilha. Como essas morfologias são encontradas e serão detalhadas em outros sítios, não é necessário particularizar neste momento.

Outros atributos analisados incluíram as morfologias de cerâmicas com decoração e sem decoração. Correlacionamos os tipos de decoração com as diferentes morfologias das vasilhas, o que nos permitiu observar como essas decorações estão distribuídas nos objetos, conforme ilustrado no quadro oito (8).

Morfologia dos objetos	Dec. Pintada	Dec. Plástica	Sem. Dec.
Borda	T.S.I	T.S.E	
Borda com bojo	T.S.I		T.S.E
Borda com alça			T.S.E e T.S.I
Bojo			T.S.E e T.S.I
Inflexão			T.S.E e T.S.I
N. I	T.S.I		T.S.E

Quadro 8 -Morfologias x presença e ausência de decoração – SASB-II (Fonte: Costa, 2024).

Observamos que, entre os fragmentos como - borda simples, borda com bojo e borda com alça - há tantos exemplares com decoração pintada, decoração plástica, quanto sem decoração. Aqueles que apresentam decoração e sem decoração estão distribuídas entre T.S.I com decoração e T.S.E sem decoração. A decoração plástica nesse sítio foi identificada como escovada, estando essa no T.S.E.

Com base nisso, foram reconstituídas duas vasilhas para melhor observarmos os padrões recorrentes referente as formas e características de desempenho, conforme ilustrado nas imagens 56 e 57.

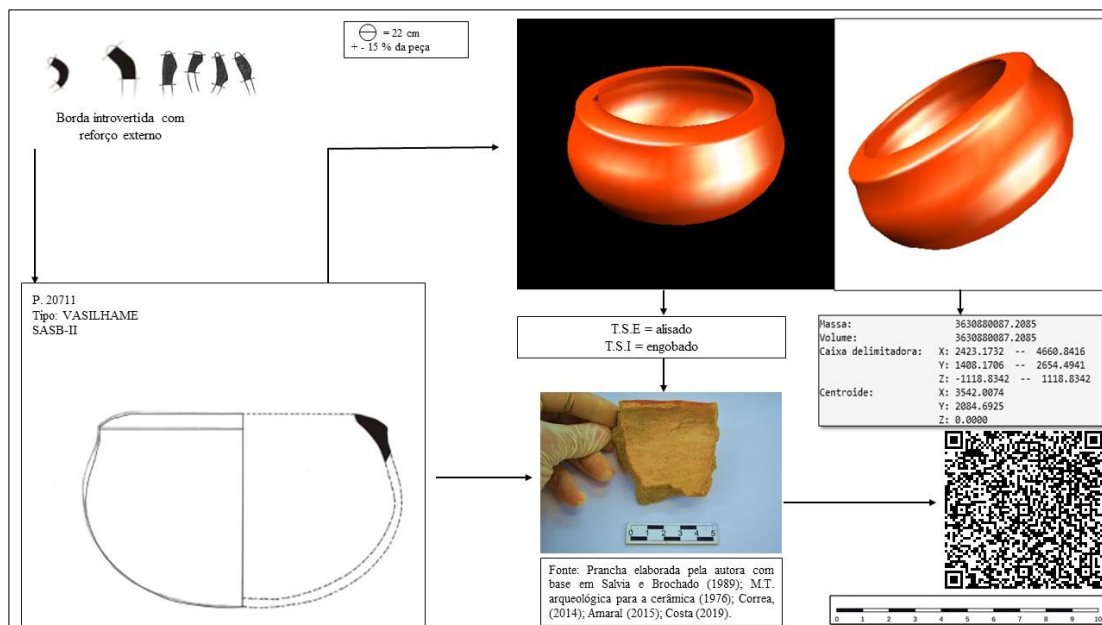


Imagem 56: Reconstituição hipotética forma 3 (Fonte: Costa, 2024).

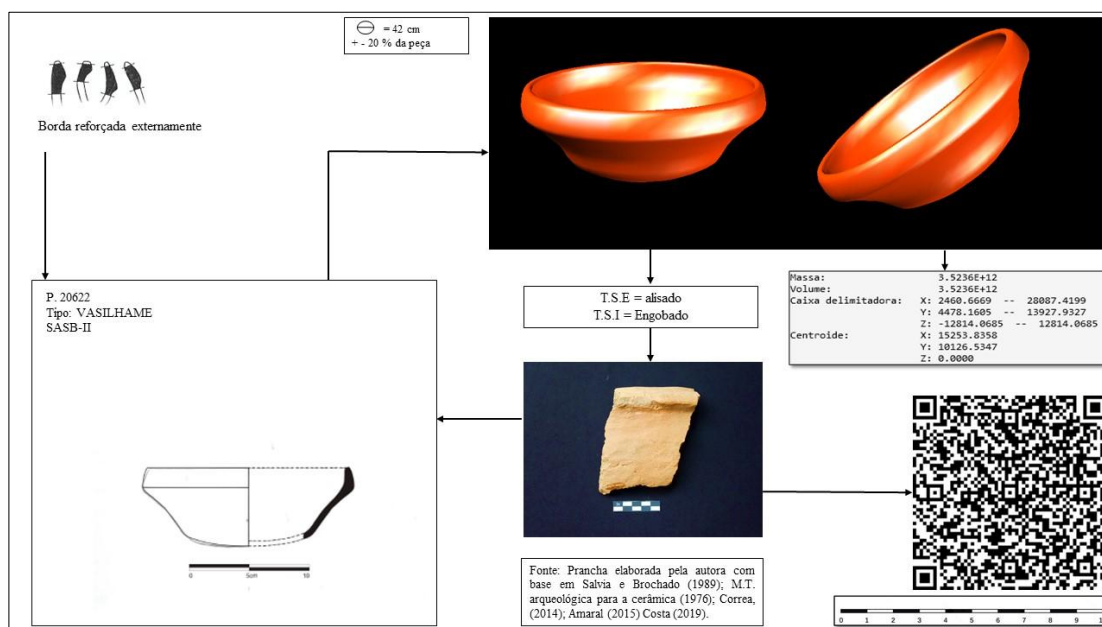
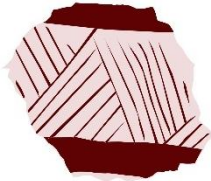
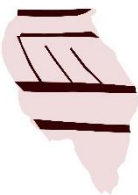


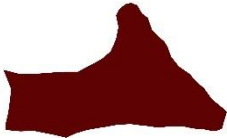
Imagem 57: Reconstituição hipotética forma 5 (Fonte: Costa, 2024)

Na imagem 56, com base nos atributos tecnológicos analisados, trata-se de uma vasilha com borda reforçada externamente. Sua morfologia sugere uma forma circular, com base convexa ou plana. O cálculo de volume, obtido através da reconstituição em 3D, indica que a vasilha se enquadra no tamanho médio.

Na imagem 57, com base nos atributos tecnológicos analisados, trata-se de uma vasilha com borda introvertida com reforço externo. A reconstituição 3D sugere que o fragmento pertence a uma vasilha de tamanho médio, de forma circular, base convexa ou plana.

Considerando esses aspectos, correlacionamos os fragmentos com decoração pintada e identificamos seis (6) variabilidade de estilos decorativos, que se manifestam em diferentes morfologias de vasilhas, incluindo bordas simples, bordas com bojo, bojo, inflexão, conforme ilustrado no quadro nove (9).

Estilo decorativo 1		
Estilo decorativo 3		
Estilo decorativo 4		

Estilo decorativo 6		
Estilo decorativo 7		
Estilo decorativo 9		

Quadro 9: Variabilidade nos estilos decorativos – SASB-II (Fonte: Costa, 2024).

No SAVA, foram selecionados e analisados trinta e cinco (35) fragmentos cerâmicos, incluindo um (1) fragmento de fuso. Os fragmentos das vasilhas passaram por uma análise das suas propriedades tecnológicas e morfológicas.

Entre os fragmentos estavam bordas simples, bordas com bojo, bordas com parede, perfis completos, bojo, inflexão, asa (apêndice), carena com bojo e um fragmento não identificado, conforme mostrado no gráfico 10.

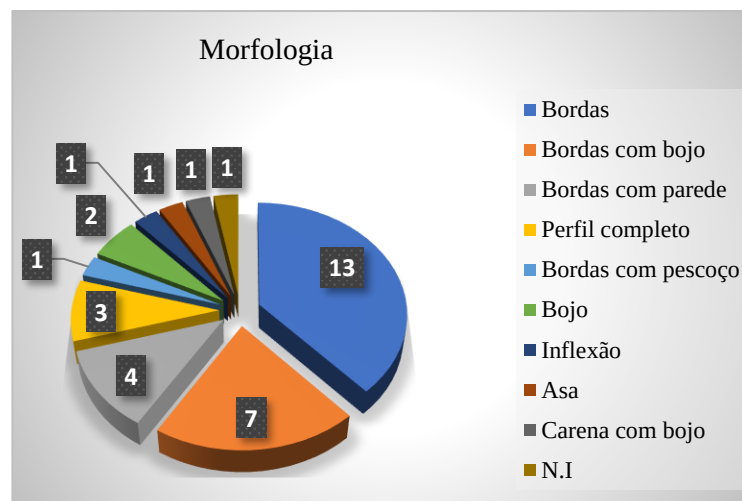


Gráfico 10: Quantificação das morfologias dos fragmentos – SAVA
(Fonte: Costa, 2024)

Em seguida foram analisados a relação da decoração pintada e sem decoração com as marcas de uso, conforme ilustrado nos gráficos onze e doze (11 e 12).

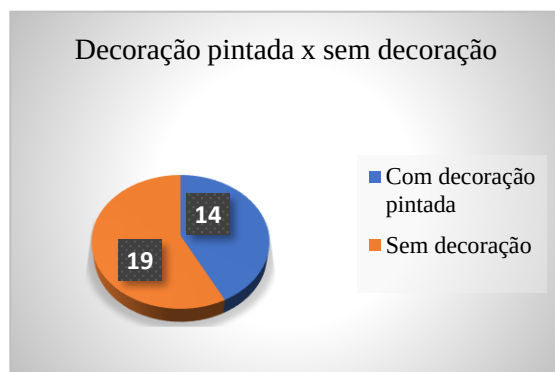


Gráfico 11: Quantificação da decoração pintada x sem decoração – SAVA (Fonte:



Gráfico 12: Quantificação das marcas de uso – SAVA Fonte: Costa, 2024).

Ao estabelecer essa relação, constatamos que cinco (5) fragmentos apresentaram marcas de fuligem. A análise dessas marcas revelou que a fuligem se concentrava em fragmentos como bordas simples, bordas com bojo, bojo e fragmentos de morfologia não identificada.

Todos os fragmentos com presença de fuligem pertenciam à categoria sem decoração. No entanto, apenas uma borda e um bojo apresentaram fuligem na parte externa, sugerindo indícios de fuligem resultante do uso intencional da vasilha, conforme ilustrado na Imagem 58. Os demais fragmentos apresentaram fuligem na parte interna, sugerindo indícios de uma fuligem oportunista resultante de queima pós-depositacional.

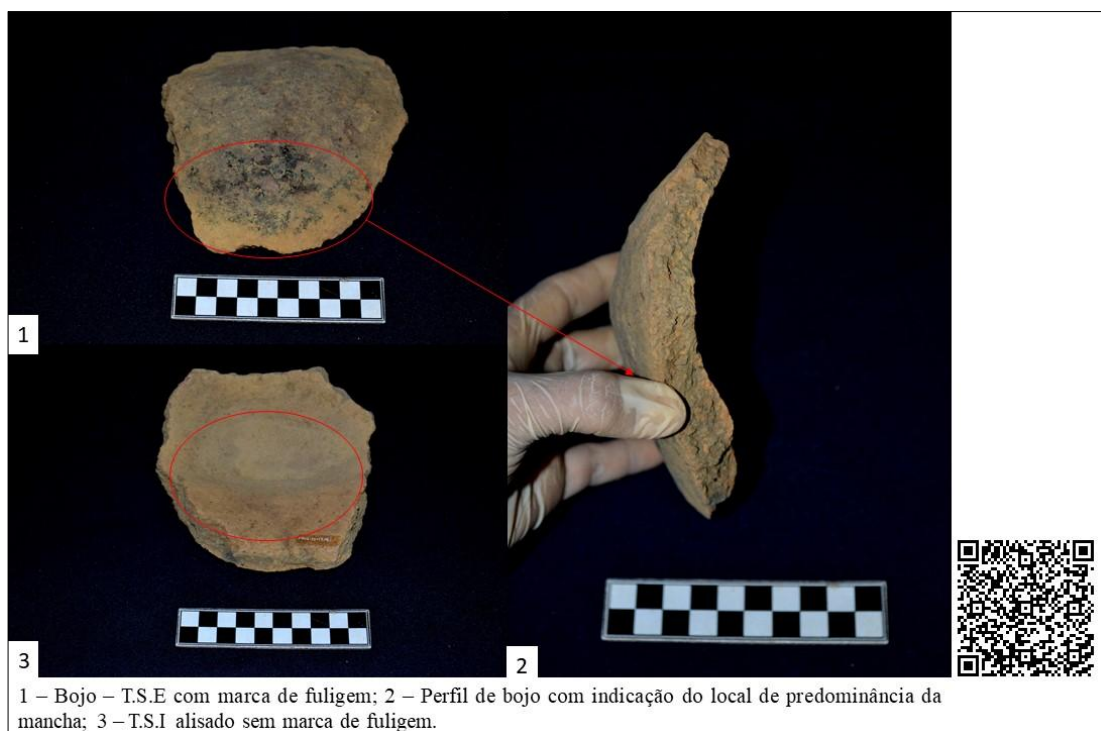


Imagem 58: Fragmento de bojo com marca de fuligem externa (Fonte: Costa, 2024).

Pelo tamanho e espessura do fragmento, é possível inferir que a vasilha era de grande porte. Há ausência de manchas na superfície interna. Esse fragmento pertence a um bojo, possivelmente de forma globular ou piriforme, o que faria com que a fuligem se concentrasse ao ser exposto ao fogo até certo ângulo da vasilha (em vasilhas de grande porte, as chamas tendem a se concentrar desde a base até o maior ângulo da vasilha, ou a abertura máxima do recipiente). Nesse caso, o calor se concentraria principalmente na parte inferior do bojo até a base, sugerindo uma base cônica ou conexa. O tratamento de superfície tanto interno como externo é sem decoração.

Outros atributos analisados incluíram as morfologias das cerâmicas com decoração pintada, decoração plástica e sem decoração. Correlacionamos os tipos de decoração com as diferentes partes das vasilhas, o que nos permitiu observar como essas decorações estão distribuídas nos objetos, conforme ilustrado no quadro dez (10).

Morfologia dos objetos	Dec. Pintada	Dec. Plástica	Sem. Dec.
Borda	T.S.I		T.S.E
Borda com bojo	T.S.I		T.S.E
Borda com parede	T.S.I		T.S.E

Perfil completo	T.S.I		T.S.E
Borda com pescoço			T.S.E e T.S.I
Bojo	T.S.I		T.S.E
Inflexão	T.S.I		T.S.E
Asa			T.S.E e T.S.I
Carena com bojo			T.S.E e T.S.I
N. I			T.S.E e T.S.I

Quadro 10: Morfologias x presença e ausência de decoração - SAVA (Fonte: Costa, 2024).

Observamos que entre os diferentes fragmentos de bordas - como borda simples, borda com bojo, borda com parede, perfil completo e bojo - há tanto exemplares com decoração pintada quanto sem decoração, isso se deve pelo fato do T.S.I apresentar decoração pintada, e o T.S.E não apresentar decoração.

Essa distinção na morfologia e no tratamento de superfície nos ajudou a analisar as formas, conforme ilustrado na reconstituição da imagem 59.

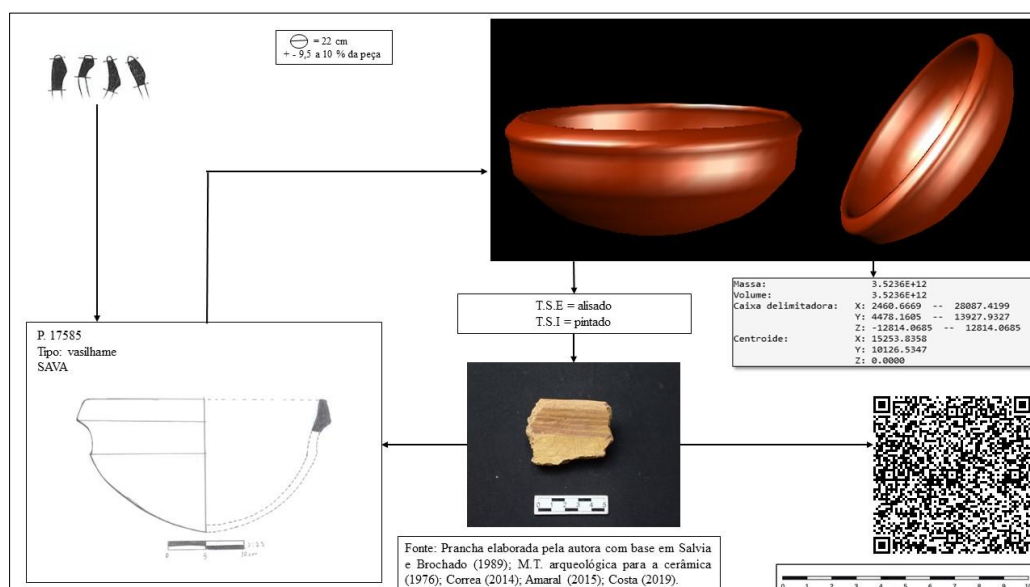
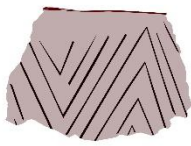
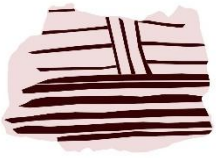
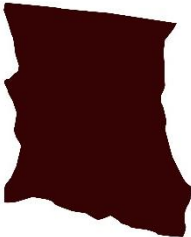
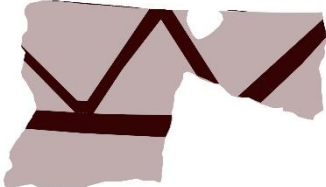
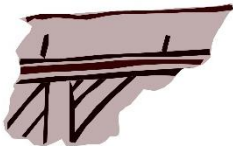


Imagem 59: Reconstituição hipotética forma 2 (Fonte: Costa, 2024).

Na imagem 59, trata-se de uma vasilha com borda reforçada externamente. Sua morfologia sugere uma forma circular ou elíptica, com base convexa. O cálculo de volume, obtido por meio da reconstituição em 3D, indica que a vasilha era de tamanho médio.

A partir dessa análise, examinamos os fragmentos com decoração pintada e identificamos sete variações de estilos decorativos, que se aplicam as diferentes morfologias das vasilhas, como borda, borda com bojo, borda com parede, bojo, inflexão e perfil completo, conforme ilustrado no quadro onze (11).

Estilo decorativo 1		
Estilo decorativo 2		
Estilo decorativo 4		
Estilo decorativo 6		

Estilo decorativo 7		
Estilo decorativo 8		
Estilo decorativo 11		

Quadro 11: Variabilidade nos estilos decorativos - SAVA (Fonte: Costa, 2024).

No SACB-II, foram analisados doze (12) fragmentos de vasilhas cerâmicas. Os fragmentos das vasilhas foram submetidos a um estudo das suas propriedades tecnológicas. Entre os fragmentos, havia bordas simples, bordas com bojos, bojos, inflexões, carena com bojo e base, conforme ilustrado no gráfico treze (13).

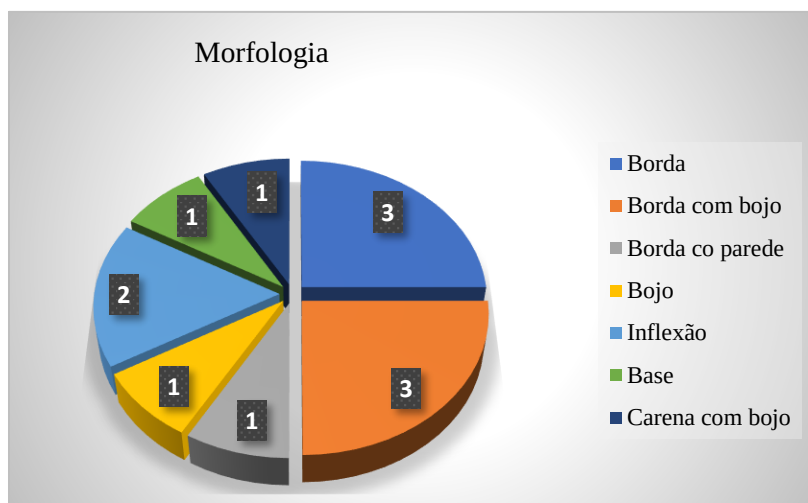


Gráfico 13: Quantificação das morfologias dos fragmentos - SACB-II
(Fonte: Costa, 2024)

Em seguida, foi analisada a relação entre a presença de decoração pintada e a ausência de decoração com as marcas de uso, conforme ilustrado nos gráficos quatorze e quinze (14 e 15).



Gráfico 14: Quantificação da decoração pintada x sem decoração – SACB-II (Fonte: Costa, 2024).



Gráfico 15: Quantificação das marcas de uso – SACB-II (Fonte: Costa, 2024)

Ao analisar essa conexão, identificamos três (3) fragmentos com marcas de fuligem. A análise revelou que a fuligem estava concentrada em fragmentos de bordas com bojo e bojo. Um dos fragmentos de borda com bojo apresenta resquícios de decoração pintada interna e uma marca de fuligem também interna.

No entanto, é possível inferir que essa marca está relacionada a mancha de queima durante o processo de produção da vasilha, ou ainda a uma fuligem oportunista resultante de queima pós-deposicional, já que se estende do bojo em direção a base, impregnando toda a pasta, mas não é visível na parte externa, conforme ilustrado na imagem 60/4. Os demais fragmentos de

borda e bojo mostram fuligem na parte externa e não possuem decoração, indicando que a fuligem é resultado de uso intencional da vasilha.

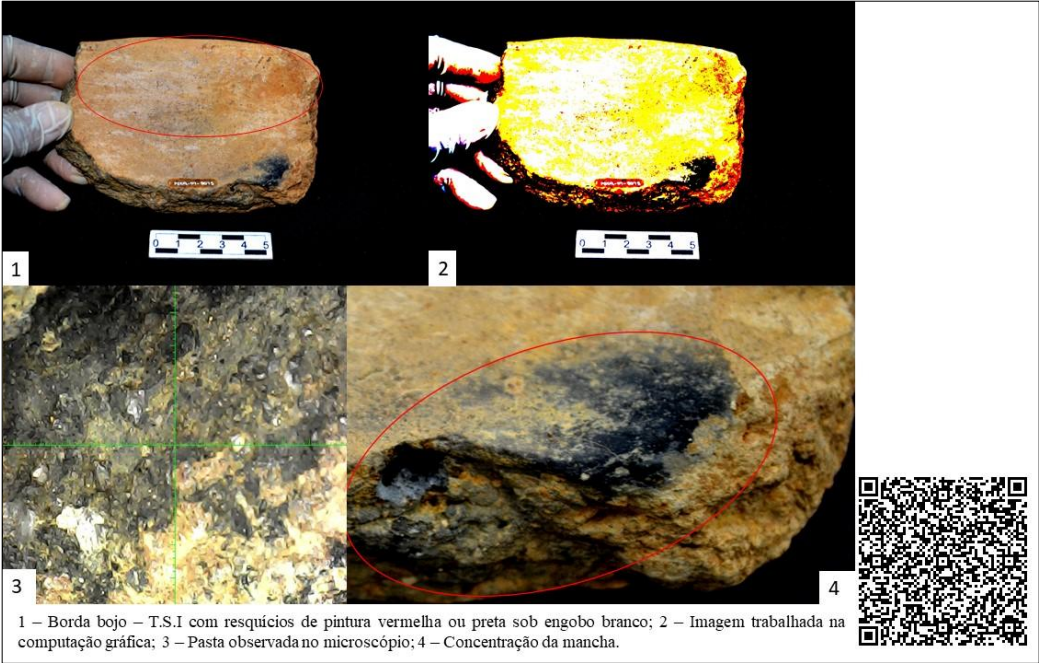


Imagem 60: Fragmento de borda com bojo com mancha de fuligem interna (Fonte: Costa, 2024).

Outros atributos analisados incluíram as morfologias das cerâmicas com decoração pintada, decoração plástica e sem decoração, conforme ilustrado no quadro doze (12).

Morfologia dos objetos	Dec. Pintada	Dec. Plástica	Sem. Dec.
Borda	T.S.I		T.S.E
Borda com bojo	T.S.I		T.S.E
Carena com bojo			T.S.E e T.S.I
Borda Com parede			T.S.E e T.S.I
Base			T.S.E e T.S.I
Bojo			T.S.E e T.S.I
Inflexão	T.S.I		T.S.E

Quadro 12: Morfologia x presença e ausência de decoração - SACB-II (Fonte: Costa, 2024).

Observamos que, entre os diferentes tipos de fragmentos como borda simples, borda com bojo e inflexão, há exemplares com e sem decorações pintadas. Essa observação nos permitiu reconstruir hipoteticamente algumas das vasilhas, conforme ilustrado na imagem 61.

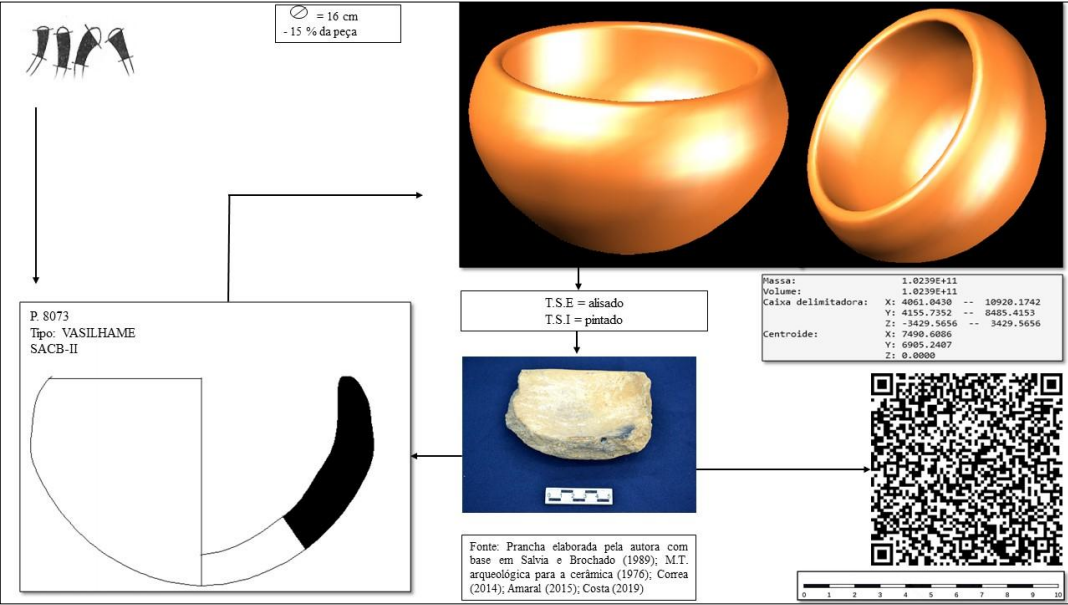
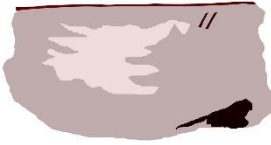


Imagem 61: Reconstituição hipotética – forma 6 (Fonte: Costa, 2024).

Na imagem 61, as características observadas sugerem que se trata de uma vasilha com borda contraída, cuja morfologia é típica de formas esféricas, com base convexa ou cônica. Pelo cálculo de volume e reconstituição em 3D, concluímos que se trata de uma vasilha de tamanho pequeno.

Nesse contexto, entre os fragmentos analisados com decoração pintada, identificamos dois estilos decorativos que se estendem pelas diferentes morfologias das vasilhas, conforme ilustrado no quadro treze (13).

Estilo decorativo 2		

Estilo decorativo 6		

Quadro 13: Variabilidade dos estilos decorativos – SACB-II (Fonte: Costa, 2024).

No SACH-I, foram selecionados e analisados vinte e um (21) fragmentos arqueológicos, dezesseis (16) fragmentos correspondem a vasilhas cerâmicas, um (1) fragmento pertence a uma rodela de fuso em amazonita e quatro (4) artefatos líticos corresponde a ferramentas. Entre os fragmentos cerâmicos, havia bordas simples, bordas com bojos, bordas com parede e bases, conforme ilustrado no gráfico dezesseis (16).

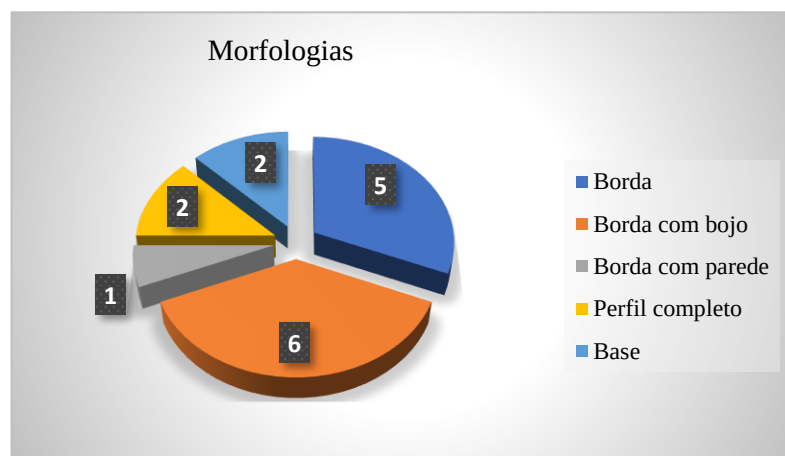


Gráfico 16: Quantificação das morfologias dos fragmentos cerâmicos - SACH-I (Fonte: Costa, 2024).

Em seguida, foi analisada a relação entre a presença de decoração pintada e a ausência de decoração com as marcas de uso, conforme ilustrado nos gráficos dezessete e dezoito (17 e 18).



Gráfico 17: Quantificação da decoração pintada x sem decoração – SACH-I (Fonte: Costa, 2024)



Gráfico 18: Quantificação das marcas de uso – SACH-I (Fonte: Costa, 2024).

Ao analisar essa conexão, identificamos quatro (4) fragmentos com marcas de fuligem. A análise revelou que a fuligem estava concentrada em fragmentos de borda, borda com bojo, perfil completo e uma base. Entretanto todas com fuligem externa e sem decoração pintada, conforme ilustrado na imagem 62, 63 e 64.

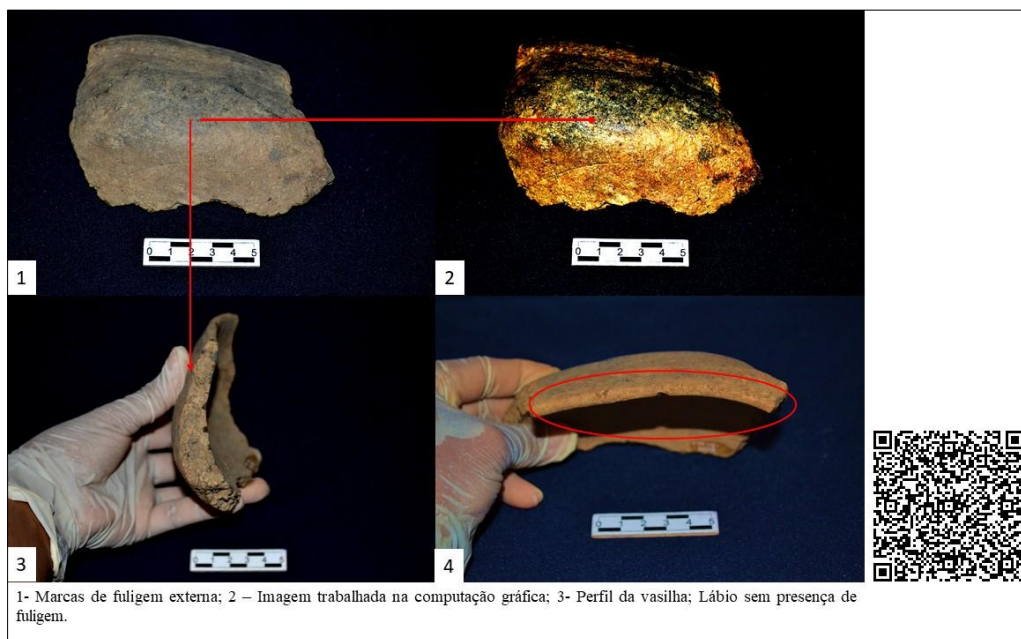


Imagem 62: Perfil completo com marca de fuligem externa (Fonte: Costa, 2024).

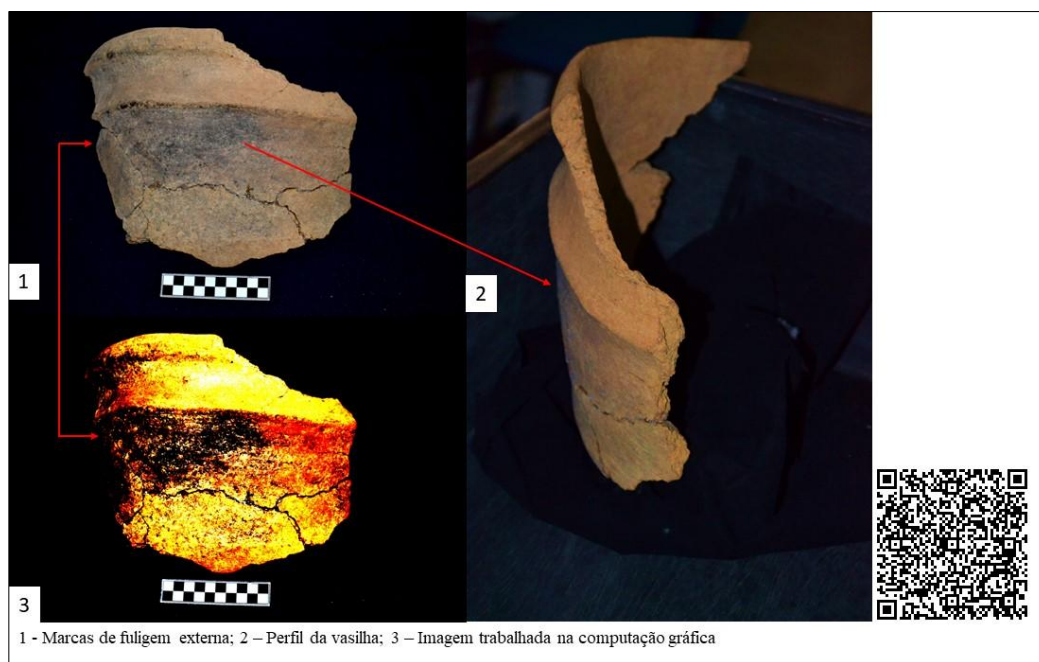


Imagem 63: Borda com bojo cambado com marcas de fuligem externa (Fonte: Costa, 2024).

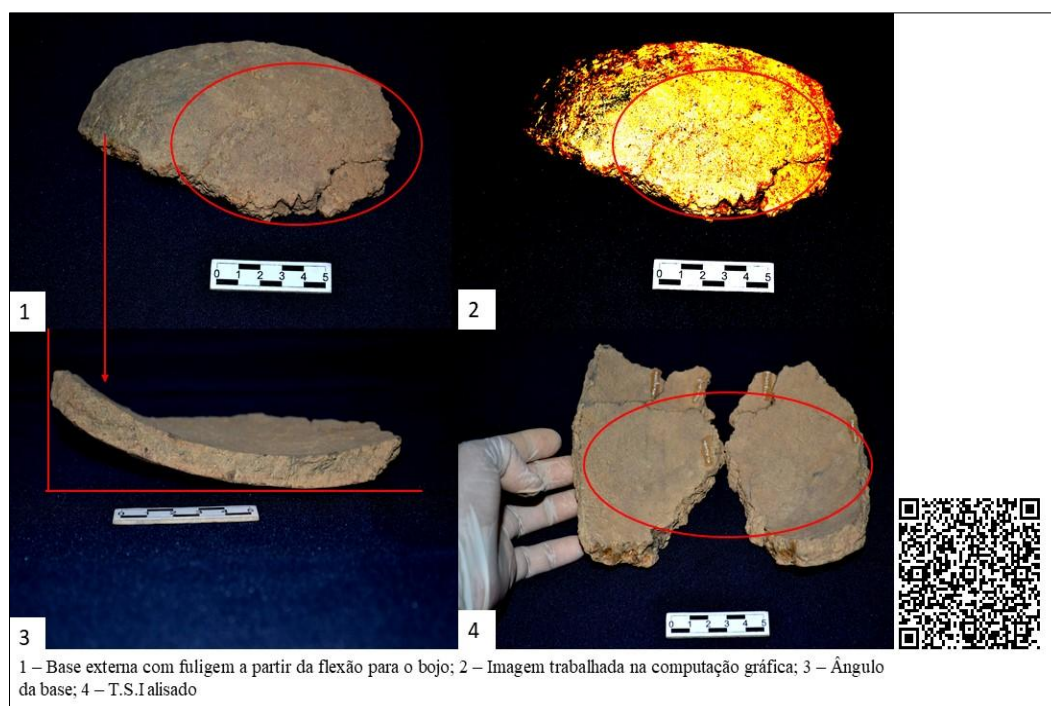


Imagem 64: Base com presença de fuligem externa (Fonte: Costa, 2024).

Na imagem 62, os atributos observados indicam que se trata de um fragmento de perfil completo, apresentando o início da formação da base, bojo completo e borda expandida com leve reforço. A morfologia é típica de vasilhas com abertura circular e base convexa ou plana, sugerindo que o objeto pertence à categoria de tamanho médio. A fuligem está concentrada em partes do bojo e se estende até a borda. No entanto, na parte interna, a partir do lábio, não há vestígios de fuligem, o que indica que sua formação está relacionada a um uso intencional da vasilha.

Na imagem 63, as propriedades ressaltadas indicam que esse fragmento pertence a uma borda reforçada externamente com bojo cambado, típico de formas circulares ou ovais, com base convexa ou plana. A fuligem se concentra principalmente na área de maior abertura da vasilha, localizada no escalonamento e, se estende até o reforço da borda. Esse padrão sugere evidências de fuligem resultante de uso intencional da peça.

Na imagem 64, identifica-se um fragmento de base cerâmica. A superfície plana, que entra em contato direto com o fogo, não apresenta acúmulo significativo de fuligem. Entretanto, no ponto onde a base se inclina em direção ao bojo, surgem as primeiras evidências de fuligem, indicando um possível uso intencional da peça em atividades relacionadas ao fogo.

O quarto fragmento corresponde a uma borda reforçada externamente, apresentando fuligem semelhante à observada em outros fragmentos já ilustrados. Isso sugere que a fuligem resulta do uso intencional da vasilha, tornando esse fragmento um padrão recorrente em outros sítios.

Outros atributos analisados incluem as morfologias de cerâmicas com decoração pintada, decoração plástica e sem decoração, conforme ilustrado no quadro quatorze (14).

Morfologias dos objetos	Dec. Pintada	Dec. Plástica	Sem. Dec.
Borda	T.S.I		T.S.E
Borda com bojo	T.S.I		T.S.E
Borda com parede	T.S.I		T.S.E
Perfil completo			T.S.E e T.S.I
Base		T.S.E	T.S.E

Quadro 14: Morfologia x presença e ausência de decoração – SACH-I(Fonte: Costa, 2024).

Observamos que, entre os diferentes tipos de fragmentos como borda simples, borda com bojo, borda com parede, há exemplares com e sem decorações pintadas, estando essas distribuídas entre T.S.E e T.S.I. Um fragmento de base apresentou decoração plástica corrugada no T.S.E. Essa observação nos permitiu reconstruir hipoteticamente algumas das vasilhas, conforme ilustrado nas imagens 65 e 66.

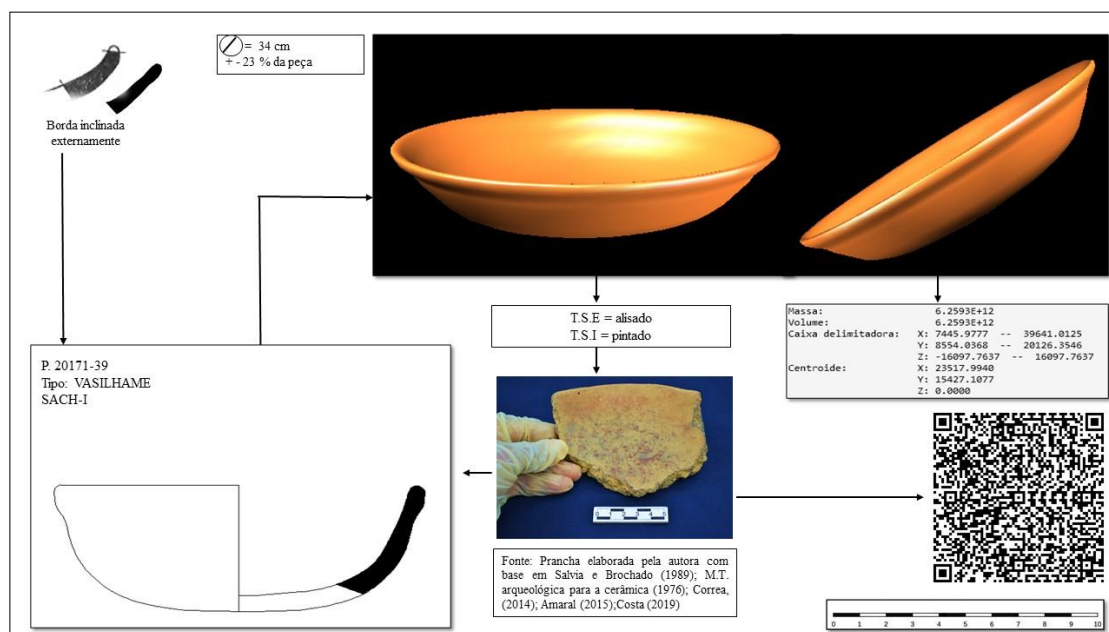


Imagem 65: Reconstituição hipotética forma 7 (Fonte: adaptada de Costa, 2019)

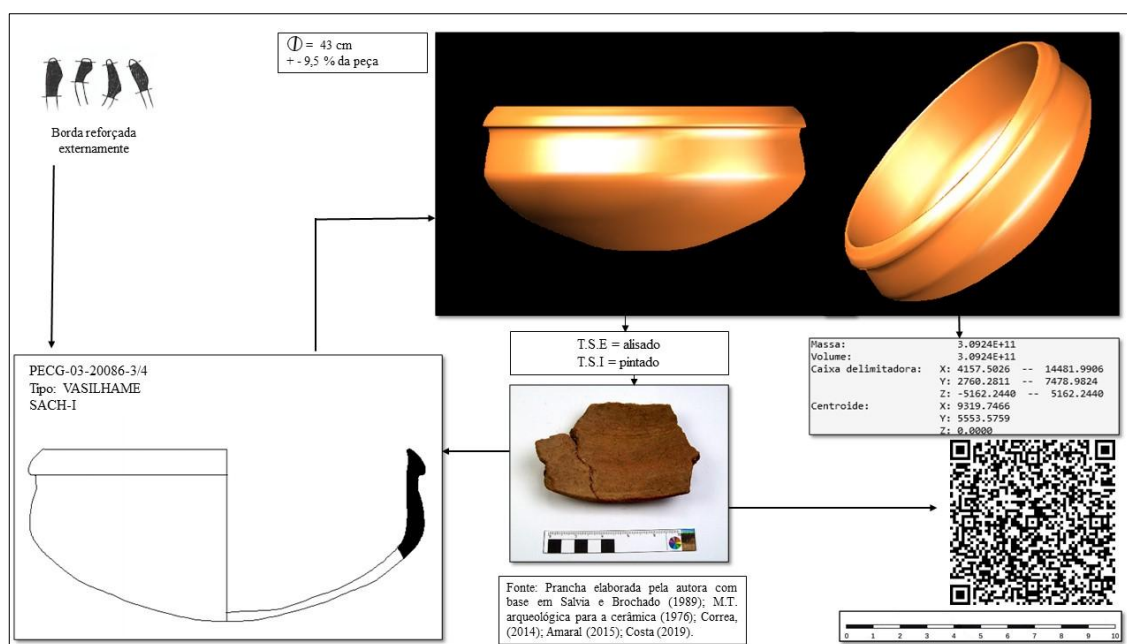
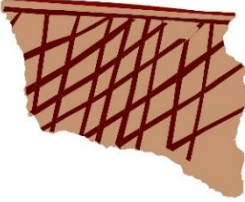


Imagem 66: Reconstituição hipotética forma 2 (Fonte: adaptado de Costa, 2019)

Na imagem 65, a partir dos atributos tecnológicos analisados possivelmente trata-se de uma vasilha com bojo e borda inclinada externamente, forma circular aberta, base plana. A partir do cálculo de volume obtido através da reconstituição em 3D, concluiu-se que se trata de uma vasilha de tamanho médio.

Na imagem 66, os atributos técnicos analisados indicam uma vasilha com borda reforçada externamente, forma circular ou elíptica, base convexa ou plana. A reconstituição e o cálculo do volume sugerem que trata de uma vasilha de tamanho médio.

Nesse contexto, entre os fragmentos analisados com decoração pintada, identificamos três (3) estilos decorativos que se estendem pelas diferentes morfologias das vasilhas, conforme ilustrado no quadro quinze (15).

Estilo decorativo 1		
Estilo decorativo 5		
Estilo decorativo 4		

Quadro 15: Variabilidade dos estilos decorativos – SACH-I (Fonte: Costa, 2024).

No SABRT-I, foram selecionados e analisados trinta e quatro (34) fragmentos arqueológicos, sendo vinte e seis (26) de vasilhas cerâmicas, um (1) fragmento de rodela de fuso em rocha, um conjunto de rodela de fuso em cerâmica e quatro (4) ferramentas líticas.

Entre os fragmentos cerâmicos, identificaram-se bordas simples, bordas com bojos, carena, base, apêndices como (alça e asa) e perfil completo, conforme apresentado no gráfico dezoito (18).

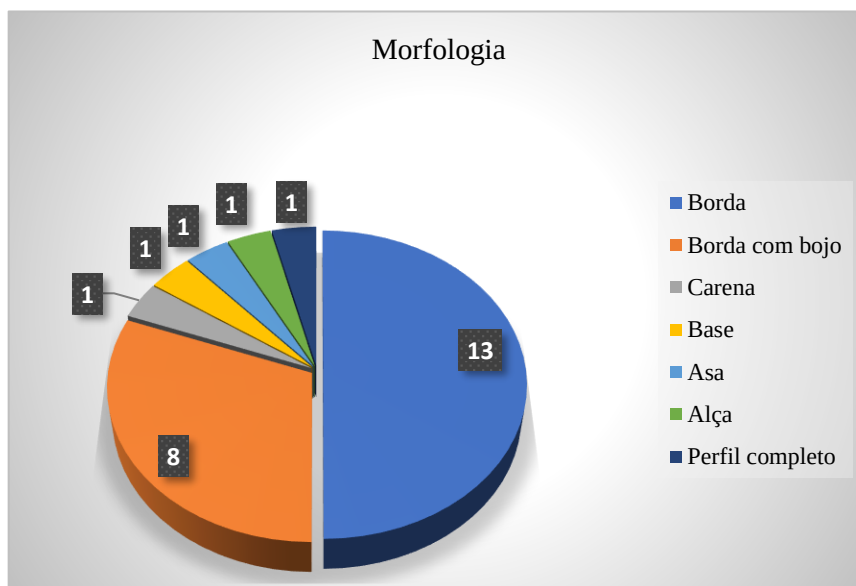


Gráfico 19: Quantificação das morfologias dos fragmentos - SABRT-I (Fonte: Costa, 2024).

Em seguida, foi analisada a relação entre a presença de decoração pintada e a ausência de decoração com as marcas de uso, conforme ilustrado nos gráficos vinte e vinte um (20 e 21)

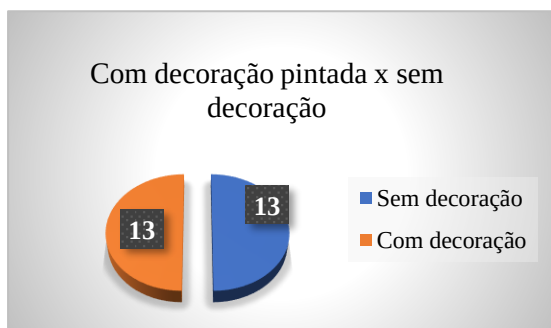


Gráfico 20: Quantificação de decoração x sem decoração - SABRT-I (Fonte: Costa, 2024).

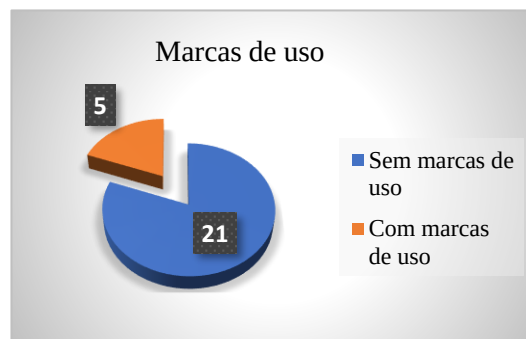


Gráfico 21: Quantificação das marcas de uso - SABRT-I (Fonte: Costa, 2024).

Ao examinar essa relação, foram identificados cinco (5) fragmentos com marcas de fuligem. A fuligem estava presente em fragmentos de bordas e bordas com bojo, sendo que dois (2) fragmentos de borda com bojo tinham decoração pintada internamente, um apresentava fuligem interna e outro, fuligem externa (ver imagem 67). Um fragmento de borda com bojo possuía decoração plástica corrugada externa, conforme ilustrado na imagem 68. Os outros dois (2) fragmentos de borda não apresentaram decoração apenas fuligem externa.

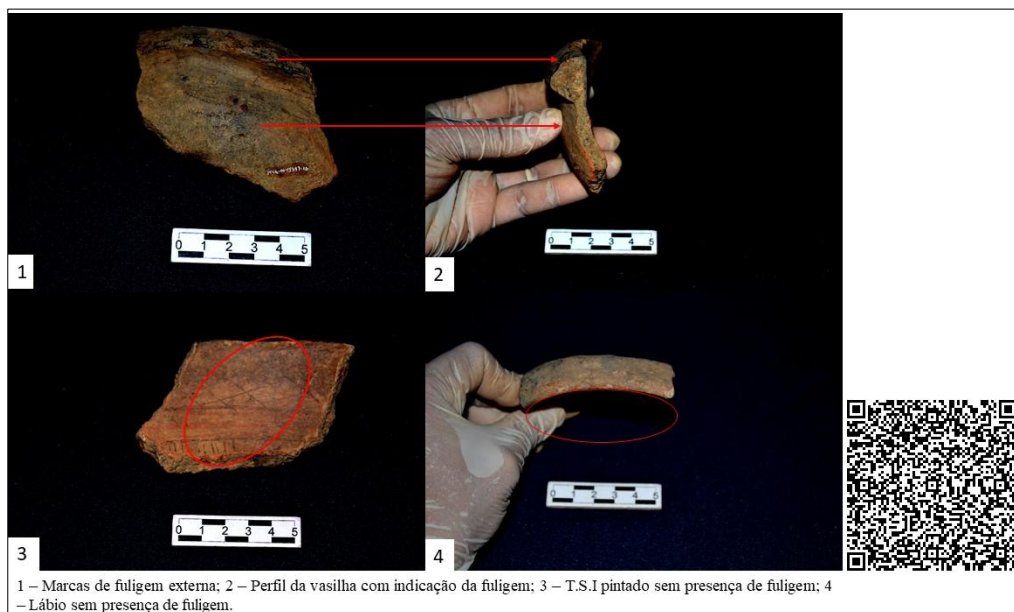


Imagem 67: Borda com bojo, exibindo fuligem no tse e pintura no tsi (Fonte: Costa, 2024).

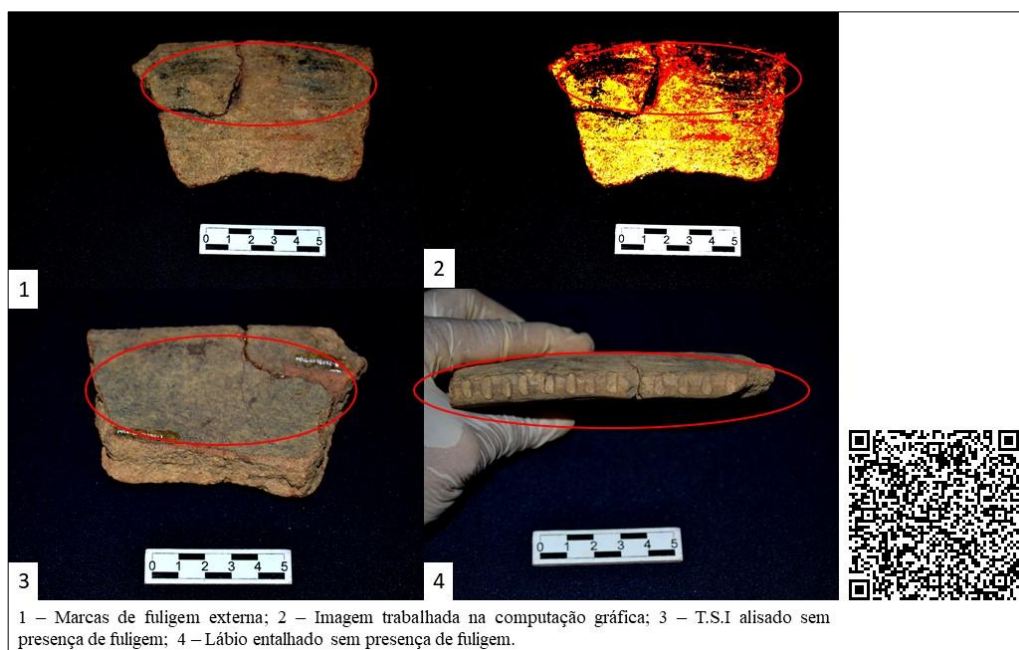


Imagem 68: Borda com bojo T.S.E, apresentando decoração plástica corrugada e fuligem (Fonte: Costa, 2024).

Na imagem 67, os atributos analisados sugerem uma vasilha com abertura circular ou elíptica, o perfil, juntamente com o ângulo, indica que se trata de um objeto de pequeno porte. A fuligem concentra-se em partes do bojo, estendendo-se até a borda, sem indícios de fuligem na parte interna a partir do lábio. Um ponto de destaque é a pintura interna, que contrasta com as marcas de fuligem externa, sendo o único fragmento do acervo analisado que combina fuligem externa, distribuída de acordo com o uso intencional e, decoração interna em pintura policroma bem definidas.

Na imagem 68, as propriedades observadas indicam que o fragmento pertence a uma borda direta ou expandida com bojo, apresentando decoração externa em estilo plástico corrugado. A fuligem está concentrada na borda, estendendo-se até o lábio externo. No entanto, a partir do lábio, que apresenta entalhes, não há vestígios de fuligem, assim como na parte interna, o que podemos considerar uma fuligem do uso intencional. Trata-se de um fragmento grande, porém com ângulo reto, o que impossibilitou sua reconstituição. No entanto, pelo tamanho e espessura, pode-se inferir que ele pertence a uma vasilha de grande porte.

Outros atributos analisados incluem as morfologias de cerâmicas com decoração pintada, decoração plástica e sem decoração, conforme ilustrado no quadro dezesseis (16).

Morfologia dos objetos	Dec. Pintada	Dec. Plástica	Sem. Dec.
Borda	T.S.I		T.S.E
Borda com bojo		T.S.E	T.S.I
Carena		T.S.E	T.S.I
Perfil completo	T.S.I		T.S.E
Base			T.S.E e T.S.I
Asa			T.S.E e T.S.I
Alça			T.S.E e T.S.I

Quadro 16: Morfologia x presença e ausência de decoração – SABRT-I (Fonte: Costa, 2024).

Observamos que, entre os diferentes tipos de fragmentos como borda simples, borda com bojo e perfil completo, há exemplares com e sem decorações pintadas, distribuídas entre TSE e TSI. Quanto as decorações plásticas apresentaram duas (2) corrugadas no T.S.E. Essa observação nos permitiu reconstruir hipoteticamente algumas das vasilhas, conforme ilustrado na imagem 69 e 70.

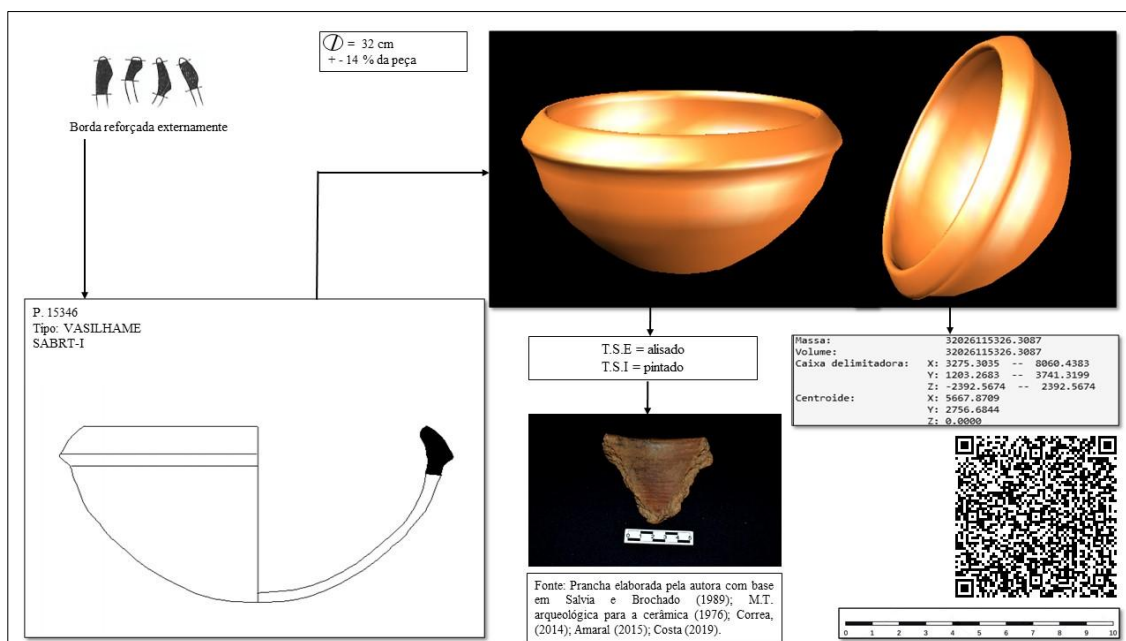


Imagem 69: Reconstituição hipotética forma 8 (Fonte: Costa, 2024).

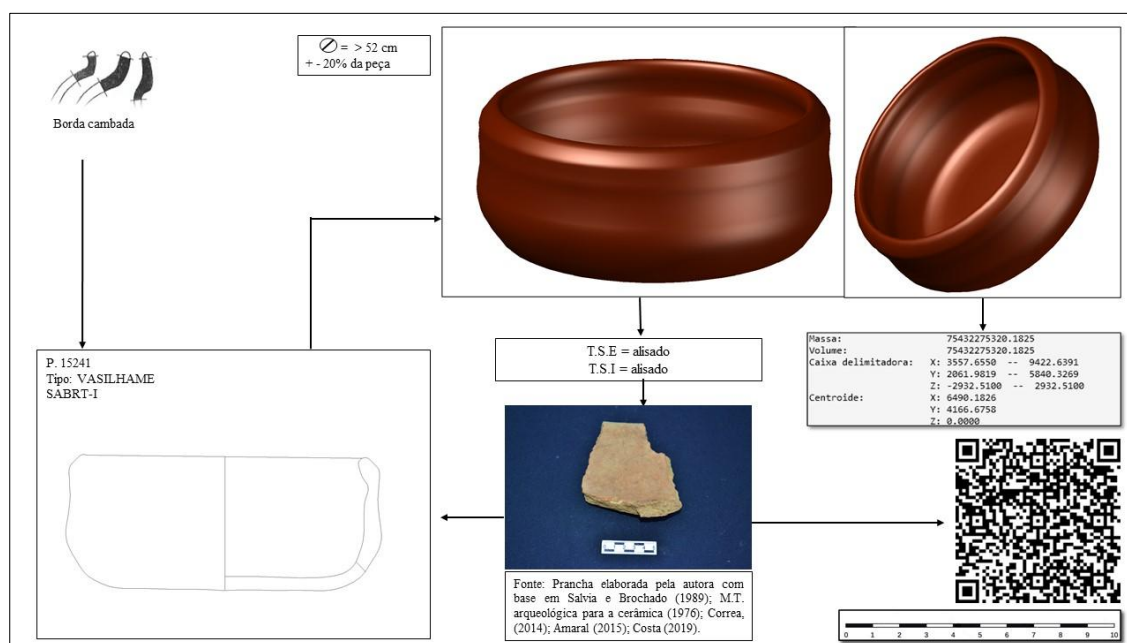


Imagem 70: Reconstituição hipotética forma 9 (Fonte: Adaptado de Costa, 2019).

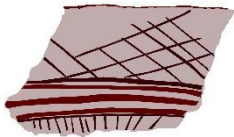
Na imagem 69, as características indicam que se trata de uma vasilha, forma circular ou elíptica, base convexa. Com base no cálculo de volume obtido pela reconstituição em 3D, concluiu-se que a vasilha é de tamanho médio.

Na imagem 70, o fragmento sugere uma abertura superior a 52 cm, exibindo borda cambada com bojo e início de base, ou seja, um perfil quase completo. No entanto, devido ao contorno da abertura e ao ângulo reto do lábio, há indícios de que o fragmento possa pertencer a uma vasilha de formato quadrangular ou retangular.

No caso de vasilhas quadrangulares e retangulares, esse tipo de desenho é limitado, pois a forma irregular impede o encaixe preciso dos ângulos de abertura, dificultando a reconstituição completa. Mesmo assim, resolvemos fazer um esboço reconstutivo pois o desenho ainda oferece valiosos insights sobre o objeto, sua função e contexto cultural.

Nessa análise, entre os fragmentos com decoração pintada, foram identificados seis (6) estilos decorativos que se distribuem por diferentes morfologias de vasilhas, conforme ilustrado no quadro dezessete (17).

Estilo decorativo 1		
Estilo decorativo 2		

Estilo decorativo 3		
Estilo decorativo 4		
Estilo decorativo 5		
Estilo decorativo 7		

Quadro 17: Variabilidade dos estilos decorativos: SABRT-I (Fonte: Costa, 2024).

No SABRT-II, foram selecionados e analisados doze (12) fragmentos arqueológicos correspondem a vasilhas cerâmicas. Entre os fragmentos, havia bordas simples, bordas com paredes, bordas com bojos, borda com alça e perfis completos, conforme ilustrado no gráfico vinte e dois (22).

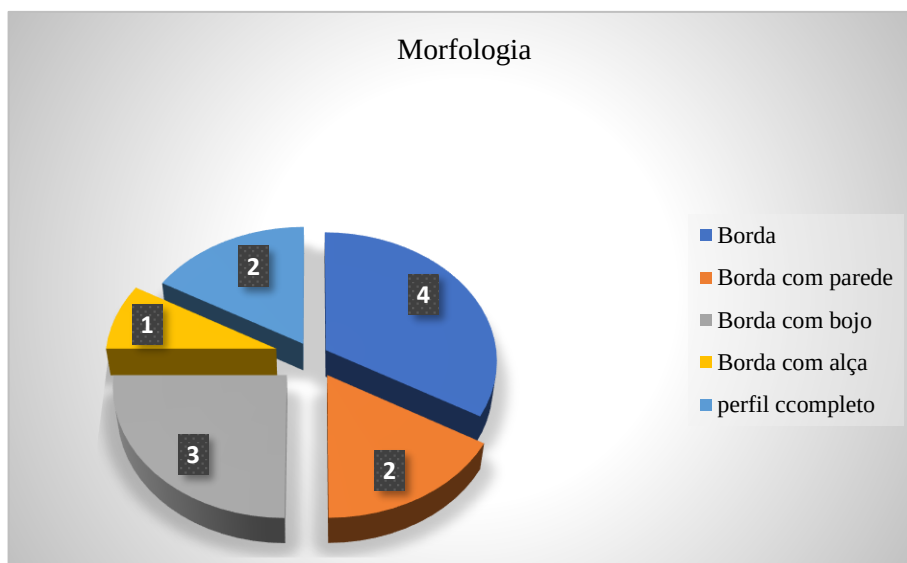


Gráfico 22: Quantificação das morfologias dos fragmentos (Fonte: Costa, 2024).

Em seguida, foi analisada a relação entre a presença de decoração pintada e a ausência de decoração com as marcas de uso, conforme ilustrado nos gráficos vinte e três e vinte e quatro (23 e 24).



Gráfico 23: Quantificação de decoração x sem decoração – SABRT-II (Fonte: Costa, 2024).

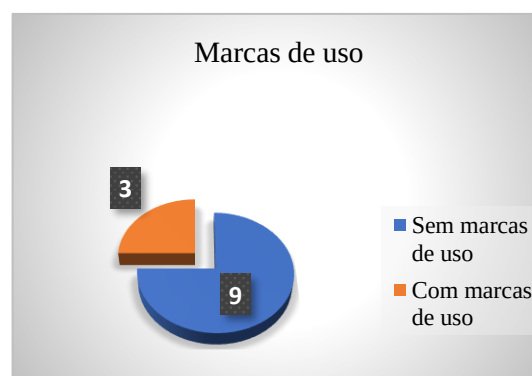


Gráfico 24: Quantificação das marcas de uso – SABRT-II (Fonte: Costa, 2024)

Ao examinar essa relação, identificamos três (3) fragmentos com marcas de uso: um fragmento com marcas de fuligem na borda externa e na parede interna (ver imagem 71), outro fragmento com fuligem externa e craquelamento na base interna (ver imagem 72), e um terceiro fragmento com possível depósito de carbono (ver imagem 73).

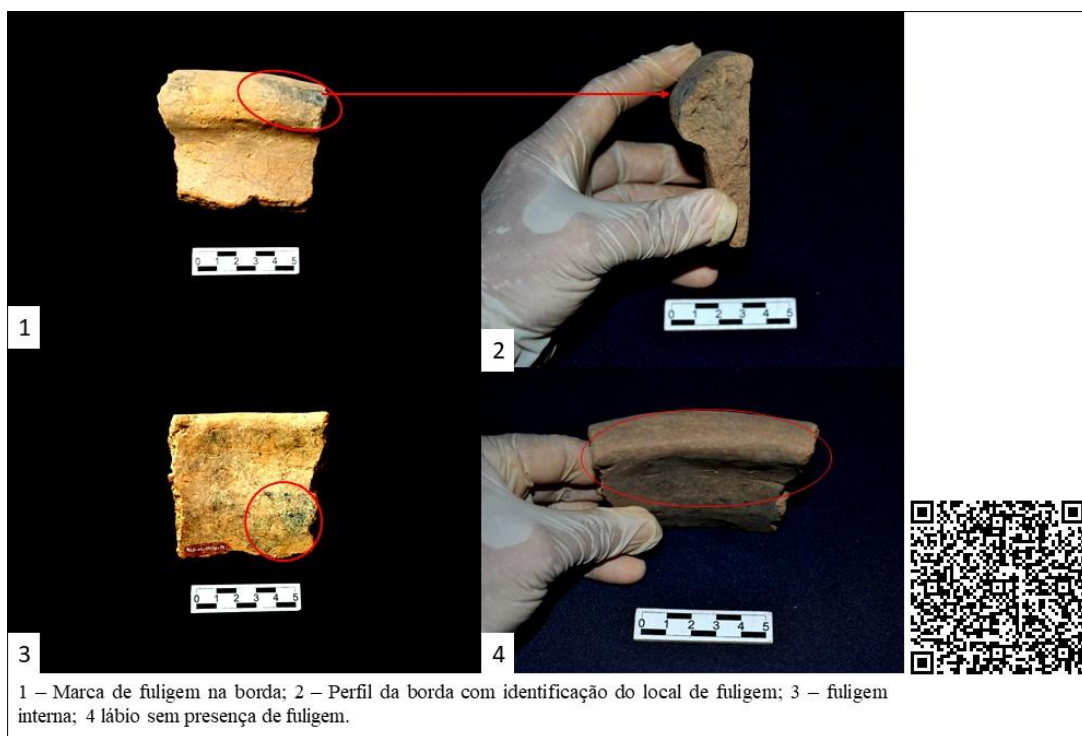


Imagem 71: Borda com parede, apresentando fuligem no TSE e TSI (Fonte: Costa, 2024).

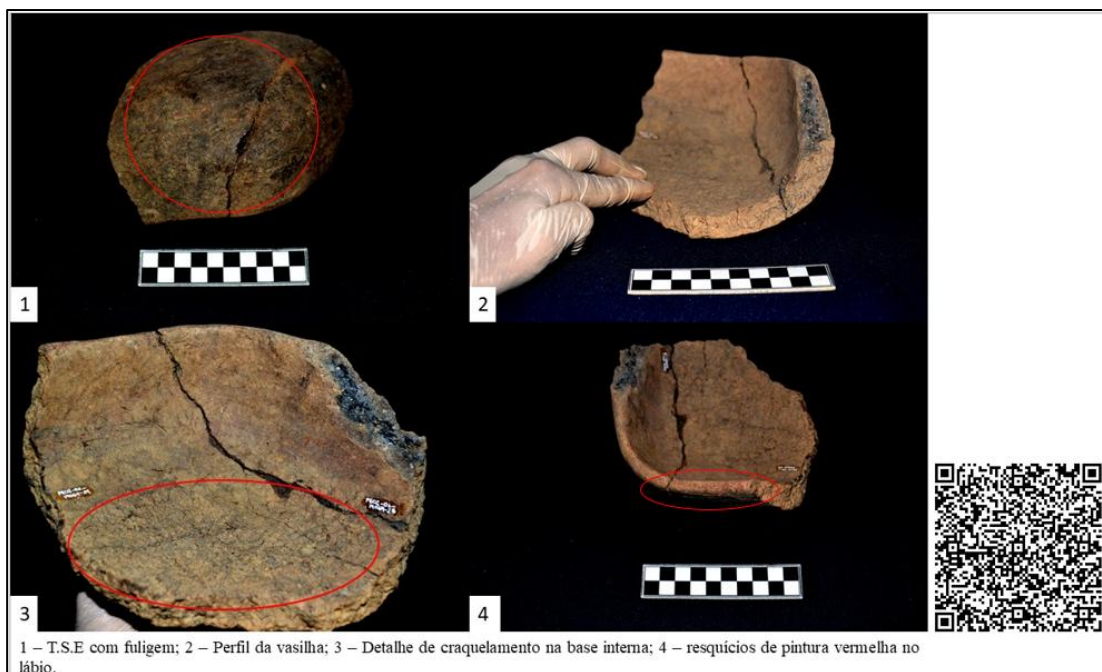


Imagem 72: Perfil com presença de fuligem externa e craquelamento na base interna (Fonte: Costa, 2024)

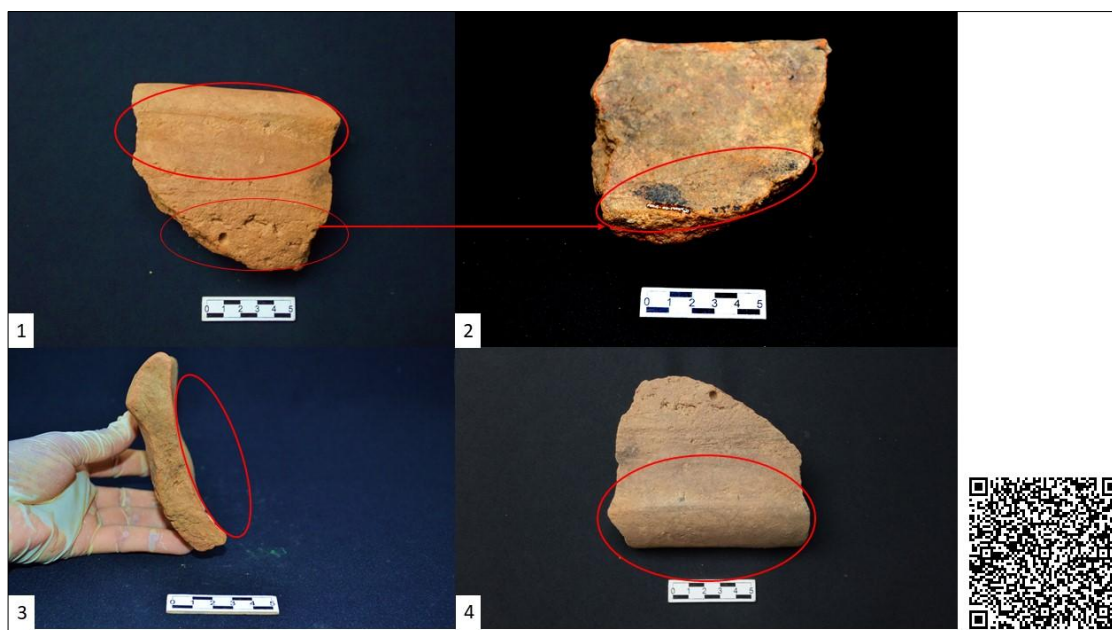


Imagem 73: Borda com bojo, apresentando depósito carbono no TSI (Fonte: Costa, 2024).

Na imagem 71, os atributos indicam que o fragmento pertence a uma borda reforçada externamente com parede. Sua morfologia é típica de vasilhas abertas. A fuligem está presente na parede interna. No entanto, ao examinar as fraturas do fragmento em detalhe, possivelmente tratar-se de uma quebra recente, sugerindo que a fuligem é de origem oportunista, possivelmente resultado de uma queima pós-deposicional.

Na Imagem 72, as características observadas indicam que esse fragmento pertence a um perfil completo, possivelmente de uma vasilha quadrangular ou retangular. A fuligem está concentrada na parte externa, enquanto, na parte interna, há um craquelamento e desgaste bem definidos, restritos à base interna da vasilha. Esses sinais contrastam com a área alisada que se estende em direção ao bojo. Embora o artefato tenha sido recuperado em duas partes, tanto o desgaste quanto o alisamento se conectam perfeitamente. Destaca-se também a presença de um resquício de pintura vermelha no lábio, sugerindo que a peça poderia ter decoração pintada internamente.

Na Imagem 73, o fragmento de borda reforçada externamente, com bojo, aparenta pertencer a uma vasilha quadrangular ou retangular, com base no seu tamanho e na presença de um ângulo reto. Embora o fragmento seja suficientemente grande para permitir um desenho de reconstituição, não foi possível determinar um diâmetro de abertura adequado para completá-lo.

Outros atributos analisados incluem as morfologias dos objetos com decoração pintada, decoração plástica e sem decoração, conforme ilustrado no quadro dezoito (18).

Morfologia dos objetos	Dec. Pintada	Dec. Plástica	Sem. Dec.
Borda	T.S.I		T.S.E
Borda com bojo			T.S.E e T.S.I
Borda com parede			T.S.E e T.S.I
Perfil completo	T.S.I		T.S.E
Borda com alça			T.S.E e T.S.I

Quadro 18: Morfologia x presença e ausência de decoração – SABRT-II (Fonte: Costa, 2024).

Observamos que, entre os diferentes tipos de morfologias, as bordas simples e perfil completo apresentaram tanto versões com e sem decoração (T.S.I e T.S.E), enquanto as bordas com bojo, borda com parede e borda com alça apareceram apenas sem decoração. Essa observação nos permitiu reconstruir hipoteticamente algumas das vasilhas, conforme ilustrado na imagem 74 e 75.

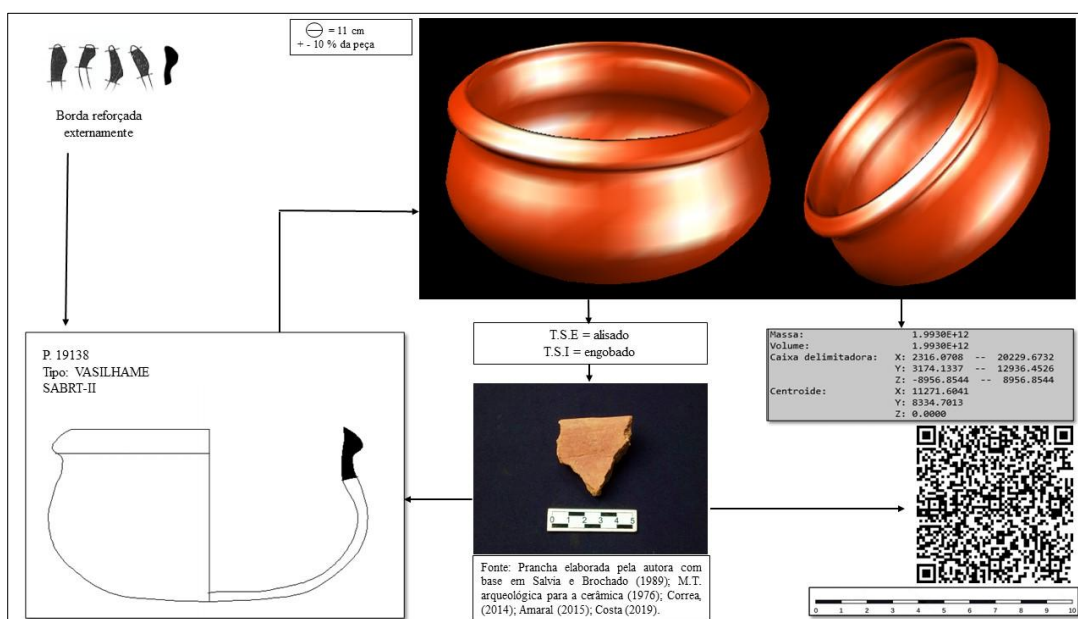


Imagem 74: Reconstituição hipotética forma 3 (Fonte: Costa, 2024).

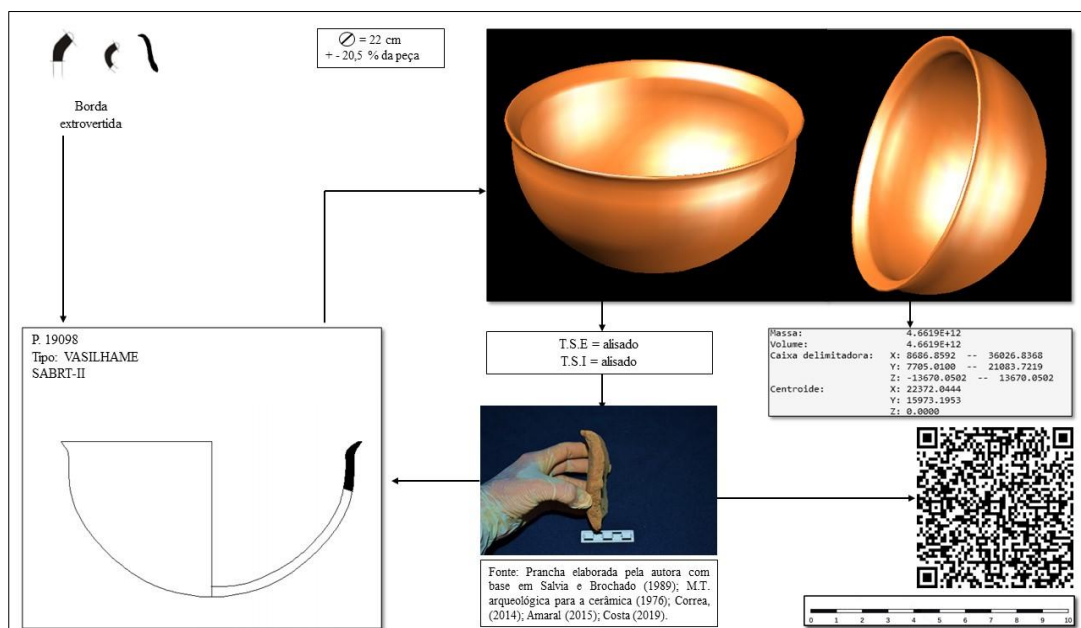


Imagem 75: Reconstituição hipotética forma 10 (Fonte: Costa, 2024).

Na imagem 74, as características indicam que se trata de uma vasilha com borda reforçada externamente, forma circular, base convexa ou plana, com engobo vermelho na superfície interna. O cálculo de volume, obtido através de reconstituição em 3D, revela que a peça corresponde a uma vasilha de tamanho médio.

Na imagem 75, as características apontam que se trata de uma vasilha com borda extrovertida, forma circular, base convexa. O cálculo de volume, obtido por meio de uma reconstituição em 3D, indica que a peça corresponde a uma vasilha de tamanho grande.

Entre os fragmentos decorados com pintura foram identificamos dois (2) estilos decorativos que se aplicam as morfologias de borda e perfil completo, como ilustrado no quadro dezenove (19).

Estilo decorativo 3		

Estilo decorativo 7		

Quadro 19: Variabilidade dos estilos decorativos - SABRT-II (Fonte: Costa, 2024).

Embora a presença mais expressiva de determinadas morfologias em alguns sítios e a ausência delas em outros não permita uma inferência definitiva sobre todos os resultados referente aos padrões recorrentes. Contudo, acreditamos que a diversidade morfológica foi adequadamente representada em todos os sítios, abrangendo 80% do acervo analisado. Os 20% restantes foram contemplados na distribuição das marcas de uso e tratamentos de superfície.

Em alguns sítios, as marcas de uso estão distribuídas entre a base e bojo dos vasilhames, enquanto em outros elas aparecem nas bordas, revelando uma distribuição variada nas morfologias, bem como vai de encontro com os estudos realizados tanto em trabalhos etnoarqueológicos, como da arqueologia experimental sobre a formação das manchas a partir do uso do fogo.

Em nosso estudo, trabalhamos com uma materialidade persistente, resultante de intervenções arqueológicas voltadas para a salvaguarda desses bens. Esse material estava inserido em um espaço-tempo que precisa ser compreendido como uma temporalidade em constante transformação. Ou seja, a materialidade arqueológica não está congelada no tempo, mas sim inserida em processos dinâmicos que afetam sua forma, significado e contexto ao longo dos séculos.

De maneira geral, foram analisados dados baseados em uma amostragem de cento e sessenta e nove (169) fragmentos cerâmicos, cujas morfologias estão distribuídas conforme ilustrado no gráfico de porcentagem número vinte e cinco (25).

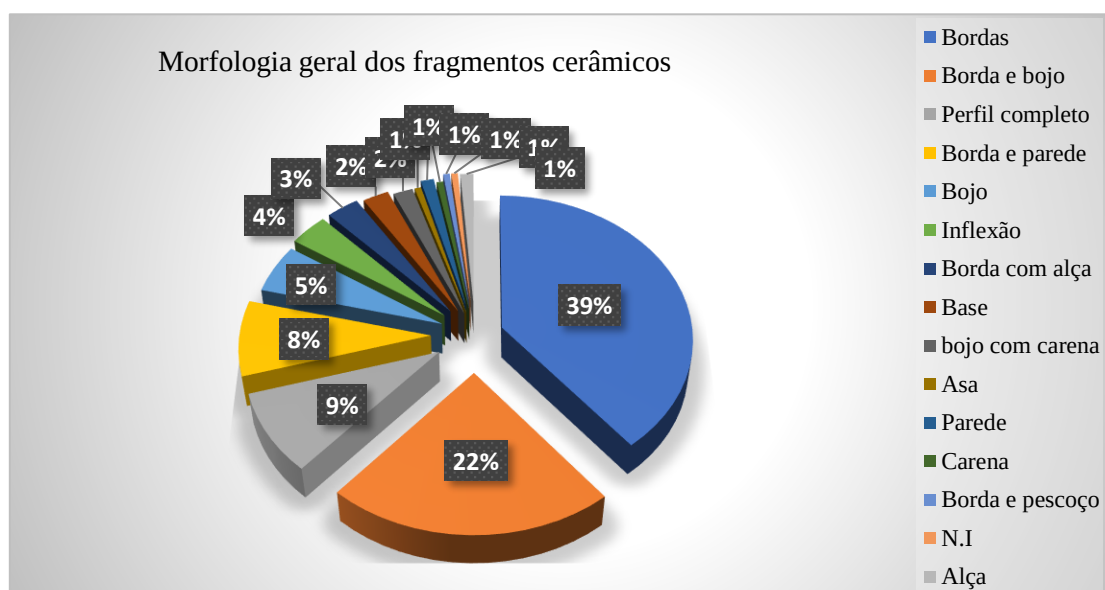


Gráfico 25: Porcentagem geral das morfologias dos fragmentos cerâmicos (Fonte: Costa, 2024).

As marcas de uso como fuligem foram observadas em todos os oito (8) sítios arqueológicos, conforme demonstrado no gráfico vinte e seis (26).

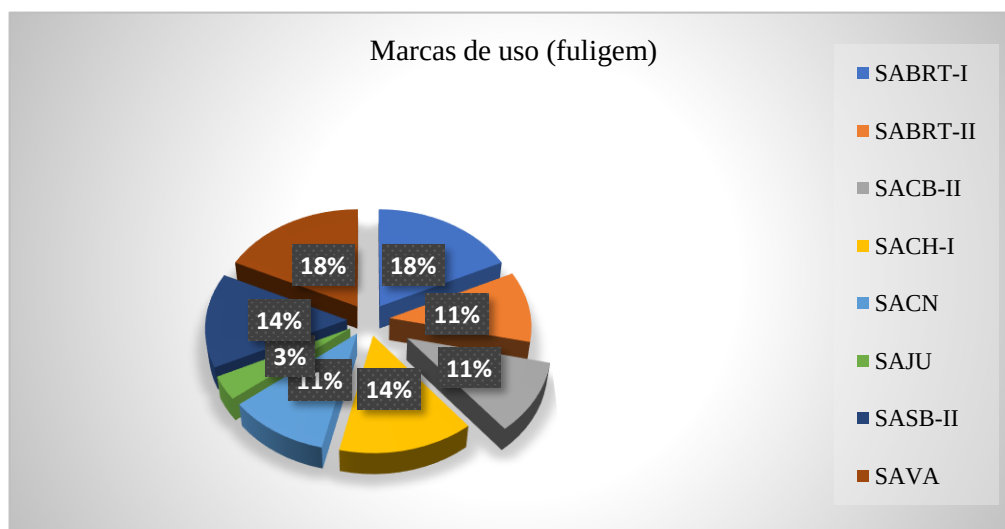


Gráfico 26: Porcentagem das marcas de fuligem por sítio arqueológico (Fonte: Costa, 2024).

As marcas de uso foram distribuídas entre as diferentes morfologias, conforme mostrado no gráfico vinte e sete (27).

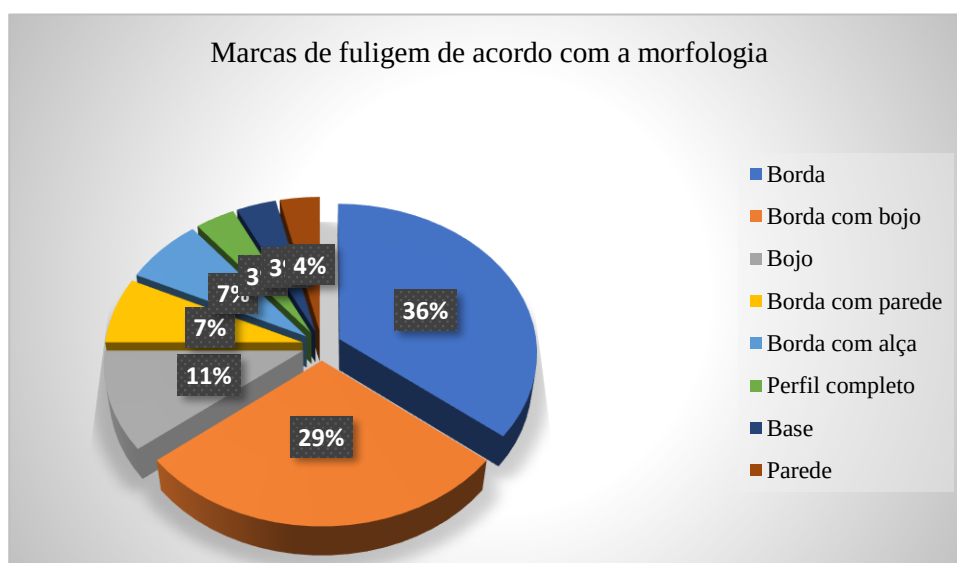


Gráfico 27: Porcentagem das marcas de fuligem de acordo com as morfologias (Fonte: Costa, 2024).

Nossa principal preocupação foi identificar padrões recorrentes, os quais foram observados nas marcas de uso, nos tipos de formas, nas morfologias predominantes bem como a presença e ausência da decoração. Para isso, foi essencial considerar também as marcas pós-deposicionais como um elemento recorrente e fundamental para compreender as transformações e funcionalidades que esses objetos adquiriram ao longo do tempo.

Embora associadas aos contextos pós-deposicionais, essas marcas ainda mantêm uma conexão com o processo anterior que levou à consolidação do objeto. Ou seja, as transformações podem refletir valores ou práticas anteriores, vinculando o objeto ao seu contexto original de uso. Isso se evidencia ao reconhecer que a temporalidade dessas marcas é distinta do espaço-tempo de produção, uso ou reuso da vasilha, que está centrado em sua função real ou pretendida. No entanto, essas marcas também demonstram como o espaço foi apropriado e as modificações que sofreu ao longo do tempo.

Quanto ao tratamento das superfícies externa e interna, após a apresentação individual da coleção de cada sítio, apresentamos nesse momento a porcentagem geral para todos os sítios, conforme ilustrado nos gráficos vinte e oito e vinte e nove (28 e 29).

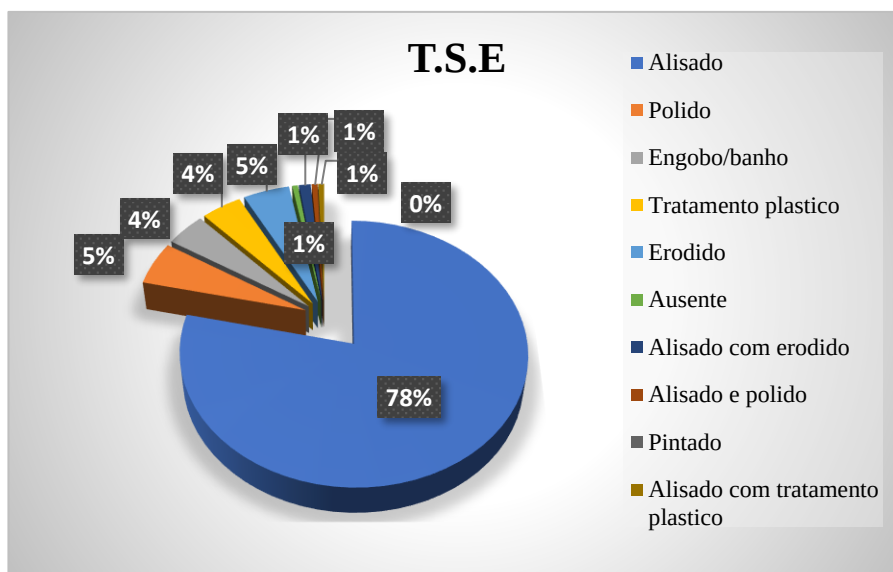


Gráfico 28: Porcentagem geral do Tratamento de Superfície Externa (Fonte: Costa, 2024)

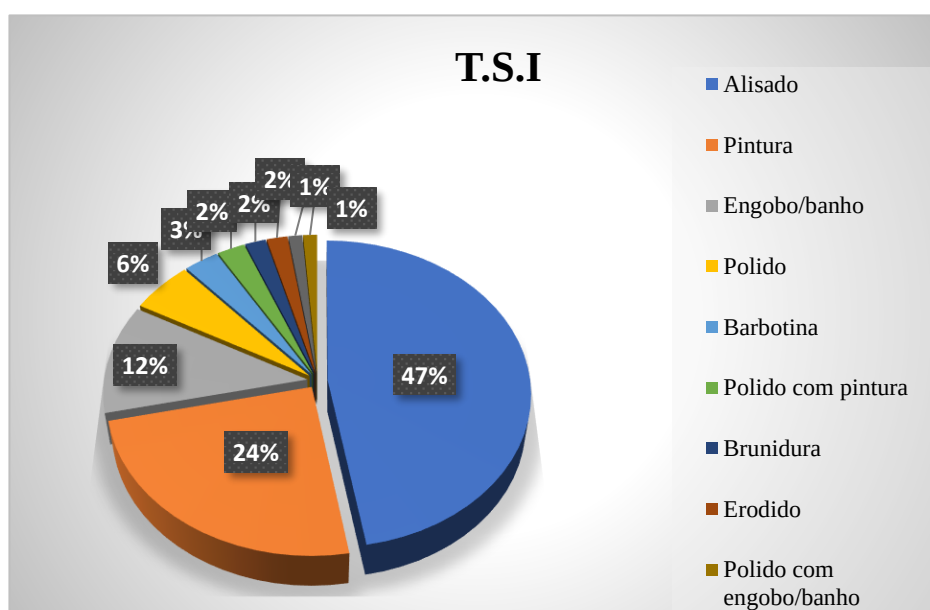


Gráfico 29: Porcentagem geral do Tratamento de superfície interna (Fonte: Costa, 2024).

Conforme observado no gráfico vinte e oito (28), o Tratamento de Superfície Externa (T.S.E.) refere-se ao processo de acabamento aplicado à superfície do objeto, abrangendo técnicas como alisamento, polimento, brunidura, aplicação de barbotina, engobo, decoração pintada (incluindo variações estilísticas) e decoração plástica (que também abrange variações estilísticas). Esses aspectos serão descritos com mais detalhes nos anexos, onde constará o protocolo utilizado nesta pesquisa.

O T.S.E apresentou dez componentes identificáveis. No entanto, o tratamento pintado corresponde a zero por cento (0%), ou quatro por cento (4%) quando considerado o engobo/banho na superfície externa da borda. Em comparação, o Tratamento de Superfície Interna (T.S.I.), conforme demonstrado no gráfico vinte e nove (29), alcança trinta e nove por cento (39%), englobando pintura, engobo/banho, polimento com pintura e polimento com engobo/banho.

Outras técnicas também foram observadas, como polimento, brunidura, aplicação de barbotina e tratamento plástico. No entanto, o alisamento (sem decoração) predomina como o acabamento mais utilizado, tanto na superfície externa quanto interna. As decorações plásticas (alisado com tratamento plástico) mais frequentes, todas aplicadas na superfície externa, incluem o corrugado e o escovado, enquanto o inciso aparece de forma mais discreta.

Analizamos os estilos decorativos, quantificando um total de doze (12) distribuídos por sítios arqueológicos, conforme apresentado no quadro vinte (20). Esses motivos resultaram em uma análise de matriz de dissimilaridade calculada pela distância euclidiana quadrática (tabela 1), gerando um dendrograma de agrupamento dos sítios, baseado na quantidade de estilos presentes, como ilustrado na imagem 76.

	SAJU	SACN	SASB-II	SAVA	SACB-II	SACH-I	SABRT-I	SABRT-II
Estilo decorativo 1	X	X	X	X		X	X	
Estilo decorativo 2	X	X			X		X	
Estilo decorativo 3		X	X				X	X
Estilo decorativo 4	X	X	X	X		X	X	
Estilo decorativo 5						X	X	
Estilo decorativo 6			X	X	X			
Estilo decorativo 7	X	X	X	X			X	X
Estilo decorativo 8				X				
Estilo decorativo 9			X					
Estilo decorativo 10		X						
Estilo decorativo 11				X				
Estilo decorativo 12		X						

Quadro 20: Estilo decorativo por sítio arqueológico (Fonte: Costa, 2024).

Caso	1:SAJU	2:SACN	3:SASB	4:SAVA	5:SACB	6:SACH	7:SABR	8:SAB2
1:SAJU	,000	6,000	25,000	25,000	4,000	9,000	9,000	2,000
2:SACN	1,000	,000	4,000	4,000	9,000	4,000	1,000	9,000
3:SASB	9,000	4,000	,000	9,000	25,000	16,000	1,000	25,000
4:SAVA	9,000	4,000	9,000	,000	25,000	16,000	1,000	25,000
5:SACB	4,000	9,000	25,000	25,000	,000	1,000	14,000	2,000
6:SACH	7,000	7,000	16,000	16,000	1,000	,000	9,000	1,000
7:SABR	4,000	1,000	1,000	9,000	14,000	9,000	,000	16,000
8:SAB2	4,000	9,000	25,000	25,000	2,000	1,000	16,000	,000

Tabela 1 – Matriz de dissimilaridade calculada pela distância euclidiana quadrática
(Fonte: IBS-SPSS Estatistic - Costa, 2024).

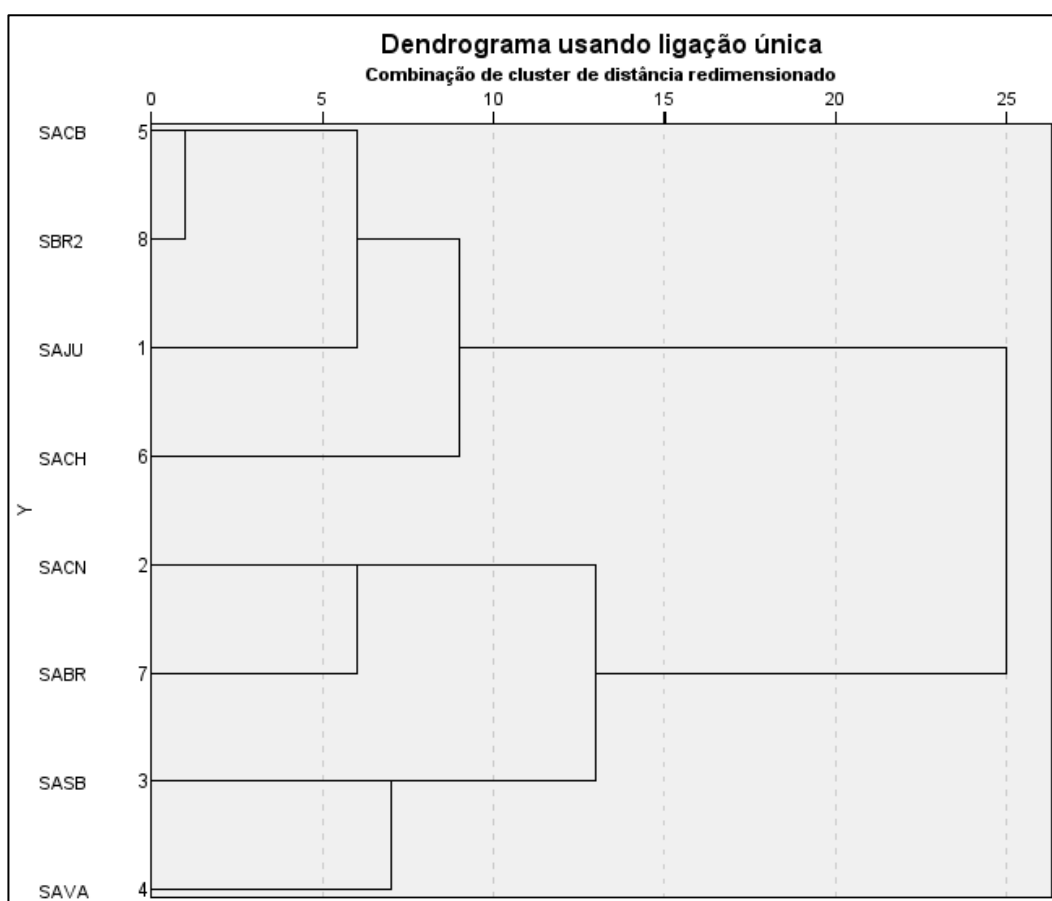


Imagem 76: Cluster dos estilos decorativos por sítio arqueológico (Fonte: IBS-SPSS Estatistic 2024)

No entanto, alguns motivos decorativos não foram identificados em todos os sítios, o que não significa que estivessem ausentes, pois alguns sítios contêm centenas ou até milhares de

fragmentos, para essa pesquisa foram selecionados e analisados aqueles fragmentos que foram significativos para responder aos nossos questionamentos.

É importante considerar que fragmentos podem ter se decomposto ao longo do tempo ou não ter sido recuperados durante as atividades de campo. Esses estilos decorativos são, na verdade, ricos em dados multifatoriais e, sua distribuição nas diferentes morfologias das vasilhas revela uma certa variabilidade formal e até funcional.

Os resultados indicam que a presença de marcas de uso, ou seja, a fuligem, craquelamento e/ou depósito de carbono é maior em vasilhas sem decoração (pintada ou plástica), embora isso não seja uma regra absoluta. Decorações pintadas, incluindo policromia, são predominantes na superfície interna das vasilhas, sugerindo que essas peças poderiam ter sido menos expostas ao fogo. Apesar de as vasilhas decoradas apresentarem menos marcas de uso, isso não implica necessariamente que fossem menos utilizadas. Na verdade, encontramos vasilhas com decoração policroma que também exibem fuligem externa, demonstrando que não há uma regra rígida sobre a relação entre decoração e uso.

Partimos da premissa de que essas vasilhas refletem tanto práticas cotidianas quanto ritualísticas. Os ocupantes desses lugares persistentes provavelmente permaneceram por um período longo o suficiente para permitir a produção de diversos tipos e quantidades de objetos, o que justifica a variedade de formas encontradas, ver quadro 20 no capítulo 7. Embora não haja enxovais funerários que permitam abordar rituais mortuários específicos, consideramos que, na arqueologia, a noção de ritual não deve se limitar apenas àqueles associados a práticas funerárias, onde são identificadas as urnas e enxovais funerários.

O ritualismo permeia diversos processos sociais e simbólicos, evidenciando que práticas ritualísticas eram parte essencial da vida cotidiana nesses contextos. Bradley (2005) argumenta que, entre as populações pré-históricas da Europa, os rituais surgiram a partir das atividades diárias e domésticas, integrando-se à rotina durante grande parte do período pré-histórico, uma ideia que também pode estar relacionada ao nosso contexto.

Dessa forma, a arqueologia deve reconhecer a interdependência entre mente e corpo, assim como entre paisagem e cultura, superando o determinismo cultural e ecológico. É necessário também dissolver as fronteiras que tradicionalmente separam o simbólico, o ritual e o cotidiano, conforme apontado por Geertz (1926:2008); Bourdieu (1977); Latour, (1993). Ingold, (2000).

Dados como esses são essenciais para repensar as vivências, compreendidas aqui como o conjunto de saberes, práticas, experiências simbólicas e ritualísticas, além das atividades

diárias, que, de certa forma, estão intrinsecamente ligadas ao modo de ser e existir dessas populações nas áreas que habitaram.

É claro que a análise da paisagem como um artefato arqueológico e suas fragmentações apresentadas aqui ainda é limitada para confirmar aspectos como andanças, permanências, ritualismo dos indivíduos na Chapada do Araripe como um todo. Outras abordagens, como a etnoarqueologia, podem oferecer insights adicionais.

No entanto, acreditamos que esta tese, sendo pioneira na região que compreende a porção piauiense da Chapada do Araripe, estabeleceu uma base importante e abre caminhos para investigações futuras.

Em síntese, os dados indicam que a Chapada do Araripe foi um local habitado pelos povos ceramistas Tupi, onde estabeleceram suas comunidades, produziam e aperfeiçoavam suas técnicas culturais. O acervo material deixado por eles proporcionou uma compreensão mais aprofundada de seu passado.

CAPÍTULO 7 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

EXPLORAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA CHAPADA DO ARARIPE: UMA ANÁLISE INTEGRADA

Conforme apontado no Capítulo 5, sobre os procedimentos metodológicos, e no Capítulo 6, sobre os primeiros resultados, os métodos e abordagens adotados seguiram uma exploração multifatorial, visando uma análise mais abrangente de um artefato arqueológico de grande porte, como a Chapada do Araripe.

A imersão em três escalas de abrangência permitiu compreender as dinâmicas transformacionais ao longo da temporalidade. Essas escalas também nos aproximaram da análise artefactual e, como um artefato em processo de lapidação, fomos refinando as questões que nos conduziram às discussões sobre as vivências Tupi no semiárido - vivências que carregam uma história indígena de longa duração.

Nesse contexto a longa duração pode ser entendida como os vestígios deixados pelos povos indígenas, mesmo que não estejam mais habitando a região. Baseando-se no conceito de *longue durée* de Braudel (1988) Silliman (2012) e outros, essa abordagem destaca processos históricos que transcendem períodos específicos e evidenciam permanências, adaptações e influências que moldaram a territorialidade ao longo do tempo.

No caso das populações Tupi que habitaram o semiárido, essa longa duração pode ser percebida através de: Vestígios arqueológicos - materiais cerâmicos, materiais líticos, estruturas funerárias, marcas de ocupação, locais de assentamento, entre outros. Paisagem cultural - Transformações no ambiente associadas à presença e ao manejo indígena, como caminhos, modificações na vegetação e locais de ocupação. Legado cultural - Influências na toponímia, na cultura material e até em práticas sociais e ambientais que persistem na região. Registros históricos e etnohistóricos - Documentos e narrativas que descrevem a presença Tupi na região, suas estratégias de mobilidade e interação com outros grupos.

Entre os resultados alcançados, a Chapada do Araripe, entendida como um artefato arqueológico, revelou uma profunda conexão entre seus atributos físicos e naturais, aspectos arqueológicos, culturais, históricos, sensíveis, os saberes locais e regionais. Essa relação complexa evidencia como o ambiente não apenas influenciou, mas também foi moldado pelas práticas humanas ao longo do tempo, abrangendo estratégias de uso do relevo, o aproveitamento

simbólico das escarpas e as conexões multidimensionais entre os elementos naturais e culturais da região.

O aproveitamento da paisagem reflete escolhas adaptativas bem definidas. As áreas de topo e sopé (depressão sertaneja) aparentemente foram as preferidas para habitação, tanto temporárias como permanente, devido a condições favoráveis, como solos mais estáveis e férteis para a agricultura de base local.

Além disso, esses espaços proporcionavam maior acessibilidade e disponibilidade de matéria-prima, especialmente para a produção de cerâmica. Por outro lado, as ferramentas líticas não parecem ter sido amplamente elaboradas ou utilizadas, possivelmente devido à escassez de matéria-prima adequada ou à baixa demanda por esses instrumentos no cotidiano. No entanto, foram identificados objetos lapidados, como tembetás em quartzo e amazonita, além de fragmentos de rodela de fuso em amazonita - mineral não disponível localmente, sugerindo aquisição por troca ou deslocamento. Detalhes adicionais podem ser observados nas fotos em anexo.

Ainda que não tenha sido realizado um estudo detalhado sobre as fontes de argila e as redes de drenagem, observa-se que o topo da Chapada, especialmente na área delimitada neste estudo, não apresenta rios em sua hidrografia. Todavia, a estrutura da chapada funciona como uma esponja, porém certas áreas de solo argiloso favorecem o acúmulo de água em pontos específicos. Esse fenômeno era ainda mais evidente há cerca de 300 a 400 anos atrás, período que coincide com as datações cronológicas realizadas em alguns dos artefatos cerâmicos dos oito sítios em estudo. Nessa época, o regime de chuvas na região era mais intenso, concentrando-se entre outubro e maio, o que favorecia o acúmulo de água em determinadas áreas.

Por outro lado, as escarpas, devido à sua inclinação acentuada e à ausência de solo adequado para a instalação de residências, apresentaram limitações à ocupação permanente. Contudo, essas áreas tiveram um papel relevante, contribuindo para a configuração da paisagem e servindo como suporte para o conjunto artefactual associado à região. Pode-se afirmar que elas funcionam como as bordas ou as paredes que moldam a formação do artefato.

Inclusive, o uso das escarpas pode ter funcionado como uma zona de transição entre um lugar persistente e outro, além de provavelmente desempenharem um papel simbólico e ritualístico significativo.

Essas formações topográficas podem ter funcionado como barreiras naturais que, de maneira paradoxal, conectavam as comunidades ao sagrado, especialmente em relação à

simbologia das florestas, um elemento de grande importância para as culturas indígenas e sua espiritualidade.

Durante os deslocamentos entre os diferentes lugares, as escarpas poderiam ter funcionado como marcos visuais, espaços de contemplação ou de práticas rituais, fortalecendo a conexão simbólica entre as comunidades e a paisagem ao seu redor.

Enquanto as conexões multidimensionais desempenham o papel de ligar os atributos naturais, como o relevo e os solos, aos aspectos culturais e históricos. Essa relação reflete a interação dinâmica entre humanos e não humanos, que não apenas fornecem recursos, mas também moldam escolhas culturais, como a localização de habitações e a transmissão de saberes tradicionais.

Além das análises tecnológicas e morfológicas dos artefatos cerâmicos, buscamos compreender as vivências que emergem das relações entre pessoas e objetos, reconhecendo que esses últimos não são meros suportes materiais, mas participantes ativos na construção dos modos de existir. Ao considerar a agentividade material (Gell, 1998) dentro das ontologias locais, exploramos como o ritualismo e o cotidiano não apenas se entrelaçam nos mesmos ambientes e objetos, mas se constituem mutuamente, evidenciando dinâmicas que transcendem a separação entre matéria e experiência.

Nos sítios arqueológicos em estudo, é possível perceber a interconexão entre os objetos e as vivências humanas de diversas maneiras, considerando tanto as práticas cotidianas quanto os rituais. A chave está em compreender a materialidade consistente não apenas como ferramentas ou utensílios, mas como elementos que participam de uma rede de significados e relações sociais. Por exemplo:

A distribuição e o contexto dos artefatos revelam as interações entre pessoas e suas manifestações culturais, evidenciando práticas compartilhadas. Essa relação se manifestou ao analisarmos os oito (8) lugares persistentes, onde os contextos apresentaram mais semelhanças do que diferenças. Essas semelhanças foram observadas tanto no contexto cultural quanto ambiental, visto que todos os sítios estão situados no topo da chapada, com distâncias variando de 200 metros a 5 quilômetros entre eles. A materialidade encontrada nesses locais também reflete semelhanças em termos de tecnologias e morfologias, embora a quantidade de objetos tenha variado entre os sítios.

A presença de adornos em áreas específicas pode revelar seu papel na construção do espaço social e espiritual da comunidade, indo além de uma função prática para integrar um "modo de existir" coletivo, no qual expressões materiais contribuem para a formação de

identidades e relações sociais. O fato de adornos terem sido identificados apenas em um dos oito sítios arqueológicos pode indicar diferenças nas práticas culturais, no uso dos espaços ou nas condições de preservação. Neste estudo, argumentamos que a presença desses elementos reforça a dinamicidade das vivências, evidenciando variações nas interações sociais e nas formas de manifestações simbólicas.

O estudo de certos artefatos, como adornos, pode revelar como as comunidades viam e interagem com o mundo ao seu redor. Esses objetos, muitas vezes considerados intermediários entre o humano e o sagrado, carregam significados que se entrelaçam com os sistemas de crenças, rituais e a percepção do cosmos das comunidades.

O desgaste e as modificações observadas em certos artefatos podem indicar práticas que vão além da funcionalidade imediata, evidenciando dimensões simbólicas, rituais ou mesmo dinâmicas de reutilização. Nas evidências analisadas, esses sinais estão presentes em conjuntos cerâmicos, manifestando-se por meio de craquelamento, depósitos de carbono, como fuligem, e outras marcas impregnadas nos fragmentos. Esses padrões podem estar relacionados à exposição prolongada ao calor, ciclos sucessivos de aquecimento e resfriamento, reações químicas provocadas por líquidos fermentados ou a processos específicos de uso e descarte, refletindo a complexidade das interações entre as comunidades e seus artefatos.

A presença de materiais não locais, como a amazonita, sugere redes de intercâmbio e mobilidade. Esses objetos funcionam como "agentes" que conectam diferentes mundos, práticas e cosmologias, refletindo como a materialidade se integra às experiências humanas, atravessando fronteiras sociais e espaciais.

Deste modo, em vez de examinar os artefatos de maneira isolada, é fundamental analisar o sítio como um espaço dinâmico, onde as relações entre objetos e pessoas se manifestam como práticas imersas em uma ontologia que vai além da materialidade e toca as experiências sociais, culturais e espirituais das comunidades.

Logo, a Chapada do Araripe se configura como um território onde dimensões físicas, culturais e espirituais se entrelaçam, refletindo a complexidade de sua ocupação ao longo do tempo. Sua diversidade topográfica revela a interdependência entre o cotidiano e o ritual, sugerindo que práticas produtivas, como o cultivo nas áreas de sopé, podem estar associadas a concepções de fertilidade e abundância.

Essas áreas, por receberem as águas que emergem do topo da chapada, tendem a manter maior umidade mesmo durante as estações secas. Entre os Tupi, essa fertilidade não se restringe ao aspecto produtivo, mas se insere em uma rede de significados que inclui a terra como ser

vivo, os rituais agrícolas no ciclo de vida, a relação entre a fecundidade do solo e do corpo humano, os espaços de cultivo como lugares de poder e o papel dos ancestrais na vitalidade da terra. Assim, a agricultura é concebida não apenas como uma prática material, mas como parte de um sistema simbólico e ritual que articula a renovação da vida e a conexão com espíritos e ancestrais.

Para compreender a interdependência entre cotidiano e ritual de maneira simétrica, é possível explorar como as práticas humanas integram essas dimensões, transformando elementos do dia a dia em componentes rituais e incorporando aspectos rituais à vida cotidiana. Na Chapada do Araripe, essa relação se manifestou nos lugares persistentes, identificados tanto nos topos da chapada quanto na depressão sertaneja, utilizados para habitações permanentes ou temporárias. Esses espaços não apenas serviam como locais de moradia, mas também como cenários para celebrações, transmissão de narrativas orais, produção de artefatos e interação comunitária. Assim, atividades como a confecção de cerâmica poderiam ser acompanhadas por cantos e histórias que reforçavam valores e identidades coletivas, integrando ensino, aprendizagem e práticas culturais e simbólicas em um mesmo contexto.

Esse conhecimento era transmitido principalmente pelas mulheres, responsáveis pela fabricação de potes, panelas e outros recipientes usados tanto no cotidiano quanto em rituais. Para os Tupi, a cerâmica não se limitava a uma atividade utilitária, mas fazia parte de um ciclo mais amplo de interconexão com a natureza e os ancestrais. Estudos indicam que o barro poderia ser visto como um elemento primordial, associado à origem da humanidade, e o processo de modelagem da cerâmica refletia crenças sobre a criação e transformação da matéria e na modelagem e transformação dos corpos e mentes (Gosselain, 2000).

Isso está ligado à ideia de que a prática cerâmica era mais do que técnica, sendo um veículo de conhecimento ancestral, ensinamentos espirituais e práticas simbólicas que moldavam a visão de mundo dos indivíduos. Destarte, as representações cerâmicas possuem uma conexão profunda com a identidade étnica grupal, mas também ganham novos atributos à medida que se dispersam e se adaptam a diferentes contextos.

Esses atributos podem ser observados nos gestos e nos modos de fazer, que carregam significados próprios em cada local e momento. Assim, a confecção cerâmica se tornava um momento crucial de compartilhamento de saberes, reforçando laços comunitários e renovando as práticas culturais, funcionando como um elo entre passado e presente e entre os membros da comunidade.

Dessa forma, o mapeamento dos sítios arqueológicos desse estudo apresentado no capítulo seis (6) ao qual refere-se sobre os primeiros resultados, quando reaplicado pela inteligência artificial para reconstrução e reinterpretação da paisagem, resultou na seguinte redefinição dos cenários, conforme ilustrado na imagem 77.



Imagem 77: Reinterpretação dos lugares persistentes (Fonte: OPENAI. Imagem gerada pelo modelo GPT. 2024).

De fato, este é um modelo hipotético, mas, com base nos dados levantados, nas movimentações intra-sítios, na materialidade observada e nos perfis topográficos gerados, é possível estabelecer uma conexão com a dimensão de caminhos e possibilidades que a imagem sugeriu, onde são observados a diversidade de caminhos que podem conectar uma residência a outra, ou ainda as áreas de cultivo, cerimoniais, o que deixa explícito que as áreas de vivências não estão restritas as poligonais dos lugares persistentes delimitado pela arqueologia.

Ainda que os dados geodésicos utilizados não tenham captado trajetos comuns, uma vez que não realizamos monitoramento de deslocamentos geológicos, alterações ambientais ou mudanças provocadas por atividades humanas ao longo do tempo por toda a paisagem, ainda assim, eles registraram situações específicas do local em estudo. Exemplos disso são os diferentes caminhos, como as estradas vicinais que cortam uma serra e outra, conectando os povoados aos roçados e ao centro urbano de Caldeirão Grande do Piauí. Esses trajetos estão imersos nessa temporalidade, refletindo movimentações contínuas desde então, considerando a presença constante de habitação nesse território.

Enquanto os dados geodésicos momentâneos foram aplicados na exploração direta dos lugares persistentes, atuando como elementos chaves na definição de suas localizações

espaciais e na delimitação dos espaços utilizados diretamente pelas populações humanas, complementando a análise cultural e histórica, ajudando a construir narrativas sobre como esses espaços foram ocupados ao longo do tempo, Conolly & Lake (2006).

A análise da materialidade forneceu indícios que resolveram a hipótese de que as vivências tupí estavam profundamente entrelaçadas entre o cotidiano e o ritual, refletindo a integração desses aspectos no uso e na circulação dos elementos. Além disso, evidenciou como esses fragmentos se relacionavam com o artefato maior, utilizando matérias-primas disponíveis e moldadas no ambiente.

A recorrência das marcas de uso observadas na materialidade consistente, indica que esses lugares persistentes tiveram relevância duradora para determinadas práticas. Essa constatação se fortalece tanto pela quantidade e qualidade dos vestígios encontrados quanto pela forma como esses atributos se manifestam nos artefatos. Essas marcas podem ser classificadas como oportunistas e intencionais, reforçando a teoria de uma ocupação consciente e estruturada do espaço entre os dois períodos em que as marcas são identificadas nos vasilhames cerâmicos.

As marcas intencionais estão relacionadas às características de desempenho e às funções pretendidas para as vasilhas, enquanto as marcas oportunistas são resultado do uso da área para a limpeza do terreno por meio dos métodos de coivara. Essas marcas oportunistas, além disso, evidenciam a dinâmica de ocupação dos lugares persistentes e as transformações ao longo do tempo, razão pela qual as associamos a períodos posteriores à deposição original dos artefatos, não obstante foram essenciais para a identificação e classificação dos padrões recorrentes.

Para além destes, as formas das vasilhas, seus atributos tecnológicos e morfológicos, os tratamentos de superfície, como pintura, decoração plástica e estilos decorativos, também são indicativos dessas práticas. Esses elementos foram identificados nos oito sítios estudados, revelando tanto semelhanças quanto diferenças, incluindo variações na presença ou ausência de certos itens. Embora a quantidade de objetos encontrados varie, as diferenças também se refletem nas dimensões dos espaços delimitados, o que pode estar diretamente relacionado aos tipos de atividades realizadas e ao número de pessoas envolvidas.

No capítulo 6, sobre os primeiros resultados, quadro 18, tabela 1 e imagem 75, apresentamos e quantificamos 12 estilos decorativos, distribuídos conforme a presença por sítio arqueológico. Com base na matriz de similaridade, o dendrograma revelou os sítios mais próximos e os mais distantes em relação a esses fatores. Nesse contexto, os sítios SACB-II, SABRT-II, SAJU e SACH-I formariam o Grupo 1, enquanto os sítios SACN, SABRT-I, SASB-

II e SAVA formariam o Grupo 2. Ambos os grupos estão conectados por um elo mais amplo, representando os diferentes graus de distância entre eles.

Com essa análise, estamos buscando justificar que as diferenças e semelhanças entre os estilos decorativos encontrados nos diferentes sítios arqueológicos refletem padrões recorrentes, ocupação e práticas culturais compartilhadas ou distintas entre os grupos. A formação dos dois grupos a partir do dendrograma sugere que, apesar das variações na quantidade de objetos e estilos decorativos, há uma relação de continuidade ou troca cultural entre os sítios mais próximos (Grupo 1) e os mais distantes (Grupo 2). Esse estudo permite inferir, por exemplo, que práticas de decoração cerâmica podem estar relacionadas a fatores como proximidade geográfica, interações socioculturais ou mesmo aspectos ambientais, e que os estilos podem ser indicadores de dinâmicas de ocupação e mobilidade das populações ao longo do tempo.

No quadro vinte e um (21) a seguir, são apresentadas as dez (10) formas identificadas e reconstituídas hipoteticamente para os oito sítios arqueológicos. A seleção dos fragmentos foi feita com base em critérios específicos, como tamanho, ângulo, abertura e morfologia das bordas, priorizando aqueles que atendiam aos padrões estabelecidos para a pesquisa ou que apresentavam semelhanças com as amostras analisadas.

Tipo de forma		Sítio arqueológico
Forma 1 Vasilha de tamanho médio, com borda direta, formato circular e base plana.		SAJU
Forma 2 Vasilha de tamanho pequeno, com borda reforçada externamente, formato circular e base convexa ou plana.		SAJU SAVA SACH-I
Forma 3 Vasilha de tamanho médio, com borda reforçada externamente, formato circular e		SAJU SASB-II SABRT-II

base convexa ou plana.		
Forma 4 Vasilha de tamanho médio, com borda reforçada internamente e externamente, formato circular e base convexa ou plana.		SACN
Forma 5 Vasilha de tamanho médio, com borda introvertida e reforço externo, formato circular e base convexa ou plana.		SASB-II
Forma 6 Vasilha de tamanho pequeno, com borda contraída, formato esférico e base convexa ou cônica.		SACB-II
Forma 7 Vasilha de tamanho médio, com borda inclinada externamente, formato circular aberto e base plana.		SACH-I
Forma 8 Vasilha de tamanho médio, com borda reforçada externamente, formato circular ou elíptico e base convexa.		SABRT-I

Forma 9 Vasilha de tamanho médio, com borda reforçada externamente, formato oval ou elíptico, bojo cambado e base convexa.		SAJU SACH-I
Forma 10 Vasilha de formato quadrangular ou retangular, com tamanho indeterminado.		SABRT-I

Quadro 21: Formas das vasilhas reconstituídas (Fonte: Costa, 2024).

Entre as formas reconstituídas, constatamos a predominância de vasilhas de tamanho médio, com capacidade entre um (1) e quatro (4) litros, seguidas por vasilhas de pequeno porte, com menos de um (1) litro de capacidade, além de vasilhas de tamanho indeterminado distribuídas por alguns dos sítios arqueológicos analisados.

Nos estudos arqueológicos, as vasilhas que carregam esses tamanhos e formas são frequentemente associadas a contextos utilitários, desempenhando funções práticas no cotidiano, como armazenamento, preparo e consumo de alimentos, sejam pastosos, secos ou líquidos. Embora concordemos com essa interpretação, enfatizamos que essas funções práticas estão profundamente conectadas a contextos simbólicos e rituais. O preparo e o consumo de alimentos, além de serem atividades cotidianas, carregam significados culturais e espirituais que vão além de sua utilidade imediata.

Ressaltamos que fragmentos de vasilhas de grande porte foram identificados nos sítios em estudo, contudo estes não apresentaram os padrões que foram selecionados para elucidar nossos objetivos, portanto não fizeram partes das amostras, pois apresentavam alto grau de desgaste e fraturas que dificultavam qualquer inferência sobre suas funções pretendidas ou reais.

As fontes etnográficas sobre os diversos povos Tupi indicam que as práticas rituais e simbólicas estavam frequentemente associadas ao preparo e consumo de alimentos, o que se refletia no uso e reutilização de vasilhas cerâmicas. Esse aspecto pode ser observado em

representações visuais históricas, como uma das ilustrações mais emblemáticas de Hans Staden (1558).



Figura 78: Mulheres preparando as bebidas (Fonte: Staden 1558)

Entre os povos Tupi que antecederam a total influência europeia no Brasil, as práticas rituais e simbólicas que envolviam o uso de vasilhas cerâmicas incluem principalmente:

- Festas comunitárias e rituais de cauim - O cauim, uma bebida fermentada feita à base de mandioca ou milho, era produzido e consumido envolvendo um conjunto de vasilhas cerâmicas de tamanhos grande, médio a pequeno, durante celebrações coletivas, que envolviam alianças políticas, festividades de guerra, casamentos e ritos de passagem;
- Rituais funerários - Alguns grupos Tupi utilizavam urnas funerárias para o sepultamento de indivíduos, principalmente crianças e pessoas de destaque. O uso de vasilhas como oferendas ao falecido também é registrado;
- Ritos de passagem - Em algumas cerimônias de iniciação, como as ligadas à puberdade e à entrada na vida adulta, o consumo de cauim desempenhava um papel essencial, frequentemente em um contexto de resistência física e socialização;
- Oferendas e rituais de comunicação com espíritos - Alimentos e bebidas podiam ser depositados em vasilhas cerâmicas como parte de práticas ligadas à espiritualidade e à relação com os ancestrais.

As decorações cerâmicas, sobretudo as pinturas, iam além da ornamentação, funcionando como suporte para a transmissão de significados espirituais, culturais e identitários. Esses elementos visuais faziam parte da materialidade ritual dos povos Tupi, podendo influenciar

diretamente suas crenças e práticas comunitárias. Entretanto, a relação entre os estilos decorativos e a cosmologia simbólica ainda exige maior aprofundamento, o que não foi o objetivo central desta pesquisa.

Em suma, acreditamos que os aspectos que impulsionaram esta pesquisa, ao buscar compreender as vivências cotidianas e ritualísticas de forma holística e reflexiva, não estão na capacidade de fornecer respostas definitivas, uma vez que a ciência arqueológica não é uma ciência exata, onde tais questões encerram um discurso fechado. No entanto, as informações levantadas garantem inferências iniciais para novos questionamentos e análises, além de sustentar a região como promissora para os debates sobre os povos tupí no Piauí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo explorar as vivências dos coletivos indígenas vinculados ao tronco linguístico Tupi, com foco em suas atividades cotidianas e ritualísticas. A investigação concentrou-se na região oeste da Chapada do Araripe, no município de Caldeirão Grande do Piauí, na divisa com os estados de Pernambuco e Ceará.

Para isso, foi realizada uma contextualização sobre o centro de origem e as rotas de dispersão desses povos, com base em fontes etnográficas, etnohistóricas, linguística histórica, história indígena e arqueológica. Esse processo buscou evidenciar os vínculos de uma história profunda, permitindo compreender as dinâmicas cotidianas e ritualísticas inseridas no sertão por uma longa temporalidade.

A área em estudo, situada no sertão nordestino, apresenta um clima semiárido caracterizado por temperaturas elevadas durante a maior parte do ano, baixa pluviosidade e chuvas irregulares, geralmente concentradas em curtos períodos, com maior ocorrência entre os meses de outubro e maio. Essas condições climáticas criam um cenário de adversidade para a manutenção de atividades agrícolas e de subsistência, demandando estratégias adaptativas específicas por parte das populações que habitaram e habitam a região.

O mapeamento também contribuiu para a compreensão das dinâmicas de subsistência, das movimentações territoriais e das estratégias culturais desenvolvidas por tais populações em resposta às condições ambientais e históricas da região, em paralelo com os contextos ambientais entre as áreas de floresta tropical, o litoral e o sertão.

Reconhecer e reafirmar a "condição ambiental e histórica" da Chapada do Araripe é essencial para compreender a região como uma paisagem singular, moldada por processos contínuos ao longo do tempo e, do ponto de vista da Arqueologia da Paisagem moldada como um artefato arqueológico. Essa abordagem adota uma perspectiva da temporalidade, permitindo interpretar a interação dinâmica entre elementos naturais e culturais que configuraram o território. Assim, a paisagem emerge como um testemunho das transformações e adaptações vividas pelos povos que habitaram a região, transcendendo a noção de tempo linear e dialogando com diferentes formas de temporalidade.

Historicamente, as fontes literárias, seguidas pelas evidências arqueológicas, enfocaram a presença e a expansão dos povos indígenas Tupi a partir da Amazônia, reconhecida como seu local de origem, e sua disseminação para áreas litorâneas. Essas narrativas destacavam que esses grupos ocupavam regiões propícias à agricultura e à produção de cerâmica, embora essas

práticas nem sempre estivessem diretamente relacionadas. A agricultura dependia de solos férteis e disponibilidade de água, enquanto a cerâmica estava mais ligada à presença de argila de boa qualidade, que nem sempre coincidia com áreas agricultáveis.

Na região de estudo, ainda que não tenha sido realizado um levantamento específico das fontes de argila, a análise sedimentológica baseada em estudos estratigráficos das intervenções de subsuperfície nos sítios arqueológicos indicou a presença de solos areno-argilosos, especialmente nas áreas planas do topo da chapada. Esses dados sugerem que as maiores fontes de argila podem estar localizadas em áreas de sopé conhecidas regionalmente como depressão sertaneja. No entanto, há indícios de que também poderiam ocorrer no topo da chapada em tempos remotos, considerando a dispersão dos sítios arqueológicos e quantidade de objetos em cerâmica encontrados.

Entretanto, ao se concentrarem nas áreas de expansão, as fontes literárias não levaram em conta as dinâmicas adaptativas em regiões como o semiárido, onde outras estratégias de interação com o ambiente foram igualmente essenciais para a sobrevivência e organização desses povos. Isso inclui sistemas de reservatórios de água, mobilidade territorial, manejo de solo, uso de estruturas temporárias, adaptação alimentar, rituais e saberes ancestrais, além de tecnologias de ferramentas. Ou seja, apesar de os seres humanos carregarem uma herança ancestral, estão sempre prontos para inovar ou se adaptar conforme suas necessidades, preservando, ao mesmo tempo, sua ancestralidade ao longo do tempo.

As evidências arqueológicas mais recentes para a região da Chapada do Araripe indicam uma diversidade significativa de estratégias culturais que não apenas desafiam essas simplificações, mas também revelam uma ocupação muito mais antiga do que se pensava anteriormente⁴². Elas refutam a ideia de que esses grupos seriam apenas refugiados da expansão colonial, demonstrando que sua presença na região remonta a um período muito anterior, com adaptações complexas ao ambiente que transcendem as interpretações tradicionais.

Um exemplo disso é a diversificação dos sistemas de subsistência, que envolve o manejo sustentável dos recursos naturais, como a prática da caça, a coleta de frutos e o cultivo de plantas medicinais, bem como a diversidade de plantas agricultáveis como o milho, o feijão, entre outras atividades.

⁴² Na segunda metade do século XV, a região Nordeste ainda não havia sido totalmente colonizada. Dessa forma, não existia uma pressão significativa que justificasse o deslocamento das populações originárias para o interior, como o semiárido, ao contrário do que foi argumentado em algumas narrativas históricas. Quando as datações cronológicas atingem 460 anos AP (Antes do Presente), evidencia-se um período de ocupação que coincide com a presença autóctone dessas populações, reforçando a ideia de que elas já estavam profundamente enraizadas na região antes da chegada dos colonizadores.

Essas práticas refletem uma adaptação eficiente às condições ambientais do semiárido, demonstrando um profundo conhecimento e a capacidade de gerir os recursos disponíveis de maneira sustentável.

Esse comportamento foi evidenciado pelos materiais arqueológicos, como os artefatos cerâmicos provenientes de vasos e vasilhas, utensílios para fiar o algodão e elementos de adornos, como os tembetas, identificados no sítio arqueológico Brite I.

Esses vestígios fornecem indícios de atividades relacionadas a vivências prolongadas, o que nos permite associá-los às práticas cotidianas e ritualísticas, inseridas nesse contexto e refletindo os modos de ser e estar dos povos indígenas no mundo.

Outro aspecto é a mobilidade territorial, onde muitos grupos adotaram modelos de deslocamento sazonal, ajustando-se às estações e à disponibilidade de recursos. As datações obtidas para a área de estudo variam entre 460 ± 40 anos AP e 350 ± 35 anos AP para os oito sítios arqueológicos analisados. Essas variações dificultam a confirmação se esses povos estavam se deslocando por áreas próximas ou se constituíam uma pequena comunidade de parentes agricultores ceramistas pela dispersão de ambientes que foram identificados artefatos cerâmicos.

Logo, não podemos ficar restritas as datações cronológicas, uma vez que há muitos outros fatores que precisam ser considerados, incluindo a complexidade cultural dessas populações e os múltiplos contextos.

Um terceiro aspecto diz respeito ao uso do relevo plano do topo das chapadas como estratégia para abrigo, defesa e interação intergrupal. Essas áreas, caracterizadas por uma visibilidade privilegiada do horizonte, proporcionavam não apenas maior segurança contra possíveis ameaças, mas também favoreciam a interação e as trocas culturais entre diferentes povos, consolidando relações sociais e colaborativas.

Ao considerar a Chapada do Araripe como um artefato arqueológico, é essencial reconhecer que sua formação resultou da interação de diversos povos e comunidades ao longo do tempo. Essa região foi influenciada tanto por fatores humanos quanto não humanos. Além disso, um artefato nunca existe isoladamente, pois depende de outros elementos para desempenhar suas funções. Assim, a Chapada do Araripe não é um oásis único no semiárido nordestino, mas parte de uma rede de paisagens e estruturas igualmente importantes para a compreensão do contexto arqueológico.

Pesquisas mostram que as áreas do estado do Ceará, caracterizadas por relevos menos íngremes e uma abundante incidência de recursos hídricos, localizam-se predominantemente

na depressão sertaneja em direção as encostas, onde a visibilidade é limitada. Essas áreas são marcadas pelas vivências dos povos Kariri, cuja origem está ligada aos povos do tronco linguístico Macro-Jê.

Desse modo, as estratégias de defesa desenvolvidas para o topo da chapada coincidem com os locais apontados nas pesquisas literárias como ambientes selecionados pelos povos Tupi, devido a fatores estratégicos e ambientais, para estabelecerem suas residências, abrangendo áreas da porção piauiense e partes de Pernambuco.

No entanto, enfatizamos que essas não são regras universais; as escolhas são moldadas pelas necessidades específicas de cada comunidade. Historicamente, as demandas estavam frequentemente associadas às estratégias de sobrevivência, o que resultou na criação de alternativas proporcionadas pelo ambiente.

Para os povos indígenas antes da colonização, a sobrevivência era um conceito multifacetado⁴³, englobando não apenas a satisfação das necessidades básicas, mas também a preservação de suas culturas, identidades e relações sociais. Esse processo era dinâmico e integrado, com os aspectos culturais, sociais e ecológicos.

Isso pode ser refletido nas vasilhas e demais artefatos a elas associadas, cujas marcas de uso e distribuições dos atributos morfológicos e tecnológicos nos ajudam a entender os diferentes universos em que essas práticas ocorriam, como as marcas de desgaste, craquelamento, marcas de combustão ou exposição a altas temperaturas, as distribuições morfológicas, os resíduos orgânicos e químicos.

É importante destacar que, entre as peças selecionadas, elas precisavam apresentar modelos recorrentes em todos os sítios arqueológicos, tanto nos aspectos morfológicos quanto no tratamento da superfície, caracterizado por pinturas policromas, elas se complementavam. Ainda que em alguns sítios apresentassem essas peças em maior quantidade, isso não era o foco principal de nossa análise. Nosso objetivo era identificar modelos que representassem as ações realizadas com esses objetos, pois foram essas ações que nos levaram às características de performance e, claro, às funções pretendidas, conforme sugerido por Skibo (2015).

Dessa forma, ao propor o estudo das vivências tupi na Chapada do Araripe, entre o ritualismo e o cotidiano, dentro dos moldes teóricos da Arqueologia da Paisagem na perspectiva epistemológica recente, onde considera os ambientes não apenas como espaços físicos, mas

⁴³ Nos tempos contemporâneos, o conceito de sobrevivência permanece multifacetado e em constante evolução, refletindo tanto os desafios atuais quanto a resiliência cultural. Isso inclui demandas por autonomia e autodeterminação, a reafirmação da identidade, a luta política pelos direitos humanos e territoriais, a interação com a sociedade mais ampla de maneira autônoma e respeitosa (NETO & CARVALHO, 2024).

também como lugares simbólicos carregados de significados construídos por ações e interações humanas ao longo do tempo, partimos da linha do horizonte para um olhar detalhado sobre os lugares persistentes e a materialidade consistente encontrada em cada sítio arqueológico. Nosso objetivo foi compreender as nuances de conexão entre os registros arqueológicos e as ações realizadas por essas populações, que moldaram a paisagem como um artefato arqueológico.

A discussão entre ritualismo e cotidiano na arqueologia é um conceito relevante, mas frequentemente explorada dentro da dicotomia entre natureza e cultura. Contudo, assim como a Arqueologia da Paisagem “superou” essa dualidade, é possível considerar o ritual e o cotidiano como dimensões integradas, manifestas nos contextos arqueológicos. Essas ações não dependem necessariamente de elementos explícitos, como um enxoval funerário, frequentemente debatido como evidência de práticas rituais, mas podem ser identificadas em outros indícios sutis de interação e vivência diária.

Dessa forma, embora reconheçamos a necessidade de aprimorar e refinar todo esse acervo, visto que fomos capazes de explorar apenas os objetos que atenderam aos requisitos básicos para o desenvolvimento desta pesquisa, acreditamos na validade do modelo desenvolvido para o mapeamento das vivências Tupi entre o ritualismo e o cotidiano na Chapada do Araripe. Esse modelo, ao ser analisado sob uma perspectiva mais abrangente sobre os três atos da Chapada, possibilitou vincular os elos de dispersão do centro de origem para as diversas regiões brasileiras, e para além deste pensar em uma história indígena de longa duração para o Piauí e mais precisamente para a porção oeste da Chapada.

Sendo esta pesquisa, pioneira em nível de doutorado na porção oeste da Chapada do Araripe, especialmente em áreas do Piauí, dialoga com estudos anteriores desenvolvidos na região. Entre eles, destacam-se trabalhos de conclusão de curso de colegas que participaram da campanha de campo junto à autora, como: LOPES, M. P. Análise dos motivos gráficos do sítio Cachoeirinha I. **Trabalho de conclusão de curso** (graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial). São Raimundo Nonato, Universidade Federal do Vale do São Francisco. 2017; BARBOSA, M. T. M. Os motivos gráficos cerâmicos dos sítios arqueológicos: Brite I e Cachoeirinha I, Caldeirão Grande - PI. **Trabalho de conclusão de curso** (graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) São Raimundo Nonato, Universidade Federal do Vale do São Francisco. 2017; CARVALHO, A. F. R. Perfil Cerâmico do Sítio Arqueológico Brite I. **Trabalho de conclusão de curso** (graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial). São Raimundo Nonato, Universidade Federal do Vale do São Francisco. 2017; ARAÚJO, S. T. G. Perfil técnico cerâmico do Sítio Arqueológico Cachoeirinha I. **Trabalho de conclusão de**

curso (graduação em arqueologia e preservação patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, 2017. Bem como a dissertação apresentada em 2021 pela mesma autora intitulada: Estudo das cerâmicas pintadas dos sítios Brite I e Cachoeirinha I, município de Caldeirão Grande do Piauí.

Fomentando a continuidade dos acervos gerados pela arqueologia preventiva como fontes de dados para os debates acadêmicos, ao mesmo tempo em que se reconhece sua riqueza informacional e a necessidade de maior divulgação, para que estes não se limitem a depósitos de materiais guardados, mas se tornem fontes ativas de conhecimento e engajamento social.

Podendo estes serem amplamente utilizados para diversos fins, evitando que fiquem apenas armazenados sem acesso ou aproveitamento. Algumas possibilidades incluem: Pesquisas acadêmicas: Servem como fontes para novos estudos arqueológicos, permitindo a reinterpretação dos dados com abordagens teóricas e metodológicas mais recentes; Educação e formação: Podem ser usados em aulas práticas para a capacitação de estudantes de arqueologia e áreas afins; Exposições e musealização: A criação de exposições permanentes ou temporárias em museus e centros culturais amplia o acesso público e fortalece a sensibilização sobre o patrimônio arqueológico; Arqueologia pública e colaborativa: A socialização desses acervos com comunidades locais e povos indígenas pode promover diálogos sobre sua interpretação e significados culturais; Digitalização e acesso remoto: A criação de bancos de dados online e acervos digitais permite um acesso mais amplo e facilita pesquisas interdisciplinares. Interpretação e recontextualização: A análise contínua desses acervos pode revelar novos padrões e conexões, enriquecendo o conhecimento sobre os povos que os produziram. Conservação e restauro: Estudos sobre técnicas de conservação ajudam a garantir a preservação desses materiais para futuras gerações (Bellardo, 2021).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, A. N. **Teoria dos refúgios: origem e significado**. Anais - 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas - 29/3/92-3/4/92.

ACHINTE, A. A. **Artistas indígenas y afrocolombianos: entre las memorias y las cosmovisiones. Estéticas de la re-existencia**. In: MIGNOLO, W.; PALERMO, Z. (Org.) Arte y estética en la encrucijada descolonial Buenos Aires: Ediciones del Signo, p. 83-112, 2009.

ALBERT, B. & RAMOS, A. R. (orgs.). **Pacificando o Branco: Cosmologias do Contato no Norte-Amazônico**. (2002).

ALBUQUERQUE, M.; **Recipientes cerâmicos de grupos tupis, no nordeste brasileiro**. In: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (org.). **Os ceramistas Tupiguarani**. Belo Horizonte: Sigma, 2008. Pg. 67-89. il.

ALBUQUERQUE, M. e VELEDA, L. Caçadores-coletores no agreste pernambucano: ocupação e ambiente holoceno. **Clio. Recife: Editora universitária**, n.4. 1991d. p. 73-74.

ALBUQUERQUE, M. Ocupação Tupiguarani no estado de Pernambuco. **Clio. Recife: Editora Universitária**, n. 4. 1991^a.p.115-116.

ALBUQUERQUE, M. **Horticultores pré-históricos do Nordeste**. Arquivos Museu de História Natural. Universidade Federal de Minas Gerais. vol. VIII/IX, pp. 131-43. Belo Horizonte, 1984.

ALBUQUERQUE, M. Reflexões Em Torno Da Utilização Do Antiplástico Como Elemento Classificatório Da Cerâmica pré-Histórica. **CLIO – Revista do Curso de Mestrado em História, Nº 6** –Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CNPQ. Recife, 1984.

ALBUQUERQUE JR. Durval M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2ª ed. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALFARO, L. Consuelo. **Elementos de política linguística colonial hispânica: O Terceiro Concílio Limense**. In: FREIRE, J.R.B. & ROSA, M. Carlota (orgs.). Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro. EDUERJ, p. 43-57, 2003.

ALMEIDA, F. O. de; NEVES, E. **Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia**. Mana, v. 21, n. 3, 2015, p. 499-525. Acesso em: 21 maio. 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p499>.

ALMEIDA, F.O.; **A arqueologia dos fermentados: a etílica histórica dos Tupi-Guarani**. Estudos avançados p.29/83. 2015.

ALMEIDA, F.O. **O complexo Tupí da Amazônia Oriental**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, 353, p.

ALMEIDA, F.O. **A Tradição Policroma no alto rio Madeira**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2013.

ALMEIDA, M. R. C. de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 37, n. 75**, 2017, p. 17-38. Acesso em: 21 set. 2024. <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02>.

ALMEIDA, D. F. de C. **A influência das mudanças fisiográficas ocorridas no complexo estuarino - lagunar Mundaú - Manguaba e os processos formativos do sambaqui Caboclo II, Alagoas**. Tese (doutorado em arqueologia) UFPE, Recife, 2017.

AMARAL, A. M.; **Andanças Tupiguarani na Chapada do Araripe: análises das correlações entre mobilidade humana, tecnologia cerâmica e recursos ambientais**. 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ANÁSTACIO, J.; PEREIRA, R.; FRAGA, L. Reexistência Indígena na Universidade Estadual de Ponta Grossa: para além do acesso ao ensino superior. **Revista da ABPN v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência** janeiro de 2018, p.243-261.

ARAUJO, A. G.M. **TEORIA E MÉTODO EM ARQUEOLOGIA REGIONAL: um estudo de caso no alto Parapanema, Estado de São Paulo**. Tese de doutorado, USP, 2001.

AROUCHA, E. P. T. L [et. al.]. **Identidade dos povos indígenas do semiárido: etnoecologia e saberes da terra: a relação dos povos indígenas do semiárido baiano com o bioma caatinga**. Paulo Afonso – BA, SABEH, 2024.

ASTON, M.; ROWLEY. **Landscape Archaeology: An Introduction to Fieldwork Techniques on Post-Roman Landscapes**. Newton Abbot: David & Charles, 1974.

ASSINE, M. L.; **Sedimentação e tectônica da Bacia do Araripe**. Dissertação (mestrado em Geociências), Instituto de Geociências e Ciências Exatas - UNESP, Rio Claro, 1990.

AYROSA, P. Apontamentos para a Bibliografia da língua Tupiguarani. In: **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**. 4 (33):1-307. São Paulo, 1943.

BANDEIRA, A. M. Aproximações entre a etnografia arqueológica e os modos de fazer na comunidade quilombola de Itamatatua, Alcântara – Maranhão. **Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP**, v. 12, n. 1[20], p. 30–46, 2018. DOI: 10.20396/rap.v12i1.8653106. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8653106>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BAPTISTA, J. G.; **Etnohistória indígena piauiense**. Teresina: EDUFPI/APL, 1994.

BARKER, P. **Techniques of Archaeological Excavation**. 3rd ed. London: Routledge, 1993.

BARRETO, C. N. G. B.; A construção de um Passado Pré-Colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista USP**, 2000, 44: 32-5. (Acesso: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article>).

BARRETO, B.; PEREIRA, D. Onde estão as quadrículas? A decapagem mecânica e suas contribuições para o estudo de unidades domésticas no contexto da arqueologia preventiva. **Revista de Arqueologia**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 199–224, 2023.

BELLARDO, L. M. **GESTÃO DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS MUSEALIZADAS: métodos de campo como subsídios da documentação museológica**. Tese (Doutorado) UNIRIO/MAST-RJ, 202.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197- 221.

BELL, C. (1992). **Ritual Theory, Ritual Practice**. Oxford: Oxford University Press.

BENDER, B. **Time and landscape**. *Current Antropology*. V. 43, p. 103-112- suplemente, 2002.

BENDER, B. **Landscape. Politics and perspectives**. Oxford; Blackwell. 1993.

BESPALEZ, E. Arqueologia e história indígena no Pantanal. **Estudos avançados**, v. 29, n. 83, 2015, p. 45-86. Acesso em: 21 set. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100005>.

BESPALEZ, E. **Levantamento arqueológico e etnoarqueológico na aldeia Lalima, Miranda/MS: um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional**. Dissertação (Mestrado em arqueologia) MAE-USP. São Paulo, 2009.

BINFORD, L.; **Em busca do Passado: a decodificação do registro arqueológico**. Mira-Sintra: Europa-América, 1983.

BINFORD, L. **The Archaeology of place**. In Binford L. R. *Working at Archaeology*. New York, Academic Press. 1983. Pp 1972-378.

BINFORD (ed.). Nova York: Academic Press, pp.1 -l 3. **Reimpresso en-r: Binford, L.,1982**. *Trabalhando na Arqueologia de Nova York*: Academic Press.

BINFORD, L. Behavioral Archaeology and the "Pompeii Premise". **Journal of Antropological Research** lLese arch 37 (3) :195 -208. 198l b.

BINFORD, L. A consideration of Archeological Research Design. *Source American Antiquity*. Vol. 29. Nº 4 (April., 1964), pp. 425-441.

BOAS, F. (1858-1942). **Antropologia Cultural**. Tradução Celso Castro. 2ª ed Rio de janeiro: Jorge Zahar, ed. 2005.

BOAS, F. **Race, language, and culture**. Macmillan. (1940).

BORGES, J. F. **Os Senhores Das Dunas E Os Adventícios D'além-Mar: Primeiros Contatos, Tentativas De Colonização E Autonomia Tremembé Na Costa Leste-Oeste (Séculos XVI E XVII)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: [29/01/2025].

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução n.º 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 7 fev. 2025.

BRASIL. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Portaria n.º 07, de 1.º de dezembro de 1988. Estabelece critérios e diretrizes para a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 05 dez. 1988.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portaria n.º 230, de 17 de dezembro de 2002. Dispõe sobre procedimentos de licenciamento ambiental e proteção ao patrimônio arqueológico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2002.

BRAUDEL, Fernand. **The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II.** 2 Vols. Berkeley: University of California Press, vol.I, 1995, p.23-272.

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais.** Tradução de Rui Nazaré. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

BRAUDEL, F. História e Ciências – A Longa Duração. Tradução de Ana Maria de Almeida Camargo de artigo publicado in **Annales E. S. C., n.º 4**, outubro-dezembro de 1958. Vol. XXX — **Revista de História** — Ano XVI – 1965.

BRAUDEL, Fernand. History and the Social Sciences: The *Longue Durée*. Immanuel Wallerstein, trans. **Review**, vol. XXXII, n.2, p.179-180, 2009.

BRADLEY, R. **Ritual and Domestic Life in Prehistoric Europe.** London: Routledge. 2005.

BRADLEY, R. **The Archaeology of natural places.** London: Routledge, 2000.

BRICE HEATH, S. **La política del Lenguaje en México.** México: VINI. 1997.

BROCHADO, J. P. et.al. Arqueologia Brasileira em 1968. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de pesquisas Arqueológicas. Belém, 1968. Museu Paraense Emilio Goeldi. **Publicações avulsas n.º12.**

BROCHADO, J. P. **Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no Leste da América do Sul.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984.

BROCHADO, J. P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica da Amazônia. **Dédalo.** São Paulo, v. 27: p.65-82. 1989.

BROCHADO, J. P. **Alimentação na floresta tropical.** Porto Alegre: IFCH-UFRGS. 1977.

BROCHADO, J. P. Um modelo ecológico de Difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América Latina. **CLIO, série arqueológica**, 4: 85-88. (Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste brasileiro), 1991.

BROCHADO, J.P; MONTICELLI, G.; **Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica guarani a partir dos fragmentos**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, V.xx, n.2, p. 107-118, dezembro, 1994.

BOURDIEU, P. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press. 1977.

BOURDIEU, P. Esboços de uma teoria da prática. In: **ORTIZ, Renato; FERNANDES, Florestan**. sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.

BUARQUE, Â. “As estruturas funerárias das aldeias tupinambá da região de Araruama, RJ”. In: A. Prous & T. A. Lima (orgs.) **Os ceramistas Tupiguarani. vol. III** – Eixos temáticos. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan de Minas Gerais. 2010. pp. 179-172.

BUENO, L. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um ‘Novo Mundo’?. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 2, p. 477-496, aug. 2019**. Acesso em: 21 set. 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000200011>.

BUENO, L. R.; GILSON, S. P. N., KOPELKE, S., DENARDI, B., FEDECHEN, M., & PERILLO FILHO, Á. Datações absolutas na arqueologia brasileira: distribuição espaço-temporal, problemas e propostas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 18(1), e20210113. 2023. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0113.

CALDARELLI, S. B. Arqueologia Preventiva: uma disciplina na confluência da Arqueologia Pública e da avaliação ambiental. Goiania, **Revista Habitus**. V.14, n1, p. 05-30, jan-jun, 2015.

CALDERON, V. Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. Programa Nacional de pesquisas arqueológicas – PRONAPA, 4. Resultados preliminares do quarto ano, 1968-1969-1970. **Belém: Museu paraense Emilio Goeldi, p. 163-178**.

CARNEIRO, R. L. A theory of the origin of the state. **Science**, v. 169, n. 3947, p. 733-738, 1970.

CARVALHO, I. de S. **Dinosaur Footprints from Northeastern Brazil: Taphonomy and Environmental Setting**. Ichnos, 2004.

CARVALHO, M. S. Salgado & SANTOS, M. E. C. M. **Ciência da terra, ciência da vida**. São Paulo: MAAB FAAP, 2004.

CASTRO, E. V. de. **From the Enemy’s Point of View: Humanity and Divinity in an Amazonian Society**. The University of Chicago Press, Chicago, 1992.

CASTRO, E. V. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify. 552 pp. 2002.

- CASTRO, E. V. Le Meurtrier et son Double chez les Araweté (Brésil): Un Exemple de Fusion Rituelle". In: **M. Cartry e M. Detienne (orgs.), Destins de Meurtriers Paris: CNRS [Systèmes de Pensée em Afrique Noire. Pp. 77-104. 1996.a.**
- CASTRO, E. V. Images of Nature and Society in Amazonian Ethnology. **Annual Review of Anthropology**, 25:179-200. 1996b.
- CASTRO, E. V. **Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena.** (2002).
- CAVALCANTE, TH. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História (São Paulo)**, v.30, n.1, jan/jun 2011, p.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CLARKE, D. **Analytical Archaeology.** Great Britain, 2ª edição: 1984.
- CLASTRES, P. **A Sociedade Contra o Estado.** (1974).
- CLIFFORD, J.; GEORGE, M. (Orgs.). **A escrita da cultura: a poética e a política da etnografia.** Tradução de Maria Cláudia Coelho. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Editora Papéis Selvagens, 2016.
- COELHO JÚNIOR, J. M. ROLIM NETO, F. C.; ANDRADE, J. da S. C. de O. **Topografia geral** Recife: EDUFRPE, 2014.
- CONOLLY, J. & LAKE, M. **Geographical Information Systems in Archaeology.** Cambridge University Press. 2006.
- CORRÊA, A.A. **Pindorama De Mboia E Îakaré Continuidade E Mudança Na Trajetória Das Populações Tupi.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014.
- CORRÊA, Â. Longue durée: história indígena e arqueologia. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 2, 2013, p. 26-29. Acesso em: 21 set. 2024. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252013000200011>.
- COSTA, M. dos S. **Entre humanos e coisas estão os ceramistas pré-coloniais da Chapada do Araripe Piauí.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.
- CRIADO BOADO, F. **Construccion social del espacio y reconstruccion arqueológica del paisagen.** Boletín de Antropologia Americana, n. 24, p, 5-29, 1991.
- CRIADO BOADO, F. **Hacia um modelo integrado de gestión e investigación del patrimonio Histórico:** La cadena interpretativa como propuesta, PH. Boletín del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, v. 16, p. 73-78, 1996.
- CUNHA, M. C. da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify. 2009.
- CUNHA, M. C. da. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: **Companhia das Letras**, 1992.
- CUNHA, M. C. da. **Os Mortos e os Outros** São Paulo: Hucitec. 1978.

CUNHA, M. C. da. O futuro da questão indígena. **Estudos avançados**, v. 8, n. 20, 1994, p. 121-136. Acesso em: 21 set. 2024. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000100016>.

DEBLASIS, P. et al. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Arqueologia suramericana**, v. 3, n. 1, 2007, p. 29-61.

DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

DESCOLA, Philippe. **La Nature Domestique: Symbolisme et Praxis dans l'Écologie des Achuar** Paris: Maison des Sciences de l'Homme. 1986.

DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas, Rio de Janeiro: Editora RECORD, 2011.

DIAS, A. S. et al – O DISCURSO DOS FRAGMENTOS: SÓCIO-COSMOLOGIA E ALTERIDADE NA CERÂMICA GUARANI PRÉ-COLONIAL. **Espaço Ameríndio, Porto Alegre**, v. 2, n. 2, p. 5-34, jul. /Dez. 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2008.

ELIADE, M. Shamanism: Archaic Techniques of Ecstasy, 1964.

EMIRBAYER, M.; MISCHÉ, A. **What is agency?** American Journal of Sociology, v.103, n.4, p.962-1023, 1998.

ETCHEVARNE, C. **Ocupação humana do Nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa**. REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 112-141, dezembro/fevereiro 1999-2000.

FAGUNDES, M. **O conceito de paisagem em Arqueologia**: os lugares persistentes. HOLOS. Environment, v.9 n.2, 2009. P. 301. ISSN: 1519-8634 (on-line) acessado em 20 de abril de 2023.

FAGUNDES, M.; PIUZANA, D. Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v.8, p. 205-220, 2010.

FARACO, C. A. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2005.

FAUSTO, C.; HECKENBERGER, M. Introduction: Indigenous History and the History of the “Indians”. Time and memory in indigenous amazonia: **Anthropological perspectives**, 2007, p. 1-15.

FAUSTO, C.; NEVES, E. Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarisation and biodiversity **in the Amazon**. **Antiquity**, v. 92, n. 366, 2018, p. 1604-1618. Acesso em: 21 set. 2024. <https://doi.org/10.15184/aqy.2018.157>.

FAUSTO, C. [1963] **Os índios antes do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2010.

FERREIRA, L. M. Footsteps of american race: archaeology, ethnography and romanticism in imperial Brazil. In: **Funari, Pedro Paulo A.; Zarankin, Andrés; Stovel, Emily (Ed.)**. Global

archaeology theory: contextual voices and contemporary thoughts. New York: Springer. p.135-156. 2005.

FERREIRA, L. M. G. D. arqueólogo e etnógrafo. In: **Lopes, Marcos Antônio (Org.)** Grandes nomes da história intelectual São Paulo: Contexto. p.456-464. 2003.

FERNANDES, F. Organização Social das Tribos Tupis. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial, vol. 1. Org. Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos. Editora. Difel, São Paulo – Rio de janeiro 1976 (5ª edição).

FONTES, M. A. F.; SILVA M. L. da; SENA, V. K. de; NETO, W. M. L.; Brasileira Consultoria LTDA. **Relatório de diagnóstico e prospecção arqueológica na área de instalação da central eólica bóreas**, / - São Raimundo Nonato, PI, UNIVASF; 2015.

FONTES, M. **A cerâmica pré-histórica da Área Arqueológica do Seridó**. Dissertação de mestrado (História). UFPE-Recife 2003.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Rio Babel. **A história das línguas na Amazônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj.2011.

FUNARI, P. P. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Cienc. Cult. vol.65 no.2** São Paulo. Apr./June 2013 <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252013000200010>.

FURTADO, M. B. G. N. **Os Jesuítas no sertão do Piauí: 50 anos entre fazendas e rebanhos**. Teresina. EDUFPI, 2022.

GARCIA, L. **Paisagens do médio-baixo Xingu: arqueologia, temporalidade e historicidade**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2017.

GARCIA, L. **Arqueologia na região dos interflúvios Xingu-Tocantins**: A ocupação Tupí no Cateté. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

GEERTZ, C. 1926-; **A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. - 1. ed., IS. reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.323p.

GELL, A. **Arte e agência: uma teoria antropológica**. Oxford: Clarendon Press. 1998.

GELL, A. “The technology of enchantment and the enchantment of technology”. In: **The Art of Anthropology: Essays and Diagrams**. London: The Athlone Press. Pp. 159-186.1999.

GOMES, J. Alteridades e Paisagens na Comunidade Boa Esperança, RDS AMANÃ (AM). **Revista Teoria & Sociedade**, v. 24, n. 2, 2016.

GOODY J. Frontmatter. In: **Cooking, Cuisine and Class: A Study in Comparative Sociology. Themes in the Social Sciences**. Cambridge University Press; 1982:i-iv.

GUIDON, N. et al.; Datação por termoluminescência de seixos de quartzos queimados da toca do Boqueirão Pedra furada (Piauí Nordeste do Brasil) **FUMDHAMENTOS**. Vol. 1 nº 3 São Raimundo Nonato-PI, 2003.

GUIDON, Niède & ARNAUD, Bernardette. The Chronology of the New World, Two Faces of One Reality. **World Archaeology**, 23(2):167-178, 1991.

GOSSELAIN, O. P. Materializing Identities: An African Perspective. **Journal of Archaeological Method and Theory**. 2000.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do 'Fim dos Territórios' à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAFFER, J. e PRANCE, G. T. Impulsos climáticos da evolução na Amazônia durante o Cenozoico: sobre a teoria dos Refúgios da diferenciação biótica. **Estudos avançados** 16 (46), 2002.

HALBAHWS, M. (1968). A memória coletiva. Traduzido por Shaffter, L. L. **Editora. Revista dos tribunais** LTDA, SP-SP.1990.

HECKENBERGER, M. J. The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000, New York and London, Routledge, 2005.

HECKENBERGER, M. **Manioc agriculture and sedentism in Amazonia: the Upper Xingu**. example, *Antiquity*, 72 (277): 633–648, 1998.

HECKENBERGER, M.; PETERSEN, J.; NEVES, E. **Village size and permanence in Amazonia: Two archeological examples from Brazil**, *Latin America Antiquity* 10(4), p: 353-376, 1999.

HECKENBERGER, M. **War and peace in the shadow of empire: sociopolitical change in the Upper Xingu of Southeastern Amazonia, AD 1250-2000**. PhD dissertation, University of Pittsburgh, 1996.

HECKENBERGER, M. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na longue durée, 1.000-2.000 d.C. **In: FRANCHETTO**, Bruna; HECKENBERGER, Michael. Os Povos do alto Xingu: História e cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 21-62.

HEIDEGGER, M. (1988). **Ser e tempo** (v. I). Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 1927).

HODDER, I. *Archaeological Theory Today*. Polity press. 2001.

HODDER, I. *Interpretación en Arqueología. Corrientes actuales*. Barcelona: Crítica, 1988.

HODDER, I. Interpretive archaeology and its role. In: *Theory and Practice in Archaeology*. London: Routledge, 1992.

HODDER, I. **Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HODDER, I. **Archaeology as long-term history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

IBAMA. Plano de Manejo Floresta Nacional do Araripe – APODI. 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em regiões geográficas**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 fev. 2025.

INGOLD, T. **The Temporality of the Landscape**. Source: World Archaeology, Vol. 25, No. 2, Conceptions of Time and Ancient Society (Oct. 1993), pp. 152-174 Published by: Taylor & Francis, Ltd. Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/124811>. Acessado em 23/05/2023.

INGOLD, T. **A Percepção do Meio Ambiente: Ensaio sobre Subsistência, Habitação e Habilidade**. Londres: Routledge. 2000.

INGOLD, T. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2001.

JÁCOME, C. **Dos Waiwai aos Pooco – Fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrî), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2017.

KATER, T. & LOPES, R. de A. Braudel nas Terras Baixas: caminhos da Arqueologia na construção de Histórias Indígenas de longa duração. **Revista história**. (São Paulo), DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.174977>. n.180, p. a11720, 2021.

KELLNER, A. W. A; e SARAIVA, A. Á. F. **Fósseis da Chapada do Araripe: Uma Odisseia No Cretáceo**. Pró-Imagem Produções Fotográficas, 2019.

KNAPP, A. B. **Ideational and industrial landscape on prehistoric Cyprus**. IN: ASHMORE, W & KNAPP, A. B. *Archaeological landscape – contemporary perspectives*. Oxford: Blackwell Publishers, p. 63-78, 1999.

KLÖKLER, D. M. Consumo ritual, consumo no ritual: festins funerários e sambaquis. **Revista. Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia**, v. 10, n. 1, p. 83-104, 2012.

KLÖKLER, D. M. **Food for Body and Soul: Mortuary Ritual in Shell Mounds (Laguna - Brazil)**. The University of Arizona, 2008. <http://hdl.handle.net/10150/193697>.

LACAN, J. (2005). **O simbólico, o imaginário e o real**. Em Nomes-do Pai (T. André, Trad., pp.11-53). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Original publicado em 1953).

LACAN, J. (1998). Para além do “Princípio de realidade”. Em Escritos (R. Vera, Trad., pp.77-95). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Original publicado em 1936).

LANDIM, Joseane Pereira Paes. **Serra Branca dos maniçobeiros: um conjunto habitacional sobre rocha que (sobre)vive na memória**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) IPHAN, Rio de Janeiro. 2014.

LA SALVIA, F. & BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre. Posenato Art & Cultura, 1989.

LANGEVAEK, C.H. **História y arqueología. Encuentros y desencuentros**. História critica, Colombia, n27. P.111-124.

LATHRAP, D. **The Upper Amazon**. London: Berkeley: Thames and Hudson, 1970.

LATHRAP, D. **O Alto Amazonas**. Lisboa: Verbo, 1975.

LATOUR, B. **We Have Never Been Modern**. Cambridge: Harvard University Press. 1993.

LAZZARI, M. **The texture of things: objects, people, and landscape in northeast Argentina** (first millenium A.. D). In Lynn Meskell (eds). *Archeologies of materiality*, Blackwell Publishing Ltda, pp. 126-161.2005.

LEITE NETO, W. M. **Tecnologia lítica dos grupos ceramistas da Chapada do Araripe: análise dos sítios arqueológicos do município de Araripina Pernambuco, Brasil**. Dissertação de mestrado. UFPE. Recife, 2008.

LEMONIER, P. **Elements, for an Anthropology na technology**. Michigan. Museum of Anthropological. Research (88) University of Michigan. 1992.

LEMOS, I. **Ceramic Production and Social Contexts in Prehistoric Greece**. Sheffield: Sheffield Academic Press. 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Introdução: História e Etnologia**. In: *Antropologia Estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989a. p. 13-41.

LEWIS, P. F. Learning from looking: geographic and other writing about the American Landscape. IN: SCHLERETH, T. J. **material culture: a research guide**. University of Kansas: University Press of Kansas, p. 35-56, 1985.

LIMA, T. A. e PROUS, A. Os ceramistas Tupi-guarani. VOLUME II – Elementos Decorativos. Belo Horizonte: **Superintendência do Iphan em Minas Gerais**, 2010.

LIMAVERDE, R. **Os registros rupestres da Chapada do Araripe**. Dissertação de mestrado – UFPE, Recife-PE - 2006.

LIMAVERDE, R. **ARQUEOLOGIA SOCIAL INCLUSIVA A FUNDAÇÃO CASA GRANDE E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CHAPADA DO ARARIPE NOVA OLINDA, CE, BRASIL**. Coimbra, 2015.

LIMA, H. A “Longue Durée” e uma antiga História na Amazônia Central. **Arqueologia Amazônica**, v. 2, 2010, p. 95-117.

LIMA VERDE, R. Os Registros rupestres na chapada do Araripe, Ceará, Brasil. *Clio*. v.2. n°.21. p.140-154, 2006.

MACHADO, J. S. Arqueologias Indígenas, os Laklãnô Xokleng e os objetos do pensar. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 1, 2017, p. 89-119. Acesso em: 21 set. 2024. <https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.504>.

MACHADO, L.M. C. Phil. Percepção da Paisagem: conceituação, observação, descrição, vivência. Disponível em https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47176/1/u1_d22_v9_t03.pdf. acessado em 17/06/2024.

MACHADO, D. L. **Estudo arqueológico dos sítios Anauá, Chapada, Santo Antônio e Olho d'água do Pau, Mauriti – Ceará**. Dissertação (Mestrado em arqueologia), UFPE, 2010.

MACHADO, L. M. C. Paisagem Valorizada: A Serra do Mar como Espaço e como Lugar. In: OLIVEIRA, Lívia de; Del Rio, Vicente (Orgs.). **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira...** São Paulo: Editora Studio Nobel, Editora da UFSCar, 1996. p. 97-120.

MAGALHÃES, J. V. Couto de. 1876. **O Selvagem**. Rio de Janeiro, Typographia da Reforma. (outra edição Itatiaia/Edusp. Belo Horizonte/São Paulo, 1975)

MALINOWSKI, B. **O nativo em “carne e osso”**. In: DURHAM, Eunice (org.). Malinowski. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 55).

MANO, Marcel. A Cerâmica e os rituais funerários: Xamanismo, Antropofagia e Guerra entre os Tupi-Guarani. **Interações: Cultura e Comunidade**, vol. 4, núm. 5, 2009, pp. 111-128 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Uberlândia Minas Gerais, Brasil.

MANUAL TÉCNICO DE GEOMORFOLOGIA /IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 182 pg.

MARANCA, S. Estudo do Sítio Aldeia da Queimada Nova, Estado do Piauí. **Revista do Museu Paulista – Serie Arqueológica**. São Paulo: Museu Paulista, v. 3. 1976. P. 102.

MARANCA, S. **Estudo do sitio aldeia da queimada nova: estado do piaui**. 1975. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975. Acesso em: 25 mar. 2024.

MARANCA, S. A Arqueologia brasileira e o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) dos anos 60. Arqueologia. **Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**. Curitiba: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2007. Acesso em: 20 abr. 2023.

MARANCA, S; MEGGERS, B. **Uma reconstituição de organização social baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio habitação da tradição Tupiguarani**. Pesquisas. São Paulo: [s.n.], n°. 31. 1980. Pg.227-247.

MARTIN, G. Arqueologia Nas Missões Religiosas do Nordeste do Brasil. CDU 571(812/814), 1999.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2005.

MARTINS, C. M. P. Sobre contatos e fronteiras: um enfoque arqueológico. **Revista de Antropologia**, [S.1], v. 4, n. 1, p. 150-184, jun. 2012. ISSN 21760675 Disponível em: <https://periodicos.ufpa/index.php/qamazonica/article/view/890/1308> > acessado em 27 fev. 2023. Doi: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.V4i1.890>.

MARTIUS, C. F. P. Von; SPIX, Jh. Bt. von. Viagem pelo Brasil (1817-1820). 3 volumes. Brasília: Senado Federal. 2017. **Disponível em:** <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/573991>. Acesso em: 25 set. 2023.

MARQUES, A. Ch. N. **Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguaras da aldeia Três Rios** – João Pessoa, 2009.

MASON, J.A. The languages of South American Indians, in STEWARD, J. (ed.), **Handbook of South American Indians**, 6: 157-3 17, Washington, Smithsonian Institution, 1950.

MASSAGLI, S. R. **A desmaterialização do espaço: um estudo das interfaces entre a produção ficcional e as teorias da pós-modernidade** / Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2010.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from **SciELO Books** <<http://books.scielo.org>>. acessado em 20 de julho de 2022.

MEGALI N. A.; CARVALHO, R. K. M. de. Autonomia dos povos indígenas e densificação do Estado Democrático de Direito: um diálogo entre Gabriela Kraemer Bayer e Menelick de Carvalho Netto. *Revista Eletrônica Direito e Sociedade*, Canoas, v. 12, n. 2, p. 1–20, ago. 2024. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/9460/4564>. Acesso em: 7 fev. 2025.

MEGGERS, B. J; EVANS, C. **Como interpretar a linguagem da cerâmica**. Washington: Smithsonian Institution. 1970.

MEGGERS, B. J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Belo Horizonte: Ed. Itataia, 1987.

MEGGERS, B. J; EVANS, C. Possible impact of the Mega-Niño events precolumbian population in the Caribbean Área. In: Moggiolo, Marcio V.; Fluentes, Angel C. (Ed). *Primer Seminario de Arqueologia del Caribe*. Altos de Chavoón: Museo Arqueologico Regional altos de Chavón: OEA. P.156-176.

MELIÁ, B. **La lengua guaraní en el Paraguay colonial**. CEPAG, Asunción. 2003.

MELO, J. P. P. **Os Kariri Identidades e direitos**. Lumen Juris; 1ª edição. 2020.

MELLO, A. A. S. & KNEIP, A. “Evidências linguísticas que apontam para a origem dos povos Tupi--Guarani no leste amazônico”. International Congress of Americanists, 52º, Sevilha. Mimeo, 2006.

MELO, A.A.S.; KNEIP, A. Dialogo linguística – Arqueologia: origem e dispersão dos povos tupi-guarani. **Anais do XIII Congresso de Arqueologia Brasileira**. Campo Grande, 2005.

MELO, A.A.S.; KNEIP, A. Dialogo Linguisticas que apontam para a origem dos povos Tupí-Guaraní no leste amazônico. In Congresso Internacional de Americanistas, 52, Sevilha. [ms].

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MERLEAU-PONTY, M. **A estrutura do comportamento**. São Paulo: Martins Fontes, p. 341, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. **The World of Perception**, traduzido por O. Davis. Londres: Routledge, 2002.

MESKELL, L. **Archaeologies of materiality**. Blackwell Publishing Ltda, pp. 1-7, 2005.

MILLER, D. 2013. **Trecos, troços e coisas. Estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 244p.

MORAIS, José Luiz de. Arqueologia da região Sudeste. **REVISTA USP**, São Paulo, n.44, p. 194-217, dezembro/fevereiro 1999-2000.

MOTA, A. A. S. A Autoetnografia Indígena de Claude Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v.20, n.1, p. 209-223, jan./jun. 2015 - ISSN 1516-2664.

MONTEIRO, J. M. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís D. Benzi (Ed.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC; Mari: Unesco, 1995. p.221-228.

MONTEIRO, J. M. Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros. (org.) John Manuel Monteiro- FAPESP – 1994.

MONTEIRO, J. Tupis, **Tapuias e historiadores: Estudo da História Indígena e do Indigenismo**. Tese (Livre Docencia) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Campinas, 2001.

MORAN, E.F. **Adaptabilidade Humana: uma introdução à Antropologia Ecológica**. EDUSP. São Paulo. 1994.

MOTT, Luiz R.B. Piauí colonial; população, economia e sociedade. Teresina: **Projeto Petrônio Portela**, 1985. 144p.

MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: APL FUNDAC, DETRAN, 2010.

MOURA, J. C. de O. **Análise do papel das instituições públicas na preservação da cultura indígena: um estudo de caso da Terra Tremembé da Barra do Mundaú no município de Itapipoca-CE**. Universidade Federal do Ceará – 2023.

METRAUX, A. Migrations historiques des Tupi-guarani. Journal de la Société des Américanistes, v. 19. paris: Librairie Orientale et Américine, 1927.

METRAUX, A. **A religião dos Tupinambás e suas relações com as demais tribos Tupí-Guaranis**. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: EDUSP, 1979.

METRAUX, A. [1928] **A civilização material das tribos tupi-guarani**. Campo Grande: Gráfica Editora Alvorada, 2012. 470.p.

NASCIMENTO, A. A aldeia Baião – Araripina – PE. Um Sítio pré-histórico Cerâmico no Sertão do Pernambucano. **Clio arq.** Recife. V, 1. Nº 7, 143-210, 1991.

NASCIMENTO, R. M. L. de Oliveira. **O conceito de tempo histórico na formação inicial do professor de história**. Dissertação de Mestrado. UFSC Florianópolis 2002.

NAVARRO, E. de A. A Tupinologia e seus críticos. In. **Linguística, Letras e Artes e as Novas Perspectivas dos Saberes Científicos**. Org. VASCONCELOS, A. W. S. de; VASCONCELOS, Tha. N. S. de. Editora: Atena, 2020.

NEPOMUCENO, T. M. L. S. A colonização e a inserção dos escravizados no Piauí, do século XVI ao início do século XIX. **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020.

NETO, A. M. & CARVALHO, R. K. M. de. Autonomia dos povos indígenas e densificação do Estado Democrático de Direito: um diálogo entre Gabriela Kraemer Bayer e Menelick de Carvalho Netto. In **Revista Eletrônica Direito e Sociedade**. Canoas, v. 12, n. 2, 2024.

NEUMANN, M. A. **Por Uma Arqueologia Simétrica**. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V. V, nº9/10. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2008.

NEUMANN, M.A. Distribuição das Marcas de Uso e Especificidades Funcionais para a Cerâmica Guaraní Pré- Colonial. **Revista de Arqueologia**, 24(1): 52- 65. 2010.

NEVES, E. G. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central**. Ubu Editora 2022.

NEVES, E. A arqueologia da Amazônia Central e as classificações na Arqueologia Amazônica. **Arqueologia Amazônica**, v. 2, 2010, p. 58-70.

NEVES, E.G.; PETERSEN, J. The Political Economy of Pre-Columbian Amerindians: Landscape Transformations in Central Amazonia. In: **Balée, W.; Erickson, C. (Org.)**. Time and Complexity in Historical Ecology: Studies in the Neotropical Lowlands. New York . Columbia University Press, 2006.

NOGUEIRA, M. A. A. **A cerâmica tupinambá na serra de Santana-RN: O sítio arqueológico aldeia da serra de Macaguá**. (dissertação de mestrado). UFPE; Recife, 2011.

NOELLI, F. S. **Sem Tekohá não há Teko. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e subsistência Guaraní e suas aplicações a uma área de domínio do delta do rio**

Jacuí, Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1993.

NOELLI, F.S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi - **Revista de antropologia**, 1996.

NOELLI, F.S. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento. v. 3, p. 285-302, 1999.

NOELLI, F. S. Os Jê no Sul: roteiro para um modelo alternativo. **In: Uri e Wãxi, Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Mota, Noelli e Tommasino (org). Londrina: Ed. UEL. 2000.

NOELLI, F. S. Ocupação humana na Região Sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. **REVISTA USP**, São Paulo, n.44, p. 218-269, dezembro/fevereiro 1999-2000.

NOELLI, F. S; FERREIRA, L. M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, set.-dez. 2007.

NOELLI, F. S; CORRÊA, Â. A. Arqueologia regional e a construção das paisagens Guarani na margem esquerda do rio Paraná, Estado do Paraná, Brasil. **Estudos arqueológicos regionais – v. 29, n. 45 (Dez/2016)**.

NOELLI, F. S; BROCHADO, J. P; CORRÊA, Â. A. A linguagem da cerâmica Guarani: sobre a persistência das práticas e materialidade. 2018.

NUNES, O. Os índios fervilhavam como formigas às margens dos rios e vales do Piauí. **In: NUNES, O. Pesquisa para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. V. 1.

OLIVEIRA, J. R. de. **História indígena de longa duração: um estudo arqueológico na Ilha de Piraçú. Médio Rio São Francisco, Orocó-PE**. Tese. (doutorado em arqueologia) UFS.2023.

OLIVEIRA, E. **Potes que encantam: estilo e agência na cerâmica policroma da Amazônia Central**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

OLIVEIRA, C. As fronteiras tecnológicas de grupos pré-históricos ceramistas do Nordeste. In Oliveira, Ana Paula de Paula Loures. (org). Estado da Arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupi-guarani. Juiz de Fora: **EDUF JF**, v. 1, p. 131-150. 2009.

OLIVEIRA, C.A. Os ceramistas pré-históricos do sudeste do Piauí – Brasil: Estilos e Técnicas. **Revista FUMDHAMENTOS**, n.3, p. 57-129.2003.

OLIVEIRA, A. S. de N. **O povoamento colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. Tese de doutorado – UFPE- Recife, 2007.

OLIVEIRA, R. M. de. Ensino de História e a Cosmovisão Tupinambá dos Ritos Antropofágicos... In: Anais do I Congresso Nacional do Profhistoria. Anais. Salvador (BA) IAT, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/CongressoNacionalProfhistoria/174158-ENSINO-DE-HISTÓRIA-E-A-COSMOVISAO-TUPINAMBA-DOS-RITOS-ANTROPOFAGICOS>. Acesso em: 07/06/2024.

OPENAI. ChatGPT (versão GPT – 4.0) 2024. **Modelo de linguagem de grande escala**. <https://chat.openai.com>

ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A. **Pottery in Archaeology**. 10. Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. (manual em Archaeology).

PALLESTRINI, L. “Superfícies Amplas” em arqueologia pré-histórica no Brasil. Revista de Arqueologia. Museu Emilio Goeldi, v.1, n.1p7-18.1983.

PANACHUK, L.; CARVALHO, A. Modelagens de barro em sítios Tupiguarani. In: **Andre Prous; Tnia Andrade Lima (Org)**. Os Ceramistas Tupiguarani Volume II – Elementos decorativos. 1ªed. Belo Horizonte. Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, 2020, v.2.p.57-58.

PACHECO, de O. J. **Ensaaios em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PEREIRA, E. et. Al. O sítio Domingos – uma aldeia Tupiguarani no Sudeste do Pará, Amazônia, Brasil. Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB-15 – **Caderno de resumos-simpósio Arqueologia Tupí (Guarani) na Amazônia, estudos regionais**, 2009.

PEIRANO, Mariza (org.) **O Dito e o Feito. Ensaaios de Antropologia dos Rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP. 2002.

PEIRANO, M. **Temas ou Teorias? O estatuto das noções de ritual e de performance**. Artigos. 2006

PINHEIRO, P. de M; MARTIN, G. Á. **A transição do pleistoceno ao holoceno no Parque Nacional Serra da Capivara - Piauí - Brasil: uma contribuição ao estudo sobre a antiguidade da presença humana no sudeste do Piauí**. 2004. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

PITA, S. da R. 1660-1738. **História da América portuguesa**/Rocha Pita. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

POSEY, D. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapo indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**, v. 3. P. 139-158, 1985.

POLLACK, M. (1989) Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3 (1989), p. 3-15.

PRATT, M.L. **Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation**. London and New York: Routledge, 1992.

PRONAPA. Arqueologia brasileira em 1968. **Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**. Publicações Avulsas. Belém, 1969.

- PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1992.
- PRUDENCE, M. R. **Pottery Analysis: A Sourcebook**, 2nd ed. (Chicago and London: The University of Chicago Press, 2015, 561pp., 121 figs., 49 tables, hbk, ISBN 978-0-226-92320-8, pbk, ISBN 978-0-226-92321-5, ebook, ISBN 978-0-22-92322-2.
- RENFREW, C; BAHN, P. G. **Arqueología: Teorías, métodos y práctica**. Ediciones Akal, 2011.
- RENFREW, C., & BAHN, P. **Archaeology: Theories, Methods, and Practice**. London: Thames & Hudson. 1991.
- RELATÓRIO de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da área de instalação da central eólica brite. A.B.C, 2017.
- RELATÓRIO de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da área de instalação da central eólica Notus. A.B.C, 2016.
- RELATÓRIO de Diagnóstico e Prospecção na área de instalação da central eólica Notus. A.B.C, 2014.
- RICE, P. **Pottery Analysis: a source book**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. 2ª. Ed. São Paulo. 1985.
- RYE, O.S. **Pottery technology; Principles and Reconstruction. Manuals on Archeology**, (4). Australian National University. Washiton, D.C. 1981.
- ROCHA, Bruna. Ipi Ocemumuge: **A Regional Archaeology of the Upper Tapajós River**. Phd Thesis, Archaeology, UCL, 2017.
- RODRIGUES, A. D. **Línguas indígenas brasileiras**. Brasília, DF: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, 2013. 29p. Disponível em: <<http://www.laliunb.com.br>>. Acesso em: 28 de julho de 2022.
- RODRIGUES, A. D. **Relações internas na família linguística tupi-guarani**, Revista de Antropologia, São Paulo, 27-28:33-53, 1984.
- RODRIGUES, A. D. Evidences for Tupi -Carib relationship", in **KLEIN, H. & STARK, L. (eds.), South American indian languages: retrospect and prospect**, Austin, University of Texas Press, pp. 37 1-404, 1985.
- RODRIGUES, A. D. **Línguas Brasileiras: Para o Conhecimento das Línguas Indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.
- RODRIGUES, A. D. Os estudos de linguística indígena no Brasil", **Revista de Antropologia**, São Paulo, 11 (1-2):9-22, 1963.
- ROOSEVELT, A. Arqueologia amazônica. In: **CUNHA, Manuela**. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 53-86.

ROOSEVELT, A. The development of prehistoric complex societies: Amazonia, a tropical forest. Archeological papers of the American **Anthropological association**, v. 9, n. 1, 1999, p. 13-33. Acesso em: 21 set. 2024. <https://doi.org/10.1525/ap3a.1999.9.1.13>.

ROOSEVELT, A. Determinismo Ecologico na Interpretação do desenvolvimento social indígena da amazonia. In. **NEVES, W. (Org.)**. Origem, adaptações e Diversidade biológica do Homem nativo da Amazonia. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi. 1991. P.103-141.

SACKETT, J. R. The meaning of Stile in Archaeology: a general model. **American Antiquity**, vol.42, p. 329-380, 1977.

SAID, E. **Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P.139-349. MLALA, São Paulo v. 4, n.6.

SAID, E. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007a.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3o ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4oed. São Paulo: Edusp, 2003.

SAUER, C. O. The agency of man on the earth. In: THOMAS, William L. (Ed.). **Man's role in changing the face of the earth**. Chicago: University of Chicago Press, 1956. p. 49-69.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**, [1916] 2a ed. S a o Paulo: Cultrix. 1970.

SCATAMACCHIA, M.C.R. **Tentativa de caracterização da tradição Tupiguarani**. Dissertação (mestrado). USP, São Paulo; 1981.

SCATAMACCHIA, M.C.R. Proposta de terminologia para a descrição e classificação da cerâmica arqueológica dos grupos pertencentes à família linguística Tupí-Guarani. **Museu de arqueologia e etnologia, São Paulo**, 14:291-307. 2004.

SCHAAN, D. P. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além-e apesar-das fases e tradições. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 2, n. 1, 2007, p. 77-89. Acesso em: 21 set. 2024. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222007000100006>.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550 - 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCATAMACCHIA, M.C.M. **A Tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação guarani e tupinambá: fontes arqueológicas e etnohistóricas**. São Paulo. Tese de doutorado, FFLCH-USP.1990.

SCHIFFER, M. B. The Influence of Surface Treatment on Ceramic Hydration Kinetics. **Journal of Archaeological Science**, 1990.

SCHIFFER, M. B. **Formation processes of the archaeological record**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

SCHIFFER, M. B. **Archaeological context and Systemic**. *American*, 37(2) 156-165. 1972.

SCHIFFER, M.B.; SKIBO, J. **The Explanations of Artifact Variability**. *American Antiquity*, 62 (1): 27-50.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. M. **People and Things: A Behavioral Approach to Material Culture**. New York: Springer, 2008.

SCHMITZ, P. I. **Arqueologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SENA, V.K. **Caracterização do padrão de assentamento dos grupos ceramistas do semiárido pernambucano: um estudo de caso dos sítios arqueológicos de Araripina – PE**. Dissertação (mestrado em Arqueologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SHEPARD, A. **ceramics for the archaeologist**. Washinton, 1963.

SILLAR, B., 2004. **Atos de Deus e cultura material ativa: agência e compromisso nos Andes, em Agência e Arqueologia**, ed. A. Gardner. Londres: UCL Press, 153-209.

SILLIMAN, S. Between the *longue durée* and the short *purée*: postcolonial archaeologies of indigenous history in colonial North America. In: **OLAND, Maxine, HART, Siobhan; FRINK, Liam (Eds)**. *Decolonizing Indigenous Histories. Exploring Prehistoric/Colonial Transitions in Archaeology*. Tucson: The University of Arizona Press, 2012, p.113-131

SILVA, B. Índio B. de M., & Macedo, J. P. “Povos indígenas no Piauí: se escondeu para resistir e apareceu para existir!”: trajetória dos grupos indígenas da etnia Tabajara no Piauí. **Interações (Campo Grande)**, 23(1), 51–65. 2022. <https://doi.org/10.20435/inter.v23i1.3080>

SILVA, F. A. e NOELLI, F. S. Mobility and Territorial Occupation of the Asurini Do Xingu, Pará, Brazil: An Archaeology of the Recent Past in the Amazon. title in **Latin American Antiquity**. December 2015.

SILVA, F. A. & NOELLI, F. S. História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v.27: p. 5-20, 2016.

SILVA, F. A. & NOELLI, F. S. Arqueologia e Linguística: Construindo as trajetórias histórico-culturais dos povos Tupi. **Revista de Cultura e Política**, 2017.

SILVA, F. **As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica**. Tese (Doutorado em Ciência Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, F. Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 19, 2009a, p. 205-219.** Acesso em: 21 set. 2024. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2009.89884>.

SILVA, A. **História dos municípios cearenses.** Fortaleza: Editora Ceará. 2003.

SILVA, E. **ÍNDIOS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: (re)conhecendo sociodiversidades.** CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife), 2017.

SILVA, E. “Os caboclos” que são índios: história e resistência indígena no Nordeste. In: Portal do São Francisco – **Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF.** Belém de São Francisco, ano III, nº. 3, 2004, p.127-137.

SILVA, Sergio Baptista da. Metodologias e arqueologia pré-colonial no Brasil: implicações epistemológicas e teóricas. **Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 184–198, 2023.** DOI: 10.24885/sab.v36i1.1009. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1009>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SILLIMAN, S. Entre A Longue Durée E O Short Purée: Arqueologias Pós-Coloniais Da História Indígena Na América Do Norte Colonial. **VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. v.13, n. 1, janeiro – junho, ISSN 1981-5875 ISSN (online) p. 2316-9699, 2019.**

SIMÕES, F. M. Índices de fases arqueológicas brasileiras 1950-1971. **Publicações Avulsas nº18. Museu Emílio Goeldi, 1972.**

SIMÕES. **PRONAPABA. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica.** Belém, 1971.

SOCIOAMBIENTAL. *Quadro Geral dos Povos Indígenas no Brasil.* Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em: 6 fev. 2025.

SOUZA, L. A. **Patrimônio arqueológico: gestão e preservação.** Campinas: UNICAMP, 2015.

SOUZA, G. S. de. **Tratado descritivo do Brazil em 1587.** Rio de Janeiro, Typographia Universal Laemmert, 1851. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01720400>.

SKIBO, J. M. **Pottery Use-Alteration Analysis.** J. M. Marreiros et al. (eds.), *Use-Wear and Residue Analysis in Archaeology*, Manuals in Archaeological Method, Theory and Technique, 2015. DOI 10.1007/978-3-319-08257-8_10.

SKIBO, J. M. **Understanding Pottery Function.** Springer New York Heidelberg Dordrecht London, 2013.

STEWART, J.H. Culture areas of the tropical forest **In: STEWART, J. Handbook of South American Indians**, vol. 3, Washington DC: Bureau of American Ethnology Bulletin 143, Smithsonian Institution, p.445-500, 1948.

STEWART, Julian H. **The native population of South America. Handbook of south american indians**. v.5. Washington: Smithsonian Institution. p.655-668. 1949.

STRAUSS, A. **Um ensaio sobre a Arqueologia da Paisagem (Landscape Archaeology)**. Revista Hawô, v.2, 2021.

TAMBLAH, S. J. **Culture, thought, and social action: an anthropological perspective**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

THOMAS, J. **A materialidade e o social**. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 3: 15-20, 1999.

THOMAS, J. **Time, Culture and Identity: An interpretive Archaeology**. London New York: Routledge, 1996. 288 p.

THOMAS, J. **Archaeology of landscape**. In: Hodder, I. *Archaeological theory today*. Polity Press, Cambridge, 2001, pp. 165-186.

TILLEY, C. **A Phenomenology of landscape: places, paths and monuments**. Oxford: Berg, 1994.

TYLOR, E. B. A ciência da cultura. **In: Evolucionismo cultural: textos selecionados de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 67-99.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico**. 2ªed. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

TURNER, V. 1967. **The Forest of Symbols. Aspects of Ndembu Ritual**. Ithaca: Cornell University Press.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Departamento de Antropologia – FFLCH/USP**. Disponível em: <https://antropologia.fflch.usp.br/antropologia>. Acesso em: 22 jul. 2022.

WAI WAI, Jaime Xamen and CAIXETA de Queiroz, Ruben (2024). "Arqueologia e história indígena na perspectiva dos Wai Wai: um povo Caribe das Guianas", **Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**: Vol. 20: Iss. 1, Article 3. DOI: <https://doi.org/10.70845/2572-3626.1394> Available at: <https://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol20/iss1/3>

WILLEY, G. R.; PHILLIPS, P. **Method and Theory in American Archaeology**. Chicago: University of Chicago Press, 1958

WHITRIDGE, P. **Landscape, houses, bodies, things: place and the Archaeology of Inuit imaginaries**. Journal of Archaeological Method and Theory, v.11, n.2, p.213-250, 2004.

WÜST, I. **Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento, v. 3, 1999, p. 303-317.

VEIGA, Luis; ZANETTI, M. A; FAGGION, P. **Fundamentos de Topografia** – Material de Apoio Topografia II Engenharia Cartográfica e de Agrimensura - UFPR. 2014.

ZEDEÑO, M.; BOWSER, B. (Eds.). **The Archaeology of Meaningful Places**. Salt Lake City: University of Utah Press, 2009, p. 1-14.

ZEDEÑO M.I. Landscape land use, and the history of territory formation: na example from Pueblon southeast. **Journal of Archaeological Method and Theory**, 4(1):63-103,1997.

<http://www.etnolinguistica.org/biblio:guérios-1935-novos> acesso em 22 de julho de 2022.

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242810> acesso em 25 de julho de 2022.

http://www.filologia.org.br/xviii_cnlf/resumos/retrospecto_da_tupinologia_EDUARDO.pdf acesso em 25 de julho de 2022.

<https://tupi.fflch.usp.br/sites/tupi.fflch.usp.br/files/Os%20estudos%20de%20tupi%20antigo%20e%20a%20cr%C3%ADtica%20estruturalista.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2022.

ANEXO 1

Tabela - Tronco tupí e famílias linguísticas, dados demográficos para os povos indígenas atuais em termos.

Tronco linguístico	Família linguística	Povos e línguas	Outros nomes	Informações demográficas		
				UF/País	População	Fonte/ ano
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Awa (Guajá)	Guajá, Awa	MA	520	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Guajajara	Guajajara, Tenetehara	MA	28858	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Ka'apor	Urubu Kaapor, Kaapor	MA	1914	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Asurini do Tocantins	Akuawa, Asurini	TO	671	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Avá-Canoeiro	Canoeiro, Cara-Preta, Karijó, Āwa	TO, GO	25	SIASI/SESAI 2012
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Tapirapé	Apyãwa, Apyãwa	MT, TO	917	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Tembé	Tenetehara	MA, PA	2096	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Tupinambá	Tupinambá	BA, PA	7656	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Tabajara	Tabajaras, tabajaras de Fidélis	PI, CE, PB,	(?) 4 449 750	FUNAI /FUNASA 2010
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Aikewara	Suruí, Sororó, Aikewara	PA	470	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Amanayé	Amanaié, Araradeua	PA	174	SISAI/SESAI 2017
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Anambé		PA	182	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Apiaká	Apiacá	MT, PA	1050	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Araweté	Araueté, Bide	PA	568	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Asurini do Xingu	Assurini, Awaete	PA	219	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Parakanã	Awaeté	PA	2042	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Zo'é	Poturu	PA	331	IEPÉ 2022
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Wajãpi	Wayapi, Wajapi, Oiampi	AP, PA Guiana Francesa	1612 950	SIASI/SESAI 2020 Grenand 2009
		Guarani			54825	

Tronco Tupí	Tupí-Guarani		Kaiowá, Mbya, Ñandeva, Tupi-Guarani	Argentina Bolivia RS, SC, PR, SP, RJ, ES, MS, PA Paraguai	83019	Mapa Guarani Continental 2016
					85255	
					61701	
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Jiahui	Jahoi, Diarroi, Djarroi, Parintintin, Diahoi, Diahui, Kagwaniw a	AM	115	SIASI/SESAI 2014
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Parintintin	Cabahyba	AM	480	SIASI/SESAI 2014
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Tenharim	Kagwahiva	AM	828	SIASI/SESAI 2014
Tronco Tupí	Tupí-Guarani	Juma	Yuma	AM	12	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupi-Guarani	Kambeba	Cambemba , Omaguá	AM Peru	875 3500	SIASI/SESAI 2014 BENEDITO MACIEL 1994
Tronco Tupí	Tupi-Guarani	Kokama	Cocama, Kocama	AM	19052	SIASI/SESAI 2020 1988 INEI 2007
				Colômbia	236	
				Peru	11370	
Tronco Tupí	Tupi-Guarani	Karipuna de Rondônia	Ahé, Karipuna, Ahé	RO	55	SIASI/SESAI 2014
Tronco Tupí	Tupi-Guarani	Uru-Eu-Wau-Wau	Jupaú	RO	127	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupi-Guarani	Amonda wa		RO	129	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Tupari	Akuntsu	Akunt'su	RO	3	CGIIRC/FUNAI 2017
Tronco Tupí	Tupari	Makurap	Macurap	RO	579	SIASI/SESAI 2014
Tronco Tupí	Tupari	Sakurabiat	Sakiriabar, Mequéns, Sakurabiat	RO	219	SIASI/SESAI 2014

Tronco Tupí	Tupari	Tupari		RO	607	SIASI/SESAI 2014
Tronco Tupí	Tupari	Wajuru	Ajujru, Wayoro	RO	248	SIASI/SESAI 2014
Tronco Tupí	Mondé	Cinta larga	Matetamãe	MT, RO	1954	SIASI/SESAI 2014
Tronco Tupi	Mondé	Surui Paiter	Paiter, Paiter	MT, RO	1375	SIASI/SESAI 2014
Tronco Tupí	Mondé	Zoró	Pangyjej	MT, RO	787	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Mondé	Ikolen	Gavião de Rondônia, Gavião Ikolen, Digut	RO	691	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Arikén	Karitiana	Caritiana, Yjxa	RO	333	SIASI/SESAI 2014
Tronco Tupí	Ramarama	Karo	Arara de Rondônia, Arara Karo, Arara Tupi, Ntgapíd, Ramaráma, Urukú, Urumí, I'târap	RO	414	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Puruborá	Puruborá		RO	243	SIASI/SESAI 2014
Tronco Tupí	Juruna	Xipaya	Xipáya	PA	241	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Munduruku	Kuruaya	Xipáia-Kuruáia, Kuruáia	PA	283	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Munduruku	Munduruku	Mundurucu, Maytapu, Cara Preta, Wuyjuyu	AM, PA	17997	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Awetí	Awetí		MT	221	SIASI/SESAI 2020
Tronco Tupí	Mawé	Mawé	Sateré-Maué	AM	16312	SIASI/SESAI 2020

Anexo 1: Tabela - Tronco tupí e famílias linguísticas, dados demográficos para os povos indígenas atuais. (Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos).

ANEXO 2

Protocolo de análise de Paisagem

PROTOCOLO DE ANALISE ARTEFATO ARQUEOLÓGICO

1. TIPO DE ARTEFATO: Paisagem

2. LOCALIZAÇÃO: Estado do Piauí, Ceará e Pernambuco

CONTEXTO: A Chapada do Araripe abrange uma área de aproximadamente 170 km no sentido Leste-Oeste e 50 km no sentido norte-sul, estendendo-se pelos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco. Como unidade de paisagem, sua documentação envolve uma ampla gama de referências bibliográficas provenientes de diferentes campos de pesquisa.

Os conhecimentos mais consolidados e antigos, no entanto, estão relacionados à paleontologia, com destaque para os fósseis de pterossauros (*Tupandactylus navigans*), peixes, crocodilos entre outros que viveram a milhões de anos. Seguidos pelas pesquisas arqueológicas voltadas ao período pré-colonial com vestígios de populações indígenas. Portanto a Chapada do Araripe faz parte do geoparque Araripe, o primeiro das américas reconhecido pela UNESCO.

2.1. UNIDADE DE ESCAVAÇÃO: Porção Oeste da Chapada na área de abrangência do município de Caldeirão Grande do Piauí

2.2. SETOR: área rural do município

2.3. NIVEL: topo da chapada

2.4. DOCUMENTAÇÃO:

2 – LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: A região tem enfrentado degradação ambiental devido a intervenções realizadas em nome do chamado desenvolvimento econômico do país, incluindo a instalação de empreendimentos voltados para a geração de energia renovável (energia eólica e solar) e a expansão do polo gesseiro em Araripina, Pernambuco.

2.1. Técnicas de preservação de suas características:

Assim como qualquer artefato arqueológico, a preservação requer o desenvolvimento de métodos adequados para conservar as características que garantem sua integridade e utilidade, assegurando que permaneça como um objeto de valor para as gerações futuras.

Quando o artefato arqueológico é uma paisagem, as técnicas de preservação devem considerar sua complexidade e multidimensionalidade, integrando aspectos naturais, culturais e históricos. Algumas abordagens incluem:

1. **Manejo ambiental:** Implementar práticas sustentáveis para preservar os ecossistemas e minimizar impactos ambientais, como controle de erosão, recuperação de áreas degradadas e proteção da biodiversidade local.
2. **Zoneamento e proteção legal:** Estabelecer áreas de preservação permanente e criar regulamentos específicos para limitar atividades que possam causar degradação, como mineração, desmatamento ou construções inadequadas.
3. **Pesquisa e documentação:** Mapear, registrar e monitorar as características naturais e culturais da paisagem, utilizando tecnologias como geoprocessamento, drones e imagens de satélite para documentar mudanças ao longo do tempo.

4. **Educação e sensibilização:** Promover a conscientização entre as comunidades locais e visitantes sobre a importância cultural e ambiental da paisagem, incentivando práticas de uso sustentável e a valorização do patrimônio.
5. **Gestão participativa:** Envolver as comunidades locais, especialistas e autoridades em planos de conservação, reconhecendo os saberes tradicionais e as práticas culturais que contribuem para a manutenção da paisagem.
6. **Integração com o planejamento territorial:** Inserir a paisagem em estratégias mais amplas de ordenamento territorial, garantindo que seu uso e ocupação respeitem os limites de sustentabilidade.

2.2. conservação preventiva:

A conservação preventiva desempenha um papel crucial ao reduzir custos, preservar valores históricos e culturais, e garantir a durabilidade do patrimônio de maneira menos invasiva. Entre as principais abordagens estão

- **Monitoramento constante:** Inspeções regulares para identificar sinais iniciais de degradação, como erosão, desmatamento ou intervenções humanas inadequadas.
- **Controle ambiental:** Gerenciamento de fatores externos, como umidade, temperatura, luz solar ou poluição, que possam acelerar processos de degradação.
- **Planejamento de uso sustentável:** Desenvolvimento de estratégias para compatibilizar atividades humanas com a preservação do patrimônio, como limitar o acesso a áreas sensíveis ou orientar práticas agrícolas e turísticas sustentáveis.
- **Manutenção regular:** Realização de pequenos reparos, limpeza ou intervenções pontuais para evitar problemas maiores no futuro.
- **Educação e sensibilização:** Capacitação de comunidades locais, gestores e visitantes para promover boas práticas de uso e cuidado com o patrimônio.
- **Proteção física:** Uso de barreiras, sinalizações ou coberturas para proteger áreas ou objetos vulneráveis a vandalismo, intempéries ou outros agentes externos.

3.1 Categoria:

☒ Artefato	☐ Estrutura/feição	☐ Zooarqueológico
☐ Ecofato	☐ Sedimento/solo	☒ Paisagem
☐ Bioarqueológico	☐ Arqueobotânico	☐ Outros: _____

3.2. estudo do material:

- ☐ microscopia
- ☐ análise de metais
- ☐ espectrometria de massa
- ☐ arqueometria
- ☐ arqueopalinologia
- ☒ descrição técnica

4. DATAÇÃO – CRONOLOGIA – TEMPORALIDADE

- ☐ datação por C-14
- ☐ Termoluminescência
- ☐ Datação relativa
- ☐ LOE
- ☒ outros

5. ANALISE FUNCIONAL

Sem leitura

6. CONTEXTO CULTURAL

7. PUBLICAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Sem leitura

9. Integridade

- ☒ Íntegro ☐ Fragmentado ☐ Reconstituído

10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção):

- ☒ Bom (sem deterioração)
- ☐ Regular (não compromete o todo. Ex.: fissuras, esmaecimento, afloramento de sais, esfarelamento etc.)
- ☐ Ruim (compromete o todo. Ex.: quebradiço, com manchas, alto grau de corrosão)
- ☐ Péssimo (perdas irreversíveis)

Descrição: _____

11. Intervenções sofridas:

☐ Higienização a seco	☐ Dessalinização	☐ Estabilização
☐ Higienização com água	☐ Remoção	☒ Outros
☐ Colagem/refixação	☐ Consolidação	☐ Não se aplica
☐ Restauração/reconstituição		

Descrição: Por tratar-se de uma paisagem em constante transformação e de uma longa temporalidade há diversos tipos de intervenções sofridas, des procedimentos rudimentares a processos industriais.

12. Recomendações de conservação: Acondicionamento.

13. Invólucro/acondicionamento

14. Armazenamento

15. Inscrições e marcas de uso:

16. Filiação cultural: NA.

17. Medidas (comprimento, largura, espessura):

Aproximadamente 170 km no sentido Leste-Oeste e 50 km no sentido norte-sul,

18. Peso: Não se aplica

19. Fotografias coloridas e com escala:

Quando possível

20. Observações Gerais:

Anexo 2: Protocolo de análise de Paisagem - Chapada do Araripe (Fonte: Costa, 2025)

ANEXO 3

Chave de Análise dos atributos tecnológicos e morfológicos

Fichas de análise laboratorial de acordo com os sítios arqueológicos.

- Ficha de análise Sítio arqueológico Juazeiro
- Ficha de análise Sítio arqueológico Caminho Novo
- Ficha de análise Sítio arqueológico São Basílio - II
- Ficha de análise Sítio arqueológico da Viúva
- Ficha de análise Sítio arqueológico Caboclos - II
- Ficha de análise Sítio arqueológico Cachoeirinha - I
- Ficha de análise Sítio arqueológico Brite - I
- Ficha de análise Sítio arqueológico Brite - II

Caracterização dos atributos analisáveis

I- Número do registro

II- Responsável pela análise

III- Sigla do sítio

IV- Sítio Arqueológico

V- Unidade de Escavação

VI- Setor

VII- Quadricula

VIII- Nível

IX- Cor do material

1- Monocromático

2- Policromático

X - Tipo de objeto

1- Vasilha

2- Adorno/aplique

3- Rodela de fuso

4- Cachimbo

5- Representação figurativa (estatueta)

6- Outro (qual)

99 – Não identificado

XI- Partes das vasilhas (atributos morfológicos)

1- Borda

2- Borda e parede

3- Borda e bojo

4- Borda e pescoço

5- Borda e carena

6- Borda com alça

7- Borda com asa

8- Borda com flange

9- Lábio

10- Parede

11- Parede com alça

12- Parede com asa

13- Pescoço

14- Ombro

15- Carena

16- Bojo

17- Inflexão

18- Base

19- Base e bojo

20- Base e parede

21- Aplique

22- Asa

23- Alça

24- Flange labial

25- Flange mesial

26- Perfil completo

27- Vasilha completa

28- Outro (qual)

99 – Não identificado

XII- Espessuras das peças

1- Fino (0-0,5 mm)

2- Médio (0,6 – 0,9 mm)

3- Grosso (1 cm a 1,4 cm)

4- Muito grosso (a partir de 1,5)

XIII- Técnica de manufatura

1- Acordelada

2- Acordelada e modelada

3- Modelada

4- Moldada

5- Torneada

99- Não identificada

XIV- Tipos de bordas

0- Ausente

1- Direta

2- Expandida

3- Extrovertida

4- Introvertida

5- Reforçada externamente

6- Reforçada internamente

7- Reforçada internamente e externamente

8- Cambada

9- Contraída

10- Vasada/oca

11- Triangular

99 Não identificada

XV- Contorno de abertura

0- Indeterminada

1- Circular

2- Elíptica

3- Quadrangular

4- Retangular

5- Outro (especificar)

99 – Não identificada

XVI- Tipo de lábio

- 0- Ausente
- 1- Arredondado
- 2- Apontado
- 3- Plano
- 4- Biselado
- 5- Dentado ou serrilhado
- 6- Entalhado
- 7- Outro (especificar)
- 99- Não identificado

XVI- Tipos de base

- 0- Ausente
- 1- Plana
- 2- Concava
- 3- Plano concava
- 4- Convexa
- 5- Em pedestal
- 6- Anelar
- 7- Cônica
- 8- Trípoda
- 9- Outra (especificar)
- 99- Não identificada

XVIII- Tratamento de Superfície Externa (T.S.E) Tratamento de Superfície interna

- 1- Alisamento
- 2- Polimento
- 3- Brunidura
- 4- Barbotina
- 5- Resina
- 6- Engobo/ banho
- 7- Pintura
- 8- Tratamento plástico
- 9- Outro (especificar)
- 99- Não identificado

XIX- Decoração plástica

- 0- Ausente
- 1- Inciso
- 2- Exciso

- 3- Acanalado
- 4- Escovado
- 5- Ponteadado
- 6- Entalhado
- 7- Roletado
- 8- Ungulado
- 9- Digitado
- 10- Digitungulado
- 11- Estampado
- 12- Nodulado
- 13- Beliscado
- 14- Serrungulado
- 15- Aplicado
- 16- Espatulado
- 17- Carimbado
- 18- Corrugado
- 19- Estocado
- 20- Marcado
- 99- Não identificado

XXI- Decoração pintada

- 0- Ausente
- 1- Pintura branca
- 2- Pintura preta
- 3- Pintura vermelha
- 4- Pintura branca e vermelha
- 5- Pintura branca, vermelha e preta
- 6- Pintura branca e preta
- 7- Pintura Vermelha sobre engobo branco
- 8- Pintura preta sobre engobo branco
- 9- Pintura Branca sobre engobo vermelho
- 10- Pintura vermelha e preta sobre engobo branco
- 11- Pintura Vermelha e Preta
- 12- Engobo Branco
- 13- Engobo Vermelho
- 14- Outra (especificar)
- 99- Não identificado

XXII – Estilos de decoração

- 0- Ausente
- 1- Linha horizontal paralela
- 2- Linha reta vertical
- 3- Faixa horizontal
- 4- Faixa vertical
- 5- Linha quebrada

- 6- Linha inclinada
- 7- Linha inclinada quebrada
- 8- Linha ondulada
- 9- Linhas perpendiculares
- 10- Linha cruzada
- 11- Espiral
- 12- Curva
- 13- Triângulos
- 14- Linha ortogonal
- 15- Pontos
- 16- Vazio
- 17- Zigue Zague
- 18- Linha diagonal
- 99 não identificado

XXIII- Vestígios de produção

- 0- Ausente
- 1- Cestaria
- 2- Folha
- 3- Marca de unha
- 4- Marca de dedo
- 5- Impressão de dedo
- 6- Mancha de queima
- 7- Furo
- 8- Outra (especificar)
- 99 – Não identificada

XXIV- Tipos de queima

- 1- Queima completa
- 2- Queima incompleta

XXV- Vestígios de uso

- 0- Ausente
- 1- Fuligem
- 2- Depósito de carbono
- 3- Fermentação
- 4-
- 5- Reciclagem
- 6- Outro (especificar)
- 99- Não identificado

XXVI- Tipos de antiplásticos

- 0- Ausente
- 1- Mineral
- 2- Quartzo,
- 3- Areia
- 4- Feldspato,
- 5- Mica
- 6- Hematita/óxido de ferro
- 7- Carvão
- 8- Caco moído
- 9- Bolo de argila
- 10- Caraipé
- 11- Cauixi
- 12- Outro (especificar)

XXVII- Integridade do material

- 1- Fragmentado
- 2- Inteiro
- 3- Restaurado

Anexo 3: Ficha de análise Sítio arqueológico Juazeiro

Número de registro	Responsável pela análise	Sigla do Sítio/cód.	Sítio arqueológico/Sigla	Cor do material	Peso	Tipo de objeto	Parte da Vasilha	Espessura	Técnica de Manufatura	Tipo de borda	Diâmetro de abertura	Contorno de	Tipo de lábio	Tipo de base	T.S.E	T.S.I	Decoração plástica	Decoração pintada	Vestígios de produção	Integridade do vestígio	Tipo de queima	Vestígio de uso	Tipo de antiplástico
PECG-16-2562-1	Marlene Costa	16	SAJU	2	124,2g	1	1	4	1	5	32 cm	1	1	0	1	4	0	0	99	1	1	99	1-7
PECG-16-2535-2	Marlene Costa	16	SAJU	1	229,7g	1	26	2	1	1	18cm	1	1	1	1	7	0	10	99	1	2	99	1-7
PECG-16-3052-2	Marlene Costa	16	SAJU	2	124,2g	1	2	4	1	5	32cm	1	1	0	6	4	0	13	99	1	1	99	1-7
PECG-16-3052-3	Marlene Costa	16	SAJU	2	242,5g	1	3	3	1	5	28 cm	1	1	0	1	7	0	7	99	1	1	99	1-7
PECG-16-2752	Marlene Costa	16	SAJU	2	223,2g	1	1	2	1	5	23cm	2	1		1	6	0	13	99	1	1	99	1-7
PECG-16-0611	Marlene Costa	16	SAJU	2	235,2g	1	3	2	1	5	99	99	1	0	1	6	0	13	99	1	1	99	1-7
PECG-16-2572	Marlene Costa	16	SAJU	2	45,3g	1	10	3	1	0	0	0	0	0	1	7	0	7	99	1	1	99	1
PECG-16-0747	Marlene Costa	16	SAJU	2	152,3g	1	3	2	1	5	99	99	2	0	1	7	0	10	99	1	1	99	1-7
PECG-16-0757	Marlene Costa	16	SAJU	2	198,3g	1	3	2	1	5	16	1	1	0	1	7	0	10	99	1	1	99	1-7
PECG-16-0981	Marlene Costa	16	SAJU	1	234,2g	1	1	4	1	5	99	99	1	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-16-3134	Marlene Costa	16	SAJU	1	235,2g	1	26	2	1	5	23cm	1	3	99	99	99	0	0	99	1	1	99	1

PECG-16-3113	Marlene Costa	16	SAJU	1	43,3g	1	6	1	3	1	99	99	1	0	1	1	0	0	99	3	2	1	1
PECG-16-3157	Marlene Costa	16	SAJU	1	345,2g	1	16	4	1	0	0	0	0	0	8	1	18	0	99	3	1	99	1
PECG-16-0893	Marlene Costa	16	SAJU	1	423g	1	15-16	3	2	0	0	0	0	0	1	1	0	0	6	1	2	99	1-7
PECG-16-0968	Marlene Costa	16	SAJU	1	324,5g	1	17	4	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-16-0979	Marlene Costa	16	SAJU	1	432,2g	1	15-16	3	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	99	3	2	99	1-7
PECG-16-1314	Marlene Costa	16	SAJU	1	454,2g	1	N.I	4	1	0	0	0	0	0	99	1	0	0	99	3	2	99	1

Anexo 3: Ficha de análise Sítio arqueológico Caminho Novo

Número de registo	Responsável pela análise	Sigla do Sítio/cód.	Sítio arqueológico/	Cor do material	Peso	Tipo de objeto	Parte da Vasilha	Espessura	Técnica de	Tipo de borda	Diâmetro de abertura	Contorno de abertura	Tipo de lábio	Tipo de base	T.S.E	T.S.I	Decoração plástica	Decoração pintada	Vestígios de	Integridade do	Tipo de queima	Vestígio de uso	Tipo de antiplástico
PECG-09-18727	Marlene Costa	09	SACN	1	55g	1	3	2	1	5	24cm	1	2	0	1	1	0	0	99	1	1	99	1-7
PECG-09-18833-8	Marlene Costa	09	SACN	1	52,3g	1	1	2	1	1	41cm	4	1	0	1	2-7	0	11	99	1	2	99	1
PECG-09-18625-8	Marlene Costa	09	SACN	1	117,5g	1	3	2	1	5	28cm	1	1	0	2	2	0	0	99	1	2	1	1
PECG-09-18766-33	Marlene Costa	09	SACN	2	79,5g	1	1	4	1	5	99	99	3	0	1	6	0	7	99	1	2	99	1-9
PECG-09-18840-19-20-21/PECG-09-18494-30-31-32	Marlene Costa	09	SACN	2	875-5 g	1	26	3	1-2	1	21 cm	1	1	1	9	7	0	7	99	3	2	99	1-7
PECG-09-18880	Marlene Costa	09	SACN	2	456,8g	1	26	3	1	5	99	99	1	1	1	7	0	7	99	3	2	99	1-7
PECG-09-18857	Marlene Costa	09	SACN	2	321g	1	2	3	1	5	99	99	1	0	1	2-7	0	2	99	1	2	99	1-7
PECG-09-18856	Marlene Costa	09	SACN	2	234,6g	1	2	2	1	9	26cm	1	3	0	1	7	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-09-18840-5	marlene Costa	09	SACN	1	43,6g	1	6	1	2	1	99	99	1	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-09-18612	Marlene Costa	09	SACN	1	24,7g	1	1	1	2	2	11cm		1	0	2	2	0	0	99	1	2	1	1-7
PECG-09-18858	Marlene Costa	09	SACN	2	49,8g	1	1	2	1	5	24cm	2	3	0	1	7	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-09-18860	Marlene Costa	09	SACN	2	119,3g	1	3	3	1	5	99	99	1	0	2	2-7	0	3	99	1	2	99	1-7
PECG-09-18867	Marlene Costa	09	SACN	1	123,3g	1	26	3	1	5	23cm	1	1	99	1	2	0	0	99	1	2	99	1-7

PECG-09-18878	Marlene Costa	09	SACN	2	56,8g	1	2	2	1	5	99	99	1	0	1	1	0	3	99	1	2	99	1-7
PECG-09-18149	Marlene Costa	09	SACN	2	67,3g	1	2	2	1	5	99	99	3	0	1-99	6	0	13	99	1	2	1	1-7
PECG-09-18322	Marlene Costa	09	SACN	1	43,3g	1	1	2	1	1	99	99	1	0	1	1	0	0	99	1	1	99	1
PECG-09-18496	Marlene Costa	09	SACN	1	48,6g	1	2	2	1	5	99	99	2	0	2	2	0	0	99	1	1	99	1
PECG-09-18607	Marlene Costa	09	SACN	2	56,3g	1	26	1	3	3	6cm	1	4	2	1	2-7	0	3	99	3	2	99	1
PECG-09-18617	Marlene Costa	09	SACN	2	23,5g	1	2	1	3	3	99	99	4	0	1	2-7	0	3	99	1	2	99	1
PECG-09-18607-15	Marlene Costa	09	SACN	1	458,3g	1	1	4	1	5	99	99	1	0	1	1	0	0	99	3	1	99	1-7
PECG-09-18624	Marlene Costa	09	SACN	1	36,3g	1	26	1	2	2	11cm	1	1	99	1	2	0	0	99	1	1	99	1
PECG-09-18610	Marlene Costa	09	SACN	1	120,5g	1	16	4	1	0	0	0	0	0	8	1	18	0	99	1	1	99	1
PECG-09-18238	Marlene Costa	09	SACN	1	412,3g	1	16	4	1	0	0	0	0	0	1-8	1	18	0	99	3	2	99	1
PECG-09-18638	Marlene Costa	09	SACN	1	654,5g	1	16	4	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	4	1	1	99	1
PECG-09-18650	Marlene Costa	09	SACN	1	463,5g	1	3	4	1	5	99	99	0	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-09-18771-14	Marlene Costa	09	SACN	2	324,4g	1	3	3	1	7	14cm	1	1	0	1	7	0	3	99	1	1	99	1-7
PECG-09-18774	Marlene Costa	09	SACN	2	235,6g	1	18	3	3	0	0	0	0	0	1	7	0	7	99	3	2	99	1
PECG-09-18781-7	Marlene Costa	09	SACN	2	157,5g	1	3	3	1	5	99	99	1	99	1	7	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-09-18873	Marlene Costa	09	SACN	1	123,5g	1	17	4	2	0	0	0	0	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-09-18118	Marlene Costa	09	SACN	1	10g	3	fragmento de fuso	1	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	99	1	2	88	1

Anexo 3: Ficha de análise Sítio arqueológico São Basílio 2

Número de registro	Responsável pela análise	Sigla do Sítio/cód.	Sítio arqueológico	Cor do material	Peso	Tipo de objeto	Parte da Vasilha	Espessura	Técnica de Manufatura	Tipo de borda	Diâmetro de abertura	Contorno de abertura	Tipo de lábio	Tipo de base	T.S.E	T.S.I	Decoração plástica	Decoração pintada	Vestígios de produção	Integridade do vestígio	Tipo de queima	Vestígio de uso	Tipo de antiplástico
PECG-15-20654	Marlene Costa	15	SASB-II	1	64,3g	1	1	4	1	1	38 cm	2	6	0	1	1	0	0	5	1	2	99	
PECG-15-20660-3	Marlene Costa	15	SASB-II	1	113g	1	1	3	1	5	32 cm	1	1	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-15-20649-90	Marlene Costa	15	SASB-II	2	69,2g	1	1	3	1	5	99	99	3	0	6	7	0	10	99	1	2	99	1-7
PECG-15-20672	Marlene Costa	15	SASB-II	2	41,5g	1	1	2	1	2	30 cm	1	1	0	8	1	4	0	99	1	2	1	1-7
PECG-15-20674-51	Marlene Costa	15	SASB-II	1	120g	1	1	3	2	2	30cm	1		0	2	2	0	0	99	1	2	99	1
PECG-15-20622	Marlene Costa	15	SASB-II	2	308,5g	1	3	4	1	5	38cm	1	2	0	1	6	0	7	99	1	2	99	1-7-8
PECG-15-20711	Marlene Costa	15	SASB-II	2	96g	1	1	3	1	5	24cm	1	3	0	1	6	0	7	99	1	2	99	1-9
PECG-15-20827-2	Marlene Costa	15	SASB-II	2	73,8g	1	1	3	1	5	20cm	1	3	0	1	6	0	7	99	1	2	99	1-8
PECG-15-20666	Marlene Costa	15	SASB-II	2	34g	1	1	3	1	3	99	99	3	0	1	6	0	10	99	1	1	99	1-7
PECG-15-20715-2	Marlene Costa	15	SASB-II	2	90,6g	1	1	3	1	5	99	99	3	0	1	6	0	10	99	1	2	99	1
PECG-15-20567	Marlene Costa	15	SASB-II	1	76,3g	1	16	2	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	99	1	2	1	1
PECG-15-20652	Marlene Costa	15	SASB-II	2	76,4g	1	3	3	1	5	99	99	0	0	1	7	0	7	99	1	1	99	1-7

PECG-15-20626-3	Marlene Costa	15	SASB-II	1	34,2g	1	1	3	1	5	99	99	2	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-15-20641	Marlene Costa	15	SASB-II	2	48,3g	1	1	3	1	5	99	99	1	0	1	7	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-15-206268-2	Marlene Costa	15	SASB-II	2	43,2g	1	1	3	1	5	99	99	3	0	1	7	0	10	6	1	2	99	1-7
PECG-15-20715-2	Marlene Costa	15	SASB-II	2	54,3g	1	1	3	1	5	99	99	3	0	1	7	0	10	99	1	1	99	1-7
PECG-15 - 20827-2	Marlene Costa	15	SASB-II	2	67,3g	1	1	2	1	5	14cm	99	1	0	1	7	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-15-20660-4	Marlene Costa	15	SASB-II	1	54g	1	6	1	2	1	99	99	1	0	1	1	0	0	6	1	2	1	1-7
PECG-15-20689	Marlene Costa	15	SASB-II	1	43,2g	1	6	1	2	1	99	99	1	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-15-20761	Marlene Costa	15	SASB-II	2	57,2g	1	1	3	1	2	99	99	1	0	6	7	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-15-20694	Marlene Costa	15	SASB-II	1	45g	4	piteira	3	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	99	1	2	99	99
PECG-15-20654	Marlene Costa	15	SASB-II	1	65g	1	1	2	1	1	99	99	6	0	1	1	0	0	6	1	2	1	1
PECG-15-20607	Marlene Costa	15	SASB-II	2	56g	1	16	3	1	0	0	0	0	0	1	7	0	10	99	1	1	99	
PECG-15-20644	Marlene Costa	15	SASB-II	2	123,3g	1	17	2	1	0	0	0	0	0	1	4	0	0	99	1	2	99	1-7

Anexo 3: Ficha de análise Sítio arqueológico da Viúva

Número de registro	Responsável pela análise	Sigla do Sítio/cod	Sítio arqueológico/	Cor do material	Peso	Tipo de objeto	Parte da Vasilha	Espessura	Técnica de	Tipo de borda	Diâmetro de abertura	Contorno de abertura	Tipo de lábio	Tipo de base	T.S.E	T.S.I	Decoração plástica	Decoração pintada	Vestígios de	Integridade do	Tipo de queima	Vestígio de uso	Tipo de antiplástico
PECG-13-17310	Marlene Costa	13	SAVA	2	213g	1	1	4	1	8	32 cm	1	1	0	1	2-6	0	13	99	1	2	99	1-7
PECG-13-17515	Marlene Costa	13	SAVA	1	403 g	1	3	2	1	3-5	24 cm	1	2	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-13-17585	Marlene Costa	13	SAVA	2	319-5g	1	1	3	1	5	99	99	1	0	1	7	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-13-17404	Marlene Costa	13	SAVA	1	837g	1	1	4	1	1	99	99	6	0	1	1	0	0	99	1	2	1	1-7-8
PECG-13-17517	Marlene Costa	13	SAVA																				
PECG-13-17716-7	Marlene Costa	13	SAVA	1	123,3 g	1	15-16	3	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-13-17113-5	Marlene Costa	13	SAVA	1	56,3g	1	1	2	1	1	99	99	6	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-13-17070-3	Marlene Costa	13	SAVA	1	65,4g	1	1	3	1	5	99	99	3	0	1	1	0	0	99	1	1	1	
PECG-13-17391-2	Marlene Costa	13	SAVA	1	125,3 g	1	4	2	2	5	99	99	1	0	2	2	0	0	99	1	1	99	1
PECG-13-17418	Marlene Costa	13	SAVA	1	211,2 g	1	1	3	1	5	99	99	1	0	1	1	0	0	99	1	1	99	1-7
PECG-13-17647	Marlene Costa	13	SAVA	1	128,2 g	1	1	3	1	5	99	99	1	0	1	1	0	0	99	1	1	99	1-7-9

PECG-13-17794	Marlene Costa	13	SAVA	1	324,1 g	1	3	3	1	5	99	99	2	0	1	1	0	0	99	3	2	99	1-7
PECG-13-17133	Marlene Costa	13	SAVA	2	56,2g	1	2	2	1	5	99	99	1	0	1	7	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-13-17572	Marlene Costa	13	SAVA	2	54g	1	16	2	1	0	0	0	0	0	6	7	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-13-17596	Marlene Costa	13	SAVA	2	56,3g	1	3	2	1	5	99	99	2	0	1	7	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-13-17033	Marlene Costa	13	SAVA	2	45g	1	1	2	1	5	99	99	3	0	1	7	0	10	99	1	2	99	1-7
PECG-13-17042	Marlene Costa	13	SAVA	2	45g	1	2	2	1	5	99	99	2	0	1	7	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-131-17119	Marlene Costa	13	SAVA	2	125,3 g	1	1	3	1	5	99	99	1	0	6	7	0	7	99	3	2	99	1-7
PECG-13-17479	Marlene Costa	13	SAVA	2	27,3g	1	1	2	1	5	99	99	2	0	1	7	0	10	99	1	2	99	1-7
PECG-13-17651	Marlene Costa	13	SAVA	2	56,5g	1	3	2	1	5	99	99	3	0	1	7	0	10	99	1	2	99	1-7
PECG-13-17700	Marlene Costa	13	SAVA	2	325,2 g	1	26	4	1	1	99	99	3	1	1	7	0	7	99	3	2	99	1-7
PECG-13-17125	Marlene Costa	13	SAVA	1	456g	1	2	3	1	5	99	99	3	0	1	1	0	0	99	1	1	99	1
PECG-13-17267	Marlene Costa	13	SAVA	1	123g	1	3	2	1	5	22cm	2	1	0	1	1	0	0	99	1	1	99	1
PECG-13-17370	Marlene Costa	13	SAVA	1	121,3 g	1	3	3	1	5	99	99	3	0	1	4	0	0	99	1	1	99	1-7
PECG-13-17410	Marlene Costa	13	SAVA	2	245,2 g	1	26	3	1	3	99	99	2	1	1	7	0	7	99	1	1	99	1-7
PECG-13-17816	Marlene Costa	13	SAVA	1	267,6 g	1	3	3	1	8	99	99	1	0	1	1	0	0	99	1	1	99	1-7
PECG-13-17934	Marlene Costa	13	SAVA	1	145,5 g	1	1	3	1	5	28cm	2	1	0	1	1	0	0	99	1	1	1	1-7

PECG-13-17980	Marlene Costa	13	SAVA	1	56,3G	1	1	2	1	5	99	99	3	0	1	1	0	0	99	1	1	99	1
PECG-13-17936	Marlene Costa	13	SAVA	2	57,,2g	1	1	2	1	8	99	99	3	0	1	7	0	10	99	1	2	99	1-7
PECG-13-17669	Marlene Costa	13	SAVA	1	57,2g	2	22	3	3	0	0	0	0	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-13-17079	Marlene Costa	13	SAVA	2	45,4g	1	17	3	1	0	0	0	0	0	1	7	0	10	99	1	2	99	1-7
PECG-13-17089	Marlene Costa	13	SAVA	2	56,3g	1	99	4	1	0	0	0	0	0	1	3	0	0	99		1	99	1
PECG-13-17385	Marlene Costa	13	SAVA	1	235,4g	1	16	4	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	99	1	2	1	1-7
PECG-13-17518	Marlene Costa	13	SAVA	1	78,2g	1	26	2		1	99	99	1	99	1	4	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-1317837	Marlene Costa	13	SAVA	1	34g	1	2	2	1	0	0	0	0	0	9	9	0	0	99	1	2	1	1

Anexo 3: Ficha de análise Sítio arqueológico Caboclos -II

Número de registro	Responsável pela análise	Sigla do Sítio/cód.	Sítio arqueológico/	Cor do material	Peso	Tipo de objeto	Parte da Vasilha	Espessura	Técnica de Manufatura	Tipo de borda	Diâmetro de abertura	Contorno de abertura	Tipo de lábio	Tipo de base	T.S.E	T.S.I	Decoração plástica	Decoração pintada	Vestígios de produção	Integridade do vestígio	Tipo de queima	Vestígio de uso	Tipo de antiplástico
PECG-07-8091	Marlene Costa	07	SACB-II	1	102,3 g	1	16	4	1	0	0	0	0	0	1	3	0	0	99	1	2	1	1-7
PECG-07-8073	Marlene Costa	07	SACB-II	2	268g	1	3	4	1	9	30cm	1	0	1	6	6	0	1	99	1	2	1	1-7
PECG-07-8113-3	Marlene Costa	07	SACB-II	1	50,6g	1	3	3	1	5	24cm	1	2	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-07-8155-13	Marlene Costa	07	SACB-II	1	66,3g	99	99	2	2	0	0	0	0	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-07-8009	Marlene Costa	07	SACB-II	2	23g	1	1	2	1	2	99	99	1	0	1	7	0	8	99	1	2	99	1-7
PECG-07-8040	Marlene Costa	07	SACB-II	1	98,6g	1	16	2	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-07-8060-2	Marlene Costa	07	SACB-II	1	45g	1	1	2	1	1	99	99	1	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-07-8061	Marlene Costa	07	SACB-II	2	25,5g	1	1	2	1	8	99	99	1	0	6	6	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-07-8114	Marlene Costa	07	SACB-II	1	38,3g	1	2	2	1	5	14cm	2	1	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-07-8115	Marlene Costa	07	SACB-II	1	33g	1	3	2	1	5	99	99	1	0	2	1	0	0	99	1	2	1	1-7
PECG-07-8132	Marlene Costa	07	SACB-II	1	38,6g	1	17	2	1	0	0	0	0	0	1	6	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-07-8139	Marlene Costa	07	SACB-II	1	98,9g	1	17	3	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7

Anexo 3: Ficha de análise Sítio arqueológico Cachoeirinha -I

Número de registro	Responsável pela análise	Sigla do	Sítio arqueológico/	Cor do material	Peso	Tipo de objeto	Parte da Vasilha	Espessura	Técnica de	Tipo de borda	Diâmetro de abertura	Contorno de	Tipo de lábio	Tipo de base	T.S.E	T.S.I	Decoração plástica	Decoração	Vestígios de produção	Integridade do	Tipo de queima	Vestígio de uso	Tipo de antinlástico
PECG-03-19924	Marlene Costa	03	SACH-I	2	220,6 g	1	3	4	1	5	99	99	1	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-03-20049	Marlene Costa	03	SACH-I	1	54 g	1	1	2	1	2	99	1	1	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-03-20081-4	Marlene Costa	03	SACH-I	1	76g	1	1	3	1	5	44c m	2	2	0	1	1	0	0	99	1	2	1	1-7
PECG-03-20335-10	Marlene Costa	03	SACH-I	2	56g	1	1	2	1	5	99	99	1	0	2	2	0	3	99	1	2	99	1-7-9
PECG-03-20081-3	Marlene Costa	03	SACH-I	1	131,7 g	1	1	3	1	1	16c m	1	1	0	2	2	0	0	Marca de applique	1	2	99	1-7
PECG-03-20171-39	Marlene Costa	03	SACH-I	2	189,2 g	1	1	3	1	2	30c m	1	1	0	1	1	0	3	99	1	2	99	1-7
PECG-03-20126-19	Marlene Costa	03	SACH-I	1	123,6 g	1	1	3	1	5	42c m	2	1	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-03-19720	Marlene Costa	03	SACH-I	1	320,3 g	1	3	2	1	5	44c m	1	1	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-03-19978-7	Marlene Costa	03	SACH-I	1	568,7 g	1	3	2	1	5	55c m	1	1	0	1	1	0	0	99	2	2	1	1-7
PECG-03-20062-72	Marlene Costa	03	SACH-I	1	289,8 g	1	3	2	1	5	25c m	1	1	1	1	1	0	0	99	3	2	99	1
PECG-03-20148	Marlene Costa	03	SACH-I	1	320g	1	3	2	1	5	42c m	1	2	0	1	1	0	0	99	2	2	1	1-7

PECG-03-20172	Marlene Costa	03	SACH-I	1	239,7 g	1	#	2	1	5	23c m	1	2	1	1	1	0	0	99	2	2	99	1
PECG-03-20273	Marlene Costa	03	SACH-I	1	230,4 g	1	#	3	1	2-5	25c m	1	1	1	1	1	0	0	99	1	2	1	1-7
PECG-03-19444	Marlene Costa	03	SACH-I	1	260g	1	#	2-3	2	0	99	99	0	1	8	1	4	0	99	1	2	99	1
PECG-03-20094	Marlene Costa	03	SACH-I	1	420,5 g	1	#	4	1	0	99	99	0	1	1	1	99	99	99	2	2	1	1-7
PECG-03-19792	Marlene Costa	03	SACH-I	2	255,7 g	1	1	3	1	5	48c m	3-4	1	0	1-2	8	0	3	99	1	2	99	1-7-9

Anexo 3: Ficha de análise Sítio arqueológico Brite - I

Número de registro	Responsável pela análise	Sigla do Sítio/cód.	Sítio arqueológico	Cor do material	Peso	Tipo de objeto	Parte da Vasilha	Espessura	Técnica de Manufatura	Tipo de borda	Diâmetro de abertura	Contorno de	Tipo de lábio	Tipo de base	T.S.E	T.S.I	Decoração plástica	Decoração pintada	Vestígios de produção	Integridade do	Tipo de queima	Vestígio de	Tipo de antiplástico
PECG-01-15793-29	Marlene Costa	01	SABRT -I	1	152,2g	1	1	4	1	2	48cm	99	6	0	8	2-3	18	0	99	1	2	99	1-7-9 cinza
PECG-01-16504-28	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	164,4g	1	3	3	1	5	99	0	2	0	1	6	0	7	99	1	2	99	1-7
PECG-01-16541-2	Marlene Costa	01	SABRT -I	1	159,8 G	1	1	3	1	5	40 cm	1	1	0	1	2	0	0	0	1	2	1	1-7
PECG-01-15241-2	Marlene Costa	01	SABRT -I	1	254,5g	1	3	3	1	5	52cm	99	2	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-01-15642-31	Marlene Costa	01	SABRT -I	1	83,7g	1	3	2	1	5	18cm	1	2	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-01-15296-41	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	20g	1	1	1	2	1	99	99	1	0	1	7	0	8	99	1	2	99	1
PECG-01-15359-18	Marlene Costa	01	SABRT -I	1	18g	1	1	1	2	3	99	99	1	0	99	99	0	0	99	1	2	99	1
PECG-01-15358	Marlene Costa	01	SABRT -I	1	19g	1	1	1	2	3	99	99	1	0	99	99	0	0	99	1	2	99	1
PECG-01-15807	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	10g	1	1	2	1	5	99	99	3	0	1	7	0	10	99	1	2	99	1-7
PECG-01-15270	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	267,8g	1	26	2	1	5	22	1	2	1	1	6	0	13	99	3	1	99	1
PECG-01-15321-4	Marlene Costa	01	SABRT -I	1	120g	99	18	1	2	0	0	0	0	8	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-01-15329	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	11g	1	1	2	1	5	99	99	1	0	1	7	0	10	99	1	2	99	1-7
PECG-01-15330-4	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	356,8g	1	3	4	1	5	99	99	3	0	1	6	1	13	99	1	2	99	1-7
PECG-01-15346	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	87,5g	1	3	3	1	5	25cm	1	1	0	1	7	0	3	99	1	1	1	1-7
PECG-01-15365-107	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	80,3g	1	3	3	1	5	99	99	1	0	1	7	0	10	99	1	1	99	1-7

PECG-15297-11	Marlene Costa	01	SABRT -I	1	232-4g	1	1	4	1	1	99	99	6	0	8	1	18	0	99	3	2	99	1-7
PECG-01-15337	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	76,3g	1	3	2	1	5	22 cm	1	1	0	1	7	0	10	99	1	2	1	1-7
PECG-01-15434	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	22g	1	1	4	1	5	99	99	3	0	1	7	0	7	99	1	1	99	1-7
PECG-01-1552-2	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	23g	1	1	3	1	5	99	99	3	0	1	6	0	7	99	1	1	99	1-7
PECG-01-15774	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	46,6g	1	3	2	1	5	22c m	1	2	0	1	6	0	13	99	1	2	99	1-7
PECG-01-15788-17	Marlene Costa	01	SABRT -I	1	56,8g	1	1	3	1	5	24c m	2	3	0	1	1	0	0	99	1	2	1	1-7
PECG-01-16242-7	Marlene Costa	01	SABRT -I	1	68,3g	1	1	3	1	1	99	99	6	0	8	1	18	0	99	3	2	1	1-7
PECG-01-16266	Marlene Costa	01	SABRT -I	1	126,8g	1	15	4	1-2	99	99	99	99	99	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-01-16426	Marlene Costa	01	SABRT -I	2	123.5 G	1	1	3	1	5	99	99	3	0	1	6	0	13	99	3	1	99	1-7

Anexo 3: Ficha de análise Sítio arqueológico Brite - II

Número de registro	Responsável pela análise	Sigla do Sítio/cod	Sítio arqueológico/ Sigla	Cor do material	Peso	Tipo de objeto	Parte da Vasilha	Espessura	Técnica de	Tipo de borda	Diâmetro de abertura	Contorno de abertura	Tipo de lábio	Tipo de base	T.S.E	T.S.I	Decoração plástica	Decoração pintada	Vestígios de produção	Integridade do vestígio	Tipo de queima	Vestígio de uso	Tipo de antiplástico
PECG-02-19170-19	Marlene Costa	02	SABRT -II	1	32,4g	1	2	2	1	5	99	99	3	0	1	1	0	0	99	1	1	1	1-7
PECG-02-19064-20	Marlene Costa	02	SABRT -II	1	336g	1	3	3	1	5	>48cm	3-4	2	0	99	1	0	99	99	1	1	1	1
PECG-02-19181-1	Marlene Costa	02	SABRT -II	1	66,4g	1	2	2	1	5	28cm	1	1	0	1	3	0	0	99	1	2	99	1--7-9
PECG-02-19064-27	Marlene Costa	02	SABRT -II	1	26,1g	1	1	3	1	2	99	99	1	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-02-19064-23-24-25	Marlene Costa	02	SABRT -II	1	154,7g	1	1	3	1	5	99	3 ou 4	2	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7
PECG-02-19098	Marlene Costa	02	SABRT -II	1	89,2g	1	3	2	1	3	99	99	3	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1
PECG-02-19138	Marlene Costa	02	SABRT -II	2	24,3g	1	1	2	1	5	99	99	2	0	1	6	0	13	99	1	2	99	1-7
PECG-02-19149	Marlene Costa	02	SABRT -II	1	63,6g	1	3	2	1	5	12cm	2	2	0	1	1	0	0	99	1	1	99	1
PECG-02-19096	Marlene Costa	02	SABRT -II	1	89,3g	1	6	1	2	2	99	99	0	0	1	1	0	0	99	3	2	99	1
PECG-02-19142	Marlene Costa	02	SABRT -II	2	123,4 G	1	#	3	1	3	99	99	1	99	1	7	0	3	99	1	1	99	1-7
PECG-02-19064-28-29	Marlene Costa		SABRT -II	2	329,2g	1	#	2	1	1	99	99	1	1	1	1/99	0	3	99	3	2	99	1-7
PECG-02-19095	Marlene Costa		SABRT -II	1	35g	1	1	3	1	5	99	99	3	0	1	1	0	0	99	1	2	99	1-7

ANEXO 4

Conjunto de fragmentos considerados em contexto com o material cerâmico
do tipo vasilhas

Anexo 5: Conjunto de artefatos considerados em contexto com o material cerâmico

Figura 1: Núcleo em arenito silicificado - SAJU



Fonte: Costa, 2019

Figura 2: Núcleo em arenito silicificado - SASB-II



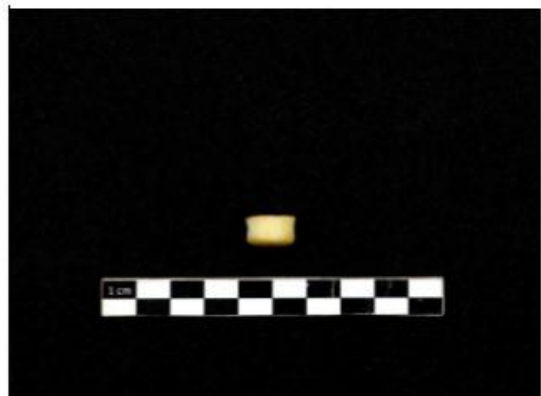
Fonte: Costa, 2024

Figura 3: Lasca em arenito silicificado - SASB-II



Fonte: Costa, 2024

Figura 4: Adorno em quartzo - SABRT-I



Fonte: Costa, 2019

Figura 5: Adorno em amazonita - SABRT-I



Fonte: Costa, 2019

Figura 6: Instrumento lítico -SASB-II -



Fonte: Costa, 2024

Figura 7: Instrumento lítico - SACN



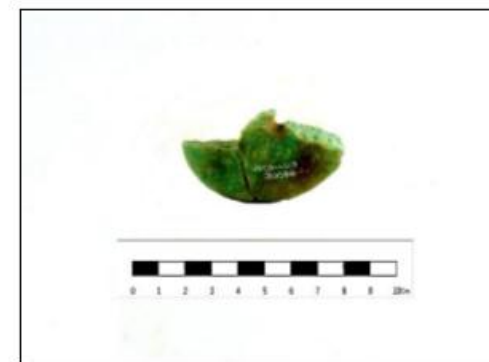
Fonte: Costa, 2024

Figura 8: Fuso em arenito - SABRT-I



Fonte: Costa, 2019

Figura 9: Fragmento de fuso em amazonita – SACH-I



Fonte: Costa, 2019

Figura 10: Instrumento em arenito – SASB-I



Fonte: Costa, 2024

Figura 11: Fuso em cerâmica -SACH-I



Fonte: Costa, 2019

Figura 12: Fragmento de fuso em cerâmica-SACN



Fonte: Costa, 2024

Figura 13: Fragmento de piteira - SABRT-I



Fonte: Costa, 2019

Figura 14: Fragmento de piteira - SAJU



Fonte: Costa, 2019

Figura 15: Piteira em cerâmica - SASB-II



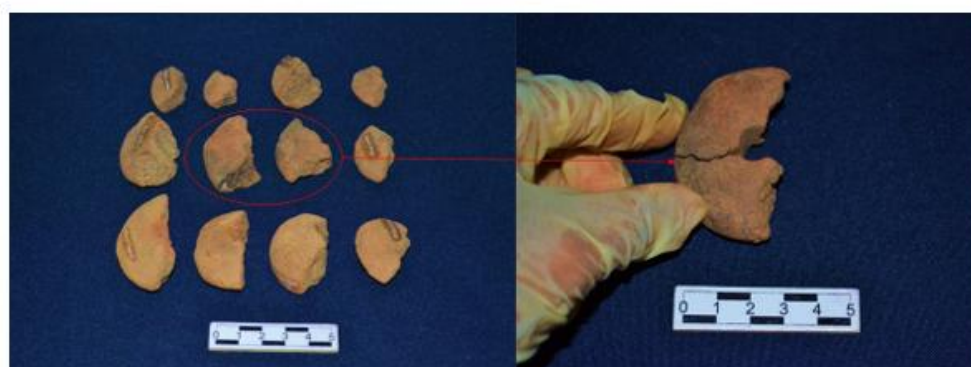
Fonte: Costa, 2024

Figura 16: Fragmento de fuso em cerâmica - SASB-II



Fonte: Costa, 2024

Figura 17: Conjunto de fragmentos de fuso-SABRT-I



Fonte: Costa, 2024



Figura 18: Vasilhame cerâmico reconstituído a partir dos fragmentos - SACH-I (Fonte: Costa, 2019)